

Universidade Nova de Lisboa

Faculdade de Ciências e Tecnologia

Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente

**PRÁTICAS SOBRE O ORDENAMENTO E
FISCALIDADE DO TERRITÓRIO**

-Caso de estudo IMI-

Ana Margarida Correia Pereira

Dissertação apresentada na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa para obtenção do grau de Mestre em Engenharia do Ambiente, perfil de Gestão e Sistemas Ambientais

Orientador: Professor Doutor João Joanaz de Melo – FCT/UNL

Lisboa, 2010

Agradecimentos

O presente trabalho não teria sido finalizado sem o contributo e o apoio fundamental de um conjunto de pessoas, às quais expresso os meus sinceros agradecimentos:

- Ao Professor Doutor João Joanaz de Melo, meu orientador, pelo apoio, força e incentivo que sempre me deu, fundamentais para a conclusão do presente trabalho;
- Ao Dr. Sérgio Machado, Director de Serviços do IMI e ao Dr. Daniel Pires e Matos, pela disponibilidade que sempre demonstraram e pelos dados que sempre facultaram com brevidade máxima;
- Aos municípios que fizeram parte integrante deste estudo, que sem eles não faria muito sentido;
 - À Câmara Municipal do Barreiro, nos nomes de Eng. Nuno Banza, Susana Ramos, Dra. Ausenda Nunes e Arq. João Paulo;
 - À Câmara Municipal de Odivelas, nos nomes de Dr. Sérgio Pipa (DGAF), Gabriela Rosa, Isabel Salgado e ao Arq. Luis Grave (DPEDE);
 - À Câmara Municipal de Viseu, nos nomes do Eng. Américo Nunes e do Eng. José Figueiredo.
- À Câmara Municipal de Cascais nos nomes de Dr. Carlos Carreiras e Dr. João Dias Coelho;
- A todos os municípios que me responderam o meu muito obrigada;
- À Dra. Margarida Gomes da ABAE, pelos contactos disponibilizados;
- À Joana Prates pela disponibilidade prestada e cedência de informação;
- Aos meus colegas e amigos que sempre me encorajaram ao longo destes longos meses;
- Aos meus companheiros de guerra Inês Soares e Pedro Pereira que estiveram sempre lá quando foi necessário;
- À minha querida afilhada Sofia Arianá e à sua irmã Sofia Adriana, simplesmente por existirem e pelos momentos fantásticos que me proporcionaram quando estava mais desanimada;
- Aos meus familiares especialmente aos meus tios Manuel e Irene Santos e à minha prima Vanda Santos pela força que sempre me transmitiram;
- Ao meu irmão Pedro Pereira pelo seu entendimento de todas as circunstâncias que obrigaram à minha ausência;
- Ao Hugo Miguel Pereira, meu *amori*, pelo apoio incondicional, pelo encorajamento e paciência que foram fundamentais para esta fase.
- Finalmente mas não menos importante, aos meus queridos pais (Matilde e Adérito), de quem sempre recebi um apoio incondicional e a quem devo o meu sucesso e a pessoa que sou;

Sumário

Portugal apresenta actualmente graves problemas em termos de ordenamento do território como o excesso de áreas urbanizáveis e expectantes, a construção urbana em áreas sensíveis e de risco, a degradação dos centros históricos, a fraca importância atribuída aos espaços silvestres (quer na diversa biodiversidade, corredores ecológicos e serviços prestados), planos que são mais intenções sobre o território do que critérios para um desenvolvimento equilibrado, associados a um sistema de finanças locais que promove objectivamente o crescimento urbano, ordenado ou não.

O sistema fiscal Português, no que diz respeito à tributação do património, contempla actualmente o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) e o Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas (IMT). No entanto este regime mostra-se cego às questões do ambiente e do ordenamento do território, o que seria possível melhorar.

Difícilmente haverá solução para o problema por uma via exclusivamente regulamentar. É necessário melhorar o efeito ambiental dos instrumentos fiscais de incidência territorial em Portugal, bem como introduzir outras medidas de carácter económico e fiscal que tenham em conta a componente ambiental no ordenamento do território.

Assim, através da pesquisa efectuada neste trabalho, foi possível inventariar um conjunto de acções de melhoria para o actual sistema nacional de tributação sobre o território. Estes resultados foram obtidos, por pesquisa bibliográfica, mas essencialmente pela realização de inquéritos a todos os municípios nacionais, bem como a aplicação dos resultados a três municípios de estudo. Os principais resultados obtidos neste estudo foram:

- Com base na carta de alterações de uso do solo foi possível determinar que, entre 2000 e 2006, ocorreram transformações em cerca de 8,6% do território.
 - Os territórios artificializados cresceram 10% (28 000 ha);
 - A vegetação natural decresceu 3,5% (27 000 ha);
 - O país tem mais 30 000 ha de floresta e menos 31 000 ha de agricultura.
- Com base nos resultados obtidos nos inquéritos foi possível determinar que:
 - Em média 20% da área total dos municípios é denominada como espaço urbanizável;
 - 42% acham que os benefícios para os municípios e/ou proprietários que possuem terrenos em áreas classificadas devem ter origem na redistribuição do IMI;
 - 69% concordam que o IMT não é um imposto apropriado à boa gestão do território.

Abstract

Actually Portugal faces big issues in the land-use management as the excess of urbanized and expectant areas, urban construction in sensible and risky areas, historical center degradation, natural vegetation low importance (biodiversity, ecological corridors and services) and plans driven by economical factors instead of sustainable growth factors. Those plans and the local finance systems only promote the urban growth.

The Portuguese fiscal system includes the real estate property tax (IMI) and the real estate transaction tax (IMT). Those taxes do not consider environmental and land-use management issues so we can improve in this area.

It will be hard to find a solution with only new laws. It's necessary to improve the environmental effect of the fiscal frameworks with territorial focus and to introduce other economical and fiscal actions with a strong environmental and land-use management component.

This report contains some improvement actions for the land-use taxation national system based on the IMI analysis. These results were obtained by literature, but principally for conducting investigations on all national municipalities as well the implementation of results of three studied municipalities. Main conclusions:

- Between 2000 and 2006, 8,6% of the territory has been transformed, based on the variation of land-use study;
 - Artificialized territory increased 10% (28 000 ha)
 - Natural Vegetation decreased 3,5% (27 000 ha)
- Portugal have more 30 000 ha of forest and less 31 000 ha of agriculture.
 - On average 20% of the municipal areas are urban
 - 42% of the municipalities believe that the benefits for them and for the land owners in classified areas must come from IMI redistribution;
 - 69% agree that IMI is not the best option for land-use management;

Lista de acrónimos

AC – Alterações Climáticas
AEA – Agência Europeia do Ambiente
ANA – Aeroportos de Portugal S.A.
ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses
AP – Áreas Protegidas
AR – Assembleia da República
CA – Contribuição Autárquica
CCDR – Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional
CE – Comissão Europeia
CIA- Central Intelligence Agency
CIBE – Cadastro e Inventário dos Bens do Estado
CIMI – Código do Imposto Municipal
CLC – Corine Land Cover
CM – Câmara Municipal
CNCAP – Comissão de Normalização Contabilística da Administração Pública
CRP – Constituição da República Portuguesa
DGAA – Direcção Geral da Administração Autárquica
DGAL – Direcção Geral da Administração Local
DGCI – Direcção Geral de Impostos
DL – Decreto de Lei
DPH – Domínio Público Hídrico
EEA – European Environmental Agency
EEB – European Environment Bureau
EU – European Union
EUKN – European Urban Knowledge Network
FAO – Food and Agriculture Organization
FCSH – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FEF – Fundo de Equilíbrio Financeiro
FEOGA – Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola
FFF – Fundo de Financiamento das Freguesias
FGM – Fundo Geral Municipal

FGM – Fundo Geral Municipal
FSE – Fundo Social Europeu
FSM – Fundo Social Municipal
GEE – Gases com Efeito de Estufa
GEOTA – Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente
GOP – Grandes Opções do Plano
IFOP – Instrumento Financeiro de Orientação das Pescas
IGP – Instituto Geográfico Português
IGT – Instrumentos de Gestão do Território
IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis
IMT – Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis
IMV – Imposto Municipal sobre veículos
INE – Instituto Nacional de Estatística
IPHI – Instituto Pluridisciplinar de História das Ideias
IRC – Imposto sobre Rendimento de pessoas Colectivas
IRS – Imposto sobre o Rendimento de pessoas Singulares
IVA – Imposto de Valor Acrescentado
LAU – Local Administrative Unit
LBA – Lei de Bases do Ambiente
LBOTU – Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo
LEADAR – Ligação entre acções de desenvolvimento da economia rural
LFL – Lei das Finanças Locais
MAOTDR – Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território e Desenvolvimento Rural
MF- Ministério das Finanças
MFAP – Ministério das Finanças e da Administração Pública
NUTS – Nomenclatura de Unidades Territoriais para fins estatísticos
OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OE – Orçamento de Estado
OMS – Organização Mundial de Saúde
ONU – Organização das Nações Unidas
OT – Ordenamento do território
PAC – Política Agrícola Comum
PAF – Plano de Acção Florestal
PBH – Plano de Bacia Hidrográfica

PDF – Plano de Desenvolvimento Florestal

PDM – Plano Director Municipal

PDR – Plano de Desenvolvimento Regional

PEC – Pacto de Estabilidade e Crescimento

PEN – Plano Energético Nacional

PER – Plano Especial de Realojamento nas áreas metropolitanas

PIB – Produto Interno Bruto

PIOT – Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território

PMAF – Política de apoio à Modernização Agrícola e Florestal

PMIF – Plano Municipal de Intervenção Florestal

PMOT – Plano Municipal do Ordenamento do Território

PNA – Plano Nacional da Água

PNPA – Plano Nacional da Política de Ambiente

PNPOT – Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território

PNR – Plano Rodoviário Nacional

PNT – Plano Nacional de Transportes

PNUA – Programa das Nações Unidas para o Ambiente

POAC – Plano de Ordenamento de Albufeiras Classificadas

POAP – Plano de Ordenamento das Áreas Protegidas

POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais

POCP – Plano de Oficial de Contabilidade Pública

POOC – Plano de Ordenamento da Orla Costeira

PP – Plano de Pormenor

PPDR – Plano de Promoção do Desenvolvimento Regional

PRAUD – Programa de Recuperação de Áreas Urbanas Degradadas

PROT – Plano Regional de Ordenamento do Território

PU – Plano de Urbanização

PUA – Prédios Urbanos Avaliados

PUnA – Prédios Urbanos não-Avaliados

RAN – Reserva Agrícola Nacional

RECRIA – Regime Especial de Participação na Recuperação de Imóveis Arrendados

RECRIPH – – Regime Especial de Participação e financiamento na Recuperação de Prédios Urbanos em Regime de Propriedade Horizontal

REHABITA – Regime de Apoio à Recuperação Habitacional em Áreas Urbanas Antigas

REN – Reserva Ecológica Nacional

RF – Reforma Fiscal

RFE – Reforma Fiscal Ambiental

RNAP – Rede Nacional de Áreas Protegidas

SATAPOCAL – Serviço de Apoio Técnico à Aplicação do POCAL

SINERGIC – Sistema Nacional para a Exploração e Gestão da Informação Geográfica

SISA – Actual IMT

ZIF – Zonas de Intervenção Florestal

ZPE – Zonas de Protecção Especial

Índice de matérias

Agradecimentos.....	iii
Sumário.....	v
Abstract.....	vi
Lista de acrónimos.....	vii
Índice de matérias.....	xi
Índice de figuras.....	xv
Índices de quadros.....	xix
1. Introdução.....	1
1.1. Enquadramento.....	1
1.2. Âmbito e objectivos.....	2
1.3. Organização da dissertação.....	2
2. Revisão bibliográfica.....	5
2.1. Âmbito da revisão.....	5
2.2 Crescimento urbano.....	5
2.3. Política do território.....	13
2.3.1. Definição de ordenamento do território.....	13
2.3.2. Os desequilíbrios territoriais e o modelo de desenvolvimento nacional.....	14
2.3.3. Política de fiscalidade e ordenamento do território em Portugal.....	20
2.3.4. Eficácia e obstáculos à implementação dos instrumentos de fiscalidade e ordenamento do território.....	27
2.4. Finanças Locais – Instrumentos económicos com influência no ordenamento do território.....	28
2.4.1. Descrição da LFL.....	28
2.4.2. Receitas autárquicas.....	29
2.4.3. Impostos e taxas locais.....	35

2.4.4. Fundos nacionais e comunitários para fiscalização e ordenamento do território.....	40
2.5. Instrumentos económicos para fiscalidade e ordenamento do território.....	41
2.5.1. Instrumentos económicos na política de Ambiente.....	41
2.5.2. Instrumentos fiscais relacionados com o território em alguns países da OCDE.....	47
2.6. Modelo EcoTerra.....	50
3. Metodologia.....	53
3.1. Abordagem geral.....	53
3.2 Tratamento de dados nacionais e regionais.....	53
3.3. Tratamento de dados dos inquéritos.....	54
3.4. Casos-estudo.....	56
4. Análise e interpretação dos resultados.....	57
4.1. Fontes de informação.....	57
4.2. Análise nacional e regional.....	58
4.2.1. Taxas.....	59
4.2.2. Valor patrimonial tributário.....	65
4.2.3. Contribuição de IMI.....	70
4.2.4. Síntese.....	75
4.3. Análise dos inquéritos.....	75
4.3.1. Informação geral.....	75
4.3.2. Análise e interpretação.....	76
4.3.3. Síntese.....	89
4.4. Aplicação aos casos-estudo.....	89
4.4.1. Barreiro.....	89
4.4.2. Odivelas.....	95
4.4.3. Viseu.....	102

4.4.4. Síntese.....	109
5. Discussão e recomendações.....	111
5.1. Discussão.....	111
5.2. Interpretação dos sucessos e insucessos.....	114
5.3. Recomendações.....	114
6. Conclusões.....	117
6.1. Síntese de resultados.....	117
6.2. Cumprimento dos objectivos.....	117
6.3. Recomendações.....	118
6.4. Desenvolvimentos futuros.....	119
Referências bibliográficas.....	121
Apêndices.....	129
Apêndice 1.....	129
Apêndice 2.....	131
Apêndice 3.....	134
Apêndice 4.....	137
Apêndice 5.....	151

Índice de figuras

Figura 2.1. Imagem satélite da Europa Ocidental em 17 de Novembro de 2009 às 23:19.....	6
Figura 2.2. Expansão de áreas urbanas e de outras urbanizações artificiais, 1990 – 2000.....	6
Figura 2.3. Impactos em terras agrícolas e zonas naturais, resultante da expansão das várias cidades europeias	9
Figura 2.4. CORINE Land Cover 2006 para Portugal Continental.....	10
Figura 2.5. Evolução da ocupação do solo de Portugal continental, 1985 a 2006.....	11
Figura 2.6. Percentagem da área de cada NUTS III ocupada em 2000 por Territórios artificializados (A), Áreas agrícolas (B) e Florestas e meios semi-naturais (C).....	12
Figura 2.7. Portugal Continental: Concentração da população por distrito; (b). Treemap de Portugal Continental ilustrando as proporções territoriais de cada distrito, mantendo a mesma coloração relativa à concentração da população; (c). Treemap alterado de modo a reflectir o nº total de habitantes (área de cada rectângulo = população).....	17
Figura 2.8. Comparação populacional dos 6 maiores concelhos, em área, com Lisboa.....	18
Figura 2.9. Distribuição de Portugal por distritos, municípios e sedes de concelho, respectivamente.....	19
Figura 2.10. Situação cadastral das propriedades rústicas de Portugal Continental.....	24
Figura 2.11. Repartição dos recursos públicos entre o Estado e as autarquias locais (art.º 19º a 28º da Lei n.º2/2007 – LFL).....	33
Figura 2.12. Receita da Administração Local, em % do PIB.....	35
Figura 2.13. Indicador de resposta: Tributação Ambiental: peso das taxas ambientais no total da receita de taxas comparativamente com as taxas sobre o trabalho entre 2004-2005-2006, em %).....	46
Figura 2.14. Reforma Fiscal do Ambiente nos estados membros da UE desde 1995.....	47
Figura 4.1. Áreas territoriais: Área total, REN e RN&AP.....	58
Figura 4.2. Evolução das taxas de IMI, aplicadas aos prédios urbanos avaliados e não avaliados, nos termos do CIMI a nível nacional.....	59
Figura 4.3. Evolução da taxa mínima de IMI, aplicada aos prédios urbanos não avaliados, nos termos do CIMI, entre 2003 e 2009, nas diferentes NUT III	60
Figura 4.4. Evolução da taxa máxima de IMI, aplicada aos prédios urbanos não avaliados, nos termos do CIMI, entre 2003 e 2009, nas diferentes NUT III.....	61
Figura 4.5. Evolução da taxa média de IMI, aplicada aos prédios urbanos não avaliados, nos termos do CIMI, entre 2003 e 2009, nas diferentes NUT III.....	62
Figura 4.6. Evolução da taxa mínima de IMI aplicada aos prédios avaliados, nos termos do CIMI, entre 2003 e 2009, nas diferentes NUT III.....	63

Figura 4.7. Evolução da taxa máxima de IMI aplicada aos prédios avaliados, nos termos do CIMI, entre 2003 e 2009, nas diferentes NUT III.....	64
Figura 4.8.Evolução da taxa média de IMI aplicada aos prédios avaliados, nos termos do CIMI, entre 2003 e 2009, nas diferentes NUT III.....	65
Figura 4.9. Total do valor patrimonial dos prédios urbanos, apurado em território nacional entre 2003 e 2008.....	66
Figura 4.10.Valor patrimonial dos prédios urbanos por habitante, apurado em território nacional entre 2003 e 2008.....	67
Figura 4.11. Valor patrimonial dos prédios urbanos por km ² , apurado em território nacional entre 2003 e 2008.....	67
Figura 4.12. Valor patrimonial total, dos prédios urbanos, apurado entre 2003 e 2008, pelas diferentes NUT III.....	68
Figura 4.13.Valor patrimonial dos prédios urbanos por habitante, apurado em território nacional entre 2003 e 2008.....	69
Figura 4.14. Valor patrimonial dos prédios urbanos por km ² , apurado em território nacional entre 2003 e 2008.....	70
Figura 4.15. Colecta de IMI total dos prédios urbanos, apurada em território nacional entre 2003 e 2008.....	71
Figura 4.16.Colecta de IMI dos prédios urbanos por habitante, apurado em território nacional entre 2003 e 2008.....	71
Figura 4.17.Colecta de IMI dos prédios urbanos por km ² apurada em território nacional entre 2003 e 2008.....	72
Figura 4.18. Colecta de IMI total dos prédios urbanos, apurada em território nacional entre 2003 e 2008.....	73
Figura 4.19. Colecta de IMI dos prédios urbanos por habitante, apurada em território nacional entre 2003 e 2008.....	74
Figura 4.20.Colecta de IMI dos prédios urbanos por km ² , apurada em território nacional entre 2003 e 2008.....	74
Figura 4.21.Número de respostas relativamente à % do FGM que deve ser distribuído de acordo com as áreas classificadas.....	82
Figura 4.22.Comparação entre a % do FGM que deve ser distribuído de acordo com as áreas classificadas e a % de áreas classificadas em cada município.....	82
Figura 4.23.Número de respostas relativamente ao valor que os proprietários devem beneficiar, por possuírem terrenos em áreas classificadas.....	83
Figura 4.24.Correlação entre o montante que os proprietários de terrenos em AC poderiam beneficiar relativamente à área do concelho.....	84

Figura 4.25. Comparação entre o montante que os proprietários de terrenos em AC poderiam beneficiar relativamente à densidade populacional.....	84
Figura 4.26. Comparação entre o montante que os proprietários de terrenos em AC poderiam beneficiar relativamente à margem bruta total por superfície agrícola utilizada.....	85
Figura 4.27. % da origem dos benefícios para os municípios e/ou proprietários, por possuírem terrenos em áreas classificadas, de acordo com as respostas aos inquéritos.....	86
Figura 4.28. Taxas de IMI aplicadas aos prédios urbanos pelo município do Barreiro entre 2003 e 2009.....	90
Figura 4.29. Total do valor Patrimonial, dos prédios urbanos, apurado pelo município do Barreiro entre 2003 e 2008.....	91
Figura 4.30. Valor patrimonial dos prédios urbanos, apurado por habitante entre 2003 e 2008, no município do Barreiro.....	91
Figura 4.31. Valor patrimonial, dos prédios urbanos, por km ² apurado entre 2003 e 2008, no município do Barreiro.....	92
Figura 4.32. Colecta de IMI dos prédios urbanos, apurada entre 2003 e 2008, pelo município do Barreiro.....	93
Figura 4.33. Colecta de IMI dos prédios urbanos por habitante, apurada entre 2003 e 2008, pelo município do Barreiro.....	93
Figura 4.34. Colecta de IMI dos prédios urbanos por km ² , apurada entre 2003 e 2008, pelo município do Barreiro.....	94
Figura 4.35. Taxas de IMI aplicadas aos prédios urbanos pelo município de Odivelas entre 2003 e 2009.....	96
Figura 4.36. Total do valor Patrimonial, dos prédios urbanos, apurado pelo município de Odivelas entre 2003 e 2008.....	97
Figura 4.37. Total do valor patrimonial, dos prédios urbanos, apurado por habitante entre 2003 e 2008, no município de Odivelas	98
Figura 4.38. Total do valor patrimonial, dos prédios urbanos, apurado por km ² apurado entre 2003 e 2008, no município de Odivelas.....	98
Figura 4.39. Colecta total de IMI, dos prédios urbanos, apurada entre 2003 e 2008, pelo município de Odivelas.....	99
Figura 4.40. Colecta de IMI dos prédios urbanos por habitante, apurada entre 2003 e 2008, no município de Odivelas.....	99
Figura 4.41. Colecta de IMI dos prédios urbanos por km ² , apurada entre 2003 e 2008, no município de Odivelas.....	100
Figura 4.42. Número de prédios e taxa aplicada ao município de Odivelas entre 2006 e 2008.....	101

Figura 4.43. Taxas de IMI aplicadas aos prédios urbanos pelo município de Viseu entre 2003 e 2009.....	103
Figura 4.44. Total do valor Patrimonial, dos prédios urbanos, apurado pelo município de Viseu entre 2003 e 2008.....	104
Figura 4.45. Total do valor patrimonial, dos prédios urbanos, apurado por habitante entre 2003 e 2008, no município de Viseu.....	105
Figura 4.46. Total do valor patrimonial, dos prédios urbanos, apurado por km2 apurado entre 2003 e 2008, no município de Viseu.....	105
Figura 4.47. Colecta total dos prédios urbanos, apurada entre 2003 e 2008, pelo município de Viseu.....	106
Figura 4.48. Colecta de IMI dos prédios urbanos por habitante, apurada entre 2003 e 2008, pelo município de Viseu.....	106
Figura 4.49. Colecta de IMI dos prédios urbanos por km2, apurada entre 2003 e 2008, pelo Município de Viseu.....	107

Índices de quadros

Quadro 2.1. Área e população por distrito, com as respectivas áreas.....	16
Quadro 2.2. Definições de património.....	22
Quadro 2.3. Instrumentos de gestão do território e do urbanismo, o seu contexto de actuação, bem como o seu âmbito de intervenção.....	25
Quadro 2.4. Enquadramento legal da (reforma da) gestão financeira e contabilidade pública.....	30
Quadro 2.5. Descrição das receitas dos municípios.....	32
Quadro 2.6. Receitas da Administração Local (milhões de Euros).....	33
Quadro 2.7. Peso das diferentes receitas na receita total da administração local.....	34
Quadro 2.8. Estrutura das Receitas da Administração Local e peso no PIB.....	34
Quadro 2.9. Diferença entre Impostos e Taxas.....	35
Quadro 2.10. Alterações ocorridas entre 2003 e 2008 das taxas aplicadas.....	38
Quadro 2.11. Descrição dos fundos comunitários.....	41
Quadro 2.12. Quadro síntese das insuficiências das medidas aplicas aos diversos temas.....	43
Quadro 2.13. Alteração dos instrumentos fiscais proposta pelo GEOTA no âmbito da campanha da RFA.....	44
Quadro 2.14. Comparação entre as reformas fiscais e os instrumentos económicos sobre o património, aplicadas aos países OCDE.....	49
Quadro 4.1. N° de habitantes e área por NUT III, bem como a densidade populacional.....	57
Quadro 4.2. Tabela síntese da análise nacional / regional.....	75
Quadro 4.3. Municípios que responderam ao inquérito sobre práticas de ordenamento e fiscalidade do território.....	76
Quadro 4.4. Valores relativos à consolidação do espaço urbano dos inquiridos.....	77
Quadro 4.5. Respostas dos inquiridos.....	78
Quadro 4.6. Respostas dos inquiridos.....	79
Quadro 4.7. Comparação entre a adequação da área urbanizável e as % de espaço urbanizável e sua ocupação.....	80
Quadro 4.8. Valores das áreas urbanas e áreas classificadas dos inquiridos.....	80

Quadro 4.9.Artigo 112º do CIMI.....	80
Quadro 4.10. Taxas de IMI, aplicados aos prédios urbanos, pelos municípios inquiridos.....	81
Quadro 4.11.Respostas dos inquiridos.....	83
Quadro 4.12. Respostas dos inquiridos.....	86
Quadro 4.13. Respostas dos inquiridos.....	87
Quadro 4.14. Respostas dos inquiridos.....	88
Quadro 4.15.Quadro síntese das hipóteses de alteração do regime das finanças locais.....	89
Quadro 4.16.Dados gerais do município do Barreiro.....	90
Quadro 4.17.Dados relativos às áreas classificadas e à área urbana abrangida por PP e PU...95	
Quadro 4.18.Dados gerais do município de Odivelas.....	96
Quadro 4.19.Dados relativos às áreas classificadas e à área urbana abrangida por PP e PU.100	
Quadro 4.20.Taxas de IMI: aplicação do art. 112º do CIMI.....	101
Quadro 4.21. Dados gerais do município de Viseu.....	103
Quadro 4.22.Dados relativos às áreas classificadas e à área urbana abrangida por PP e PU 108	
Quadro 4.23.Quadro síntese da posição dos casos-estudo, em 2009.....	109

1. Introdução

1.1. Enquadramento

O crescimento urbano tem provocado alterações profundas nos padrões do uso do território, provocando graves consequências quer ambientais quer sociais. Indicadores como a má organização das cidades, o abandono das áreas urbanas, o uso inadequado do solo agrícola, e a degradação progressiva das áreas naturais, têm alertado e têm sido razão de preocupação do estado do ambiente. Em parte, esta situação degradante deve-se à escassa tradição de planeamento e ordenamento do território em Portugal. Onde existem grandes lacunas na regulamentação, na coordenação e transmissão de informação dos meios existentes.

Actualmente os instrumentos fiscais incentivam os comportamentos especulativos dos particulares que interessam também aos agentes públicos. É urgente alterar esta situação. Os instrumentos devem estar vocacionados para uma actuação concertada através de mecanismos incentivadores/penalizadores.

O exercício, por parte da Administração Central e Local, das competências e atribuições relativas ao urbanismo e ao ordenamento do território encontra-se subvertido por um conjunto de práticas que ignoram a forma como a Constituição e a lei as definem e repartem. Se o ordenamento do território é uma competência partilhada entre o Governo e Municípios, já no que diz respeito ao planeamento e gestão urbanística, a competência é exclusivamente municipal.

Tradicionalmente, impostos como a Contribuição Autárquica e Sisa, respectivamente substituídos em 2003, pelo Imposto Municipal sobre Imóveis(IMI) e pelo Impostos Municipal Sobre Transacções sobre Imóveis (IMT), têm sido pensados particularmente como fonte de receitas municipais.

O novo Código do IMI prevê um conjunto de factores e índices que são decididos ao nível municipal. Tais decisões podem influenciar aspectos tão importantes como a requalificação urbana, os equipamentos urbanos disponíveis, a penalização de prédios em estado devoluto, ou a valorização de espaços verdes e áreas classificadas. É portanto necessário melhorar o efeito ambiental dos instrumentos fiscais que tenham em conta a componente ambiental no ordenamento do território.

As taxas e impostos municipais apresentam potencialidades, com incidência no território e património edificado. A diferenciação de taxas nas áreas verdes, edificadas e industriais, como resultado da introdução de critérios ambientais no coeficiente de afectação do valor patrimonial tributário do imóvel.

1.2. Âmbito e objectivos

A constatação de que as cidades têm vindo a crescer exageradamente, e que esse crescimento coloca em risco os sistemas naturais é uma realidade que importa inverter.

O primeiro objectivo do presente estudo consiste em avaliar a aplicação do IMI em Portugal pelas autarquias, procurando em especial identificar o seu potencial para melhorar práticas de gestão urbanística, requalificação urbana e de ordenamento do território.

A metodologia utilizada pretendeu conhecer em particular a situação actual das autarquias nacionais, para tal foi efectuado um inquérito a todos os Municípios Portugueses. Simultaneamente, foi recolhida informação junto das entidades nacionais competentes ao assunto abordado de modo a obter a melhor percepção do ponto de situação. De modo permitir o estudo e a possibilidade da aplicação deste estudo foram seleccionados três casos-estudo: Barreiro, Odivelas e Viseu. Nesta última situação procedeu-se à discussão dos resultados dos inquéritos bem como as consequências das alterações propostas, nesta dissertação, para tal ocorreram reuniões com os municípios.

1.3. Organização da dissertação

Após a introdução, a presente dissertação contém mais quatro capítulos.

No **capítulo 2** é apresentado um panorama do crescimento das cidades, quer a nível europeu quer a nível mundial, onde é revista a sua evolução recente e previsões futuras, analisam-se ainda algumas causas e consequências desse crescimento tanto no meio urbano como no rural.

Dentro deste capítulo é ainda realizada uma análise do estado actual da política do território, onde é feito o estudo dos desequilíbrios nacionais e do modelo de desenvolvimento territorial. Ao nível da política de fiscalidade e ordenamento do território em Portugal é efectuado um estudo pormenorizado quanto à eficácia e dificuldades de implementação dessa política. São ainda analisadas as Finanças Locais numa perspectiva de influência do território, uma vez que este é um instrumento económico gerador de receitas para as autarquias, nomeadamente através de impostos e taxas locais.

Os impostos ambientais em vigor em Portugal e nos membros da OCDE são analisados numa perspectiva de integração dos diferentes instrumentos, quer sejam de ordenamento do território ou económicos, tendo por base a doutrina da Reforma Fiscal Ambiental e a economia ecológica, no âmbito do desenvolvimento sustentável. O âmbito deste projecto remete para uma avaliação cuidada de experiencias internacionais, através de uma análise comparativa com outros países sobre os regimes de finanças locais, tributação do património e uso de ecotaxas.

No **capítulo 3** é definida a metodologia utilizada para obter os resultados, bem como a explicação do modo de como os dados foram obtidos, e de todos os procedimentos utilizados ao longo do estudo.

No **capítulo 4** apresentam-se os principais resultados do exercício e o seu impacte a nível nacional, a nível da sub-região (NUTS III) e a nível municipal nos três casos-estudo. A variação na receita, em ambas as situações, é comparada com indicadores territoriais, de modo a induzir quais as possíveis reacções à implementação do modelo. Esta análise é feita para as autarquias e proprietários de áreas naturais. As principais conclusões dos estudos e até mesmo a comparação entre os resultados dos inquéritos com os resultados obtidos com os indicadores territoriais são avaliados no **capítulo 5**.

Finalmente no **capítulo 6** é apresentada uma síntese dos resultados, o cumprimento dos objectivos bem como as suas limitações. São igualmente sugeridas algumas recomendações, essencialmente aos governantes políticos, finalizando-se com algumas sugestões de desenvolvimentos futuros.

2. Revisão bibliográfica

2.1. Âmbito da revisão

A revisão bibliográfica para este estudo procurou tocar no máximo de tópicos interferentes no tema do ordenamento e fiscalidade do território, essencialmente nos impostos.

Efectuou-se um levantamento do modo como a expansão urbana se tem vindo a desencadear, procurando perceber como os instrumentos de gestão e ordenamento do território são aplicados e como fiscalizam este crescimento, comparando também com a situação de outros países.

Analizou-se a Lei das Finanças Locais e o modo como é aplicada pelas autarquias locais, bem como a distribuição do próprio território nacional, de modo a contribuir com uma explicação para os dados encontrados

Finalizando-se com a apresentação de um projecto que se tem vindo a desenvolver em Portugal em parceria com a European Environmental Bureau (EEB), onde promovem uma Reforma Fiscal Ambiental ambiciosa e eficaz.

Esta revisão servirá de base para a discussão dos resultados que surgem das respostas dos municípios aos inquéritos realizados. Onde foram sugeridas alterações à Lei das Finanças Locais e quais as motivações que permitiram essas alterações.

2.2 Crescimento urbano

As cidades mundiais atravessam problemas graves no que se refere ao Ordenamento do Território bem como solucionar a habitação para as pessoas que se deslocam diariamente dos espaços rurais para as urbes. Segundo a EEA, pela primeira vez na história da humanidade, existem mais pessoas a viver nas áreas urbanas do que nas áreas rurais.

A Europa é um dos continentes mais urbanizados. Cerca de 75% da população vive em áreas urbanas; em 2020, aumentará para 80%. Por esse motivo, a procura de terras no interior e na periferia das cidades está a transformar-se num grave problema. A expansão urbana está a remodelar a paisagem e afectar a qualidade de vida e o ambiente de uma forma sem precedentes. A gestão e o ordenamento do território urbano passaram a figurar no primeiro plano da agenda política (EEA, 2006).

O desenvolvimento urbano tem uma forte dimensão na Europa. As cidades interagem e influenciam os solos circundantes, afectando assim o ambiente de uma área muito mais alargada. Em Portugal, constata-se que 59% da população residia em cidades no fim de 2008, (CIA, 2009).

As imagens de satélite mostram a Península Ibérica imersa na escuridão nocturna, com cada ponto de luz a indicar uma presença humana. Na costa Ocidental da Península, contornando o mar, num traço contínuo de Norte a Sul, os pontos de luz multiplicavam-se. No interior faiscavam alguns focos, poucos, numa vasta escuridão. Esta descrição pode ser observada na figura 2.1.

As cidades actuam como catalisadores de progresso, atraindo o investimento e consequentemente o emprego, gerando um grande dinamismo na economia mundial. São responsáveis por grande parte das nossas realizações e inovações culturais, intelectuais, educacionais e tecnológicas. No entanto, a tendência actual para abordagens novas e pouco densas no que respeita ao desenvolvimento urbano tem consequências graves no futuro.



Figura 2.1. Imagem satélite da Europa Ocidental em 17 de Novembro de 2009 às 23:19 (The living Earth, 2009)

De acordo com o relatório da EEA entre 1990 e 2000 mais de 800 000 hectares de solo europeu foi construído, evidenciando a rápida e contínua expansão territorial das cidades, em mais de 5% numa década, o que equivale três vezes a superfície do Luxemburgo, como mostra a figura 2.2 (EEA, 2009).

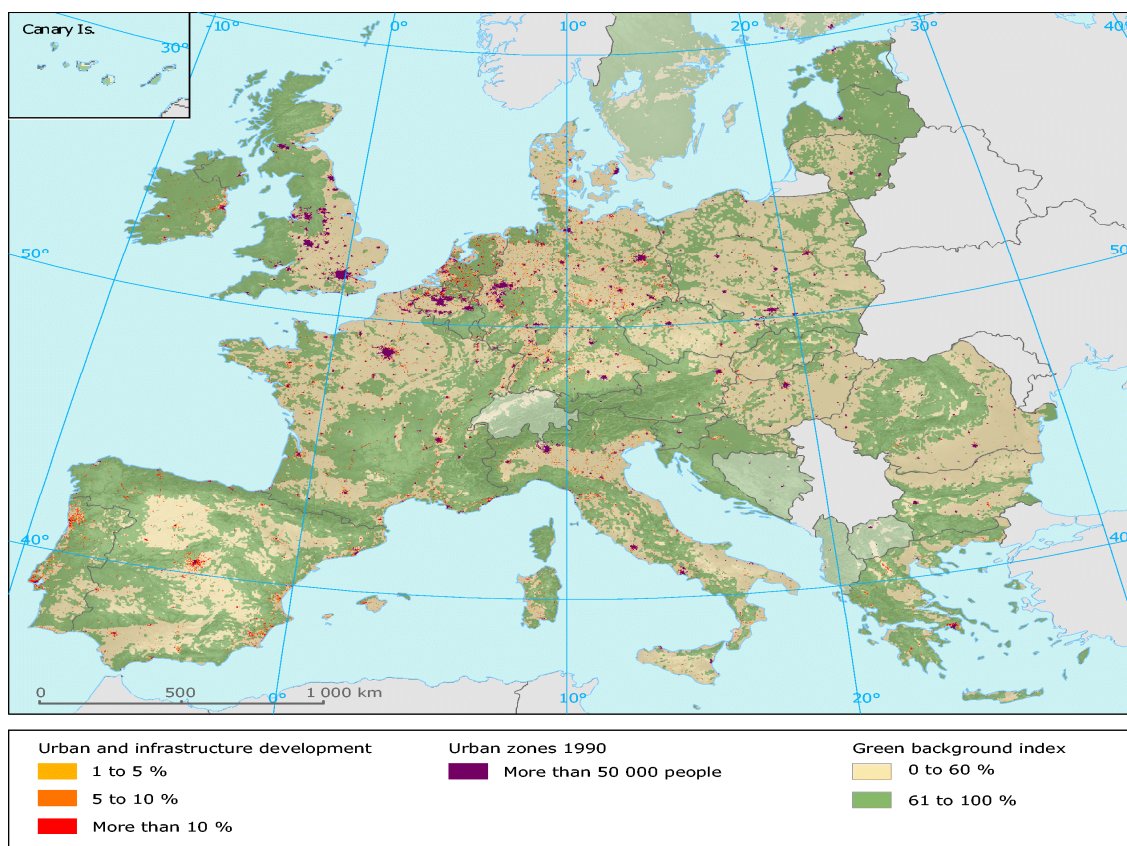


Figura 2.2. Expansão de áreas urbanas e de outras urbanizações artificiais, 1990 – 2000 (EEA, 2006)

As áreas onde os impactos da expansão urbana são mais visíveis encontram-se em países ou regiões cuja densidade populacional e actividade económica são elevadas (Bélgica, Holanda, regiões sul e ocidental da Alemanha, norte de Itália, região de Paris) e/ou aquelas que apresentam um vigoroso crescimento económico (Irlanda, Portugal, Alemanha de Leste, região de Madrid). A expansão é mais evidente em países ou regiões que beneficiaram de políticas regionais e de financiamentos comunitários (EEA, 2006).

Historicamente, o processo da rápida urbanização começou inicialmente nas regiões mais desenvolvidas de hoje. Em 1920, pouco menos de 30 % da sua população era urbana e, em 1950, mais de metade da sua população vivia em áreas urbanas. A Europa foi a área menos urbanizada, com 72 % de sua população a viver em áreas urbanas (United Nations, 2008).

Considerando as previsões da Organização das Nações Unidas (ONU) entre 2007 e 2050, a população mundial deverá aumentar 2,5 mil milhões, passando de 6,7 a 9,2 mil milhões. Inicialmente a população mundial situava-se em zonas rurais, uma vez que o desenvolvimento económico advinha da agricultura, com a revolução industrial deu-se um ponto de viragem, as populações passaram a viver nas cidades e o desenvolvimento rural abrandou, no ano de 2008 a população mundial urbana iguala-se à população mundial rural e, a partir de então, o seu crescimento tem vindo a aumentar. Apesar do crescente desenvolvimento urbano existem zonas do mundo que permanecem profundamente isoladas da restante realidade urbana. Nomeadamente, em África e na Ásia, seis em cada dez pessoas vivem em áreas rurais (United Nations, 2008).

A mudança do paradigma rural para o urbano encontra-se associada às necessidades das populações em melhorarem as suas condições de vida. Esta alteração só foi possível devido à melhoria significativa da mobilidade urbana, principalmente com a aquisição de veículo individual, e com uma construção urbana desorganizada e de baixo custo na periferia das grandes cidades.

O observatório Europeu LEADAR afirmou que se deveria apostar na “inovação em meio rural” de modo a contrariar esta tendência. Para tal, deveria apostar-se na criação de serviços inovadores, uma vez que “tal como o emprego e a criação de actividades, os serviços à população são hoje um factor essencial para a manutenção das pessoas em meio rural” (LEADER, 1999). Devendo portanto incentivar-se ao empreendedorismo de pequeno porte, como Schumpeter defendia que toda a mudança verdadeiramente importante na economia vem da iniciativa dos empreendedores (Schumpeter, 1961).

Segundo o relatório da EEA de 2006 a globalização é um dos grandes responsáveis pela expansão urbana (EEA, 2006). No entanto esta integração não levou a uma maior fiscalidade, por parte das entidades responsáveis, pelo contrário tornou-se cada vez mais dispersa e com uma variedade de actores e agências, gerando vários níveis de governação (Rosamund, 2004). Como resposta as cidades procuraram reforçar a acção a nível local por envolvimento de instrumentos de nível europeu.

O ideal europeu é baseado num conceito central de um futuro comum. O Tratado de Lisboa, baseia-se nesse conceito e veio reforçar uma cultura de cooperação e integração entre governos e comunidades (Comissão Europeia, 2009).

O desenvolvimento urbano envolve o substancial consumo de numerosos recursos naturais e consequentemente a produção de muitos outros, criando impactes severos, muitas vezes irreversíveis, quer sobre o ambiente, quer na economia quer até mesmo na saúde pública. Entre outras consequências está associado a este crescimento demográfico a expansão urbana, a qual reforça maior necessidade de transportes, o que implica aumento do consumo de energia, emissões para a atmosfera e aumento do ruído, com efeitos no ambiente, a necessidade de solo, o que implica a perda de solos férteis para produção agrícola para a construção de infra-estruturas. O elevado crescimento urbano poderá levar a uma gestão e utilização do solo inadequada.

Os solos são tão essenciais para a sociedade humana como o ar e a água, mas a degradação do solo não recebeu a mesma atenção prestada aos problemas que ameaçam estes dois outros elementos. No entanto, os solos são a base de 90% de todos os alimentos humanos, alimentos para animais, fibras e combustível. Suportam as aglomerações humanas e fornecem matérias-primas e águas subterrâneas (EEA, 2009). Entre os principais problemas registados na Europa figuram: a perda da camada superior dos solos devido à erosão ou actividades de construção, a contaminação e a acidificação.

O crescimento das cidades europeias nos últimos anos tem ocorrido principalmente em terreno agrícola, competindo pelo mesmo espaço. Observando a figura 2.3, verifica-se que em quase todas as cidades europeias existe um decréscimo das áreas agrícolas e naturais em

detrimento da expansão urbana. A figura apenas retrata a situação de uma única cidade portuguesa, a cidade do Porto. O crescimento da malha urbana do Porto provocou uma maior perda de área agrícola, comparativamente à área natural. No entanto, não se pode desprezar estes valores, dado que se está a perder património natural em prejuízo do património urbano.

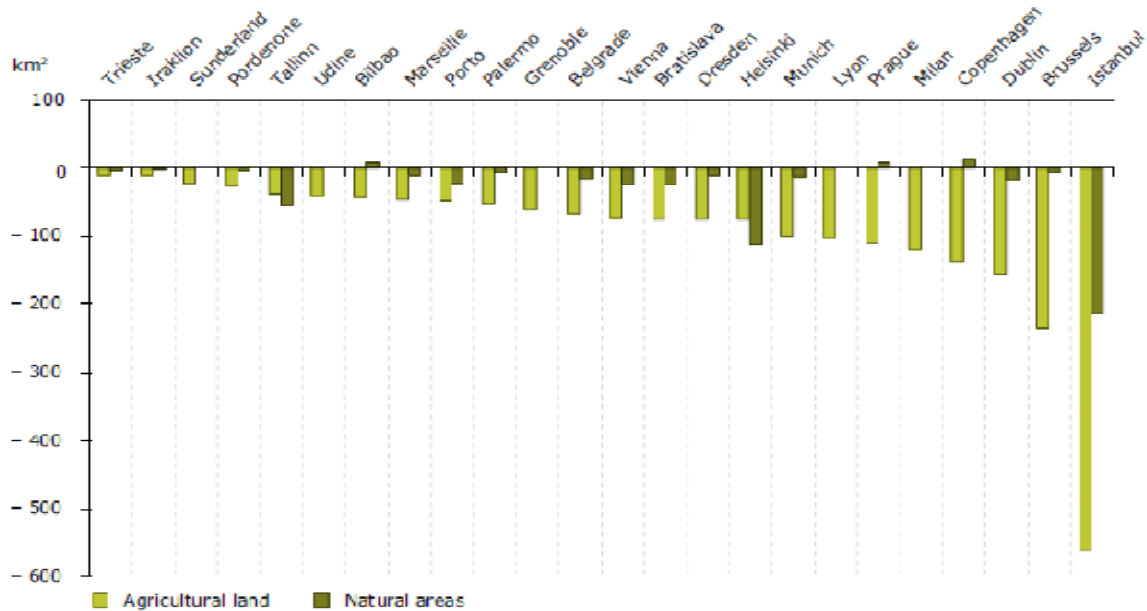


Figura 2.3. Impactes em terras agrícolas e zonas naturais, resultante da expansão das várias cidades europeias (EEA, 2006)

A AEA diz que mais de um quarto do território da União Europeia foi afectado directamente pela utilização urbana dos solos: entre 1990 e 2000. Esta ocupação ocorreu inicialmente nos antigos solos agrícolas, resultando na perda de serviços ecossistémicos importantes, como a produção de alimentos, a protecção contra inundações e a diversidade biológica (EEA, 2006). Na figura 2.4 pode-se observar a ocupação dada ao solo em 2000, observando-se manchas claras de tecido urbano.

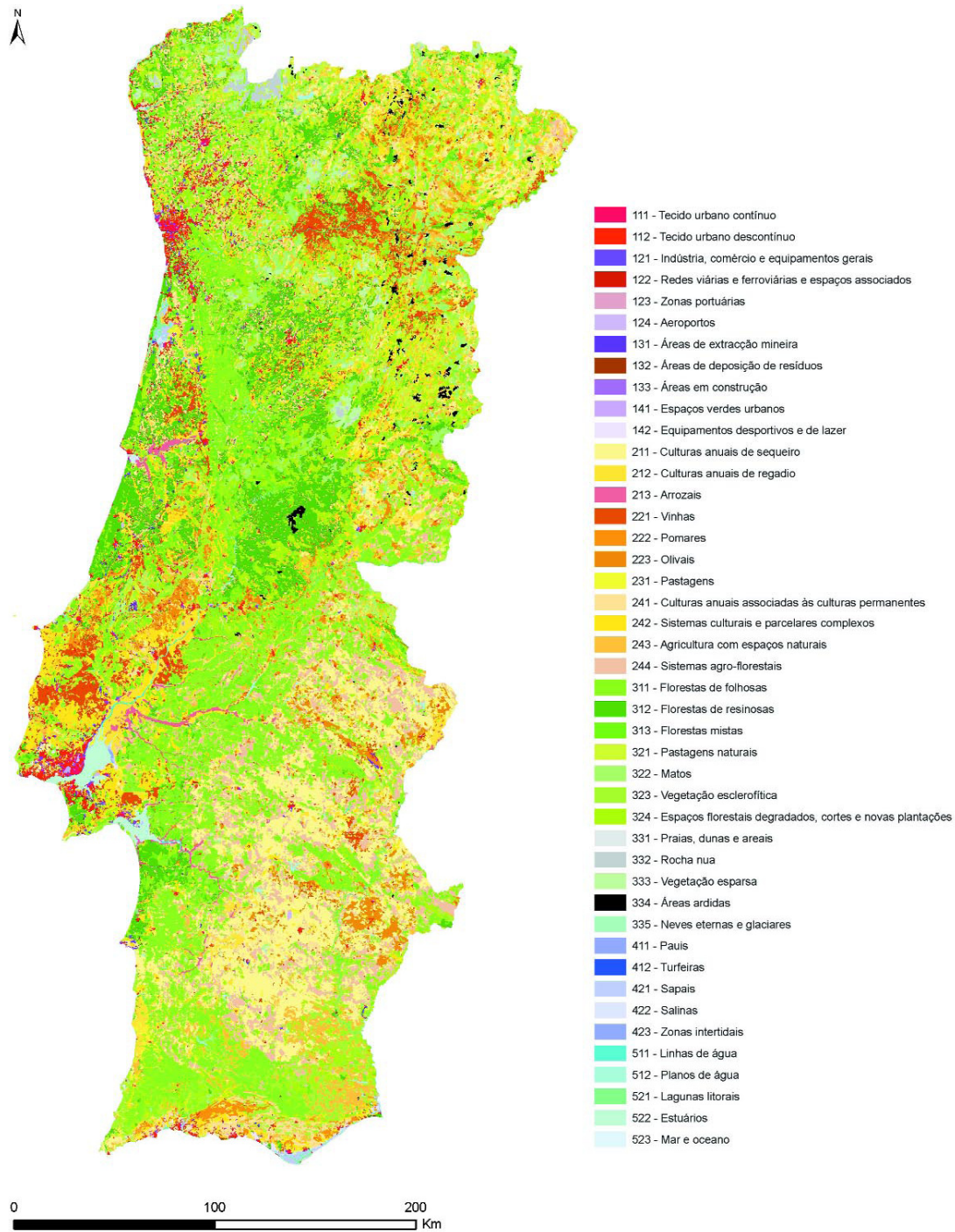


Figura 2.4. CORINE Land Cover 2000 para Portugal Continental (IA, 2006)

Na figura 2.5 representa-se a evolução da área total ocupada entre 1985 e 2000, pela distribuição das quatro maiores classes da nomenclatura CLC.

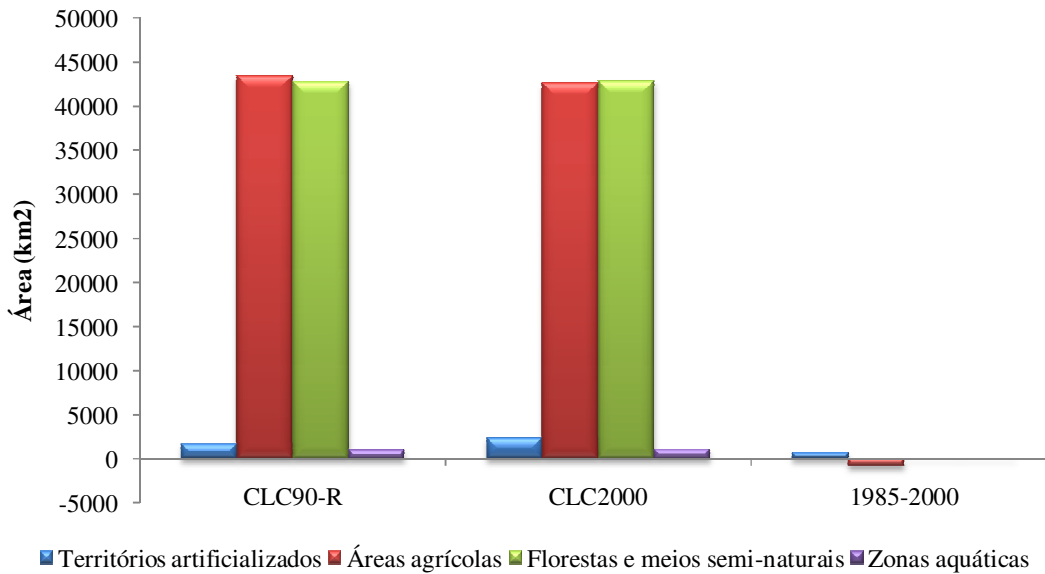


Figura 2.5. Evolução da ocupação do solo de Portugal continental, 1985 a 2000 (Adaptado: IA, 2006)

Verifica-se que, das quatro ocupações, a classe Territórios artificializados é a que apresenta maior variação entre 1985 e 2000. Existe uma perda substancial de áreas agrícolas, muitas vezes as mais férteis e em grande parte em detrimento dos territórios artificializados. As cidades têm vindo a ocupar o território de produção agrícola local onde se origina o alimento. As florestas sofreram um aumento pouco significativo, bem como as zonas aquáticas.

Na figura 2.6 apresentam-se três mapas. Um com a percentagem da área de cada NUT III ocupada por Territórios artificializados (A), um com Áreas Agrícolas (B) e outro com Florestas e meios seminaturais (C).

Na figura A pode observar-se claramente um zonamento relacionado com a distância ao litoral, que apenas tem excepção ao longo da costa alentejana. Verificando-se assim uma maior preponderância desta classe numa faixa que acompanha o litoral, embora com diferenças sensíveis dos valores por NUT. As NUT Grande Porto e Grande Lisboa destacam-se com as maiores percentagens, a rondarem os 30 e 25%, respectivamente. Um segundo grupo inclui as NUT próximas daquelas áreas, designadamente o Ave e Entre Douro, Vouga e a Península de Setúbal. Outro grupo inclui as NUT litorais entre Porto e Lisboa e ainda Minho-Lima, Cávado, Tâmega, Médio Tejo e Algarve, todas com valores ainda superiores à média nacional. As restantes NUT apresentam percentagens de ocupação de Territórios artificializados muito baixas, entre 0.3 e cerca de 2% da sua área (IA, 2006).

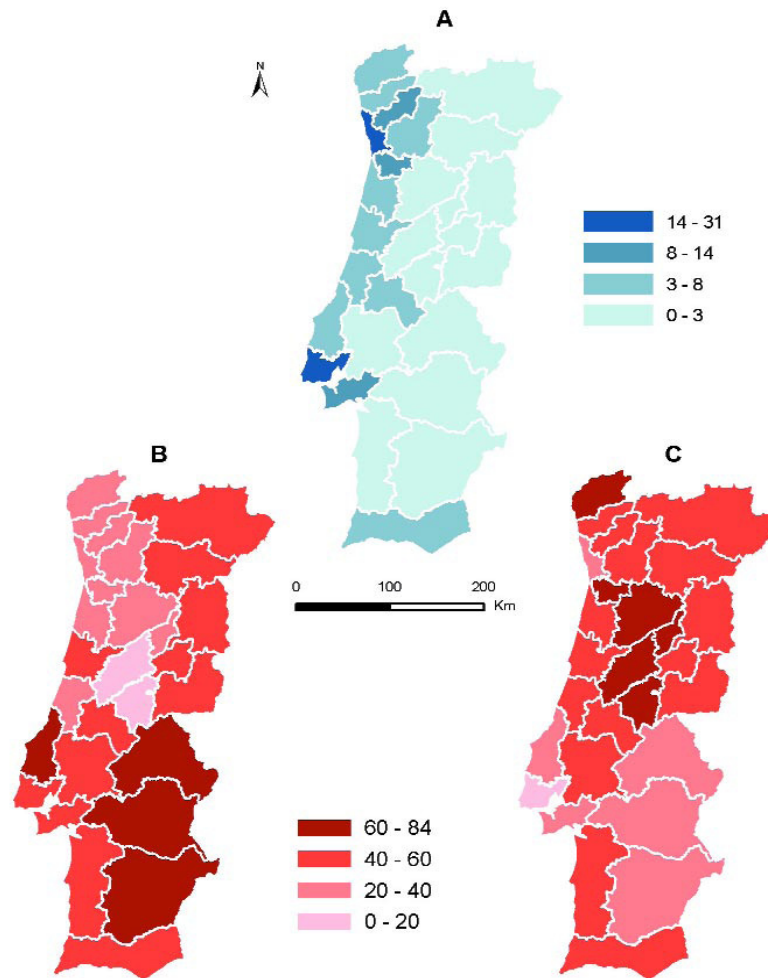


Figura 2.6. Percentagem da área de cada NUTS III ocupada em 2000 por Territórios artificializados (A), Áreas agrícolas (B) e Florestas e meios semi-naturais (C) (IA, 2006)

Uma análise geral do mapa B, com a percentagem da área de cada NUT III ocupada por Áreas agrícolas, revela um contraste entre as regiões Noroeste e o Sul do país, com esta última a ostentar percentagens de ocupação agrícola mais elevadas. Com valores acima dos 60% destacam-se as NUT Alto Alentejo, Oeste, Alentejo Central e Baixo Alentejo, esta última com 76%. Pelo contrário, as NUT Pinhal Interior Sul e Pinhal Interior Norte sobressaem por apresentarem os valores de abundância relativa de agricultura mais baixos, com 15.7 e 19.2%, respectivamente. As restantes NUT apresentam valores significativos de abundância relativa de agricultura, entre os 20 e 59% (IA, 2006).

Relativamente à percentagem da área de cada NUT III ocupada por Florestas e meios seminaturais (C), a situação assemelha-se ao inverso da figura B, com excepção da Grande Lisboa e Grande Porto. A Grande Lisboa é mesmo a única NUT III a apresentar um valor de ocupação desta classe inferior a 20% (18.9%) (IA, 2006).

Os solos precisam de ser conservados. Eles são recursos não-renováveis e a perda de terras agrícolas causam maiores impactes sobre a biodiversidade com a perda dos biótopos valiosos para muitos animais, particularmente as aves. As cidades em expansão também ameaçam

consumir as melhores terras agrícolas, deslocando assim a actividade agrícola, tanto para as áreas menos produtivas (exigindo elevados consumos de água e fertilizantes) e localidades mais remotas de montanha (com aumento risco de erosão do solo).

Por outro lado, os habitantes das cidades, apreciam as cidades pela sua organização, pelo design e pela acessibilidade a todos os serviços e bens, mas em contrapartida têm maior exposição ao ruído e uma qualidade do ar inferior àquele que os habitantes dos espaços rurais estão sujeitos.

Prevê-se que a redução dos agregados familiares e o envelhecimento da população contribuam para aumentar as pressões ambientais nas próximas décadas. O desenvolvimento das tecnologias e dos serviços de comunicação e de informação introduz novas alterações qualitativas importantes para os sistemas urbanos. Uma das principais causas da poluição atmosférica e dos problemas de ruído é o aumento do tráfego automóvel, que também é responsável pela redução das zonas verdes e de repouso disponíveis nos centros das cidades. A Organização Mundial de Saúde (OMS) estima que cerca de 100 mil mortes anuais podem estar associadas com a poluição atmosférica nas cidades europeias, reduzindo, em média, num ano a esperança de vida (OMS, 2004).

2.3. Política do território

2.3.1. Definição de ordenamento do território

A expressão ordenamento do território (OT), embora numa acepção ampla que engloba o planeamento económico regional e a economia do espaço, é utilizada pela primeira vez, em 1947, por François Gravier. Apesar de anteriormente, já Cantillon (1755), Von Thünen (1826), Weber (1909) e Lösch (1940) se tinham referido ao OT sem, contudo, o explicitar formalmente. Klaassen define o ordenamento do território como o estudo da utilização do solo na região e a repartição desta utilização entre nós de diferente importância. Outros autores entendem-no como o conjunto de acções concertadas visando dispor ordenadamente num território os habitantes, as actividades, as construções, os equipamentos e os meios de comunicação (Reigado; Matos, 2001).

Reigado define o ordenamento do território como a expressão espacial da política económica, social, cultural e ecológica de toda a sociedade ou ainda como uma disciplina científica, uma técnica administrativa e uma política concebida com um enfoque interdisciplinar e global, cujo objectivo é um desenvolvimento equilibrado das regiões e a organização física do espaço segundo um conceito que o rege (Reigado, 1999).

O OT, sendo interdisciplinar, é composto por vários sistemas e domínios - a demografia, o ordenamento urbano, a rede hidrográfica, a floresta, a agricultura, a ecologia, as redes de distribuição, a conservação do património e o recreio - que, por sua vez, se desdobram em vários subsistemas. Contudo, o indivíduo e o seu bem-estar, assim como a sua interacção com o ambiente, constituem o ponto central numa perspectiva de desenvolvimento sustentável. O OT estende-se a quase todas as políticas nacionais e comunitárias e é considerado um

instrumento no esforço de coesão económica e social, bem como um meio importante para a integração do ambiente nas políticas sectoriais.

As políticas de OT, iniciadas um pouco por toda a Europa após a carta de Atenas nos anos 30, tiveram até aos anos 90 uma dimensão nacional. Embora na década de 60 esboce-se a primeira estratégia comum de OT dos Estados-membros, só em 1982, o Conselho da Europa adoptou a Carta Europeia do Ordenamento do Território, no seguimento das Cartas Europeias do Património Cultural, do Solo e da Água, definindo de forma inovadora os grandes objectivos que deveriam orientar as políticas de ordenamento, de melhoria da qualidade de vida e de organização das actividades humanas no continente europeu (Reigado e Matos, 2001).

O alargamento das políticas regionais verificado nos anos 90, intimamente ligado com a aceleração do processo de aprofundamento da integração europeia, e os Fundos Estruturais têm como objectivo apoiar a reestruturação e requalificação do espaço europeu, apoiando prioritariamente as regiões mais desfavorecidas.

A dimensão europeia começa a ganhar alguma consistência nas políticas espaciais na maioria dos Estados-membros. Na realidade são cada vez mais frequentes, quer as consultas entre os Estados sobre questões transnacionais, quer a troca regular de informação sobre planeamento do território num quadro multi-lateral. Além das orientações saídas das cimeiras internacionais, alguns Estados-membros têm elaborado documentos nos quais são traçadas estratégias comuns para a sua política nacional de ordenamento do território ou para problemas específicos de planeamento (Comissão Europeia, 1999).

2.3.2. Os desequilíbrios territoriais e o modelo de desenvolvimento nacional

Enquadramento

Efectuando uma análise profunda ao território Português, verificam-se que existem desigualdades territoriais profundas. É de salientar o desequilíbrio profundo entre a capital e a província devido, entre outros factores, a uma anormal centralização que se foi agravando durante séculos e que originou uma hipertrofia da capital e região circundante geradora, por sua vez, de desequilíbrios demográficos, económicos e culturais bem visíveis.

Por outro lado, verificam-se desigualdades existentes entre as regiões do interior. Conduzindo à criação de alguns núcleos urbanos com elevada densidade populacional, contrapondo com as regiões rurais agregadas que se deparam com o abandono populacional devido à dotação insuficiente de infra-estruturas e equipamentos.

A ideia, muito comum em Portugal, de que no nosso estágio de desenvolvimento, a qualidade do espaço não é compatível com o caminho do progresso tem de ser definitivamente erradicada. Não pode ser aceite qualquer política ou estratégia de desenvolvimento que não inclua a qualidade do ambiente como um dos vectores essenciais do bem-estar das populações. Da mesma forma, um território arruinado pelo mau uso e ocupação anárquica, é

um território perdido para hoje e sobretudo para o futuro. É necessário implementar uma correcta política de OT, isto é, ordenar e impor as soluções adequadas através do planeamento, tendo em consideração os valores socioculturais e ecológicos, que devem ser ideia intrínseca à gestão dos recursos naturais e à localização das actividades vitais do homem (Saldanha Sanches e Taborda da Gama, 2004).

A falta de uma verdadeira política de OT, durante muitos anos, foi a principal causa dos graves problemas e elevados prejuízos humanos e materiais, que os acontecimentos naturais anormais, por exemplo chuvas e secas, provocaram. O inexistente ou deficiente OT nacional traduz-se na forte concentração da população e actividades produtivas na faixa litoral a par da construção de habitação dispersa no interior, nos loteamentos desordenados e sem qualidade, na construção em zonas de inundação e sobre as linhas de água, na destruição de dunas devido, entre outros factores, à especulação imobiliária e à falta de manutenção, na substituição da drenagem natural por betão e asfalto, nas praias, albufeiras e rios assoreados, nos canais artificiais e diques mal dimensionados, de deficiente qualidade de construção e sem manutenção, entre muitos outros (Saldanha Sanches e Taborda da Gama, 2004).

Perante a tendência da uniformização, a diferença e a qualidade constituem-se em elementos-chave das estratégias de desenvolvimento regional pelo que um território qualificado e com identidade cria predisposição para a fixação da população e, em particular, de quadros técnicos tão necessários ao desenvolvimento sustentável (Câmara Municipal de Coimbra, 2010).

Em termos gerais, o OT não começa e acaba com a estruturação das vias de comunicação (estruturas rodo e ferroviárias), estas “apenas” suportam os fluxos de pessoas e bens, daí que ordenar o território implique compatibilizar as áreas de forte densidade populacional com as áreas deprimidas, integrar as aldeias históricas com a cidade moderna, valorizar os recursos naturais e o património histórico-cultural, integrar o urbano e o rural, formar os quadros técnicos e criar as condições para a sua fixação na região, ou por outras palavras, pôr o território ao serviço do homem numa lógica de equidade (Saldanha Sanches e Taborda da Gama, 2004).

A administração

Ao longo da História de Portugal aplicaram-se diversas divisões administrativas, mas que nem sempre correspondiam a efectivas circunscrições com carácter autárquico. A primeira divisão de que se tem conhecimento baseia-se exclusivamente na localização dos principais conventos do país, resultantes da ocupação romana (Shapes of Portugal, 2008).

Actualmente o modo como se organiza o território, face à complexidade da gestão, é também fruto do cruzamento de iniciativas ‘voluntaristas’ das comunidades locais ou regionais, e das propostas da Administração Central, nível que determina a maioria das decisões mais importantes sobre o território de Portugal, sejam elas Programas ou Planos ou simplesmente classificações de nível administrativo que, em qualquer caso, são depois sustentáculo de decisões a jusante (Poeira, 2006).

Distritos

Desde 1976, Portugal está dividido em 18 Distritos e 2 Regiões Autónomas insulares (Açores e Madeira), que englobam 308 Municípios e que se subdividem em 4257 Freguesias. Esta divisão política tem sido alvo de várias tentativas de criação de um sistema mais prático e lógico que melhor se adequa à realidade económica, cultural e demográfica do país. Comparando os distritos de Portugal Continental, verifica-se uma certa desadequação referente à actual estrutura, ora vejamos:

Quadro 2.1. Área e população por distrito, com as respectivas áreas

Distrito/Região	Área (km ²)	% Ocupação do território	População (2008)	% de População
Açores	2 333	2,5	244 780	2,3
Aveiro	2 808	3,1	735 090	6,9
Beja	10 225	11,1	151 599	1,4
Braga	2 673	2,9	864 182	8,1
Bragança	6 608	7,2	140 635	1,3
Castelo Branco	6 675	7,2	197 185	1,9
Coimbra	3 947	4,3	432 555	4,1
Évora	7 393	8,0	168 893	1,6
Faro	4 960	5,3	430 084	4,1
Guarda	5 518	6,0	170 532	1,6
Leiria	3 515	3,8	480 165	4,5
Lisboa	2 761	3,0	2 238 484	21,1
Madeira	797	0,9	247 161	2,3
Portalegre	6 165	6,7	116 830	1,1
Porto	2 395	2,6	1 824 123	17,2
Santarém	6 747	7,3	465 867	4,4
Setúbal	5 064	5,5	860 134	8,1
V. Castelo	2 255	2,5	250 951	2,4
Vila Real	4 328	4,7	215 521	1,9
Viseu	5 007	5,4	392 479	3,7
Total	92 174	100	1 062 7250	100

* Dados recolhidos por município e posteriormente agregados por distrito.

(Fonte: INE, 2009)

Beja o maior distrito, 4,5 vezes superior ao menor distrito, Viana do Castelo, o que retrata uma certa desadequação da estrutura do país. O distrito de Beja representa cerca de 11% de toda a área de Portugal continental, enquanto Viana do Castelo representa apenas 2,5%. Note-se ainda que apesar de Beja representar 11% da área total de Portugal continental, a sua população representa apenas 1,4%.

De modo a perceber melhor a distribuição territorial portuguesas recorreu-se a um Treemap. Treemap é um método de visualização de dados criado por Ben Shneiderman da Universidade de Maryland nos EUA.

Neste caso pode ver-se como um Treemap, devido à sua divisão ortogonal, facilita uma melhor percepção da área de cada distrito, embora a verdadeira vantagem do método surja na utilização de subdivisões e inserção de variáveis estatísticas.

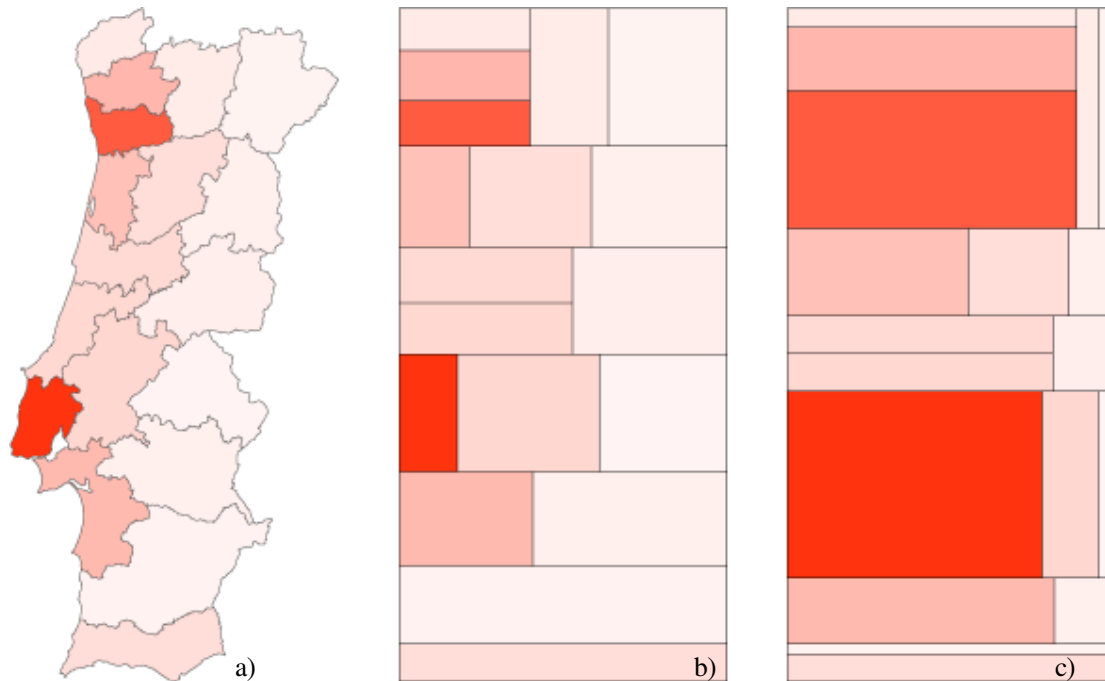


Figura 2.7. Portugal Continental: Concentração da população por distrito; (b). Treemap de Portugal Continental ilustrando as proporções territoriais de cada distrito, mantendo a mesma coloração relativa à concentração da população; (c). Treemap alterado de modo a reflectir o nº total de habitantes (área de cada rectângulo = população (Shapes of Portugal, 2008))

Para além da transfiguração do distrito de Lisboa, visível no segundo Treemap (c), é notória também a explosão do litoral e a contracção do interior. É curioso que os seis maiores distritos portugueses (à excepção de Santarém e Setúbal) sejam igualmente os seis distritos com menor população e com um carácter em comum: a fronteira com Espanha.

Não deixa de ser assustador que numa altura que se fala na desertificação do interior exista 1 distrito (em 18) que tenha uma população superior ao valor cumulativo de 9 distritos. De facto, se juntarmos a população dos distritos de Faro, Beja, Évora, Portalegre, Castelo Branco, Guarda, Viseu, Bragança e Vila Real, que representam 61,7% de toda a área de Portugal, obtemos um valor de 1 983 758 habitantes, um número ainda inferior aos 2 238 484 habitantes do distrito de Lisboa. E tudo leva a crer que esta discrepância continuará a acentuar-se. A figura 2.8 dá uma melhor percepção desta diferença.

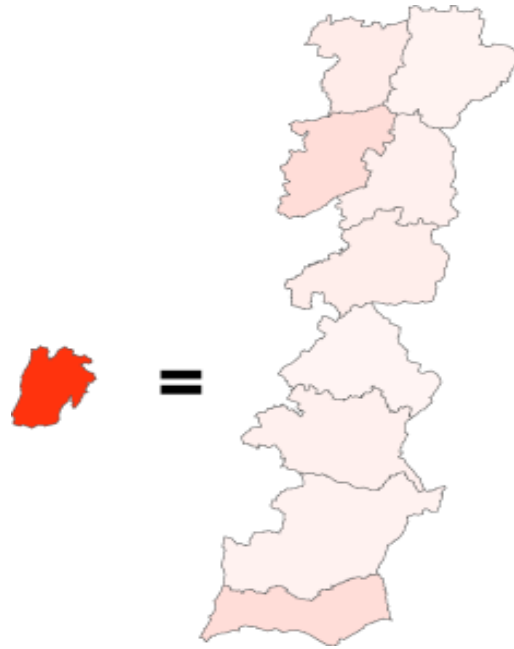


Figura 2.8. Comparação populacional dos 6 maiores concelhos, em área, com Lisboa (Shapes of Portugal, 2008)

Municípios e freguesias

Os municípios ou concelhos portugueses são a subdivisão territorial mais consistente que o país teve ao longo dos seus 900 anos de história. Muitos municípios portugueses têm origem nas cartas de foral que os reis atribuíam a certas terras e aos territórios limítrofes. Uma grande maioria permaneceu até hoje - primeiro, sujeitos a leis particulares a cada um deles, em obediência aos usos locais e à vontade régia expressa no foral da terra, e depois sujeitos a leis nacionais gerais a partir do liberalismo oitocentista (Shapes of Portugal, 2008).

Actualmente, existem em Portugal 308 municípios, que podem ser categorizados em três dimensões:

- i) Pequenos (com população menor ou igual a 20 000 habitantes (108 de 308));
- ii) Médios (com população superior a 20 000 habitantes e menor ou igual a 100 000 habitantes (105 de 308));
- iii) Grandes – com população superior a 100 000 habitantes (23 de 308)).

O Eurostat criou no âmbito da EU as LAU – Unidades Administrativas Locais (Local Administrative Unit) que no contexto nacional representam os 308 municípios portugueses (LAU I) e respectivas 4 257 freguesias (LAU II).

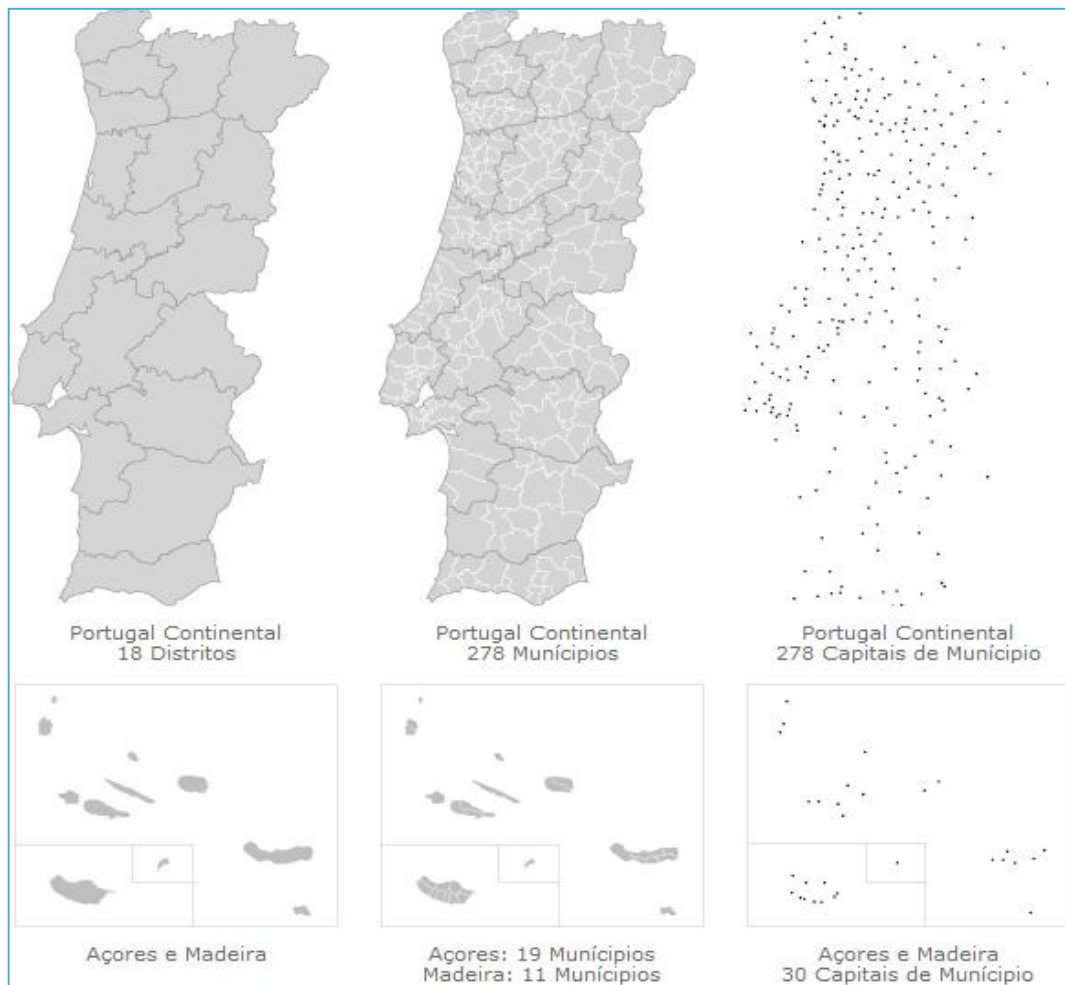


Figura 2.9. Distribuição de Portugal por distritos, municípios e sedes de concelho, respectivamente (Shapes of Portugal, 2008)

A distribuição de municípios por distrito é relativamente homogénea sendo que em média um distrito ou região autónoma possui cerca de 15 municípios. O distrito português com mais municípios é Viseu com 24, seguido por Santarém e Aveiro, respectivamente com 21 e 19 municípios. O distrito de Viana do Castelo para além de ser o mais pequeno de Portugal é também o distrito com menor número de municípios, apenas 10.

A distribuição em área dos 308 municípios portugueses, é como seria de esperar bastante menos homogénea que a distribuição territorial por distritos. O maior município português é o município de Odemira, do distrito de Beja, com 1 720,6 km², 25 365 habitantes, em 2008, e subdividido em 17 freguesias. O município de São João da Madeira, distrito de Aveiro, é o mais pequeno município português com apenas 7,9 km², correspondendo à área da cidade, o que lhe confere uma elevadíssima densidade populacional: 2 739,8 hab/km² (INE, 2009).

NUT

As NUT – Nomenclaturas de Unidades Territoriais para fins Estatísticos (Nomenclature of Territorial Units for Statistics) designam as sub-regiões estatísticas em que se divide o

território dos países da União Europeia, incluindo o território português. Criadas pelo Eurostat no âmbito da UE, as NUT pretendem uniformizar as estatísticas regionais europeias e são empregues, entre outras coisas, na distribuição regional de fundos comunitários. As NUT estão subdivididas em 3 níveis: NUT I; NUT II; e NUT III. Contudo, em alguns países, entre os quais Portugal, são utilizados dois níveis hierárquicos complementares, respectivamente LAU I e LAU II, dantes denominados por NUT IV e NUT V.

Encontra-se em anexo um quadro com a descrição das NUT I, NUT II e NUT III nacionais.

Muitas têm sido as propostas de reorganização territorial no sentido de criar níveis regionais de administração, no sentido de se ultrapassar a ‘excessiva’ dispersão local do poder e da capacidade de decisão, reconhecendo-se que, em muitos casos, o défice de massa crítica local em recursos e pessoas, condena à ineficácia muitas políticas e medidas de desenvolvimento, tendo em conta a necessidade de afirmação e representação no espaço da Europa Comunitária em que, maioritariamente, as escalas de decisão são diferentes.

Tendo sido inutilizadas as iniciativas de constituir autarquias regionais, já na década de 90 do século XX, foi desencadeado pelo XV Governo Constitucional, em Maio de 2003, o processo para instituir, ainda e sempre com intuítos organizacionais do território nacional, as Comunidades Urbanas e as Grandes Áreas Metropolitanas que abrem possibilidades de organização regional do território português com base no sistema urbano, ou seja, com base nos pólos mais dinâmicos do território (Poeira, 2006).

De sublinhar, mais uma vez, a importância das cidades nomeadamente a sua importância política: sempre que se desenharam propostas de reorganização administrativa, houve a preocupação com a elevação de centros urbanos à categoria de Cidade, mesmo que nem sempre os parâmetros estatísticos, definidos em 1982 no Decreto-Lei n.º 11, de 2 de Junho, confirmem essa posição. Hoje existem 141 cidades no Continente, das quais 18 são “capitais de Distrito”. Nas Regiões Autónomas, existem 12 cidades, 6 na Madeira e 6 nos Açores.

2.3.3. Política de fiscalidade e ordenamento do território em Portugal

Os instrumentos económicos de gestão do território são meras regulamentações do uso do espaço.

Um modelo coerente de planeamento do território deve assegurar uma clara e racional classificação dos usos do solo onde se conjuguem o interesse público associado à salvaguarda e valorização dos recursos ambientais, o respeito pelos direitos da propriedade e uma relação harmoniosa entre o sentido útil dos usos considerados e a sustentação das populações locais e das suas economias. Os Municípios querem um ordenamento do território que promova espaços para as pessoas; espaços humanizados onde se possa viver sejam espaços rústicos ou urbanos. Um ordenamento dinâmico que integre a componente ambiental, mas também o desenvolvimento económico, a sustentabilidade e a interdependência das regiões. Um ordenamento que promova equilíbrios para travar tendências de abandono e desertificação de espaços rurais, com o consequente agravamento da pressão explosiva sobre meios urbanos (ANMP, 2007).

A actual situação em matéria de planeamento territorial, afectação do uso dos solos, delimitação de áreas classificadas, exige assim uma profunda alteração. Para além das ingerências nas competências municipais, ditadas por normas técnicas saídas de gabinetes centralizados longe das áreas afectadas, é o dia-a-dia das populações que na maioria dos casos é importunado: os obstáculos à construção de mais uma divisão na habitação, as dificuldades para ampliar um estábulo, a proibição de cultivar esta ou aquela espécie, a interdição desta ou daquela prática agrícola, os estudos e pareceres exigidos para construção de um muro ou de um acesso, são apenas alguns dos exemplos que justificam alterações urgentes de procedimentos (ANMP, 2007).

De facto o território não se transforma e desenvolve por força dos planos de ordenamento. O território transforma-se por força das acções concretas que são realizadas pelos vários titulares ou representantes legítimos dos interesses que nele se exprimem.

Para melhor entendimento da dinâmica potencial do território para o desenvolvimento é fundamental conhecer a estrutura fundiária e a titularidade do solo. Uma estrutura fundiária muito dividida significa muitos prédios, que eventualmente será necessária a reorganização para que possam adaptar-se bem aos novos usos do solo, previstos no plano de ordenamento e às soluções especiais que lhes estão associadas.

Isto implica procedimentos técnico-administrativos e tempo. Significa também constrangimentos à própria concepção do plano, caso se queira evitar a multiplicação de prédios “imperfeitos” ou das aquisições/expropriações resultantes da sobreposição da geometria do plano à geometria fundiária (Campos, 2009).

Os conteúdos dos planos territoriais devem corresponder aos programas determinados pela vontade política da Autarquia no respeito pelo Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território e outros planos sectoriais. Os planos não podem ser considerados como uma dificuldade gratuita sendo fundamental o encurtamento dos tempos envolvidos no procedimento administrativo. Devem atender aos problemas concretos existentes nos espaços onde os cidadãos e os agentes económicos vivem e trabalham, encontrando as soluções necessárias, não se constituindo como um mero elenco de proibições alheado das necessidades reais das populações (ANMP, 2007).

Para aumentar a imperiosa competitividade da economia nacional é fundamental a redução de custos de contexto, de modo a atrair o investimento e a aumentar a rentabilidade das empresas. A redução do peso burocrático do planeamento do território e a tomada de decisão em tempo útil são medidas fundamentais para prosseguir estes objectivos, algo que passa também pela necessidade de junção e articulação de todos os pareceres dos serviços da administração central por uma única entidade, medidas que, mais do que o recurso a alterações à legislação em vigor, carecem de vontade e decisão política (ANMP, 2007).

Estando constitucional e legalmente definido que a tutela exercida sobre as autarquias é inspectiva, é definitivamente inaceitável a tutela técnica prévia e de mérito, que vem sendo exercida pelos mais diversos serviços da Administração Central. O licenciamento municipal deve tender cada vez mais para mecanismos de responsabilização dos técnicos pelos seus

projectos e pelas construções edificadas, sendo aqueles certificados pelos respectivos organismos profissionais cabendo ao município verificar a conformidade (ANMP, 2007).

O território transforma-se e ordena-se/desordena-se também através da realização dos equipamentos e das grandes infra-estruturas territoriais, entre as quais: auto-estradas, caminhos-de-ferro, portos, aeroportos, barragens, sistemas de energia, sistemas técnicos de valorização agro-florestal (Campos, 2000).

Definições de património

O ordenamento do território é, fundamentalmente, à gestão da interacção homem/espaco natural. Consiste no planeamento das ocupações, no potenciar do aproveitamento das infra-estruturas existentes e no assegurar da preservação de recursos limitados.

Quadro 2.2. Definições de património

Definição	Autor
Tem origem no latim “ <i>patrimonium</i> ”, significa herança paterna; bens de família; bens necessários para tomar ordens eclesiásticas; bem, ou conjunto de bens culturais ou naturais, de valor reconhecido para determinada localidade, região, país, ou para a humanidade	Dicionário da língua portuguesa
Conjunto de relações jurídicas pertencentes a uma pessoa que tem uma utilidade económica e são por isso susceptíveis de avaliação pecuniária	Prof. José Tavares (Tavares, 1929)
O conjunto de relações jurídicas (direitos e obrigações) com valor económico, isto é, avaliáveis em dinheiro de que é sujeito activo e passivo uma dada pessoa singular ou colectiva (património global)	Prof. Dr. Manuel de Andrade (Gomes, 2005)
A expressão impostos sobre o património compreende os impostos que tributam a riqueza exteriorizada pela propriedade ou uso e fruição de bens patrimoniais e os que incidem sobre os actos relativos à sua aquisição	Comissão para Desenvolvimento da Reforma Fiscal (MF, 2002)
O conjunto de valores pecuniários líquidos (valores activos menos passivos) de que é titular determinada pessoa	Prof. Dr. J. J. Teixeira Ribeiro (Ribeiro, 1991)
O património fiscalmente relevante é actualmente constituído por toda a manifestação de riqueza exteriorizada quer pela propriedade, quer pelo uso e fruição de certos bens imóveis e móveis sujeitos a registo, bem como que se encontrem igualmente sujeitos a tributação em sede própria	Dr. Sousa Franco (Comissão de Reforma da Tributação do Património, 1999)

Então só fazem parte do património para efeitos fiscais, os bens e relações jurídicas que estão no comércio jurídico-privado, com valor de troca actual e que são avaliáveis em dinheiro. Por outro lado, para efeitos de IMI, o património tributado é apenas constituído por bens materiais, enquanto para efeitos de IMT e de Imposto de Selo sobre transmissões gratuitas de bens abrange, além de bens materiais também a transmissão de direitos reais (Gomes, 2005).

Situação Cadastral do País

A falta de conhecimento dos limites das diversas parcelas do território, bem como dos seus proprietários é preocupante, porque a má gestão do território começa aí. Nunca se podem elaborar bons projectos e programas de território sem este estar bem definido.

A informação cadastral é um elemento basilar do sistema nacional de informação geográfica, constituindo informação de base para outro tipo de dados e de estruturas de informação que

têm a localização como referencial comum. Uma das principais opções do programa do Governo – Melhorar a qualidade de vida e reforçar a coesão territorial num quadro sustentável de desenvolvimento – aponta claramente para a necessidade de Portugal, um dos poucos países da União Europeia no qual ainda não há cadastro, colmatar esta grave lacuna (MAOTDR, 2009).

O cadastro acarreta vários benefícios: segurança de posse; desencorajamento da especulação imobiliária, promoção do desenvolvimento local e regional, potenciando uma melhor gestão dos recursos naturais, cobrança equitativa de taxas e servindo como base de informação para o aumento da eficiência de vários serviços públicos, com efeitos num melhor planeamento do território.

Há mais de um século que Portugal tenta actualizar o seu cadastro territorial. Segundo Sidónio Pardal, para gestões de tributações da propriedade, o Estado perde centenas de milhões de euros todos os anos em receita fiscal, pela simples razão de que não sabe a quem cobrar. Então para que situações deste género não continuem a ocorrer e para a eficácia de todo o planeamento e gestão do território, é determinante a existência de um cadastro predial moderno e actualizado (Pardal, 2009).

A falta de cadastro leva a muitas situações de incoerência, dado que nem os proprietários conhecem os limites dos seus terrenos, tendo, muitas vezes, apenas como referência uma árvore, uma pedra ou uma vala. Numa situação de incêndio a árvore desaparece, apenas terra queimada permanece. Os herdeiros não só recebem o prédio rústico como uma carga de trabalhos quando um dia lhes for solicitada informação sobre as confrontações exactas da propriedade.

Os terrenos inscritos na conservatória do registo predial, nas primeiras décadas do século XX, eram medidos a passo, não apresentando qualquer rigor geográfico. Os anos passaram e a necessidade de um levantamento cadastral de todo o território nacional, tornou-se essencial. Não apenas por uma questão de planeamento e ordenamento do espaço, mas também por razões económicas e fiscais. No ano de 2009 conclui-se que cerca de metade do país não está cadastrado (Andrade, 2009).

Actualmente, apenas a sul do rio Tejo se encontra efectuado o levantamento cadastral dos prédios, onde a extensão das propriedades o permitiram. De forma a finalizar o levantamento cadastral serão necessários vários anos de trabalho em conjunto entre elementos das Finanças, da Justiça e do OT e também da Agricultura (Andrade, 2009).

A figura abaixo, mostra a actual situação cadastral, dos prédios rústicos, de Portugal continental. Onde existem quatro concelhos, representados a verde, que não entraram no regime de cadastro, porque o seu cadastro não foi aprovado devido a algumas irregularidades (Matosinhos, Alcobaça, Ourém e São Brás de Alportel). Estes serão avaliados novamente em 2012. Já em situação de execução encontram-se os concelhos de Santa Maria da Feira, Vagos, Ílhavo, Mira e Tavira.



Figura 2.10. Situação cadastral das propriedades rústicas de Portugal Continental (IGP, 2009)

Há uma situação complicada que cerca de 70% da área de pinhal está situada em municípios sem cadastro. No caso do eucalipto a situação é semelhante, com 50% em área não cadastrada (Andrade, 2009).

O resultado final deste trabalho só se verá provavelmente daqui a alguns anos, onde existirá uma base de dados acessível a todos. Para que em qualquer situação de intervenção no território, se tenha conhecimento a quem pertence a terra, qual a sua área exacta, quanto vale e para que fins está prevista. Esta base de dados deverá ser actualizada paralelamente pelas Finanças e pelas Câmaras Municipais.

O território é um enorme condomínio partilhado pelas entidades que visam implementar as políticas de interesse público, e por todos os cidadãos que o utilizam para satisfazerem necessidades básicas ou desenvolverem actividades económicas (Santo, 2009). Conhecer esse território, com as suas diferentes características se proprietários, é condição necessária para um adequado ordenamento, gestão dos recursos e distribuição de riqueza através das políticas fiscais. Por isso, o cadastro é um instrumento fundamental para suporte às tomadas de decisão que permitam um maior e melhor desenvolvimento.

Principais instrumentos

Os sistemas de gestão territorial são meras interações coordenadas dos diversos âmbitos, isto é, nacional, regional e municipal, através de um conjunto coerente de instrumentos de gestão territorial.

O Sistema de Planeamento Português começou a ser estruturado, a diversas escalas, na década de 70 do século XX já existiam Planos de Ordenamento, para determinados objectivos e áreas, principalmente urbanas. Contudo, os ensaios dos anos 70 e 80 pecam pela falta de articulação entre as orientações definidas nos diplomas de então.

Actualmente, o Sistema de Planeamento Português, no que concerne aos Planos de Ordenamento e de Desenvolvimento, inclui três escalas em estreita interdependência: nacional, regional e local. Nos dois primeiros níveis, os Planos são estratégicos e a nível local inserem-se as preocupações com o ordenamento do território (Poeira, 2006).

Quadro 2.3. Instrumentos de gestão do ordenamento do território, o seu contexto de actuação, bem como o seu âmbito de intervenção

Contexto de actuação	Instrumento	Âmbito de intervenção
Internacional	PNUA - Programa das Nações Unidas para o Ambiente	Determina os 26 princípios fundamentais que evocam a necessidade de preservação do ambiente na planificação do desenvolvimento económico
	Declaração de Hanôver	Determinou os princípios e valores para a acção nível local rumo à sustentabilidade.
Nacional	GOP - Grandes Opções do Plano	Grandes orientações de política do ambiente do Governo para cada ano
	Lei de Bases do Ambiente	Define as bases políticas do ambiente e o seu quadro legal no que se refere às diversas componentes ambientais
	Lei de Bases do Ordenamento do Território	Estabelece as bases da política de ordenamento do território e de urbanismo
	PNPOT - Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território	Concretiza a política de ordenamento do território e do urbanismo de âmbito nacional
	PEN - Plano Energético Nacional	Principais orientações para o sector energético em Portugal
	PRN - Plano Rodoviário Nacional	Modelo de organização da Rede de Estradas Nacional
	PET - Plano Estratégico de Transportes	Estratégia para uma política integrada no sector dos transportes
	PNA - Plano Nacional da Água	Orientações de âmbito nacional para a gestão integrada da água
	PBH - Plano de Bacia Hidrográfica	Caracterização dos aspectos qualitativos e quantitativos dos recursos hídricos subterrâneos da área que abrange o plano
	PAF - Plano de Acção Florestal	Estratégia do Governo para a melhoria da gestão sustentável da floresta portuguesa
	PNPA - Plano Nacional da Política de Ambiente	Instrumento estratégico para o ambiente e, que reforça a articulação entre este e outras áreas de governação
Regional / Especial	PDR - Plano de Desenvolvimento Regional	Plano de desenvolvimento apresentado por Portugal à Comissão Europeia e que serviu de base à elaboração do QCA III
	PROT - Plano Regional de Ordenamento do Território	Estabelece o regime de uso e gestão do território numa escala regional

(continuação do quadro 2.3)

Contexto de actuação	Instrumento		Âmbito de intervenção
Regional / Especial	POOC - Plano de Ordenamento da Orla Costeira		Regula os usos, a vocação e a capacidade de suporte da orla costeira, quanto aos equipamentos e implementações humanas
	POAC - Plano de Ordenamento de Albufeiras Classificadas		Define as regras de utilização das águas das albufeiras e o tipo de intervenção dentro da sua zona de protecção
	POAP - Plano de Ordenamento das Áreas Protegidas		Regula os limites ao exercício da actividade humana fixada nestas áreas
Local / Municipal	PIOT - Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território		Possibilita uma gestão integrada de áreas municipais contíguas
	PMOT- Plano Municipal de Ordenamento do Território	PDM - Plano Director Municipal	Estabelece o modelo de estrutura espacial do território municipal
		PU - Plano de Urbanização	Instrumento decisivo para a qualificação do ambiente urbano na cidade
		PP - Plano de Pormenor	Aplica os princípios do PU em áreas que se consideram prioritárias para a expansão da cidade, num contexto de crescimento populacional
	PMIF - Plano Municipal de Intervenção Florestal		Instrumento que propõe uma série de medidas para a defesa contra incêndios e o ordenamento florestal do município
Servidões ou condicionantes	REN- Rede Ecológica Nacional		Integra as áreas indispensáveis à estabilidade ecológica do meio e à utilização racional dos recursos naturais
	RAN - Rede Agrícola Nacional		Delimita as áreas de maiores potencialidades agrícolas e a potência a sua gestão
	DPH - Domínio Público Hídrico		Define o regime jurídico dos terrenos do domínio público hídrico, de modo a facilitar o seu aproveitamento para os seus diversos usos
	AP - Áreas Protegidas		Define áreas de interesse nacional, consideradas de grande importância ecológica
	Rede Natura 2000	ZPE - Zona de Protecção especial	Asseguram a protecção de áreas para o cumprimento da Directiva das Aves
		Sítios Nacionais	Asseguram a protecção de áreas para o cumprimento da Directiva dos Habitats

A relação hierárquica dos diferentes planos referidos tem na cúpula o PNPOT e na base, naturalmente, o PP. Assim, os diferentes planos traduzem um compromisso de compatibilização das respectivas opções. E, quando sobre a mesma área territorial incide mais de um plano, o plano posterior deve indicar expressamente quais as normas do plano preexistente que revoga, sob pena de invalidade.

Um correcto ordenamento do território assim como uma eficaz protecção do Ambiente implica, muitas vezes, uma abordagem intermunicipal pelo que deverá ser equacionada a possibilidade de contratualização com associações de municípios de algumas das competências em matéria de ambiente e ordenamento (ANMP, 2007).

As Assembleias Legislativas Regionais e as Associações de Municípios deverão articular a adaptação destas propostas às Regiões Autónomas. Importa também ver qual o nível territorial em que melhor serão exercidas as competências. (ANMP, 2007).

2.3.4. Eficácia e obstáculos à implementação dos instrumentos de fiscalidade e ordenamento do território

Nos últimos 30 anos, os projectos de assistência técnica estiveram baseados, principalmente, nas estratégias verticais. As intervenções eram definidas através das problemáticas sectoriais (agricultura, planeamento e gestão dos recursos naturais, conservação do solo e água, entre outros) e dirigidas, parcialmente, às limitações e potencialidades dos territórios onde se desenvolviam. Portanto, estas intervenções foram adaptadas ou adaptáveis ocasionalmente aos contextos locais. Para compensar as suas limitações, estes projectos meramente técnicos transformaram-se em programas integrados extensos, sobrecarregados de actividades e, portanto, impraticáveis (FAO, 2009).

Durante as últimas legislaturas tem-se verificado um esforço para contrariar esta tendência. Contudo, tal esforço não tem sido alcançado, essencialmente no sentido de integração dos diversos tipos de figuras de planeamento físico e da sua articulação com o planeamento global. A necessidade de passar de um urbanismo somente formal para um urbanismo mais prático que permita tornar os instrumentos legais existentes mais legítimos, é cada vez mais evidente. Trata-se, no fundo, de procurar articular a variada legislação existente sobre o solo, sobre planeamento, sobre finanças e fiscalidade que permita dar resposta aos problemas existentes (FCSH e IPHI, 2000).

A experiência dos planos de urbanização ensina-nos que os movimentos inovadores iniciados pelo Estado, se forem unicamente dados aos cuidados da Administração Pública, facilmente acabam numa sobrecarga burocrática exercida sobre os administrados e em muito pouco cooperam para unir os distintos agentes de metamorfose do território, com o fim de alcançarem um projecto comum, porque o planeamento é por natureza pluridisciplinar. E se isso acontecer, os ganhos obtidos mediante uma acrescida capacidade de controlo público sobre o solo são rapidamente transpostos por aquilo que se perde, devido aos cidadãos se afastarem de um planeamento que não defende os seus direitos urbanísticos (FCSH e IPHI, 2000; Vaz e Sacadura, 2000).

A participação dos cidadãos não tem sido considerada pelo sistema de planeamento. Compare-se, a título de exemplo, o diploma que disciplina a elaboração dos PMOT (1990) com o Código de Procedimento Administrativo (1991) e verificar-se-á que o primeiro desconhece o contributo que o OT pode prestar ao aprofundamento da participação pública. No Código, os cidadãos têm o direito de apresentar projectos de regulamento à aprovação dos órgãos municipais, enquanto na lei especial dos planos, a elaboração destes instrumentos é competência exclusiva da câmara municipal (Prates, 2008).

É notável a ausência de uma tradição de participação de todos aqueles a quem o processo de planeamento se dirige. O que sucede é que as populações nunca foram informadas, educadas ou sensibilizadas para os processos de transformação dos territórios em que vivem. Quando esta participação é possível, nem sempre é eficaz, já pelo momento do processo em que é solicitada e pela forma como o é, já pela impreparação de quem deve intervir (Cunha; Melo, 2007b; Campos, 2000; Correia, 2000).

Verificamos que hoje em dia, até pela multiplicidade de planos que estão a ser apresentados em simultâneo, que o nível técnico das realizações é duvidoso, denunciando a falta de uma escola de planeamento. Persistiram as disciplinas de arquitectura e engenharia mas muitas outras não são consideradas no processo, o qual deveria ser de carácter pluridisciplinar. Veja-se por exemplo o novo diploma que regulamenta o PDM, o qual, numa óptica de simplificação, retirou a obrigatoriedade de elaboração do programa de execução e financiamento de implementação, os quais são essenciais para a futura implementação desse plano (Pereira, 2000).

A interferência que os planos de OT têm nos direitos clássicos dos cidadãos é também apontada como obstáculo à implementação eficaz dos instrumentos de OT e política de ambiente em Portugal. Ao definirem princípios e regras de uso, ocupação e transformação dos solos, estes vão condicionar os direitos de propriedade e de iniciativa privada. (Prates, 2008; Ribeiro Teles, 2000).

A REN está desordenada face à realidade, uma vez que existem vários factos de apreciação incorrecta, casos de não inclusão de áreas relevantes e, em outros casos, à existência de municípios com 70 a 80% da sua área em área de REN (Cunha, 2005; Ribeiro Teles, 2000).

Uma outra limitação que os municípios têm de enfrentar, é a inflexibilidade na forma como geram receitas, apesar da diferente distribuição de receitas a nível municipal. As principais medidas são tomadas por parte da administração central, responsável pela distribuição de uma considerável proporção das receitas pelos demais municípios. Esses limites impostos aos governos locais inibem consideravelmente a capacidade de aplicar recursos próprios ao serviço das suas necessidades pois apenas podem regular, dentro de um intervalo estreito, algumas taxas de imposto que não a CA e a SISA (foram substituídos, a partir de 2004, respectivamente, pelo IMI e pelo IMT (Martins e Pinto, 2009).

Já no que se refere ao CIMI, este também apresenta algumas lacunas. Nos números 3 e 8 do artigo 112º do CIMI verifica-se uma violação do princípio da capacidade tributária que determina, por um lado, só ficam sujeitos aos impostos os que têm capacidade contributiva e, portanto, podem pagar o tributo, por outro, todos os que têm a capacidade contributiva devem pagar impostos na medida dessa sua capacidade (Gomes, 2006).

2.4. Finanças Locais – Instrumentos económicos com influência no ordenamento do território

2.4.1. Descrição da LFL

De modo a estabelecer o regime financeiro dos municípios e das freguesias, foi aprovada a Lei das Finanças Locais (LFL), Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, num contexto de reforma da Administração Pública com um forte pendor descentralizador, consagrando um novo quadro financeiro para as autarquias, dotado de medidas tendentes ao controlo do endividamento municipal, designadamente através da previsão de novas regras de cálculo para a capacidade de endividamento de cada município (Lei nº 2/2007, de 25 de Janeiro, Artº 1).

De entre as características mais relevantes para a acção política do MAOTDR relativamente à nova LFL, salientam-se:

- O espaço da Rede Natura e das áreas protegidas tornou-se um dos critérios de repartição do Fundo Geral Municipal;
- Possibilidade dos municípios incentivarem fiscalmente boas práticas ambientais e urbanísticas;
- Possibilidade de os municípios consignarem taxas a finalidades urbanísticas e ambientais;
- Excepção ao princípio geral da não consignação de receitas a aplicar à cobrança de preços devidos pela exploração de sistemas municipais ou intermunicipais;
- A possibilidade de excepcionar do tecto à dívida municipal de médio e longo prazo, os montantes relativos a empréstimos e amortizações destinados exclusivamente ao financiamento de projectos com comparticipação dos fundos comunitários FEDER e Fundo de Coesão.

2.4.2. Receitas autárquicas

As Autarquias Locais devem garantir o financiamento da provisão dos bens públicos locais de acordo com as preferências das respectivas populações, no respeito pelo princípio da descentralização e da sustentabilidade, e em conformidade com as atribuições conferidas aos municípios (Transferência de Competências Para as Autarquias Locais). As mudanças ao nível das autarquias decorrem no âmbito de um processo mais alargado de reforma da gestão financeira e contabilidade pública cujo sucessivo enquadramento legal é apresentado no Quadro 2.3, onde se assinalam os principais diplomas que, de uma forma directa ou indirecta, se aplicam às autarquias locais.

Os municípios recebem a totalidade do produto do IMI, do IMT, do IMV e da Derrama participam, ainda, no produto do IVA incidente sobre actividades turísticas (DGAA, 1995).

A definição dos elementos essenciais destes impostos é da reserva relativa da Assembleia da República. Porém, no que se refere ao IMI incidente sobre prédios urbanos, os municípios podem fixar a respectiva taxa entre 0,4% e 0,7%, e para os prédios urbanos avaliados, nos termos do CIMI, a taxa pode variar entre 0,2% e 0,4%. Também no que diz respeito à Derrama, os municípios têm a faculdade de proceder ao seu lançamento e fixar a taxa até 1,5% do produto do IRC incidente sobre rendimentos gerados na sua área geográfica.

A presente LFL surge num quadro nacional de consolidação orçamental e no âmbito das obrigações do Estado Português no seio da União Europeia, no que respeita ao Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC), que consiste na actualização do Programa de Estabilidade e Crescimento que Portugal apresenta.

Um dos objectivos do PEC é a redução estrutural da despesa pública, com ênfase na redução da despesa primária, promovendo-se, todavia, o reforço da sustentabilidade de longo prazo das finanças públicas. Outro objectivo assenta na transparência e melhoria da qualidade da informação e das estatísticas das finanças públicas (MFAP, 2009).

Quadro 2.4. Enquadramento legal da (reforma da) gestão financeira e contabilidade pública

Ano	Legislação	Designação
1997	Decreto-Lei n.º 232/97, de 3 de Setembro	Plano Oficial de Contabilidade Pública – POCP
1998	Decreto-Lei n.º 68/98, de 20 de Março	Lei Orgânica da Comissão de Normalização Contabilística para a Administração Pública
	Lei n.º 42/98, de 6 de Agosto	Lei das Finanças Locais
1999	Despacho n.º 4.839 - 2.ª Série, Diário da República, de 7 de Março de 1999	SATAPOCAL - Serviço de Apoio Técnico à Aplicação do POCP
	Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro	Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais - POAL e as alterações que se lhe seguiram
	Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro	Transferência de Competências Para as Autarquias Locais
2000	Portaria n.º 671/2000, de 17 de Abril	Cadastro e Inventário dos Bens do Estado (CIBE)
	Orientação n.º 2/2000, da CNCAP	Adopção generalizada pelos serviços e organismos obrigados a aplicar o POCP e planos sectoriais, das normas de inventariação aprovadas pela Portaria n.º 671/2000, de 17 de Abril
2001	Aviso n.º 7.467/2001, de 30 de Maio	Norma interpretativa Nº 2 /2001 da CNCAP (movimentação contabilística de conta 25 Devedores e Credores pela Execução do Orçamento)
	Resolução n.º 4/2001, de 18 de Agosto, do Tribunal de Contas	Instruções para a organização e documentação das contas das autarquias locais e entidades equiparadas, sujeitas POAL
2002	Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de Fevereiro	Novo classificador económico das receitas das despesas públicas
2003	Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de Novembro	Novos Códigos do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI) e do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (CIMO)
2004	Lei n.º 4/2004, de 15 de Janeiro	Estabelece os princípios e normas a que deve obedecer a organização da administração directa do Estado
2006	Lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro	Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais
	Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro	Regime Jurídico do Sector Empresarial Local
2007	Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro	Nova Lei das Finanças Locais
2008	Decreto-Lei n.º 38/2008, de 7 de Março	Densifica as regras referentes aos regimes de saneamento e de reequilíbrio financeiro municipal, bem como do Fundo de Regularização Municipal, previstos na Lei das Finanças Locais
2009	Acórdão 1/2009, de 17 de Junho	Fixa jurisprudência no sentido de que a contração de empréstimos a médio e longo prazo pelos municípios para aplicação em investimentos pressupõe a demonstração de que os mesmos têm capacidade de endividamento para o efeito, como resulta do disposto

(Adaptado da DGAL, 2009; Carvalho *et al.*, 2008)

Efectivamente, esta Lei consagra um novo sistema de financiamento autárquico em que, para além da redefinição do método de participação das autarquias nos impostos do Estado (FEF), apresenta um novo instrumento de descentralização dinâmica (Fundo Social Municipal – FSM) que assegura o financiamento adequado à realização das competências transferidas pela Administração Central.

A última revisão desta lei, prevista no Programa do XVII Governo Constitucional, incidiu especialmente sobre os critérios de repartição da transferência anual do Orçamento do Estado (OE), sobre o quadro de receitas próprias – nomeadamente as taxas, tarifas e preços – e sobre o regime de recurso ao crédito por parte das autarquias. Foi também definido o regime legal dos poderes tributários a exercer pelos municípios (Carvalho *et al.*, 2008).

A estrutura das receitas está definida no classificador económico das receitas (Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de Fevereiro), e divide-se em receitas correntes, receitas de capital e outras receitas (Quadro 2.4). São receitas correntes aquelas que aumentam o activo financeiro ou reduzem o património não duradouro e receitas de capital aquelas que aumentam o activo e passivo financeiro ou reduzem o património duradouro. As receitas correntes e as receitas de capital com a exclusão das resultantes de activos e passivos financeiros constituem as receitas efectivas. São receitas que não dão origem a compromissos futuros, como as que provêm do recurso ao crédito (passivos financeiros) ou que não estão associadas a receitas de reembolsos de empréstimos concedidos (Carvalho *et al.*, 2008).

Esta reforma abrangeu a CA, a sisa e o imposto sobre sucessões e doações e apoia-se em três grandes objectivos:

- i. Eliminação do imposto sobre sucessões e doações;
- ii. Redução significativa de taxas; e
- iii. Maior equidade fiscal e combate à fraude e evasão fiscal.

Genericamente esta evolução corresponde a um regime mais moderno e equitativo. No entanto, verifica-se que continua a não solucionar as questões do ambiente e ordenamento, uma vez que não toma em consideração o comportamento ambiental das autarquias.

As principais transferências do Estado para as finanças locais são realizadas através dos fundos, os quais são registados na contabilidade em 60% como receita corrente e o restante como receita de capital. Esta definição tinha sentido na altura em que faltavam equipamentos básicos nas localidades e daí o forte papel investidor dado aos municípios; no entanto, já satisfeitas essas necessidades, funciona como um travão à eficiência económica uma vez que os municípios são chamados cada vez mais a intervir nas despesas correntes (Prates, 2008).

De acordo com a análise do quadro, constata-se serem três os instrumentos económicos que podem influenciar o ordenamento do território a nível local: Fundo Geral Municipal (FGM), Imposto Municipal de Imóveis (IMI) e Imposto Municipal de Transmissões Onerosas (IMT).

Quadro 2.5. Descrição das receitas dos municípios

Receitas			Descrição
Receitas Correntes	Impostos Directos	IMI	A cobrança destes impostos reverte na íntegra para o Município
		IMT	
		IMV	
		Derrama	
		Imposto de uso, porte e detenção de armas	
		Impostos Abolidos	
	Impostos directos diversos		
	Impostos Indirectos		Incidem sobre a produção, a venda, a compra ou a utilização de bens e serviços
	Taxas, multas e outras penalidades		Ocupação e utilização de locais nos mercados e feiras; licenciamento de loteamentos e obras de urbanização; execução de obras de particulares; infra-estruturas urbanísticas; ocupação da via pública; licenças várias
	Rendimentos de propriedade		Rendimentos de propriedades de activos financeiros (ex. depósitos bancários)
Receitas de capital	Transferências Correntes	FGM	Receitas arrecadadas para financiar despesas correntes municipais, quer provenham do Orçamento de Estado, quer sob forma de participação dos municípios nos impostos do Estado
		Estado FSM	
		FCM	
		Serviços e Fundos	
		Outros	
		Administração Local	
	Transferências de Capital	Segurança Social	Recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida e destinados ao financiamento de despesas de capital. Integram também as provenientes do OE, transferidas como participação dos municípios nos impostos do Estado, consubstanciadas nos Fundos Municipais ou ao abrigo da cooperação técnica e financeira entre a Administração Central e Local, bem como as provenientes da UE, para além de outras transferências de capital obtidas de outras entidades.
		Famílias	
		Resto do Mundo	
		Instituições sem fins lucrativos	
Outras Receitas	Venda de bens e serviços correntes		Produto da venda de bens não duradouros; bens duradouros e prestação de serviços
	Outras receitas correntes		
	Venda de bens de investimento		
	Activos e Passivos financeiros		
	Transferências de Capital	FGM	Recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida e destinados ao financiamento de despesas de capital. Integram também as provenientes do OE, transferidas como participação dos municípios nos impostos do Estado, consubstanciadas nos Fundos Municipais ou ao abrigo da cooperação técnica e financeira entre a Administração Central e Local, bem como as provenientes da UE, para além de outras transferências de capital obtidas de outras entidades.
		Estado FSM	
		FCM	
		Cooperação	
		Outros	
		Fundos e serviços autónomos	
	Transferências de Capital	Outros	Recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida e destinados ao financiamento de despesas de capital. Integram também as provenientes do OE, transferidas como participação dos municípios nos impostos do Estado, consubstanciadas nos Fundos Municipais ou ao abrigo da cooperação técnica e financeira entre a Administração Central e Local, bem como as provenientes da UE, para além de outras transferências de capital obtidas de outras entidades.
		Administração Local	
		Segurança Social	
		Famílias	
	Resto do Mundo		
	Empresas		
	Instituições sem fins lucrativos		
	Outras receitas de capital		
	Reposição não abatidas nos pagamentos		
	Saldo da gerência anterior		
	Operações extra-orçamentais		

(Adaptado DGAL, 2009; Carvalho *et al.*, 2008)

Segundo o artigo 19º da nova LFL, a distribuição dos recursos públicos entre o Estado e os municípios é obtida, desde 2007, através de três formas de participação: Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), Fundo Social Municipal (FSM) e uma participação variável de 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respectiva circunscrição territorial. O FEF corresponde a 25,3% da média aritmética simples da receita proveniente dos impostos sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS), imposto sobre o rendimento colectivo (IRC) e sobre o valor acrescentado (IVA) e é repartido igualmente pelo FGM e pelo Fundo de Coesão Municipal (FCM) (Figura. 2.11).

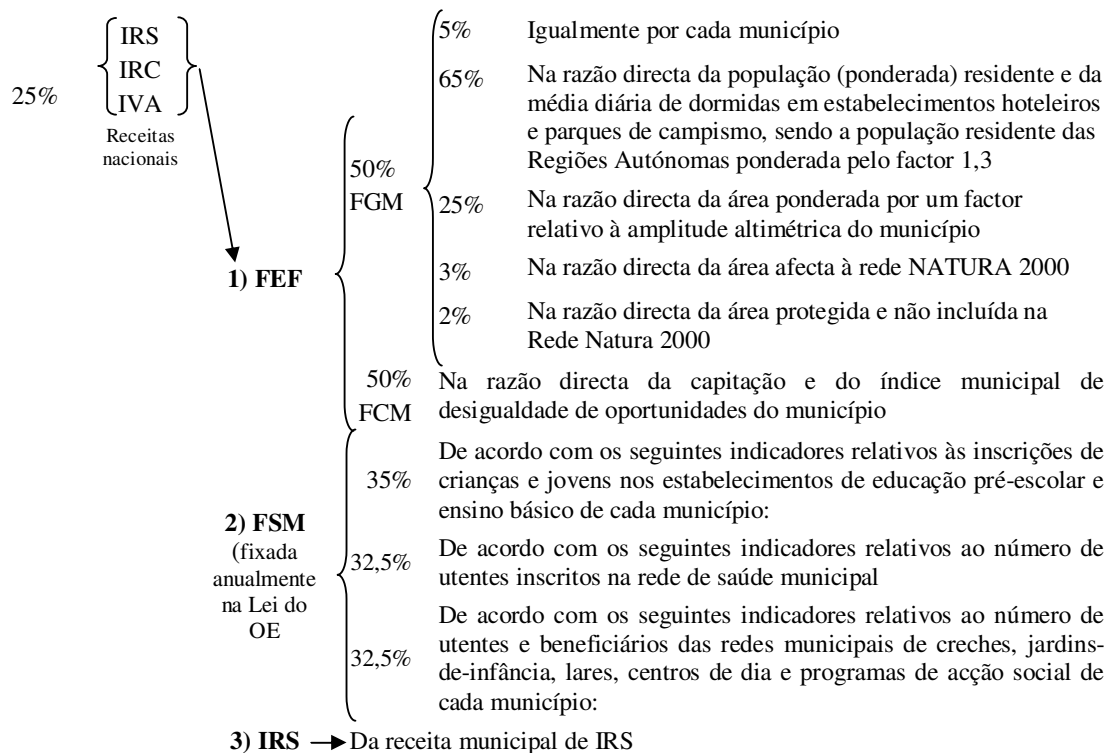


Figura 2.11. Repartição dos recursos públicos entre o Estado e as autarquias locais (art.º 19º a 28º da Lei n.º 2/2007 – LFL)

De seguida apresenta-se um quadro com as receitas obtidas entre 2003 e 2009 pela administração local, provenientes das diferentes fontes.

Quadro 2.6. Receitas da Administração Local (milhões de Euros)

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Receitas Fiscais	1 840	2 113	2 162	2 265	2 651	2 528	2 690
Impostos directos	1 672	1 940	1 975	2 057	2 408	2 528	2 305
Impostos indirectos	168	173	187	208	243	0	385
Transferências do OE	2 474	2 722	2 688	2 707	2 731	3 463	3 537
LFL	-	2 436	2 488	2 492	2 492	2 603	2 329
Outros	-	286	200	215	239	860	1 208
Outras	1 930	1 986	2 229	2 165	2 137	1 640	1 637
Receita Total	6 244	6 821	7 079	7 137	7 519	7 631	7 864

Adaptado: MFAP 2005 a 2010

Analisando o quadro acima, verifica-se um aumento gradual das receitas fiscais totais com a evolução dos anos. Desse a maior fatia é procedente dos impostos directos, aproximadamente 92%. O que em 2008 correspondeu mesmo à sua totalidade. Já no que se refere às transferências do Orçamento de Estado, também se verifica uma tendência de crescimento com a evolução dos anos. Aqui a percentagem maior tem origem na LFL, cerca de 85%.

Como se pode analisar no quadro 2.6 além das receitas correntes e das receitas de capital, existem outras receitas, essas receitas representam 30% das receitas totais arrecadadas pelos municípios.

Há uma ideia importante que se deve retirar da análise do quadro 2.6, são os pesos das diferentes receitas na receita total da administração local, para uma compreensão mais fácil, apresenta-se uma tabela síntese das percentagens de cada uma ao longo dos anos analisados.

Quadro 2.7. Peso das diferentes receitas na receita total da administração local

	2003 (%)	2004 (%)	2005 (%)	2006 (%)	2007 (%)	2008 (%)	2009 (%)
Receitas Fiscais	29	31	31	32	35	33	34
Transferências do OE	40	40	38	38	37	45	45
Outras	31	29	31	30	28	22	21

Observando estes valores verifica-se mais uma vez que existe uma grande dependência das transferências do estado para a administração local. E essa dependência aumentou nos últimos dois anos analisados 45%, sendo quase metade das suas receitas, o que significa que apenas são independentes em cerca de 50%.

No quadro abaixo apresenta-se uma análise um pouco diferente, dado que se analisam as receitas, mas depois analisa-se o seu peso no PIB.

Quadro 2.8. Estrutura das Receitas da Administração Local e peso no PIB (MFAP, Janeiro 2010)

	Milhões de Euros			% do PIB		
	2008	2009	2010*	2008	2009	2010*
Receita Fiscal Municipal	2 528	2 305	2 325	1,5	1,4	1,4
Receita Fiscal de IRS	0	385	393	0,0	0,2	0,2
Transferências	3 463	3 537	3 633	2,1	2,2	2,2
OE - LFL	2 603	2 329	2 455	1,6	1,4	1,5
Outras Transf. das Adm. Públicas	431	713	628	0,3	0,4	0,4
Resto do Mundo	429	495	550	0,3	0,3	0,3
Outras Receitas Municipais	1 640	1 637	1 754	1,0	1,0	1,1
Receita Total	7 631	7 864	8 105	4,6	4,8	4,9

*Os valores de 2010 são previsões do MFAP

(Fonte: MFAP, 2010)

As receitas totais da administração local representam cerca de 4,7% do PIB nacional. Em 2010, prevê-se que representem 4,9%. A figura que se apresenta de seguida serve de leitura fácil da evolução das receitas e do seu peso ao longo da última meia década.



Figura 2.12. Receita da Administração Local, em % do PIB (MFAP, Janeiro 2010)

A comprovar o que já se verificou no quadro 2.7 as transferências do OE e IRS são as mais representativas, o que reflecte a dependência da Administração Local do Estado. A restante receita de origem municipal revela uma quebra, em 2009, reflectindo o efeito adverso da conjuntura económica, afectando sobretudo a receita do IMT devido à contracção no mercado imobiliário (MFAP, 2010).

2.4.3. Impostos e taxas locais

Os impostos prediais incidentes, sobre a detenção de bens imóveis, sobre o respectivo rendimento, ou sobre o respectivo valor e os impostos relativos à transmissão onerosa de bens, são dos impostos mais antigos do sistema fiscal português, tendo sofrido muitas vicissitudes ao longo dos tempos. De seguida, ir-se-á dar breves alterações.

Quadro 2.9. Diferença entre Impostos e Taxas

Impostos	Taxas
Só pode ser criado por lei da Assembleia da República ou do Governo, com autorização legislativa	O seu regime geral é sujeito ao princípio da legalidade;
Têm carácter de unilateralidade, isto é, não há uma contraprestação directa em razão do seu pagamento, que é exigido para satisfação das necessidades colectivas	Têm carácter bilateral ou sinalagmático, ou seja têm como contrapartida a prestação de um serviço ou a remoção de um obstáculo
Prestação pecuniária e coactiva mas não uma prestação unilateral	Prestação pecuniária e coactiva e prestação unilateral
O Tribunal Constitucional não prevê a existência de princípios de natureza material, mas o seu tributo deverá ser entendido como um imposto.	Para o Tribunal Constitucional, deverão existir um conjunto de princípios de natureza material, como por exemplo: Cobertura do custo do serviço.
O ente credor é o Estado, que os administra directamente através dos Órgãos da Administração Tributária	O ente credor - o Estado ou as Autarquias - podem concessionar a sua aplicação

Os impostos e taxas e transferências recebidas são as duas grandes componentes dos proveitos. No entanto, estas duas componentes de proveitos têm comportamentos diferentes em função da dimensão do município. Assim, quanto maior a dimensão do município maior tem sido o peso dos impostos e taxas na estrutura dos proveitos totais. Nos municípios de maior dimensão, esta rubrica representa 56% dos proveitos totais (Carvalho, Fernandes, Camões, e Jorge, 2008).

Imposto municipal sobre imóveis (IMI)

O IMI é um imposto que incide sobre o valor patrimonial tributário dos prédios (rústicos, urbanos ou mistos) situados em Portugal. É um imposto municipal, cuja receita reverte para os respectivos municípios. Substitui a Contribuição Autárquica e entrou em vigor em 01/12/2003. A habitação própria permanente pode ser isenta deste imposto por um período de 3 a 6 anos, consoante o seu valor patrimonial tributário devendo ser efectivamente afectada àquele fim no prazo de 6 meses após a escritura (Definição do portal das finanças, disponível em: http://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/apoio_contribuinte/guia_fiscal/imi/).

a. Antecedentes do IMI:

A Contribuição predial tinha a sua origem na “capitatio romana” do Código Teodosiano e, com as reformas de Constantino, o imposto territorial era designado por “jugatio” e “capitatio”.

No período visigótico do Breviário de Alarico, os impostos territoriais eram, em regra, pagos em géneros, e não tinham carácter pessoal. O lançamento do imposto tinha por base a “jugatio” - medida de terreno que uma junta de bois (jugaria) podia lavrar num dia.

Durante o domínio islâmico, distinguiram-se os impostos nas terras dos infiéis (o Karadj) e dízimas nas terras dos crentes, e o imposto pessoal (Djizia), que estimulava a conversão dos infiéis.

Na reconquista aparecem os “census”, que são prestações anuais devidas pelos vassallos, e os “fiscales servitii” como obrigação de dar pousada às autoridades; ainda existia a “montadigo” que recaía sobre pastagens.

Em 1641 foi criada a “décima militar”, remodelada em 1653, presumivelmente o primeiro imposto geral sobre o rendimento predial rústico distinguido por renda da terra e lucro da exploração agrícola, ambos segundo critérios indiciários de normalidade das produções respectivas, salvo quanto às rendas fundadas em títulos jurídicos, casos em que se tributava um rendimento suposto real.

Em 1845 veio a Contribuição Predial que manteve o tratamento conjunto da tributação dos prédios rústicos e urbanos que já vinha da legislação respeitante às décimas de prédios, de foros, por cultura e por exploração da terra; foi adoptado um regime de repartição da receita pelos distritos, concelhos, freguesias e contribuintes.

Seguiu-se o Decreto de 31/12/1912 e o Código da Contribuição Predial de 1913, no essencial virados para a alteração das taxas, progressivo-degressivo, e para o estabelecimento de ajustamentos dos valores matriciais assente em critérios arbitrários.

A reforma fiscal de 1929, ao nível da contribuição rústica apenas introduziu correcções, invertendo factores de actualização das matrizes e taxas, aqueles crescendo e estas baixando, sem destringir a renda do lucro da exploração.

O Código de 1963 – Código da Contribuição Predial e do Imposto Sobre a Indústria Agrícola – na esteira da tradição portuguesa da décima militar, reuniu no mesmo diploma as normas disciplinadoras da tributação dos prédios rústicos e urbanos e criou um novo imposto a onerar os rendimentos da terra – imposto sobre a indústria agrícola (que se saldou por um elevado número de suspensões de vigência e de reposição em vigor, até que a legislação de 1988 o aboliu) – separando-se a tributação da renda da terra do lucro do cultivador.

No âmbito da reforma fiscal de 1989, para além da criação dos impostos sobre o rendimento (IRS e IRC), foi também criado o Código da Contribuição Autárquica, definido como um imposto municipal sobre o património.

b. O IMI na actualidade:

Como referido a propósito do conceito de património, há impostos sobre o património que não visam atingir o próprio património, mas sim o rendimento do contribuinte. São os chamados “impostos de sobreposição”.

O IMI é um imposto sobre o património predial para ser pago pelo rendimento do contribuinte. Como refere o Prof. Nuno Sá Gomes, “*o IMI é claramente um imposto directo sobre o capital para ser pago pelo rendimento do contribuinte.*” (Gomes, 2005).

E isto é assim, mesmo que o contribuinte não beneficie da totalidade do valor do imóvel, como sucede com o usufrutuário do prédio que, não obstante ser sujeito passivo de imposto, nos termos do disposto no art.º 8º n.º 2 do CIMI, está impedido de dispor do prédio, nomeadamente aliená-lo, para poder pagar o imposto.

O IMI é um imposto municipal porque a sua receita reverte a favor dos municípios, consistindo este “crédito ao imposto” uma das formas de concretização do poder tributário próprio dos municípios.

Apresentam-se algumas definições fundamentais para a compreensão da questão IMI (em anexo – Apêndice 1). No quadro 2.11 poder-se-ão comparar as alterações decorridas da lei anterior para a actual.

Quadro 2.10. Alterações ocorridas entre 2003 e 2008 das taxas aplicadas

	Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de Novembro	Lei n.º 64/2008, de 5 de Dezembro
Prédios Rústicos	0,8%	0,8%
Prédios Urbanos	0,4% a 0,8%	0,4% a 0,7%
Prédios Urbanos avaliados, nos termos do CIMI	0,2% a 0,5%	0,2% a 0,4%
“Offshores”	5%	<ul style="list-style-type: none"> • 1% (independentemente do tipo de prédio que possuam) • 2% (prédios urbanos que se encontrem devolutos há mais de um ano)
Majorações/Minorações	<ul style="list-style-type: none"> • Majorar ou minorar até 30% a taxa que vigora para o ano a que respeita o imposto (áreas territoriais de reabilitação urbana ou combate à desertificação) • Minorar até 20% a taxa que vigora para o ano a que respeita o imposto (prédios urbanos arrendados, pode ser cumulativa com a anterior) • Majorar até 30% a taxa aplicada a prédios urbanos degradados 	

As alterações de algumas taxas do IMI, foram elaboradas no conjunto de medidas fiscais desenhadas pelo Governo para combater a crise, essencialmente aliviar os encargos fiscais das famílias (MFAP, 2009).

Há que salientar que os prédios avaliados de acordo com o anterior regime (Contribuição Autárquica) foram excluídos desta medida, criando algumas iniquidades. Pois as isenções podiam vigorar quatro anos, sete ou dez anos conforme o valor da habitação e algumas ainda estão em curso, sendo que as últimas terminarão em 2012.

Imposto municipal sobre transmissões onerosas de imóveis (IMT)

É um imposto que tributa as transmissões onerosas do direito de propriedade, ou de figuras parcelares desse direito, sobre bens imóveis, situados no território nacional e de outras situações que a lei equipara a transmissões onerosas de imóveis (art. 1º e 2º e 3º do IMT). O IMT veio substituir o Imposto Municipal de Sisa e entrou em vigor em 01/01/2004. (Definição do portal das finanças, disponível em: http://info.portaldasfinancas.gov.pt/pt/apoio_contribuinte/guia_fiscal/imt/).

a. Antecedentes do IMT:

As antigas sisas incidiam sobre a transmissão onerosa de móveis e imóveis. O regime das sisas foi substituído em 1861, pela contribuição de registo que, após várias alterações até à Lei de 29 de Julho de 1899, esteve em vigor até ao Código da Sisa e do Imposto sobre Sucessões e Doações, aprovado pelo DL n.º 41969, de 24 de Novembro de 1958.

b. O IMT na actualidade:

Actualmente, em alternativa à criação de um imposto geral sobre o património, a opção foi para um conjunto de novos e inovadores diplomas legais coerentes e encaixáveis no sistema tributário vigente e susceptíveis de implementação em curto prazo – o IMT e o Código do Imposto de Selo.

Os motivos da reforma da tributação do património giraram à volta da iniquidade e injustiça que caracterizava a tributação da propriedade imobiliária e da sua transmissão gratuita ou onerosa, mormente face à deficiente organização e conservação das matrizes e/ou à sua desactualização, a sistemas de avaliação com forte componente de subjectivismo e discricionariedade e à indecorosa fraude e evasão fiscal.

Finalmente, reconhecia-se na área do património, o atraso tecnológico na sua administração e gestão, pelo que se impunha aproveitar a oportunidade de criação de um sistema que beneficiasse de todos os avanços que as novas tecnologias e a desmaterialização dos procedimentos proporcionam, sistema este capaz de gerir a avaliação, a liquidação, a cobrança e o controlo e de articular-se com a rede de Notários e Conservatórias do Registo Predial e com o sistema de licenciamento dos municípios, além de internamente se interligar aos restantes sistemas dos impostos sobre a despesa e o rendimento.

O IMT também é um imposto municipal, porque a sua receita reverte a favor do município respectivo. É um imposto indirecto sobre o património. O que se tributa, neste imposto, é a capacidade contributiva do adquirente dos bens imóveis a título oneroso.

Não se tributam os próprios bens imóveis, mas sim o “preço” que o contribuinte pagou pela sua aquisição/transmissão. As alterações constantes da Proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2010 incidem apenas sobre o Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT), procedendo-se à actualização do valor da isenção na aquisição de imóveis para habitação própria e permanente e actualização das tabelas para aplicação das taxas percentuais, redefinindo os limites máximos e mínimos dos escalões.

Assim, passam a estar isentas de IMT as aquisições de prédio urbano ou de fracção autónoma de prédio urbano destinado exclusivamente a habitação própria e permanente cujo valor que serviria de base à liquidação não exceda € 90.418 (MFAP, Janeiro 2010).

Outros impostos locais

Como já vimos anteriormente, existem impostos locais, de âmbito autárquico/municipal, nomeadamente:

- O imposto municipal sobre imóveis (Decreto-Lei n° 287/2003, de 12 de Novembro);
- O imposto municipal sobre as transmissões onerosas de bens imóveis (Decreto-Lei n° 287/2003, de 12 de Novembro) e;
- A derrama (Artigo 14° da Lei n.° 2/2007, de 15 de Janeiro, que aprova a LFL);
- O imposto único de circulação (Lei n° 22/2007, de 29 de Junho).

Os impostos locais são uma componente bastante importante e significativa do sistema fiscal português, quer a nível quantitativo quer a nível qualitativo. Acresce que a componente fiscal das receitas das finanças locais não se limita à percepção directa da receita proveniente daqueles tipos de impostos, mas traduz-se, até por imposição constitucional, igualmente, na participação, por direito próprio, dos municípios nas receitas provenientes de impostos directos nacionais (art. 254° da Constituição da República Portuguesa).

As taxas incidem sobre bens e serviços de titularidade pública, correspondendo ao montante cobrado pela prestação de serviços públicos, utilização de bens do domínio público e, no caso das licenças, pela remoção de limites jurídicos. A LFL estabelece quais as taxas que os municípios podem cobrar. Destas, as que têm influência no OT são as licenças de loteamento e urbanização, obras privadas e as taxas de infra-estruturas (Melo *et al.*, 1998).

As regiões autónomas da Madeira e dos Açores, apresentam um enquadramento fiscal especial, nomeadamente no que respeita às taxas de IVA, IRS, e IRC, onde estas são mais reduzidas. Portanto são-lhes concedidos alguns benefícios fiscais específicos (Decreto Legislativo Regional n.º 18/99/M, de 28/6, regulamentado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 29/2000/M, de 27/4; Decreto Legislativo Regional n.º 5/2000/M, de 28/2 e Decreto Legislativo Regional n.º 6/2000/M, de 28/2).

2.4.4. Fundos nacionais e comunitários para fiscalização e ordenamento do território

A atribuição de financiamento através de fundos, quer nacionais quer comunitários, pretende promover o equilíbrio e o incentivo de actividades específicas de desenvolvimento nos diferentes sectores.

Nos critérios de distribuição de fundos pelas autarquias locais estão sempre presentes a área, corrigida ou não por factores orográficos, e a população, apurada pelos fluxos turísticos. No entanto os limites das áreas territoriais e a variabilidade da densidade populacional introduzem distorções na afectação dos fundos e nem mesmo a ponderação entre a área e a população conduzem a distribuições compatíveis com as diversas atribuições e competências camarárias (Ponce Dentinho, 2007).

Nacionais

A distribuição de fundos a nível nacional é efectuada pela administração central e local e é feita através de um conjunto de instrumentos diversificados. Assim, para eliminar as desigualdades das autarquias do mesmo grau existe o Fundo de Equilíbrio Financeiro. Os restantes instrumentos são programas de apoio a projectos com objectivos específicos:

- Plano de Desenvolvimento Florestal (PDF);
- Contratos Programa;
- Regime Especial de Comparticipação na Recuperação de Imóveis Arrendados (RECRIA);
- Regime Especial de Comparticipação e financiamento na Recuperação de Prédios Urbanos em Regime de Propriedade Horizontal (RECRIPH);
- Regime de Apoio à Recuperação Habitacional em Áreas Urbanas Antigas (REHABITA);
- Plano Especial de Realojamento nas Áreas Metropolitanas (PER);
- Programa de Realojamento da População que Vive em Barracas;
- Programa de Recuperação de Áreas Urbanas Degradadas (PRAUD).

Comunitários

Dentro dos Fundos Comunitários existem diversas figuras de financiamento. Trata-se de instrumentos que integram a Iniciativa Comunitária uma vez que as regras são definidas pela EU. (Melo, Furtado, Antunes, & Rosado, 1998). No quadro seguinte apresenta-se uma compilação das diversas figuras de financiamento comunitário.

Quadro 2.11. Descrição dos fundos comunitários

Fundos Estruturais	Iniciativa Comunitária (EU define as regras)	Iniciativa Nacional (Estado Português define as regras)
Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) Fundo Social Europeu (FSE) Fundo Europeu de Orientação e de Garantia Agrícola (FEOGA) Instrumento Financeiro de Orientação das Pescas (IFOP)	Interreg II Leader II Regis Regis Reachar II Resider II Urban	Programa Ambiente Programa Renovação Urbana Plano de Promoção do desenvolvimento Regional (PPDR) Política de Apoio à Modernização Agrícola e Florestal (PMAF) Programa de Turismo e Património Cultural Programa Life* (apoia o desenvolvimento e a implementação)
Fundo de Coesão	Utilizado para reforçar a coesão económica e social da Comunidade dando apoio a projectos no domínio do ambiente e transportes	
Medidas de Acompanhamento da Política Agrícola Comum (PAC)	Reflectem alguma preocupação com o uso do solo, nomeadamente através das medidas Agro-Ambientais	

2.5. Instrumentos económicos para fiscalidade e ordenamento do território

Ao longo deste subcapítulo será efectuada uma análise mais aprofundada dos instrumentos fiscais e económicos influentes no território em Portugal, mas essencialmente a situação de alguns países da União Europeia.

2.5.1. Instrumentos económicos na política de Ambiente

Os instrumentos económicos são portanto um meio potencialmente muito importante na mudança de atitudes dos agentes que determinam o uso do território.

Os instrumentos económicos na política de ambiente, há muito que vêm a ser defendidos tanto pela doutrina científica, como em documentos programáticos estratégicos a nível internacional (os trabalhos preparatórios da Conferência do Rio e os estudos sobre instrumentos económicos de ambiente da OCDE), da União Europeia (o Relatório Delors e os sucessivos programas comunitários de Ambiente) e em Portugal (a Lei de Bases do Ambiente, de 1987, e o Plano Nacional de Política de Ambiente, de 1995) (GEOTA, 2003).

Os instrumentos económicos, podem distinguir-se entre outros em:

- Reforma fiscal ambiental;
- Eco-taxas;

- Mercados de direitos;
- Esquemas de depósito-retorno;
- Subsídios ou crédito bonificado para projectos ambientais; mecenato ambiental;
- Seguros de responsabilidade civil ou mecanismos de caução por danos ambientais; e
- Fundos para a recuperação de situações degradadas.

Uma das vantagens principais das taxas ambientais é corrigirem as distorções dos preços no mercado, ao incorporarem os custos da poluição e outros custos ambientais nos preços, um processo de "correção dos preços" e, simultaneamente, de aplicação do "princípio do poluidor-pagador" (AEA, 2010). Esta vantagem, das taxas verdes, foi reconhecida pelo Conselho nas conclusões do Conselho "Ambiente", de 12 de Dezembro de 1991, que estabeleceu uma plataforma comum da Comunidade para a Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento, em 1992:

“Para obter a redistribuição dos recursos económicos que permita atingir o desenvolvimento sustentável, todos os custos sociais e ambientais devem ser integrados nas actividades económicas, para que as externalidades ambientais sejam internalizadas. Isto significa que os custos ambientais e outros, relacionados com a exploração dos recursos naturais de forma sustentável e suportados pelo país fornecedor, devem reflectir-se nas actividades económicas. Os instrumentos económicos e fiscais devem encontrar-se entre as medidas utilizadas para atingir este objectivo.”

Para se alcançarem as mudanças estruturais exigidas pelo desenvolvimento sustentável são necessárias reformas fiscais mais amplas, com vista a estimular "bens" como o emprego e desencorajar "males" como a poluição e a degradação ambiental. Contudo, o progresso das taxas ambientais exige alterações a nível da União Europeia, a fim de permitir maior harmonização e compatibilidade entre as medidas fiscais, o mercado interno e sectores-chave como a energia, os transportes e a agricultura (AEA, 2010).

Muitos países, nomeadamente na Europa, desenvolveram já significativamente estes instrumentos. Em Portugal, apesar das múltiplas declarações de intenções, os instrumentos económicos de ambiente são muito incipientes. É certo que existem algumas iniciativas avulsas no bom sentido: pequenos benefícios fiscais para a compra de equipamentos de energias renováveis; diferenças fiscais num ou outro produto; regime de mecenato estendido ao ambiente; subsídios às empresas e autarquias para investimentos ambientais. Outros instrumentos, como os apoios à eficiência energética, modernização empresarial, renovação urbana ou medidas agro-ambientais, embora não se baseiem em critérios de desempenho ambiental, têm tendencialmente benefícios para o ambiente (GEOTA, 2003). Estas medidas apesar de positivas, não são suficientemente para alcançar as metas ou as estratégias programadas. Os instrumentos económicos existentes em Portugal apresentam-se negligentes quanto ao ordenamento do território, uma vez que os seus princípios e métodos não são consistentes com as suas consequências ambientais.

Os princípios do poluidor-pagador e do utilizador-pagador, consagrados na Lei de Bases do Ambiente (LBA), não são suficientemente aplicados. Os recursos ambientais não são sujeitos a taxas de utilização, ou essa valorização fica muito aquém do custo real, seja para a

salvaguarda do património ambiental, seja para a gestão eficiente do recurso em termos económicos. Por outro lado, os sistemas fiscais e de incentivos são geralmente cegos às consequências ambientais, e nalguns casos são mesmo claramente promotores de disfunções ambientais. Este efeito sobrepõe-se largamente aos escassos apoios à protecção do ambiente. Esta situação gera distorções de mercado e comportamentos negativos para o ambiente por parte dos agentes económicos (GEOTA, 2003). No quadro seguinte, apresenta-se o panorama actual.

Quadro 2.12. Quadro síntese das insuficiências das medidas aplicas aos diversos temas












Área	Situação
Acidentes e riscos ambientais	O princípio da responsabilidade civil objectiva, consagrado na LBA na Convenção de Lugano, está regulamentado de um modo muito deficitário. Não estão definidas formas objectivas que auxiliem a valorização económica dos bens ambientais e os mecanismos de seguro previstos na Convenção de Lugano não estão regulamentados, o que significa que a resolução dos problemas passa pelo julgamento em tribunal, o que no nosso país é muito moroso
Agricultura e floresta	Apesar de algumas medidas positivas (agro-ambientais, agro-florestais), o balanço da aplicação da maioria dos subsídios à agricultura é cego ou tendencialmente prejudicial ao ambiente
CN e património	Não existem incentivos relevantes ao sector privado para actividades de conservação da natureza e do património
Energia e transportes	Os impostos existentes são distorcidos e promovem maus comportamentos ambientais, sendo os casos mais relevantes o Imposto Sobre os Produtos Petrolíferos e o Imposto Automóvel
Obras públicas	As decisões de financiamentos de obras públicas, em regra, não têm em conta as consequências ambientais dos projectos
Ordenamento do território	A LFL, designadamente as fórmulas do IMI, IMT, FGM, promovem objectivamente o desordenamento do território
Produtos e consumo	Não há instrumentos económicos diferenciadores dos produtos (bens ou serviços) em função das suas implicações ambientais; o IVA, principal imposto sobre o consumo, é ambientalmente cego
Resíduos	As taxas de resíduos são distorcidas e abaixo dos custos reais de tratamento, nomeadamente ao nível dos resíduos sólidos urbanos. Não há um mercado equilibrado de resíduos e reciclagem

(Adaptado: GEOTA, 2009)

O GEOTA considera importante a aposta activa em iniciativas de defesa do ambiente, decidindo portanto aderir à campanha europeia "Reforma Fiscal Ambiental" promovida pelo European Environmental Bureau (EEB). Cujo os objectivos principais incidem essencialmente na promoção de uma Reforma Fiscal Ambiental (RFA) ambiciosa e eficaz; na contribuição para a alteração dos padrões de consumo com vista a uma maior sustentabilidade; na sensibilização do público, os agentes económicos e as instâncias governamentais sobre a RFE; e na introdução da RFE na agenda e no discurso político. As metas, essas passam por eliminar todos os subsídios prejudiciais ao ambiente até 2010; e na transferência de, pelo menos, 10% do total de receitas fiscais, dos impostos sobre o rendimento (IRS, IRC), para impostos baseados em critérios ambientais, até 2015, no sentido de desonerar o trabalho e onerar o uso de recursos naturais.

As medidas específicas que levaram o GEOTA a aderir a esta campanha, encontram-se resumidas no quadro abaixo.

Quadro 2.13. Alteração dos instrumentos fiscais proposta pelo GEOTA no âmbito da campanha da RFA

Instrumento Económico		Alteração fiscal Proposta
IVA		IVA reduzido em produtos e serviços amigos do amigo, p.e., equipamentos eficientes no uso da água e energia. IVA máximo para todas as formas de energia.
Impostos sobre propriedade e circulação de automóveis		Deve ser calculado tendo por base o ciclo de vida do produto e a eficiência dos melhores (emissões e consumo por km) privilegiando os modelos que incluam peças reciclados e/ou recicláveis, e aqueles que representam melhorias tecnológicas favoráveis ao ambiente (monitorização híbrida)
Impostos sobre o rendimento		Redução da carga global destes impostos e ampliação dos benefícios fiscais pelo bom desempenho ou investimentos ambientais
Imposto Municipal de Imóveis		Introdução de critérios ambientais nos coeficientes; reforço da linha de financiamento dentro das medidas agro-florestais
Fundo Geral Municipal		Distribuição de 5 a 10% com base em critérios ambientais
Impostos sobre Produtos Petrolíferos		Aumento global do imposto Proporcionalidade às consequências ambientais dos produtos energéticos Destinado a medidas de uso eficiente de energia
Eco-taxas	Energia e Transportes	 Harmonização fiscal e implementação dos princípios do poluidor-pagador e do utilizador-pagador (As receitas desta taxa devem ser consignadas à gestão da procura de energia e campanhas de informação dos consumidores)
	Resíduos	 Implementação do princípio do poluidor-pagador, repercutindo no produto de resíduos a totalidade dos custos de gestão e tratamento; aplicação de discriminação negativa ao uso excessivo de embalagens
	Recursos Hídricos	 Implementação dos princípios do utilizador-pagador e poluidor-pagador, no sentido de promover a eficiência do uso da água, a redução da poluição na origem e os meios financeiro para a gestão dos recursos hídricos (p.e. o preço da água ao consumidor deverá reflectir o custo real da sua disponibilização)
Subsídios Adversos		Os subsídios dos consumos de água e energia devem ser abolidos
Mecenato Ambiental		As empresas com algum tipo de certificação ambiental ou que provem contribuir para a preservação do ambiente ou no desenvolvimento de uma cultura de sustentabilidade devem ter reduções no IRC proporcionais aos benefícios ambientais resultantes desse contributo. Os esquemas de mecenato ambiental devem também ser simplificados nos procedimentos administrativos e no reconhecimento por parte das tutelas.
Total	=	A carga fiscal sobre as famílias não se altera

Legenda: : Alterar; : Aumentar; : Diminuir; : Eliminar; **=**: Sem alteração

(Fonte: GEOTA, 2009; disponível: <http://www.geota.pt/rfa/index.html>)

Uma outra actividade da EEB é a “EU 2020 (Lisbon Startegy)”, que pretende alcançar uma nova sustentabilidade e uma economia verde. Ela também quer abordar a recessão mundial que atingiu a EU e algumas das falhas da Estratégia de Lisboa.

Devido à actual situação e à crise no sector financeiro foi necessário desenvolver e aplicar abordagens estruturantes de forma diferenciada. Nesse sentido, em Portugal foi desenvolvido em 2000, o LiderA, acrónimo de Liderar pelo Ambiente para a construção sustentável, trata-

se da designação de um sistema de avaliação e reconhecimento voluntário da construção sustentável e do ambiente construído.

O sistema destina-se: (i) a apoiar o desenvolvimento de planos e projectos que procurem a sustentabilidade, (ii) avaliar e posicionar o seu desempenho na fase de concepção, obra e operação, quanto à procura da sustentabilidade, (iii) suportar a gestão na fase de construção e operação, (iv) atribuir a certificação por marca registada, através de verificação por uma avaliação independente e (v) servir como instrumento de mercado distintivo para os empreendimentos e clientes que valorizem a sustentabilidade (LiderA, 2009 e Pinheiro, 2009).

Trata-se de um projecto inovador que permite ser aplicada a diferentes escalas, desde o fogo/edifício aos espaços exteriores, considerando como fundamental a conservação e valorização do património, onde os proprietários devem ser beneficiados ou majorados em sede de impostos. Exemplo disso foi a Câmara Municipal de Lisboa que aprovou, no dia 12 de Novembro de 2009, a redução do IMI em 25% para edifícios que disponham da certificação energética de classe A. Tendo sido aprovado por unanimidade a proposta adicional, de redução de 50% no IMI em imóveis com certificação energética e qualidade do ar da classe A⁺ ou no âmbito do sistema LiderA (LiderA, 2009).

A ideia de implementar uma reforma fiscal para promover o desenvolvimento sustentável tem sido a orientação seguida nos últimos anos por muitos países da OCDE. Actualmente encontra-se em discussão em vários países europeus, a diminuição dos impostos sobre actividades que devem ser encorajadas, como o trabalho, a poupança e o investimento, e em contrapartida o aumento dos impostos sobre actividades que devem ser desencorajadas, como desperdício de recursos, a poluição e congestionamento.

As taxas ambientais são um instrumento eficiente baseado no mercado para atingir os objectivos das políticas ambientais. Abaixo apresenta-se um gráfico produzido pelo CE, onde se pode ver o peso das taxas aplicadas na EU-27 entre 2004 e 2006.

A definição de ecotaxa varia consoante o país, para esta avaliação vai adoptar-se a definição portuguesa. As ecotaxa assentam em três pilares: i) Incide sobre produtos/actividades com implicações ambientais; ii) É modelado conforme o desempenho ambiental; e iii) Reverter, pelo menos uma parte, para medidas ambientais.

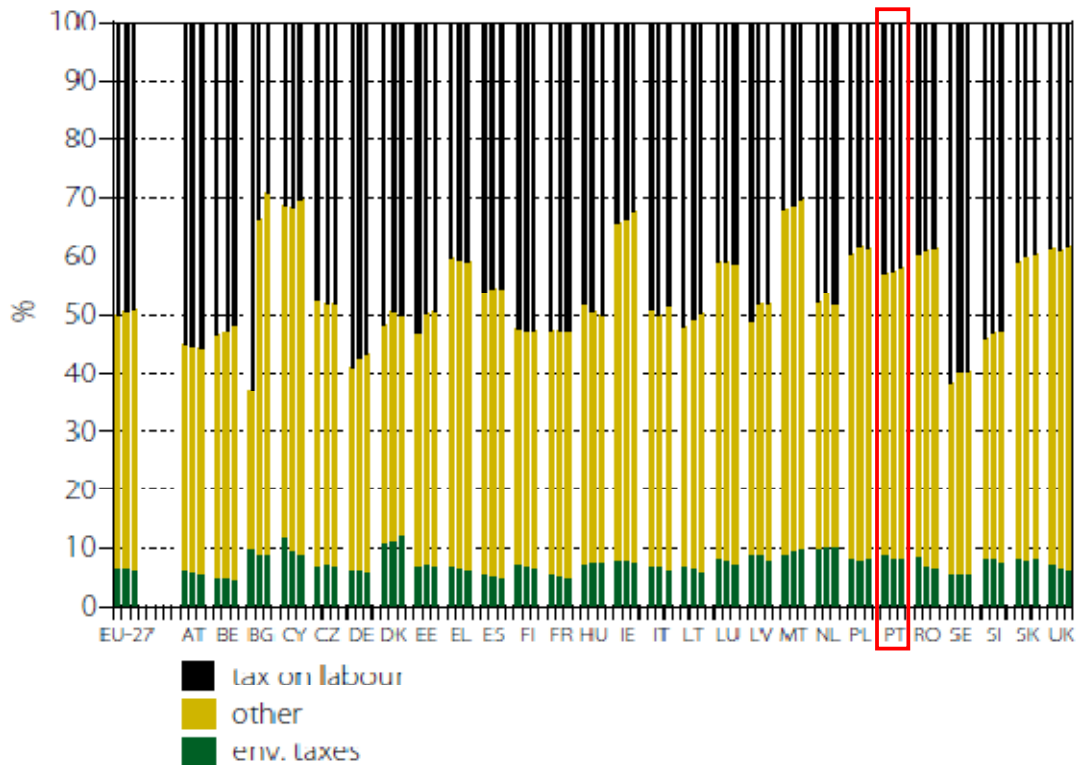


Figura 2.13. Indicador de resposta: Tributação Ambiental: peso das taxas ambientais no total da receita de taxas comparativamente com as taxas sobre o trabalho entre 2004-2005-2006, em %) (European Commission, 2008)

Apesar dos esforços de alguns Estados Membros em usarem eficazmente este instrumento nos últimos anos, a parcela da UE referente a taxas ambientais desceu ligeiramente em 2004 e 2005 atingindo os 6,4% em 2006. Ao mesmo tempo a parcela que as taxas do trabalho também desceram ligeiramente (de 50,1% em 2004 para 49,1% em 2006) (European Commission, 2008).

Os estados membros fazem usos diferentes das taxas ambientais (por exemplo em 2006 a parcela era mais de 10% na Dinamarca, Holanda e Malta, enquanto que na Bélgica Espanha, França, Suécia e Áustria, era menos de 6%). Ao longo de 2005-2006 observou-se uma tendência diferente entre países. A Letónia registou o maior decréscimo na parcela de taxas ambientais de 9,2% para 7,9% enquanto já a parcela da Dinamarca a aumentou de 11,5% para 12,2% (European Commission, 2008).

Em Portugal tem-se assistido a uma diminuição das taxas ambientais e um aumento de outras taxas.

O gráfico abaixo mostra as alterações da parcela das taxas ambientais e de trabalho, no total das taxas dos estados membros desde 1995 até 2006.

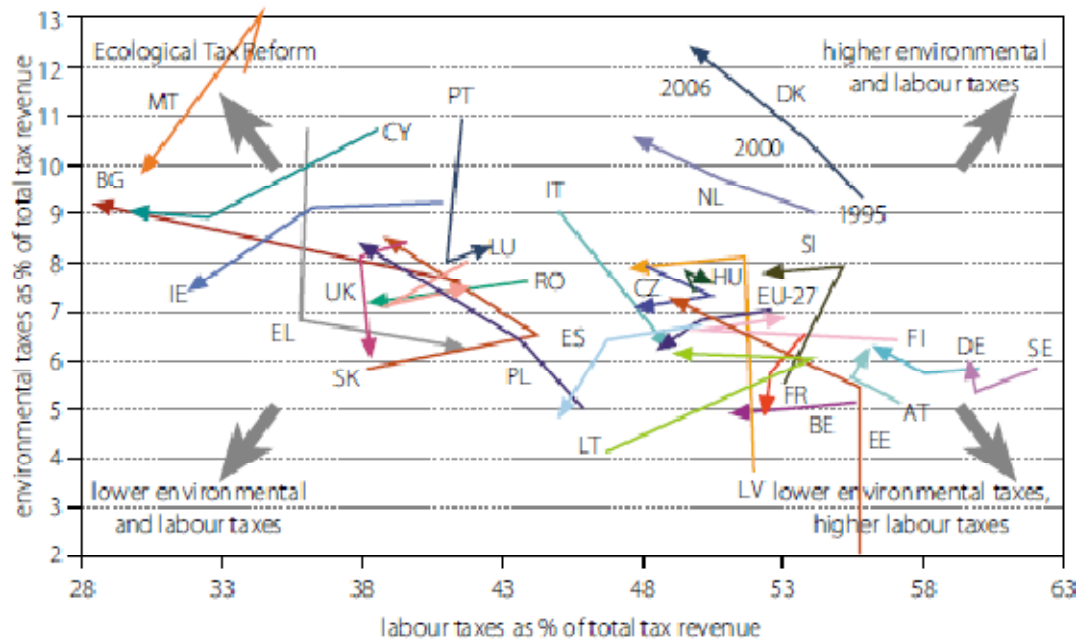


Figura 2.14. Reforma Fiscal do Ambiente nos estados membros da UE desde 1995 (European Commission, 2008)

Alguns países mudaram consideravelmente a sua estrutura de taxas entre 1995 e 2006. Vários estados membros transferiram a taxação do trabalho para o impacto ambiental (Áustria, Bulgária, Dinamarca, Estónia, Letónia, Alemanha, Polónia e Holanda) enquanto outros países, como a Itália, a Grécia e Portugal, optaram pela direcção oposta.

Alguns estados optaram por reduzir o peso de ambas as taxas (ambientais e trabalho) no total de receita das taxas (Chipre, Irlanda Malta, Roménia e Espanha). Apenas a Lituânia e a Eslováquia aumentaram o peso de ambas as taxas no período 1995 e 2006. Alguns países reduziram a parcela de taxas ambientais, apesar de terem mantido o mesmo nível de taxas sobre o trabalho (República Checa, França, Luxemburgo, Portugal e Reino Unido), enquanto outros mantiveram o mesmo nível de taxas ambientais e reduziram as taxas sobre o trabalho (Bélgica, Suécia e Finlândia). A UE como um todo baixou as parcelas das taxas ambientais e sobre o trabalho neste período.

Portugal está a caminhar no sentido inverso, uma vez que o caminho certo seria diminuir as taxas de trabalho e aumentar as taxas ambientais, ou seja o melhor resultado seria ter a seta no canto superior esquerdo, fomentando uma reforma fiscal ambiental coerente e equitativa.

Os impostos sobre actividades prejudiciais ao ambiente não distorcem as decisões económicas, antes corrigem as distorções existentes. Os impostos ambientais desencorajam actividades que provocam perdas económicas, e, desta forma, não impõem nenhuma carga excedentária, mas sim proporcionam receitas e ganhos económicos.

2.5.2. Instrumentos fiscais relacionados com o território em alguns países da OCDE

Já anteriormente, (Cunha e Melo, 2007b; Prates, 2008), efectuaram um levantamento dos instrumentos fiscais relacionados com o território para alguns países da UE, concluindo que

os sistemas administrativos e fiscais dos diferentes países são muito dispares. No quadro 2.14, efectua-se um levantamento mais profundo, analisando essencialmente os países membros da OCDE.

São poucos os países que exploram a vertente ambiental da fiscalidade nacional. Em todos eles os impostos relacionados com o património imobiliário são cobrados pelas autarquias locais ou governos regionais. Estes impostos não contemplam critérios ambientais com excepção do Reino Unido, Holanda e Alemanha. A Holanda é claramente o país mais evoluído em termos de estudos ambientais e económicos no uso do solo, implementação de ecotaxas ao serviço do planeamento territorial, bem como de incentivos financeiros para fins agrícolas (Cunha *et al.*, 2007b).

Após a análise dos países estudados, conclui-se que a Itália, a Suécia, a Dinamarca e a Holanda são os países mais evoluídos nesta matéria. Comparando Portugal àquelas realidades, pode-se também concluir que o nosso país regista um grande atraso relativamente à aplicação de taxas ambientais.

Olhando para Portugal, verifica-se que tem imensas taxas mas que são poucas as que contemplam a vertente ambiental, e as que consideram a vertente ambiental muitas vezes são pouco significativas ou apenas porque têm que se cumprir as normas.

No entanto, salienta-se que os impostos sobre produtos petrolíferos não são considerados verdadeiras ecotaxas porque o seu escalonamento não é em função dos efeitos ambientais, e as receitas provenientes dos mesmos não são consignadas a melhorias ambientais. No que diz respeito ao imposto automóvel já houve várias tentativas para alteração do mesmo por parte do Governo, que anunciou tal intenção.

De acordo com (Cunha, 2005), em Portugal não existe ainda uma entidade oficial com responsabilidade para o estudo e desenvolvimento de medidas fiscais ecológicas (à semelhança da comissão governamental dos impostos ambientais na Suécia e Holanda). Este facto poderá ser fundamentado, em grande parte, pela insuficiente preocupação dos sucessivos governos com as questões ambientais nas políticas praticadas nos diferentes ministérios.

Na generalidade dos países, estudos de avaliação revelam a eficácia das taxas ambientais. Por exemplo, no caso da Dinamarca, estudos revelam que o planeamento inteligente do sistema de ecotaxas não só evitou impactes negativos no desenvolvimento da economia pelo suporte de uma política ambiental, mas também contribuiu para aumentar a competitividade nos mercados emergentes das energias renováveis e na eco-eficiência dos produtos e serviços (European Communities, 2000).

Portanto, apesar da avaliação da eficácia ambiental das taxas não ser uma tarefa fácil, a experiência da sua aplicação nos vários países da UE, sugere que muitas das taxas ambientais na Europa fornecem incentivos para uma economia na base do imposto, contribuindo assim para a redução das emissões, produtos e actividades ambientalmente prejudiciais. As taxas ambientais têm contribuído também para o desenvolvimento de tecnologia e para a implementação do duplo dividendo (AEA, 2010).

Quadro2.14. Comparação entre as reformas fiscais e os instrumentos económicos sobre o património, aplicadas aos países OCDE

Instrumento	DE	AT	BG	DK	ES	FI	FR	NL	IRL	IT	LU	NOR	PT	UK	CZ	SE	CH	AU	USA	MEX	CA	JP
Política Ambiental	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Reforma Fiscal Ambiental	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✗	✗	✗	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Ecotax	Impostos sobre o CO ₂	👉	👉	👉	👉	👉	👉	👉	👉	👉	👉	👉	👉	👉	👉	👉	👉	👉	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
	Impostos sobre os produtos energéticos	👉	👉	👉	👉	👉	👉	👉	👉	👉	👉	👉	👉	👉	n.d.	👉	n.d.	n.d.	👉	n.d.	👉	n.d.
	Impostos sobre os resíduos	👉	👉	👉	👉	👉	n.d.	👉	👉	👉	n.d.	👉	👉	👉	n.d.	👉	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
	Imposto sobre Veículos	👉	👉	👉	👉	👉	👉	👉	👉	👉	👉	👉	👉	👉	👉	👉	👉	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
	Impostos sobre produtos petrolíferos	👉	👉	👉	👉	👉	👉	👉	n.d.	👉	n.d.	👉	👉	👉	👉	👉	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
	Impostos sobre a água e o saneamento	👉	n.d.	n.d.	👉	👉	👉	👉	n.d.	👉	n.d.	👉	👉	👉	n.d.	👉	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
	Impostos sobre substâncias perigosas	👉	👉	👉	👉	👉	👉	👉	n.d.	n.d.	n.d.	👉	👉	👉	n.d.	n.d.	n.d.	👉	👉	n.d.	n.d.	n.d.
	Impostos sobre outros poluentes atmosféricos	n.d.	👉	👉	👉	👉	👉	👉	n.d.	👉	n.d.	👉	👉	👉	n.d.	👉	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Impostos sobre o património	✓	✓	✗	✗	✓	✗	✓	✓	✓	✓	✓	n.d.	✗	✓	n.d.	✓	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Existência de critérios ambientais na tributação do património ou de ecotaxas com cariz territorial	✓	n.d.	n.d.	n.d.	✗	n.d.	✗	✓	✗	✗	n.d.	n.d.	✗	✓	n.d.	✗	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Benefícios fiscais sobre terrenos agrícolas	✓	✓	n.d.	✓	✗	n.d.	✗	✓	✗	✓	n.d.	n.d.	✗	✓	n.d.	✗	n.d.	✓	✓	✓	✓	✓
Benefícios fiscais sobre áreas protegidas / sensíveis	✓		n.d.	✓	n.d.	n.d.	n.d.	✓	n.d.	✗	n.d.	n.d.	✗	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.

Legenda: ✓ - Existe; ✗ - Não Existe; 👉 - Existe e contempla critérios ambientais; 👉 - Existe mas não contempla critérios ambientais; 👉 - Existe mas não foi possível verificar os critérios; 👉 - Não existe; n.d. - Não determinado (Nota. Todas as siglas correspondentes aos países, encontram-se em anexo – Apêndice 4)

(Fonte: EEA, 2010; OCDE, 2000; European Communities, 2000; EEA, 2002; European Communities, 2009; Comissão Europeia, 1997)

2.6. Modelo EcoTerra

O modelo EcoTerra é um modelo alternativo de financiamento autárquico para Portugal que está a ser estudado desde 2003 pelo Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente da FCT – UNL, sob orientação do Professor Doutor João Joanaz de Melo.

O principal objectivo deste projecto é explorar as margens de melhoria dos instrumentos económicos (existentes ou a criar) no sentido de promover, pela positiva, um bom OT. Sobretudo, o modelo considera que a existência de áreas classificadas por motivo de conservação da Natureza, como as AP, a REN e a Rede Natura 2000, devem ser entendidas como um serviço público que deve ser compensado. Designadamente através da criação de um incentivo ao melhor comportamento ambiental, tanto para os proprietários dos terrenos, como para as autoridades locais (Madruga, 2008).

Neste contexto, são entendidos como instrumentos prioritários de intervenção, de entre os já existentes, o imposto municipal de imóveis e o FGM, dado que são instrumentos fiscais e de finanças locais relacionados com o território e influenciam directamente sobre os dois actores mais importantes em matéria de OT: proprietários e autarquias. Em termos de novos instrumentos, discute-se a criação de um fundo para efeitos de Conservação da Natureza, com financiamento próprio que o torne relativamente independente e a criação de mecanismos de cruzamento da informação de zonamento dos planos municipais com matriz predial (Prates e Melo, 2006). Resumindo, o modelo assenta sobre os seguintes pilares:

- Criação de um claro incentivo ao melhor comportamento ambiental, tanto para os proprietários dos terrenos, como para as autoridades locais;
- Existência de áreas classificadas por motivo de conservação da natureza deve ser encarada como um serviço público que deve ser ressarcido;
- As autarquias locais devem ser menos financiadas por mecanismos relacionados com a construção urbana e mais por mecanismos relacionados com as actividades ou serviços prestados à comunidade;
- As actividades locais de conservação da natureza devem ser financiadas através de um fundo próprio e sustentável;
- O financiamento das acções acima referidas deve ter origem em actividades que, objectivamente, contribuem para a degradação da natureza, designadamente a edificação ou uso intensivo do território; e deve ter um enquadramento que garanta a sua sustentabilidade económica a prazo; e
- Para concretizar a aplicação dos benefícios ou custos acima referidos, deve ser preferida, sempre que possível, a utilização de instrumentos já existentes, designadamente a fiscalidade e o sistema de finanças locais.

De acordo com o princípio da neutralidade fiscal da RFA, as alterações ao sistema fiscal e das finanças locais devem ser globalmente neutras para os grupos interessados, entendidos de forma global: estado, autarquias e proprietários. Esta neutralidade global não impede que actores específicos sejam discriminados positiva ou negativamente, em função do seu desempenho ambiental (Prates e Melo, 2006; Prates e Melo, 2009).

A investigação já realizada indica que os sistemas de financiamento autárquico são os instrumentos económicos com maior influência no ordenamento do território, pelo que o projecto incidirá especificamente nestes instrumentos.

3. Metodologia

3.1. Abordagem geral

No cumprimento do primeiro objectivo, foi efectuado um levantamento de dados de forma a conhecer o modo como o IMI é aplicado pelos diferentes municípios.

Para tal, contactou-se com a DGCI, que facultou dados sobre as taxas de IMI aplicadas, sobre o valor patrimonial dos prédios urbanos e sobre a colecta de IMI. Estes dados são referentes aos anos de 2003 a 2008 e estavam disponíveis por município. As taxas de 2009 foram retiradas do portal das finanças, no endereço: <http://www.portaldasfinancas.gov.pt/pt/Pat/main.jsp?body=/imi/consultarTaxasIMIFor%20m.jsp>.

Com estes dados procurou-se identificar o potencial do IMI para melhorar as práticas de gestão urbanística, requalificação urbana e de ordenamento do território.

Procurou-se entender de que modo é que os países da OCDE aplicam as taxas ambientais na sua Política Ambiental e se têm uma Reforma Fiscal Ambiental.

De acordo com o levantamento literário efectuado procurou-se encontrar explicações, falhas e oportunidades para que o modelo proposto possa contrariar os escassos recursos que as autarquias locais possuem para o ordenamento e gestão do território.

3.2 Tratamento de dados nacionais e regionais

Todos os dados foram obtidos por município e posteriormente agregados por Portugal, para análise nacional, e por NUT III, para análise regional.

Entendeu-se que a análise por NUT III seria a escala de análise mais adequada porque corresponde a um agrupamento de concelhos com características relativamente homogéneas em termos quer de território, quer de desenvolvimento (sem entrar em detalhes de cada concelho).

Para as taxas de IMI, foram encontrados os valores mínimo e máximo, de cada ano estudo, aplicados quer aos prédios urbanos avaliados, nos termos do CIMI, quer aos prédios não avaliados. De seguida foi determinado o valor médio das taxas de IMI, de ambos os anos. Finalmente foi encontrada a média de 2003-2009 para cada bloco de dados. Este é o único item em que é analisado o ano de 2009, pois os dados para a maioria dos municípios já se encontrava disponível no site <http://www.portaldasfinancas.gov.pt/pt/Pat/main.jsp?body=/imi/consultarTaxasIMIFor%20m.jsp>. Com estes valores verificou-se a variabilidade das taxas ao longo dos anos e se há grandes alterações da análise mais global (nacional), para uma mais detalhada (regional), bem como se a legislação estaria a ser aplicada correctamente (os limites estavam a ser cumpridos).

De forma a avaliar o valor patrimonial tributário dos prédios urbanos efectuaram-se três análises diferentes. A primeira consistiu na evolução do valor patrimonial total dos prédios urbanos, a segunda numa capitação do valor patrimonial e a terceira constou na determinação do valor patrimonial por área (km²), esta avaliação foi efectuada a nível nacional e a nível regional, procurando-se variações significantes.

Em todos os casos foi encontrado o valor médio dos anos estudados (2003 a 2008). Após 2007 houve a distinção entre prédios urbanos avaliados, nos termos do CIMI e prédios não avaliados. A soma de ambos será igual ao valor patrimonial tributário total.

A metodologia utilizada para a determinação da contribuição do IMI, dos prédios urbanos, foi igual à usada na avaliação do valor patrimonial dos prédios urbanos.

3.3. Tratamento de dados dos inquéritos

O tratamento dos dados dos inquéritos seguirá as normas do próprio, ou seja, será analisado segundo os temas e os pontos abordados no questionário.

Ao longo de toda a análise poderão surgir situações, essencialmente em gráficos de comparação, em que os municípios inquiridos serão identificados apenas por um símbolo de modo a garantir a confidencialidade prometida no questionário.

A realização dos questionários prendeu-se com a necessidade de preencher a lacuna de falta de informação real sobre o tema da alteração da Lei das Finanças Locais. Portanto, achou-se clara a necessidade de questionar todos os municípios sobre este tema e seleccionar apenas três para a aplicação destas alterações.

Toda a estrutura do questionário procurou ser o mais clara possível, sendo que a possibilidade das respostas deveria ser de âmbito mais fechado, mas dado a abrangência do problema, entendeu-se por bem deixar a resposta ao critério dos inquiridos, de modo a não condicionar a sua escolha.

A estrutura deste questionário baseou-se essencialmente no conhecimento do tecido urbano e o modo como ele se encontra distribuído. Daí começar-se por um bloco de dados gerais (**ponto A**) de modo a permitir um enquadramento do município.

Seguindo-se o **ponto B**, consolidação do espaço urbano, que permitirá entender a evolução da ocupação do espaço urbanizável para a análise deste ponto seleccionaram-se apenas os municípios que preencheram correctamente os espaços referentes ao “espaço urbanizável (ha)” e/ou “localização da construção nova (nº)”. Todos os outros foram desprezados.

Com este conjunto de dados, encontrou-se a % de ocupação de espaço urbanizável por cada categoria descrita no inquérito: Edificado e com licença de utilização; Em construção ou com licença de construção emitida; Espaço urbanizável programado por licenciar; e Não programado nem licenciado, bem como a % de ocupação do espaço urbanizável, relativamente à área total do município. Para encontrar a % de ocupação de

espaço urbanizável calculou-se a percentagem de cada categoria relativamente ao espaço urbanizável definido no PDM. O que se pode traduzir pela seguinte equação:

$$Ocupação\ do\ espaço\ urbanizável(\%) = \frac{(Espaço\ urbanizável * 100)}{Área\ Total\ do\ concelho}$$

Para averiguar a localização da construção nova, determinou-se a % de cada categoria (Fogos construídos em espaço urbano consolidado; Fogos construídos em espaço urbano não consolidado; Fogos construídos em área urbanizável; e Fogos construídos fora do perímetro urbano), relativamente ao total de fogos construídos.

No **ponto C**, tentou-se perceber como é gerida e observada a área urbanizável de cada município e quais os mecanismos existentes para programar a construção da área urbanizável. Seguindo-se uma análise comparativa entre três aspectos: i) adequação da urbanizável (para as necessidades do município); ii) % ocupação do espaço urbanizável; e iii) % espaço urbanizável (na área total do município). Neste grupo C apenas foram consideradas as respostas que respondiam completamente a estes três aspectos.

Para a % de ocupação do espaço urbanizável apenas se consideraram as categorias de ocupação do espaço urbanizável onde o espaço já se encontra ocupado, ou seja “edificado e com licença de utilização” e “em construção ou com licença de construção”.

Esta análise permitirá verificar se existe alguma relação entre a adequação da área urbanizável definida em PDM e a verdadeira ocupação do espaço urbanizável. Esperando-se resultados de: i) pequena para os municípios que tenham um ocupação do espaço urbanizável de 80% ou superior; e ii) excessiva para os municípios cuja ocupação seja inferior a 50%.

Relativamente ao **ponto D**, referente ao planeamento, procurou-se saber de acordo com os respondentes qual o valor mínimo, máximo e médio correspondente a cada área classificada (RAN, REN e RNAP). De forma a estabelecer uma relação com % do FGM a distribuir de acordo com as áreas classificadas que cada município possui.

As taxas de IMI pedidas no **ponto E** seriam essenciais para perceber como é que a legislação está a ser aplicada. No entanto, há dúvidas sobre a real aplicação devido às motivações de cada município no estabelecimento dessas taxas. Pretendia-se igualmente verificar se as majorações e/ou minorações, definidas nas alíneas 5, 6 e 7 do artigo 112º do CIMI, estão a ser correctamente utilizadas e quanto representam nas receitas.

Seria interessante perceber a representatividade do artigo 112º do CIMI nas receitas das autarquias locais bem como a sua evolução, caso existisse uma base de dados com o número de prédios pertencentes a cada alínea do artigo.

As propostas de alteração do regime das finanças locais, apresentadas no **ponto F**, pretendiam antes de mais saber qual o grau de motivação dos governantes locais quanto a esta matéria, bem como a predisposição de alteração do seu actual procedimento. Sendo também interessante conhecer a opinião dos municípios quanto à origem dos

benefícios, tanto para si próprios como para os proprietários, resultantes das alterações propostas à LFL.

A primeira alteração sugerida era saber qual a % do FGM que deveria ser distribuído proporcionalmente às áreas classificadas de cada município, tendo em conta que a actual LFL prevê 5% a 10%. Para esta análise foi elaborado um gráfico que compara a % de áreas classificadas (quanto à área total do concelho) com a % do FGM a distribuir de acordo com as áreas classificadas. De forma a manter o anonimato dos respondentes usaram-se apenas símbolos que representam cada um. A % do FGM foi determinada segundo os intervalos estabelecidos no questionário.

A segunda alteração passa pelos proprietários de terrenos localizados em áreas classificadas serem beneficiados em sede de IMI ou IRS e o montante que se consideraria mais justo. Estabelecendo três intervalos de valores: i) < 200€/ha/ano; ii) 200€/ha/ano a 400€/ha/ano; iii) > 400€/ha/ano. De modo a perceber a escolha dos respondentes foram usadas três tipos de comparações: i) área do território (km²); ii) densidade populacional (hab./km²); e iii) Margem bruta total por superfície agrícola utilizada num ano (€/ha/ano).

Os dados referentes à margem bruta total apenas se encontravam disponíveis por NUT II tal como a área de superfície agrícola utilizada e relativamente a 2007, então teve que se partir do princípio que a área de superfície agrícola utilizada estava distribuída proporcionalmente com a área territorial total do município. Encontrando-se assim um valor que é apenas uma aproximação e não real.

Finalmente e em modo de síntese reuniu-se num quadro as ideias principais relativamente à posição dos 34 municípios respondentes quanto à proposta de alteração do regime de finanças locais.

3.4. Casos-estudo

De forma a compreender melhor as motivações/desmotivações das autarquias locais quanto às propostas de alteração do regime das finanças locais, usaram-se três municípios como exemplo.

Nesses casos realizou-se uma entrevista, com os responsáveis pelo preenchimento do inquérito, de cada município, com o intuito de debater as propostas avançadas por este estudo. Foram também esclarecidas as limitações, inovações, avanços tecnológicos, ou até mesmo só humanos que os municípios se deparam no seu dia-a-dia.

Procurou-se em particular identificar o potencial do IMI, sendo esse o principal objectivo, para melhorar as práticas de gestão urbanística, de requalificação ambiental e de ordenamento e fiscalidade do território.

As respostas não válidas, ou seja aquelas que não permitiam concluir nada forma desprezadas e não forma tidas em consideram nos resultados deste estudo.

4. Análise e interpretação dos resultados

4.1. Fontes de informação

Os dados que se apresentam na tabela que se segue irão servir de base para obter os resultados que se seguirão. Pois o número de habitantes e servirá de comparação entre as várias NUT III.

Quadro 4.1. N° de habitantes e área por NUT III, bem como a densidade populacional

NUT III	População (N° de hab.)						Área (km ²)
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	
Minho-Lima	251 014	251 937	252 272	252 011	251 676	250 951	2 218
Cávado	401 190	404 681	407 558	409 781	411 327	412 791	1 246
Alto Trás-os-Montes	220 735	220 289	219 240	217 882	216 245	214 460	650
Ave	516 329	519 542	521 749	523 351	524 057	524 589	1 246
Tâmega	555 407	557 762	559 406	560 565	560 672	560 782	2 620
Grande Porto	1 267 400	1 272 176	1 276 575	1 279 923	1 281 424	1 283 446	815
Douro	217 982	217 067	215 527	214 045	212 170	210 019	4 108
Entre o Douro e Vouga	281 740	283 856	285 464	286 783	287 665	288 401	862
Baixo Vouga	391 708	394 393	396 704	398 467	399 607	400 423	1 802
Dão-Lafões	288 560	290 052	291 019	291 458	291 516	291 185	349
Beira Interior Norte	113 241	112 766	112 114	111 182	110 151	109 051	3 748
Serra da Estrela	48 920	48 801	48 548	48 281	47 904	47 415	868
Cova da Beira	92 586	92 460	92 160	91 844	91 350	90 701	1 375
Baixo Mondego	336 875	336 376	335 532	334 161	332 355	330 494	2 063
Pinhal Interior Norte	113 241	137 857	137 840	137 904	137 636	137 341	2 617
Beira Interior Sul	76 270	75 925	75 282	74 681	73 923	73 138	4 063
Pinhal Litoral	258 851	261 665	263 848	265 745	267 223	268 140	1 744
Pinhal Interior Sul	43 050	42 692	42 125	41 599	41 074	40 407	1 905
Médio Tejo	229 578	230 572	230 980	231 207	231 304	231 059	2 306
Oeste	349 285	353 050	356 296	359 362	361 868	363 930	2 220
Grande Lisboa	1 993 084	2 003 584	2 012 925	2 019 529	2 025 628	2 029 458	1 376
Península de Setúbal	747 153	757 113	766 172	774 697	782 786	789 975	1 559
Lezíria do Tejo	245 423	246 849	247 802	248 721	249 254	249 588	4 275
Alto Alentejo	122 374	121 544	120 495	96 787	118 066	116 744	6 249
Alentejo Central	170 993	171 239	170 896	170 640	169 863	168 979	7 229
Alentejo Litoral	97 790	97 632	97 179	96 787	96 169	95 524	5 256
Baixo Alentejo	130 969	130 415	129 599	128 699	127 581	126 234	85 426
Algarve	405 380	411 468	416 847	421 528	426 386	430 084	4 996
Açores	240 024	241 206	242 241	243 018	244 006	244 780	2 322
Madeira	243 007	244 286	245 197	245 806	246 689	247 161	801

(Adaptado: INE, 2010)

Dos dados expressos neste quadro, averigua-se que as NUT III com maior densidade populacional são as que se encontram mais junto ao litoral, como já se tinha analisado no capítulo anterior (2.3. - Administração). Verifica-se também um decréscimo da população em algumas NUT III, essencialmente as mais interiores do país (Alto Trás os montes; Douro; Beira Interior Norte; Cova da Beira; Baixo Mondego; Beira Interior Sul; Pinhal Interior Sul; Alto Alentejo). Sendo as que se encontram mais a Norte as que apresentam maiores diferenças entre 2003 e 2008.

Esta tendência dever-se-á em muito ao número de empresas, essencialmente do sector têxtil, que têm encerrado nos últimos anos, levando os habitantes a procurarem outros locais onde a oferta seja maior. Por outro lado, a faixa etária do interior do país é superior à do litoral, o que também contribuirá para o decréscimo da população.

A seguir apresenta-se uma panorâmica das áreas classificadas compreendidas em cada NUT III relativamente à sua área total.

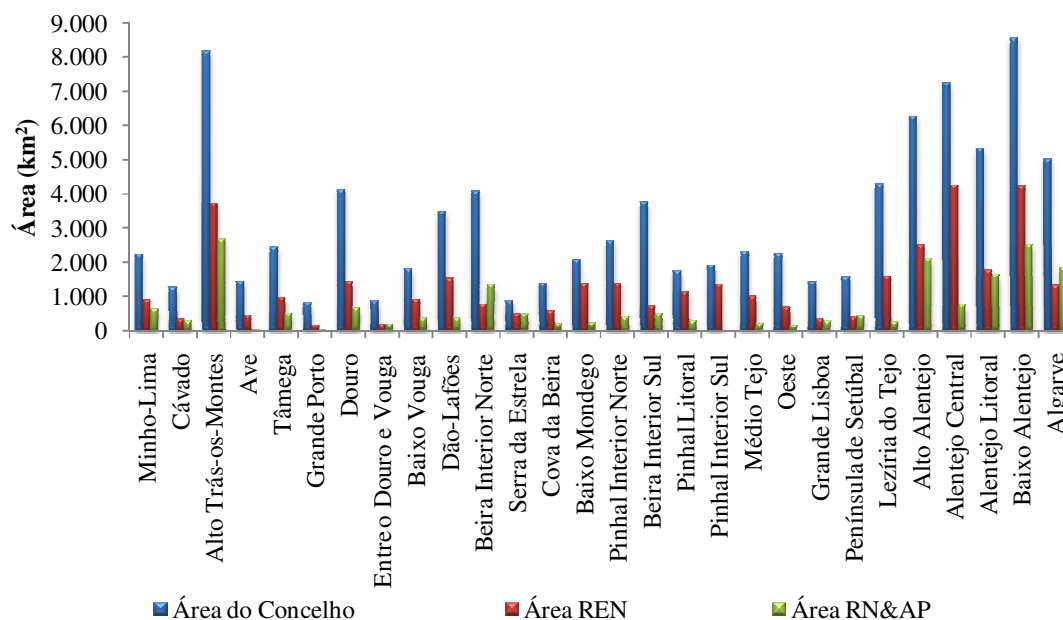


Figura 4.1. Áreas territoriais: Área total, REN e RN&AP (INE, 2010 e Prates., 2008)

Pela ilustração anterior, averigua-se que o facto de ter uma área territorial maior, não significa ter grandes áreas classificadas. Na maioria, das sub-regiões, 50 % do seu território está classificado como área protegida. Caso se efectue uma análise por região, esta distribuição também é bastante homogénea.

4.2. Perspectiva nacional e regional

Ao longo deste subcapítulo ir-se-ão analisar: as taxas de IMI aplicadas aos prédios urbanos (avaliados e não avaliados, nos termos do CIMI); o valor patrimonial tributário dos prédios urbanos e o valor tributado de IMI. Para tal usar-se-á: Tx urbana – para os prédios urbanos não avaliados, nos termos do CIMI; e Tx urbana IMI – para os prédios urbanos avaliados, nos termos do CIMI.

4.2.1. Taxas

Nacional

Os dados relativos às taxas foram recolhidos por município e analisados pelo valor de taxa mínima e máxima aplicado aos 308 concelhos, sendo posteriormente efectuada uma média desses valores. Para uma melhor análise foi encontrada a média de cada situação (mínima, máxima e média) de ambas as taxas.

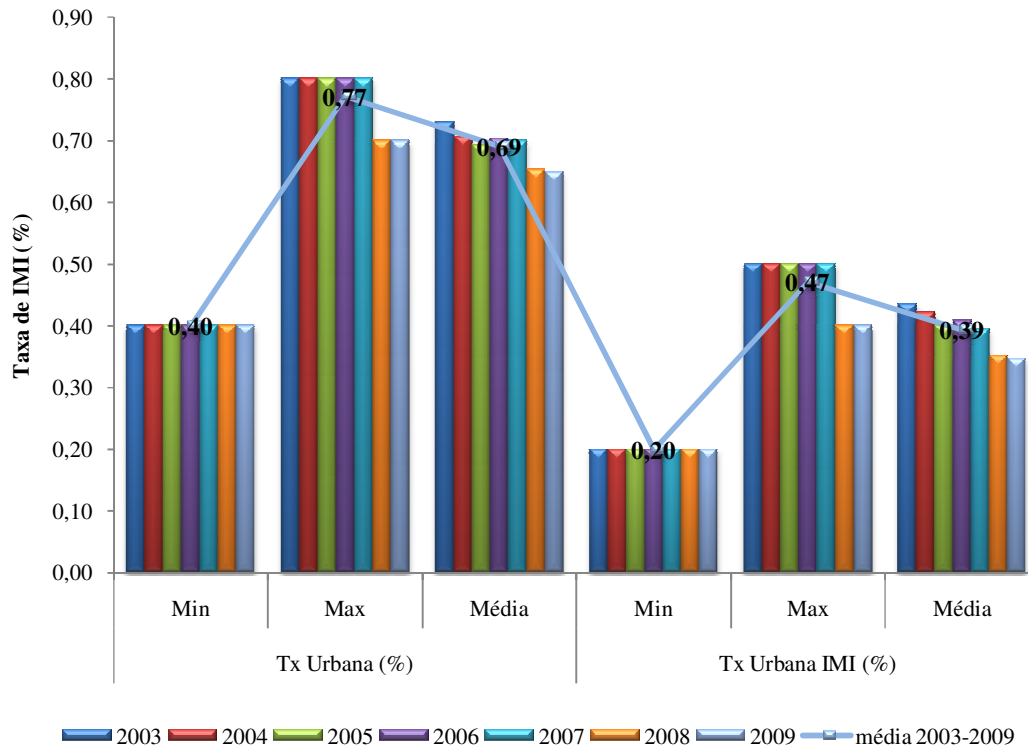


Figura 4.2. Evolução das taxas de IMI, aplicadas aos prédios urbanos avaliados e não avaliados, nos termos do CIMI a nível nacional (Adaptado: DGCI, 2009)

Como é perceptível pela ilustração anterior, as taxas aplicadas aos prédios urbanos, quer aos avaliados nos termos do CIMI, quer aos não avaliados, não apresentam grandes alterações ao longo dos sete anos analisados. Verifica-se uma diminuição de ambas as taxas máximas aplicadas nos últimos dois anos, devido à alteração da legislação (como analisado pelo quadro 2.11 em 2.3.3).

Regional

A seguir é efectuada uma análise detalhada das taxas de IMI aplicadas aos prédios urbanos avaliados e não avaliados nos termos do CIMI, para cada sub-região (NUT III).

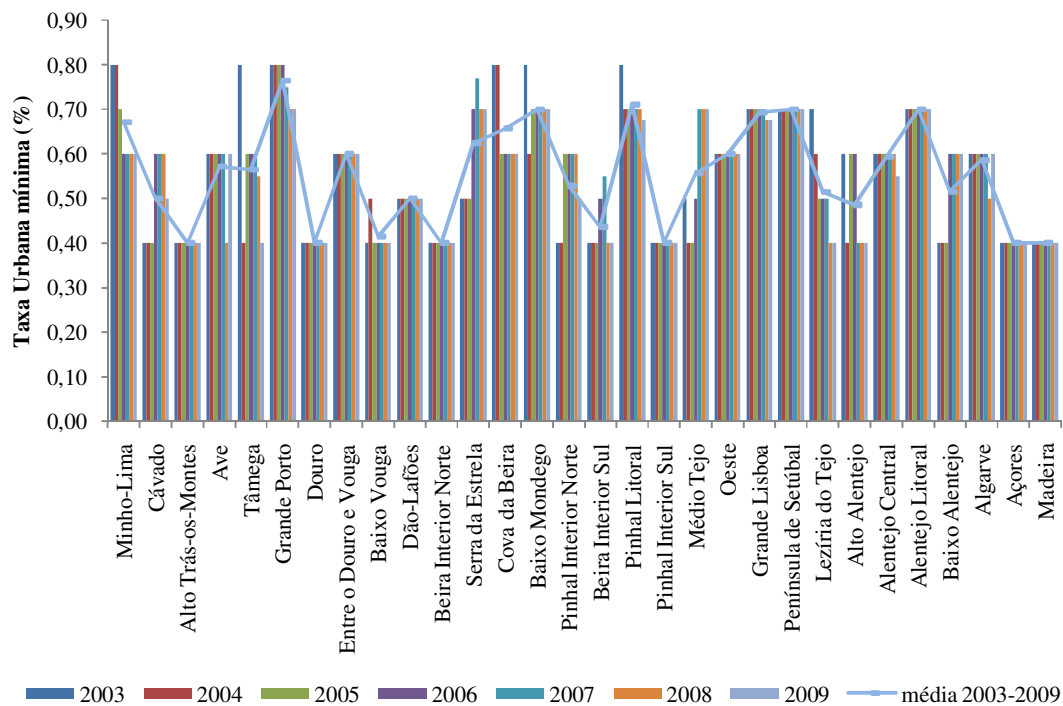


Figura 4.3. Evolução da taxa mínima de IMI, aplicada aos prédios urbanos não avaliados, nos termos do CIMI, entre 2003 e 2009, nas diferentes NUT III (Adaptado: DGCI, 2009)

Pela imagem anterior, verifica-se que as taxas mínimas diminuíram ao longo dos anos em algumas situações (e.g. Minho-Lima, Grande Porto, Grande Lisboa, Alentejo central), mas o contrario também se verificou (e.g. Cávado, Pinhal Litoral Norte). Noutras sub-regiões não sofreram alterações e outras sofreram oscilações anuais.

Os municípios que tinham a sua taxa mínima igual à sua taxa máxima tiveram que descer a taxa, quando a lei assim os obrigou, como é o caso dos municípios inseridos na sub-região do Grande Porto.

Abaixo analisa-se a taxa máxima aplicada aos mesmos prédios e dentro dos mesmos parâmetros.

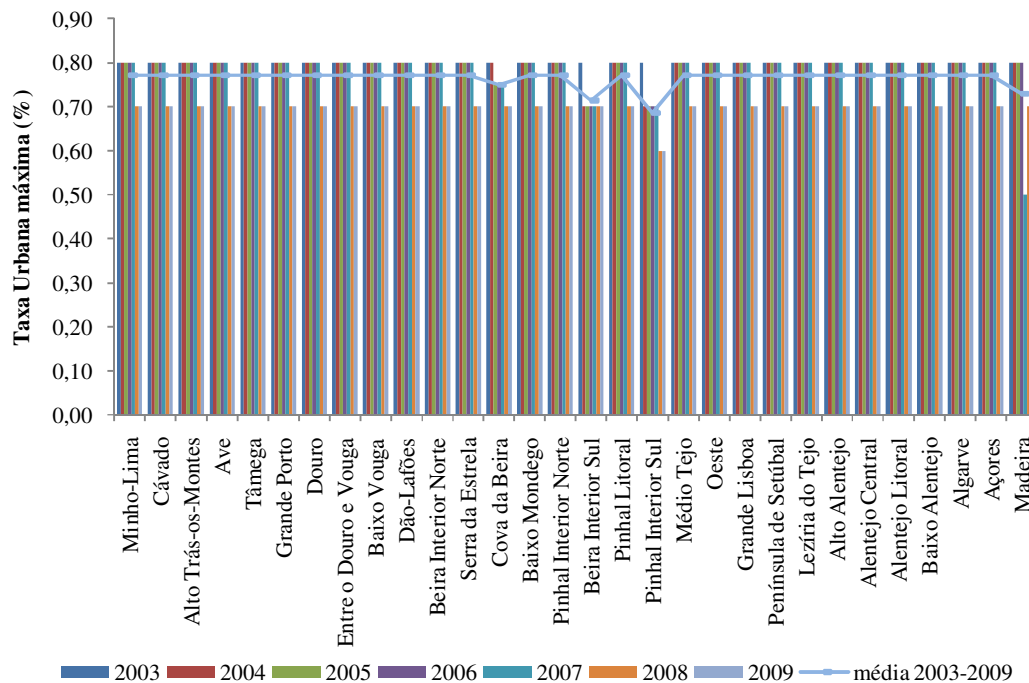


Figura 4.4. Evolução da taxa máxima de IMI, aplicada aos prédios urbanos não avaliados, nos termos do CIMI, entre 2003 e 2009, nas diferentes NUT III (Adaptado: DGCI, 2009)

Aqui verifica-se uma maior uniformização dos valores ao longo de todo o território, variando apenas algumas NUT III (e.g. Cova da Beira, Beira Interior Sul, Pinhal Interior Sul e Madeira). Os máximos desceram em 2008, devido à alteração da legislação como já foi referido anteriormente.

Na figura que se segue consegue-se ter uma melhor percepção das alterações ao longo das várias NUT III, e como as NUT III estão arrumadas descendo de Norte para Sul de Portugal, seguindo-se as ilhas a ideia da variação ao longo do país é mais nítida.

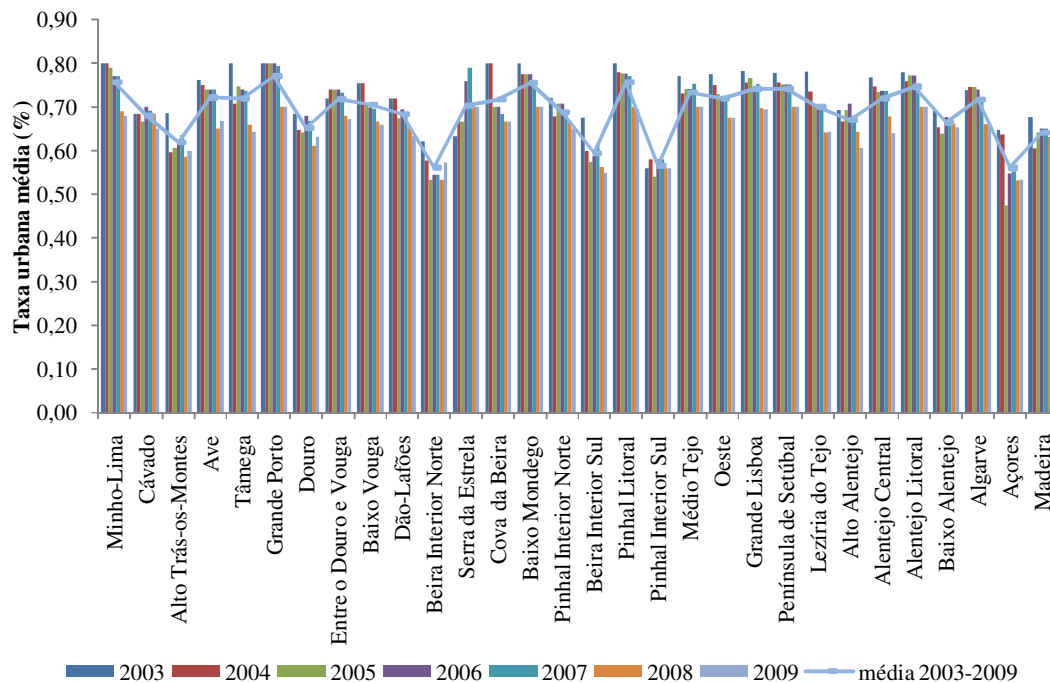


Figura 4.5. Evolução da taxa média de IMI, aplicada aos prédios urbanos não avaliados, nos termos do CIMI, entre 2003 e 2009, nas diferentes NUT III (Adaptado: DGCI, 2009)

Não se verifica uma norma lógica e explicativa da variação ou da aplicação/decisão da taxa de IMI aplicada aos prédios urbanos não avaliados, nos termos do CIMI. Pois inicialmente poderia esperar-se uma taxa menor para as sub-regiões onde as infra-estruturas e os serviços tivessem menor oferta, mas isso não se verifica. Se se olhar para estes valores por região NUT II (Norte, Centro, Lisboa, Alentejo, Algarve e Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira) poderá dizer-se que é nas ilhas que se aplicam as taxas mais baixas, 0,56% e 0,64%, para a Região Autónoma dos Açores e para a Região Autónoma da Madeira, respectivamente. Seguindo-se a região Norte com uma média de 0,71% de taxa de IMI aplicada aos prédios urbanos não avaliados, nos termos do CIMI.

Já a região de Lisboa é a que apresenta as taxas médias mais elevadas 0,74%, mas apenas duas sub-regiões constituem esta região, o que a torna pouco expressiva ao lado das restantes.

A seguir efectua-se a mesma avaliação da aplicação das taxas mas agora para os prédios urbanos avaliados, nos termos do CIMI.

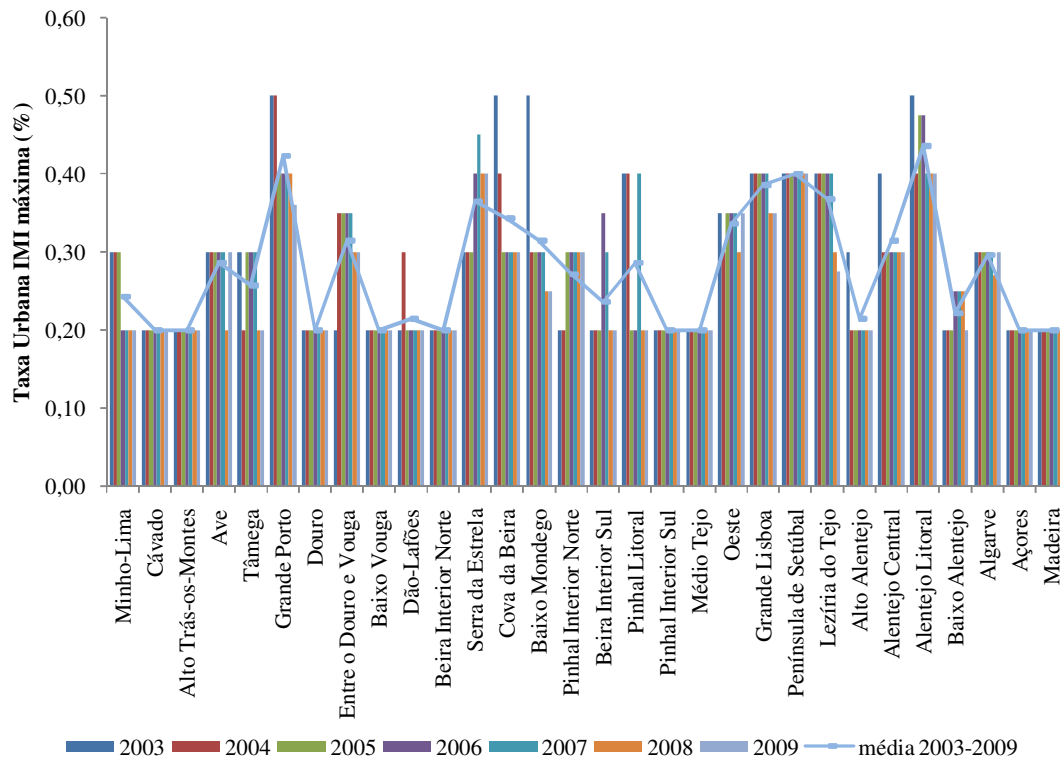


Figura 4.6. Evolução da taxa mínima de IMI aplicada aos prédios avaliados, nos termos do CIMI, entre 2003 e 2009, nas diferentes NUT III (Adaptado: DGCI, 2009)

Na generalidade todas as sub-regiões abrandaram os mínimos das taxas de IMI exceptuando-se três situações que aumentaram em 2009 (Ave, Oeste e Algarve). A maioria das sub-regiões essencialmente as localizadas a norte optam por colocar os seus mínimos nos mínimos legislados.

Verifica-se que nas sub-regiões circundantes de Lisboa as taxas mínimas de IMI, aplicadas aos prédios urbanos avaliados, nos termos do CIMI são superiores às restantes, excepto Grande Porto e Alentejo Litoral.

De seguida efectua-se a análise das taxas máximas de IMI aplicadas aos prédios urbanos avaliados, nos termos do CIMI.

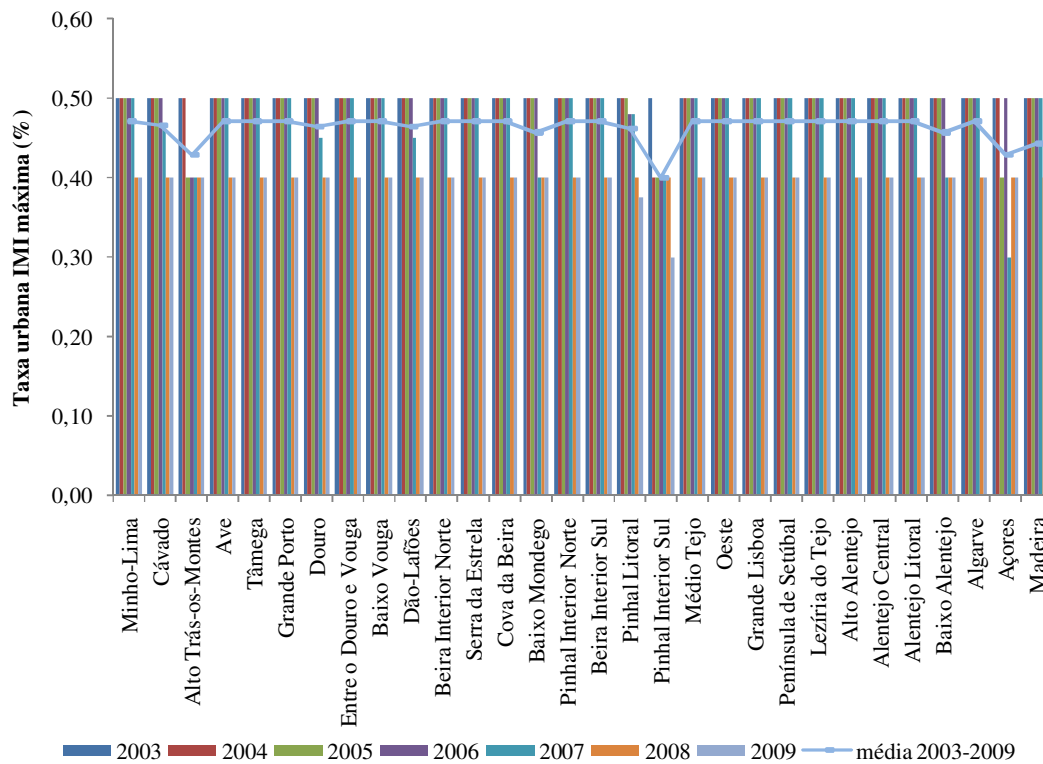


Figura 4.7. Evolução da taxa máxima de IMI aplicada aos prédios avaliados, nos termos do CIMI, entre 2003 e 2009, nas diferentes NUT III (Adaptado: DGCI, 2009)

As taxas máximas dos prédios urbanos avaliados, nos termos do CIMI, seguem a mesma orientação dos prédios urbanos não avaliados, verificando-se uma maior homogeneização. As sub-regiões que saem desta norma são os de Alto Trás-os-Montes, Pinhal Interior Sul e as ilhas. Apenas a sub-região de Pinhal Interior Sul se encontravam entre as que aplicavam as taxas máximas de IMI aos prédios urbanos não avaliados, mais baixas.

As médias das taxas de IMI, aplicadas aos prédios urbanos avaliados, nos termos do CIMI vão ser avaliadas a seguir na figura 4.8.

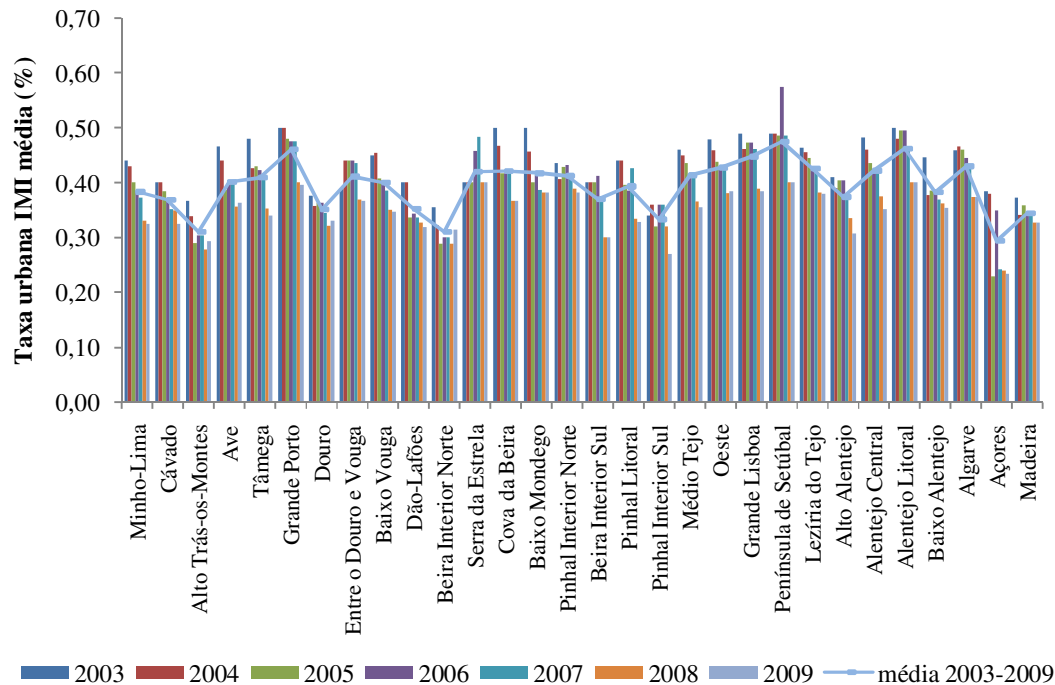


Figura 4.8. Evolução da taxa média de IMI aplicada aos prédios avaliados, nos termos do CIMI, entre 2003 e 2009, nas diferentes NUT III (Adaptado: DGCI, 2009)

Há situações semelhantes às verificadas na análise nacional em que desce entre 2003 e 2005, sobe em 2006 e volta a descer em 2007 até 2009, o exemplo mais claro disso é a sub-região da Península de Setúbal.

Tal como na análise da evolução das taxas de IMI aplicadas aos prédios urbanos não avaliados (figura 4.5), as sub-regiões mais interiores são as que apresentam taxas mais baixas, mas é nos Açores que as taxas são as mais baixas de todas, ou seja as sub-regiões mais populosas são as que apresentam as taxas de IMI mais elevadas.

4.2.2. Valor patrimonial tributário

Nacional

O valor patrimonial dos prédios urbanos vai ser avaliado, inicialmente no seu total, para posteriormente poder ser comparado com os valores do valor patrimonial por habitante e por área (km²). Estes dados serão avaliados numa série de seis anos e não sete como as taxas, porque não existem dados disponíveis referentes a 2009. Estes dados foram facultados pela DGCI por município, e tratam-se dos valores do registo predial da conservatória.

A diferenciação dos valores patrimoniais dos prédios urbanos avaliados, nos termos do CIMI e dos não avaliados só existe em 2007 e 2008. Por se achar importante essa diferenciação, foram analisados em separado.

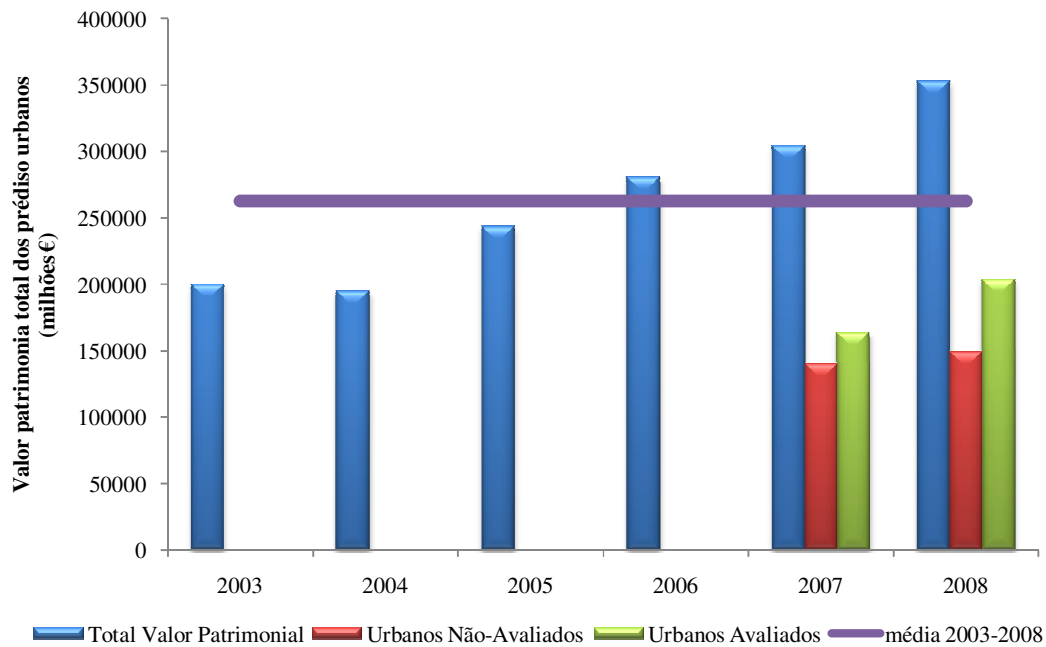


Figura4.9. Total do valor patrimonial dos prédios urbanos, apurado em território nacional entre 2003 e 2008
(Adaptado: DGCI, 2009)

Da análise da figura prévia verifica-se um aumento global do valor patrimonial dos prédios urbanos ao longo dos anos. Efectua-se que a média do valor patrimonial dos prédios urbanos, 2003-2008 encontra-se acima dos 250 000 milhões de euros

Verifica-se também que o valor patrimonial dos prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI apresentam um valor mais elevado e que este aumentou de 2007 para 2008 mais do que o valor dos não avaliados.

A seguir verifica-se quanto, do valor patrimonial urbano, cabe a cada habitante de Portugal Continental e Ilhas.

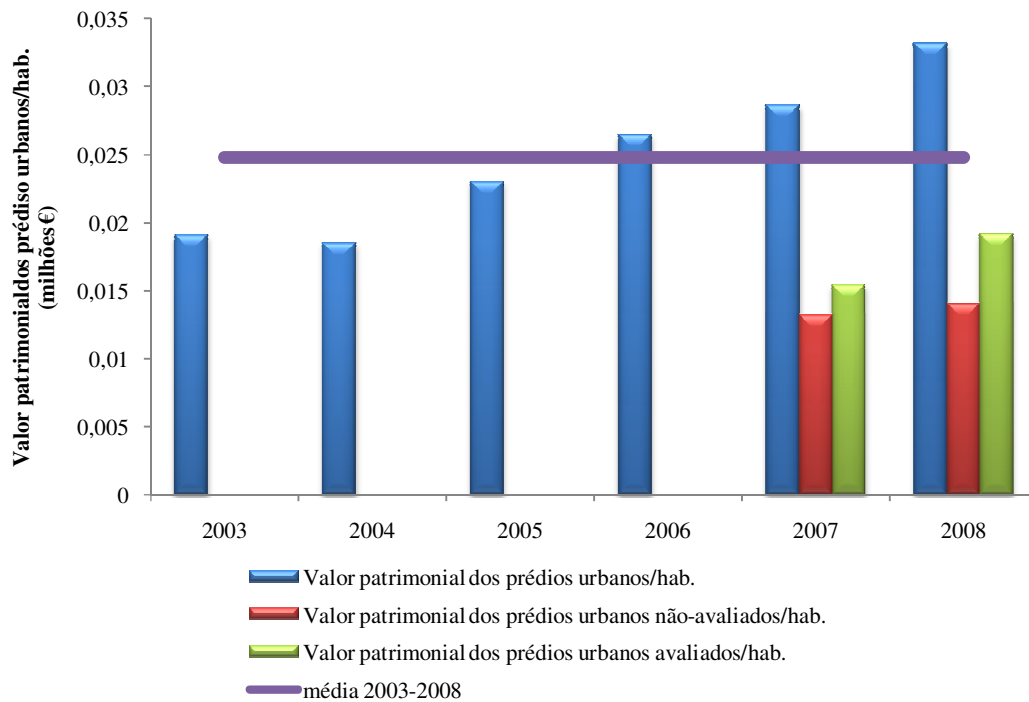


Figura 4.10. Valor patrimonial dos prédios urbanos por habitante, apurado em território nacional entre 2003 e 2008 (Adaptado: DGCI, 2009)

Se a tributação patrimonial dos prédios urbanos fosse aplicada por habitante, este teria sofrido um aumento aproximadamente 0,013 milhões de euros (13000 €) entre 2003 e 2008.

Na figura seguinte demonstra-se o valor que cada km^2 suporta referente ao valor patrimonial dos prédios urbanos.

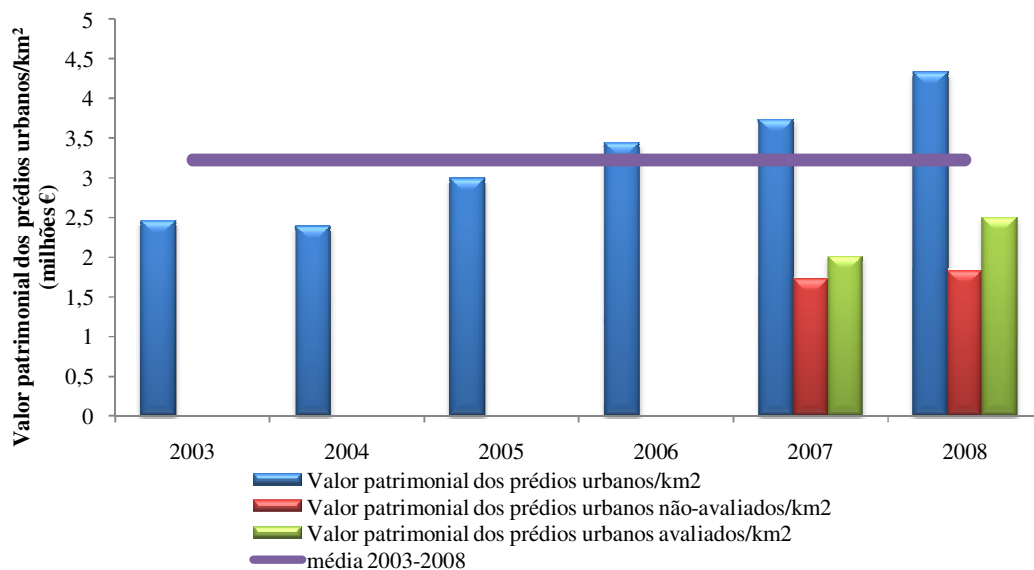


Figura 4.11. Valor patrimonial dos prédios urbanos por km^2 , apurado em território nacional entre 2003 e 2008 (Adaptado: DGCI, 2009)

Caso o valor patrimonial dos prédios urbanos fosse atribuído à área, esta teria que suportar um valor bastante elevado, pois em 2008 ter-lhe-ia aplicado um valor de 4,3 milhões €/km². Relativamente a 2003 teria sofrido um aumento de 1,8 milhões €, um aumento de 0,36 milhões €/(km².ano).

Regional

Para avaliar a distribuição do valor patrimonial dos prédios urbanos ao longo do país fazem-se três tipos de análises: uma no seu valor bruto por NUT III, outra pela sua população, e outra pela sua área.

De seguida faz-se a análise no seu total, verificando-se onde é maior e qual a sua tendência ao longo dos anos estudados (2003-2008).

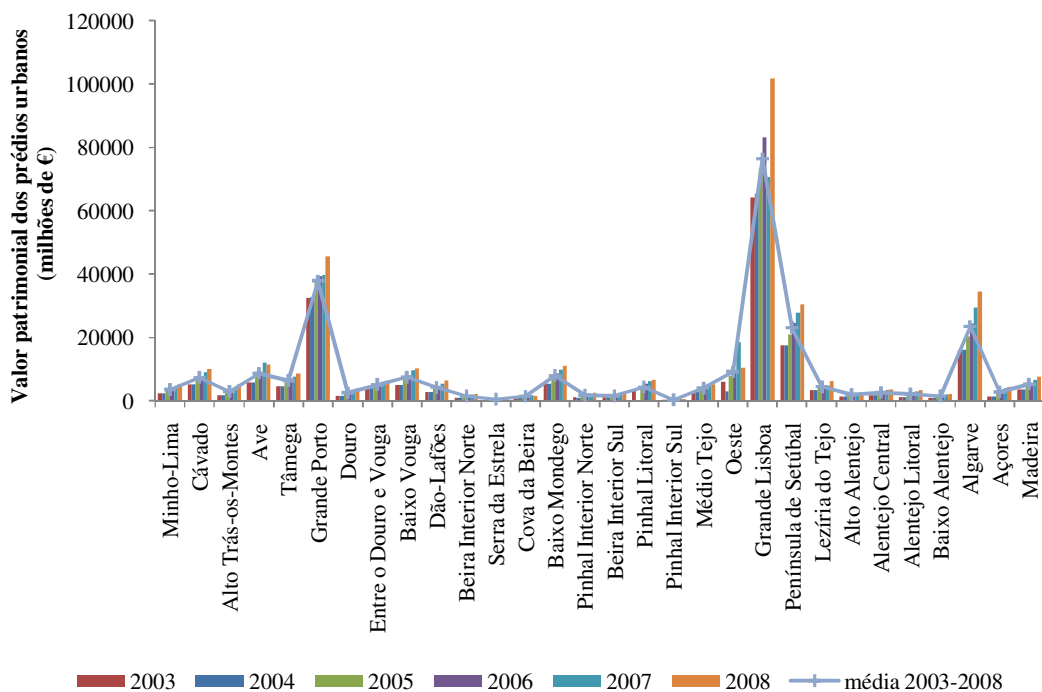
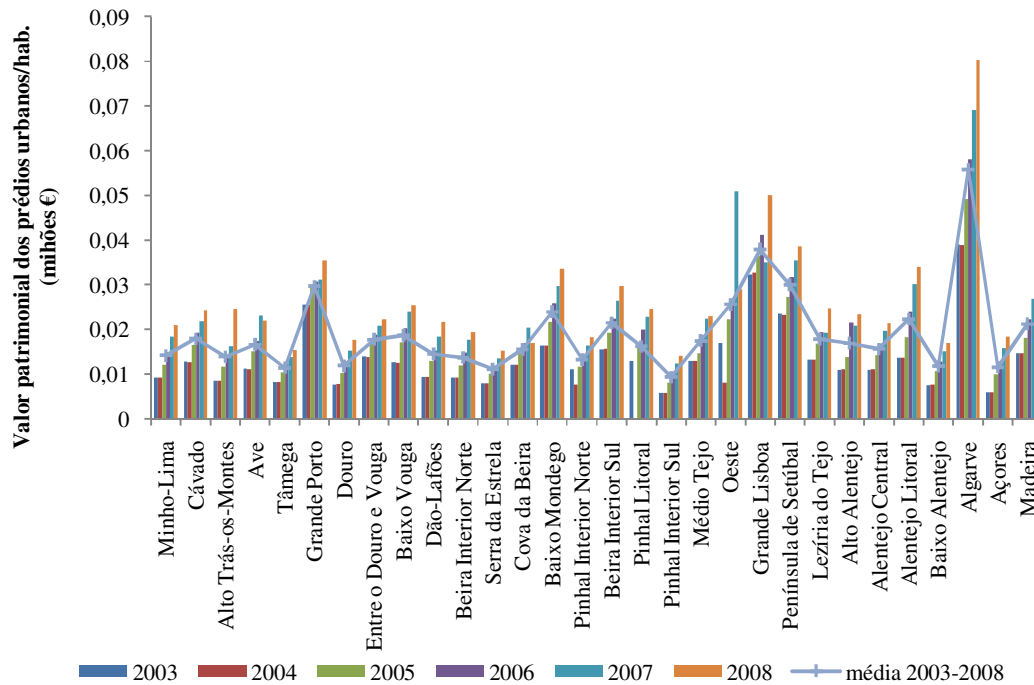


Figura 4.12. Valor patrimonial total, dos prédios urbanos, apurado entre 2003 e 2008, pelas diferentes NUT III (Adaptado: DGCI, 2009)

O valor patrimonial dos prédios urbanos é bastante significativo nas áreas mais populosas do país (Grande Porto, Grande Lisboa, Península de Setúbal e Algarve).

Verifica-se também que o valor patrimonial da região do Alentejo é pouco significativo comparativamente ao restante país. Comparando o Norte e Centro, verifica-se que a Norte o valor patrimonial é mais significativo e homogéneo nas diversas sub-regiões, excepto a do Porto, o que já não se observa na região Centro.

De seguida efectua-se uma avaliação do valor patrimonial dos prédios urbanos primeiramente por habitante, seguindo-se uma avaliação por km².



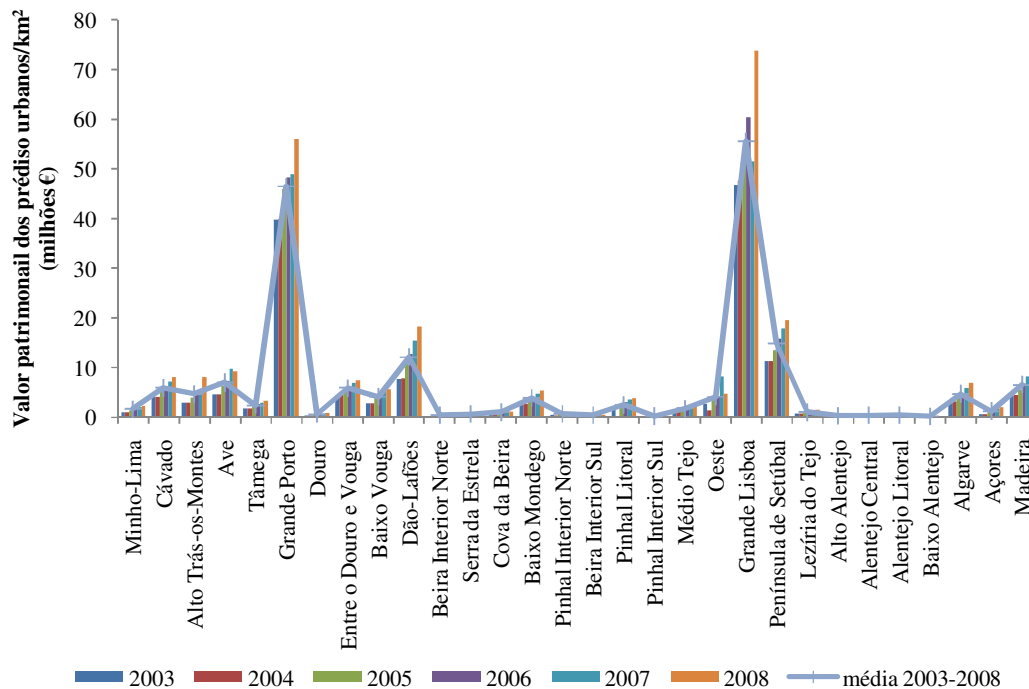


Figura 4.14. Valor patrimonial dos prédios urbanos por km^2 , apurado em território nacional entre 2003 e 2008 (Adaptado: DGCI, 2009)

A distribuição do valor patrimonial pela área (km^2) segue em muito a tendência da figura 3.15. Disfarçando-se essencialmente na região do Alentejo e Algarve onde as áreas são bastante grandes. Já o Grande Porto e a Grande Lisboa sustentam um elevado valor patrimonial e uma área mais reduzida, o que os eleva a valores de 46,7 e 55,3 milhões de euros, respectivamente, por km^2 .

4.2.3. Contribuição de IMI

Nacional

A colecta de IMI dos prédios urbanos vai ser avaliada, inicialmente no seu valor total, para posteriormente poder ser comparado com os valores da colecta de IMI por habitante e por área (km^2). Estes dados serão avaliados numa série de seis anos bem como forma os valores patrimoniais dos prédios urbanos.

A diferenciação dos valores colectados de IMI dos prédios urbanos avaliados, nos termos do CIMI e dos não avaliados só existe em 2007 e 2008. Por se achar importante essa diferenciação, foram analisados separadamente.

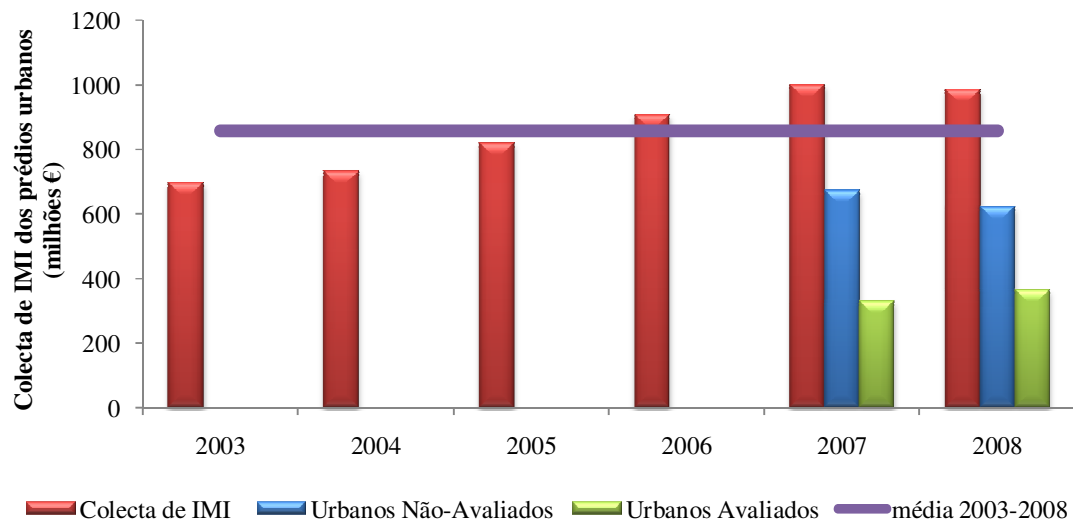


Figura 4.15. Colecta de IMI total dos prédios urbanos, apurada em território nacional entre 2003 e 2008 (Adaptado: DGCI, 2009)

A colecta de IMI dos prédios urbanos tem vindo a aumentar ao longo dos anos, diminuindo ligeiramente em 2008. Comparando com o valor patrimonial a evolução não é tão acentuada e o ano de 2004 não se apresenta inferior aos restantes.

Os prédios urbanos avaliados, nos termos do CIMI, apresentam um valor bastante mais baixo comparativamente aos prédios urbanos não avaliados. Em contrapartida a colecta dos prédios avaliados aumentou enquanto a dos não avaliados diminuiu.

A seguir verifica-se quanto, da colecta de IMI dos prédios urbanos, cabe a cada habitante de Portugal.

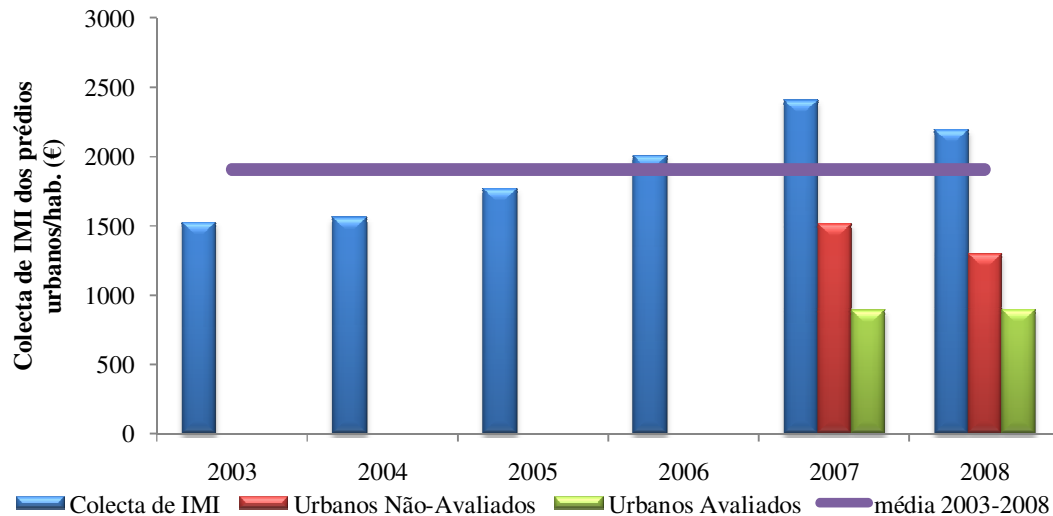


Figura 4.16. Colecta de IMI dos prédios urbanos por habitante, apurada em território nacional entre 2003 e 2008 (Adaptado: DGCI, 2009)

O comportamento deste valor é igual ao analisado na figura anterior, relativamente ao montante global. Se a colecta de IMI dos prédios urbanos fosse aplicada por habitante, este teria sofrido um aumento de aproximadamente 600 euros entre 2003 e 2008.

Na figura seguinte demonstra-se o valor que cada km^2 suporta referente ao valor da colecta de IMI dos prédios urbanos.

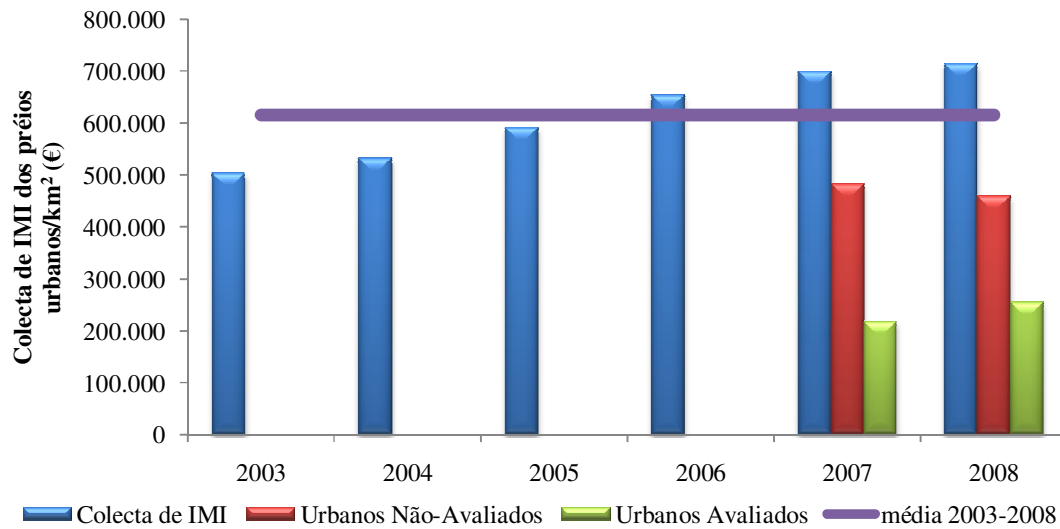


Figura 4.17. Colecta de IMI dos prédios urbanos por km^2 apurada em território nacional entre 2003 e 2008 (Adaptado: DGCI, 2009)

Neste caso a evolução é ao longo de todos os anos, não se verificando qualquer excepção. Caso o valor da colecta de IMI dos prédios urbanos fosse atribuído à área, esta teria que suportar um valor bastante elevado, pois em 2008 ter-lhe-ia sido aplicado um valor de cerca de 713 mil €/km². Teria sofrido um aumento de 210 mil €, relativamente a 2003 o que corresponde a um aumento de 53 mil €/(km².ano).

Regional

Para avaliar a distribuição do valor da colecta de IMI dos prédios urbanos ao longo do país efectua-se as mesmas três análises feitas anteriormente para determinar o valor patrimonial.

De seguida faz-se a análise de seu valor total, verificando-se onde é maior e qual a sua tendência ao longo dos anos estudados (2003-2008).

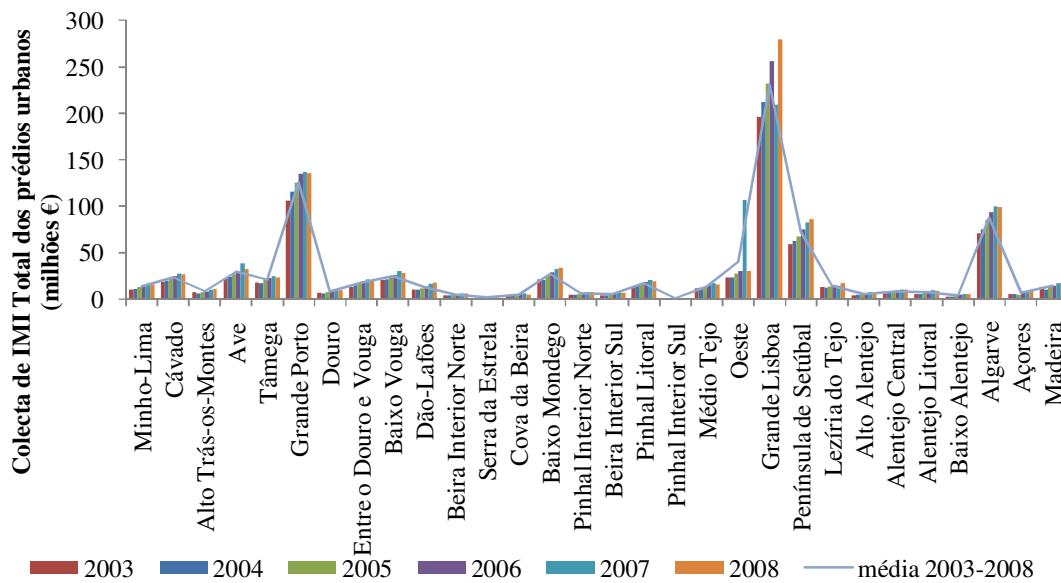


Figura 4.18. Colecta de IMI total dos prédios urbanos, apurada em território nacional entre 2003 e 2008 (Adaptado: DGCI, 2009)

A contribuição do IMI dos prédios urbanos é bastante significativa nas áreas mais populosas do país (Grande Porto, Grande Lisboa, Península de Setúbal e Algarve).

Verifica-se também que o valor da contribuição do IMI da região do Alentejo e sub-regiões em volta da Serra da Estrela é pouco significativo comparativamente ao restante país. Comparando o Norte e Centro, verifica-se que a Norte o valor colectado é mais significativo e homogéneo nas diversas sub-regiões, excepto a do Porto, o que já não se observa na região Centro e Sul.

O comportamento das NUT III é muito semelhante ao comportamento nacional onde o valor colectado aumenta entre 2003 e 2008.

De seguida efectua-se uma avaliação do valor patrimonial dos prédios urbanos primeiro por habitante, seguindo-se a avaliação por km².

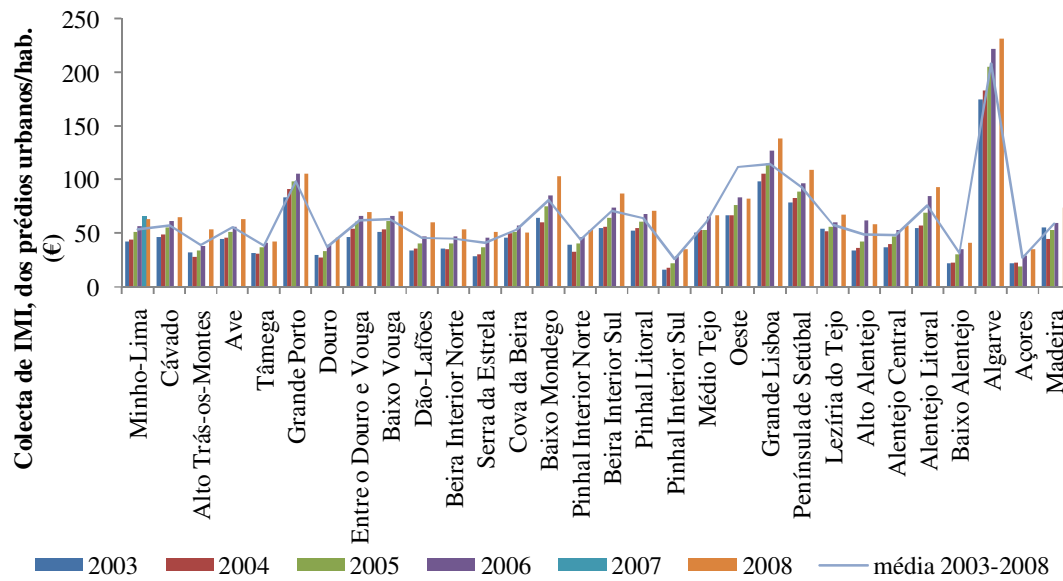


Figura 4.19. Colecta de IMI dos prédios urbanos por habitante, apurada em território nacional entre 2003 e 2008 (Adaptado: DGCI, 2009)

Quando se analisa a distribuição do valor pelos habitantes de cada NUT III, verifica-se que a distribuição é mais ou menos similar à distribuição do valor colectado total. As alterações ao longo do país não são muito significativas à excepção do Algarve, pelas razões mencionadas anteriormente (figura 4.15).

Uma vez mais as zonas com menor densidade populacional, as mais interiores de Portugal, são as que apresentamos valores mais baixos, como já se tinha verificado na distribuição das taxas e no valor patrimonial tributado dos prédios urbanos.

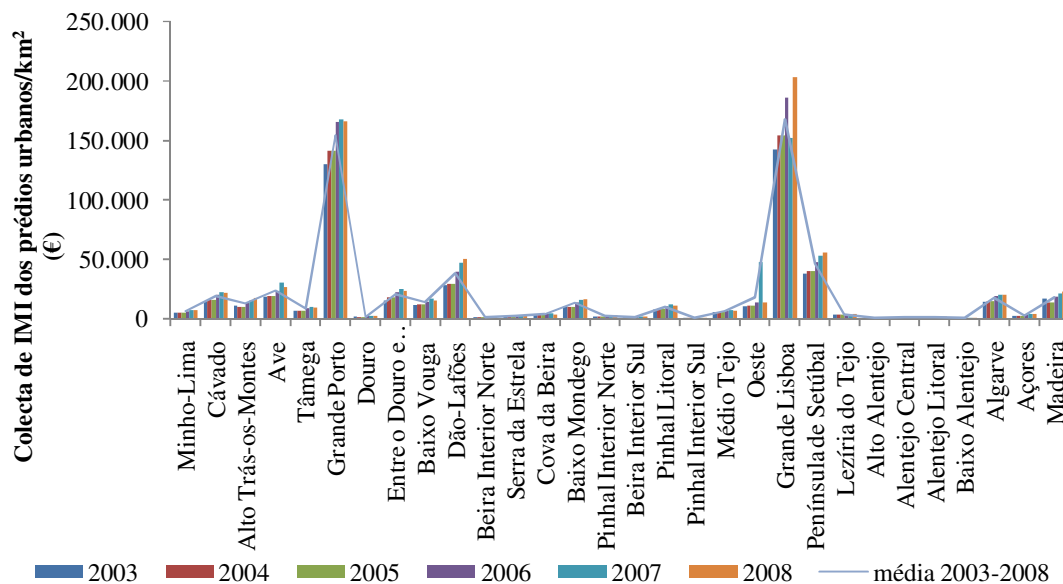


Figura 4.20 Colecta de IMI dos prédios urbanos por km², apurada em território nacional entre 2003 e 2008 (Adaptado: DGCI, 2009)

A distribuição do valor colectado de IMI pela área (km²) segue em muito a tendência da figura 4.20, disfarçando-se essencialmente na região do Centro Interior, Alentejo e especialmente do Algarve onde as áreas são bastante grandes. Já o Grande Porto e a Grande Lisboa sustentam um elevado valor, comparativamente com a sua reduzida área.

4.2.4. Síntese

Quadro 4.2. Tabela síntese da abordagem nacional

Tema	Conclusão
Taxas	Dada a alteração da legislação em 2008, verificou-se uma descida de 0,1% nas taxas de IMI aplicadas aos prédios urbanos, avaliados e não avaliados, nos termos do CIMI. As taxas de IMI aplicadas aos prédios urbanos avaliados, nos termos do CIMI são inferiores às aplicadas aos prédios urbanos não avaliados
Valor patrimonial tributário	O valor patrimonial dos prédios urbanos em território nacional tem vindo a aumentar desde 2005, excepto em 2004, isto deve-se em parte à actualização que os prédios urbanos sofreram. Observa-se também, que após 2007, anos em que se iniciou a distinção entre prédios urbanos avaliados e não avaliados, nos termos do CIMI, os prédios urbanos avaliados apresentam um valor patrimonial superior.
Contribuição do IMI	Verifica-se uma tendência crescente do valor colectado de IMI nos prédios urbanos ao longo do período analisado, observando-se algumas disparidades territoriais.

4.3. Análise dos inquéritos

4.3.1. Informação geral

Os dados originais das respostas obtidas, dos inquéritos realizados aos municípios, serão tratados sob reserva de confidencialidade. Sendo a análise dos dados efectuada com base na NUT III.

Abaixo apresenta-se um quadro com os municípios que colaboraram, posteriormente, todos os dados serão tratados em conjunto.

Quadro 4.3. Municípios que responderam ao inquérito sobre práticas de ordenamento e fiscalidade do território

NUT III	Município	NUT III	Município
Cávado	Barcelos	Oeste	Caldas da Rainha
Ave	Vila Nova de Famalicão		Nazaré
Grande Porto	Maia	Grande Lisboa	Cascais
	Povoa de Varzim		Loures
Douro	Lamego		Oeiras
	Vila Real		Odivelas
Baixo Vouga	Aveiro		Vila Franca de Xira
	Estarreja	Península de Setúbal	Barreiro
Dão-Lafões	Nelas		Palmela
	Oliveira de Frades	Lezíria do Tejo	Coruche
	Viseu	Alto Alentejo	Portalegre
Baixo Mondego	Cantanhede	Alentejo Central	Estremoz
	Figueira da Foz	Baixo Alentejo	Barrancos
Pinhal Interior Norte	Lousã	Algarve	Lagos
	Vila Nova de Poiares		Tavira
Médio Tejo	Constância		Vila do Bispo
	Ferreira do Zêzere	Açores	Horta
			Ribeira Grande

A análise das respostas será efectuada por grupo tal como consta no próprio inquérito (ver apêndice 2).

O universo dos respondentes é de 34 em 308, o que representa 11% municípios nacionais.

4.3.2. Análise e interpretação

A. Dados Gerais

Neste grupo pretende-se uma caracterização geral do município, de forma a conhecer melhor o universo analisado. São questionados quanto ao número de habitantes em toda a sua área, e apenas nos núcleos urbanos. Questiona-se também quanto da sua área total é abrangida por perímetros urbanos e também em que situação se encontram os seus PDM tal como a sua data de entrada em vigor.

Poucos são os municípios que dispõem da informação de quantos habitantes residem em núcleos urbanos e das áreas abrangidas por perímetros urbanos, o que denota a falta de um sistema que suporte este tipo de informação.

A maioria dos PDM têm 14 anos, pois datam, em média de 1996, a boa notícia é que 83,9% destes encontram-se em fase de revisão.

B. Consolidação do espaço urbano

Neste ponto pretende-se avaliar a consolidação dos espaços definidos nos instrumentos de gestão territorial, em vigor, como espaços urbanizáveis vocacionados e concebidos para acolherem a expansão das dinâmicas urbanas no município. Pretende-se também

verificar o número de total, tal como a sua localização de novos fogos existentes no perímetro urbano e fora dele, construídos no município desde a entrada em vigor do PDM.

Quadro 4.4. Valores relativos à consolidação do espaço urbano dos inquiridos

	Mínimo (%)	Máximo (%)	Média (%)	Respostas válidas (nº)
Ocupação do espaço urbanizável	0,1	68	20	6
Edificado e com licença de utilização	0	78	30	6
Em construção ou com licença de construção emitida	0	75	13	6
Espaço urbanizável programado por licenciar	0	95	24	6
Não programado nem licenciado	0	100	33	6
Localização da construção nova				
Fogos construídos em espaço urbano consolidado	49	91	70	2
Fogos construídos em espaço urbano não consolidado	6	9	8	2
Fogos construídos em área urbanizável	0	31	15	2
Fogos construídos fora do perímetro urbano	0	14	7	2

A área territorial que se encontra em fase de construção ou com licença de construção ainda é significativa perante as necessidades habitacionais do país. No que se refere ao espaço urbanizável programado, ou seja aquele que aguarda licença de construção no seu total ainda é significativo, dado que em média os PDM datam de 1996.

A situação onde o espaço não programado nem licenciado apresentam um valor mínimo de 0% e máximo de 100%, diz respeito a um município cujo seu PDM entrou em vigor em 2000, ou seja toda a sua área programada ainda não foi ocupada.

A nova construção localiza-se maioritariamente nos espaços urbanos consolidados, o que demonstra alguma rigorosidade da aplicação dos instrumentos de fiscalidade e gestão do ordenamento do território. Apesar da fiscalização ainda existe uma pequena % de construção nova fora do perímetro urbano, mas não se podem tirar conclusões gerais visto que apenas estão a ser analisados dois casos.

C. Adequação da área urbanizável

No que consiste à adequação da área urbanizável, o que se pretendia era a opinião dos autarcas ou responsáveis pela gestão do território, relativamente às necessidades que o concelho apresenta e quais os mecanismos de controlo que têm à sua disposição.

- Tendo em consideração as necessidades do concelho, consideram a área urbanizável (no PDM)

Quadro 4.5. Respostas dos inquiridos

	Justificações obtidas
ND (19%)	Equacionam-se as necessidades no âmbito dos estudos de Revisão do PDM. Faltam ainda resultados consistentes que permitam responder
	Revisões do PDM em curso - estas questões serão analisadas
	Nos núcleos urbanos, a área urbanizável acompanha a procura.
	Inadequado. Não contempla os perigos geológicos, o que condiciona a sua análise.
Pequena (11%)	Deixa pouco espaço de manobra (gestão estratégica) para o imenso processo de requalificação territorial a implementar.
	Impossível expandir-se devido ao concelho estar em Rede Natura.
	Embora o perímetro urbano se encontre perfeitamente definido, existe a necessidade de prever a sua expansão.
Adequada (37%)	A maioria do espaço urbanizável esteja por ocupar, o que é relevante é que a sua localização geográfica permitirá a expansão natural e desejada do tecido urbano
	Município possui actualmente cerca de 20% de área urbanizável
	Área existente em termos de valor global é adequada face à população existente e às necessidades previstas
	Tendo em conta a pop residente e as características da ocupação das parcelas
	A área urbanizável é definida no PDM para um período de 10 anos.
	Resultado da revisão do PDM, tendo-se inclusive aumentado as áreas de solo rural (designadamente RAN e REN), efectuaram-se alguns ajustes nas áreas de indústria e armazenagem.
	Nos núcleos urbanos, a área urbanizável acompanha a procura. Quanto às áreas com características mais rurais, a existência de área urbanizável justifica-se plenamente devido à existência de um povoamento disperso
	Recentemente actualizado
	A área urbanizável mostra-se adequada às necessidades de implantação habitacional e de actividades económicas.
Excessiva (33%)	Cerca de 22% da área urbana foi ocupada na vigência do PDM
	Atendendo à pouca dinâmica verificada e à diminuição da população
	Pouca construção para a área programada
	Desajustado quanto à oferta-procura
	Ocupação de apenas 16% da área urbanizável em 15 anos
	A maior parte das áreas urbanizáveis mantiveram-se quase inalteráveis na maior parte dos aglomerados urbanos no período de vigência do actual PDM
	O aumento das áreas urbanizáveis não foram compensadas pelas infra-estruturas, rede viária, estacionamento, transportes públicos, áreas verdes e pedonais
	Muita área que não se encontra ocupada, nem com intenção de ocupação a curto prazo.
	Devido às projecções do crescimento populacional e de acordo com a oferta e a procura do mercado imobiliário

Verifica-se que além da maioria proferir que a sua área urbanizável é adequada, verifica-se um excesso de oferta relativa à procura. Não esquecendo também que alguns dos municípios que acham que a sua área urbanizável é adequada acabaram de actualizar o seu PDM.

Relativamente aos municípios que aceitam que a sua área urbanizável é excessiva, explicam-na pela associação de vários factores. Um PDM desactualizado e desajustado, à diminuição da população e à especulação do mercado imobiliário.

- O município tem mecanismos para programar a construção da área urbanizável?

Quadro 4.6. Respostas dos inquiridos

Sim/Não	Justificação Obtida
Sim (52%)	Os instrumentos de gestão territorial existentes e disponíveis na Lei Portuguesa
	Os que constam no RJIGT
	Plano de actividades (RCM 11/2009, de 29 de Maio)
	Regulamento do PDM em vigor/ Plano de Pormenor de uma parte da zona central da vila
	O PDM tinha previsto a elaboração de alguns PP como forma de programar o solo
	Planos de urbanização e PP
	Os definidos no art. 14º do regulamento do PDM
	No Solo Urbanizado a execução do Plano processa-se, sobretudo, através do recurso a operações urbanísticas previstas no Regime Jurídico de Urbanização e Edificação. No Solo de Urbanização Programada a execução do Plano processa-se no âmbito das Unidades Operativas de Planeamento e Gestão.
	Os mecanismos do DL 380/99, nomeadamente unidades de execução
	PP
	PU e PP
	PDM, PP, PU
	O município tem os mecanismos de programação que estão consagrados na legislação em vigor.
	Planos de Pormenor e Unidades de Execução
Não (42%)	Não estão previstos nos IGT
	O PDM em vigor não preparou adequadamente os necessários mecanismos de programação e eles não foram desenvolvidos atempadamente.
	Não existem PU nem PP com esse objectivo
	Não se tem achado necessário
	No PDM ainda em vigor não se verifica nenhum mecanismo
	A elaboração do PU da área classificada com urbanizável, apenas se verifica no centro da vila. A elaboração do PU da Vila está numa fase final, plano esse que já contempla mecanismos de programação da área urbanizável.
	Morosidade dos procedimentos envolvidos na elaboração do PP e unidades de execução
	O actual PDM, que entrou em vigor em 2000 não integra esses mecanismos
	Encontra-se a elaborar um PU para a área urbanizável da vila. As restantes áreas não se mostraram necessárias para a edificação.
	Não exigível na legislação à data em vigor. A introduzir no plano decorrente da revisão em curso
	Os sistemas e procedimentos de unidades de execução ou PP são complexos
	Esta autarquia não dispõe de corpo técnico com disponibilidade para efectuar PP ou PU

A maioria dos inquiridos dispõem de instrumentos que permitam a programação dos espaços urbanizáveis. Sendo que quase todos referem os disponíveis na legislação DL nº 380/99, de 22 de Setembro (O âmbito municipal é concretizado através dos seguintes instrumentos: a) Os planos intermunicipais de ordenamento do território; b) Os planos municipais de ordenamento do território, compreendendo os planos directores municipais, os planos de urbanização e os planos de pormenor.).

Quadro 4.7. Comparação entre a adequação da área urbanizável e as % de espaço urbanizável e sua ocupação

	Espaço urbanizável (%)			Ocupação do espaço urbanizável (%)			Respostas válidas (nº)
	Min	Máx	Média	Min	Máx	Média	
Pequeno	68	68	68	87,6	87,6	87,6	1
Adequado	0,1	37,8	14,4	5,1	77,6	51,5	3
Excessivo	1,0	11,5	5,9	0	20,4	11,0	3

De acordo com o pequeno universo de respostas válidas é mais ou menos coerente a opinião quanto à adequação do espaço urbanizável tendo em consideração as necessidades do concelho. É só mais ou menos, porque um município com uma ocupação real de 5,1% do espaço urbanizável total não pode dizer que de acordo com as necessidades o espaço urbanizável é adequado, cujo PDM entrou em vigor em 2005.

D. Planeamento (instrumentos em vigor)

No seguimento dos dois pontos anteriores, este pretendia averiguar a superfície que se encontra como classificada (REN, RAN RNAP e/ou Rede natura 2000), bem como a área urbana compreendida por PU e PP.

Quadro 4.8. Valores das áreas urbanas e áreas classificadas dos inquiridos

		Valor total	Valor mínimo	Valor máximo	Valor médio
Área urbana abrangida por PU e PP (%)		-	0	41,0	10
Áreas Classificadas	RAN (ha)	147 870	103	17 755	5 099
	REN (ha)	334 824	546	49 495	11 546
	RNAP ou Rede Natura 2000 (ha)	1 374 034	0	24 746	5 496

Relativamente às áreas classificadas a REN é a mais representativa nos municípios inquiridos, seguida da RNAP ou Rede Natura 2000, sendo a RAN a menos expressiva.

Quanto às áreas urbanas abrangidas por PU e PP, há municípios que não têm PU nem PP enquanto outros têm 41% da sua área urbana abrangida por PU e PP.

E. Taxas de IMI: aplicação do artigo 112º do código do IMI

Para avaliar as taxas de IMI dos prédios urbanos, aplicadas pelos inquiridos ir-se-á recorrer a uma simbologia, que se apresenta no quadro 3.8, para simplificação da tabela de análise dos resultados.

Quadro 4.9. Artigo 112º do CIMI

Nº do ponto	Regime do Artº 112º do CIMI
Nº4	Geral
Nº 5	Reabilitação urbana ou combate à desertificação
Nº 6	Prédios urbanos arrendados
Nº7	Prédios urbanos degradados

As taxas de IMI, dos prédios urbanos, vão ser analisadas pela sua aplicação mínima, máxima e média pelo universo dos inquiridos. Serão analisadas as taxas de IMI aplicados aos prédios urbanos no seu geral, aos que se encontram arrendados, aos devolutos e aos que se encontram em zonas de reabilitação urbana ou combate à desertificação.

Os municípios, mediante deliberação da assembleia municipal, podem definir áreas territoriais correspondentes a freguesias ou zonas delimitadas de freguesias, que sejam objecto de alterações das taxas que vigorarão no ano a que respeita o imposto a aplicar aos prédios urbanos arrendados ou a operações de reabilitação urbana ou combate à desertificação.

São considerados prédios urbanos degradados, aqueles que se considerem como tais, face ao seu estado de conservação, não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens.

Quadro 4.10. Taxas de IMI, aplicados aos prédios urbanos, pelos municípios inquiridos

Regime do Artº 112º do CIMI	Designação	2006			2007			2008		
		Taxa aplicável			Taxa aplicável			Taxa aplicável		
		Min.	Máx.	Méd.	Min.	Máx.	Méd.	Min.	Máx.	Méd.
Nº 4	PUnA	0,60	0,80	0,75	0,60	0,80	0,75	0,60	0,80	0,72
	PUA	0,30	0,60	0,44	0,30	0,50	0,42	0,43	0,50	0,38
Nº5	PUnA	0,70	0,80	0,73	0,70	-	-	-	-	-
	PUA	0,40	0,50	0,43	0,40	-	-	-	-	-
Nº6	PUnA	0,70	0,80	0,73	0,70	0,80	0,74	0,74	0,70	0,70
	PUA	0,40	0,50	0,43	0,40	0,50	0,44	0,44	0,40	0,36
Nº7	PUnA	0,70	-	-	0,70	-	-	12,44	-	-
	PUA	0,40	-	-	0,40	-	-	12,26	-	-

Há uma situação curiosa é que a taxa máxima em 2008, não sofreu alteração, continuando em 0,8% e 0,5% quando a lei tinha sido alterada para 0,7% e 0,4%, r para os PUnA e PUA, respectivamente.

Os prédios urbanos sitos em áreas de reabilitação urbana ou em áreas de combate à desertificação foram majorados em 30% em 2007 e 2008, tal como os prédios urbanos degradados. Os prédios urbanos avaliados que se encontram degradados, de pelo menos um município foram majorados em 100% no ano de 2008. Já os prédios arrendados não sofreram qualquer majoração ou minoração.

F. Hipótese de alteração do regime de finanças locais

Com este ponto pretende-se recolher a opinião dos governantes locais sobre as alterações propostas por este modelo. Estas medidas propõem alterações quer para os municípios, quer para os proprietários de terrenos localizados em áreas classificadas. Passando pela distribuição do FGM, pela redistribuição dos vários impostos aplicados (IVA, IRS, FGM, IMI, IMT e/ou a criação de novos impostos).

- Segundo a Lei, parte do FGM deve ser distribuída proporcionalmente às áreas classificadas de cada município. Na vossa opinião, qual a % do FGM que deve ser distribuída desta forma (A actual LFL prevê 5% a 10%)

A seguir será apresentada a opinião dos inquiridos quanto à % do FGM que deverá ser direccionado para as áreas classificadas.

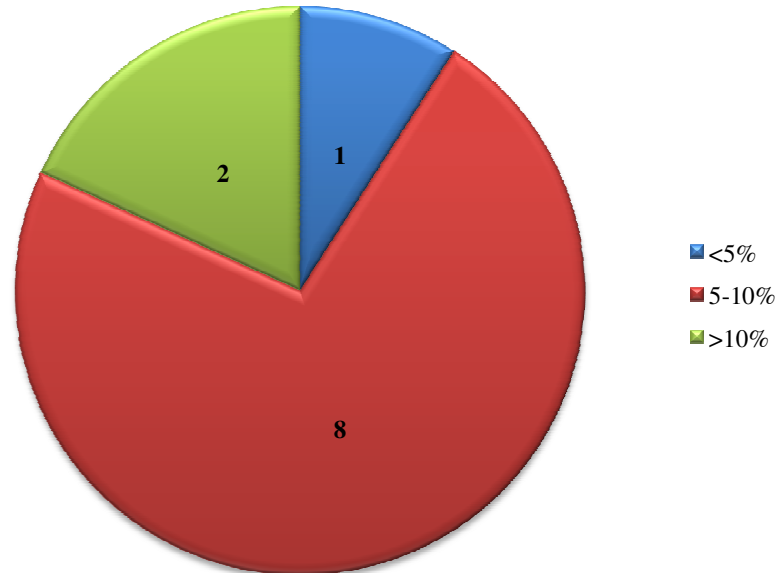


Figura 4.21. Número de respostas relativamente à % do FGM que deve ser distribuído de acordo com as áreas classificadas

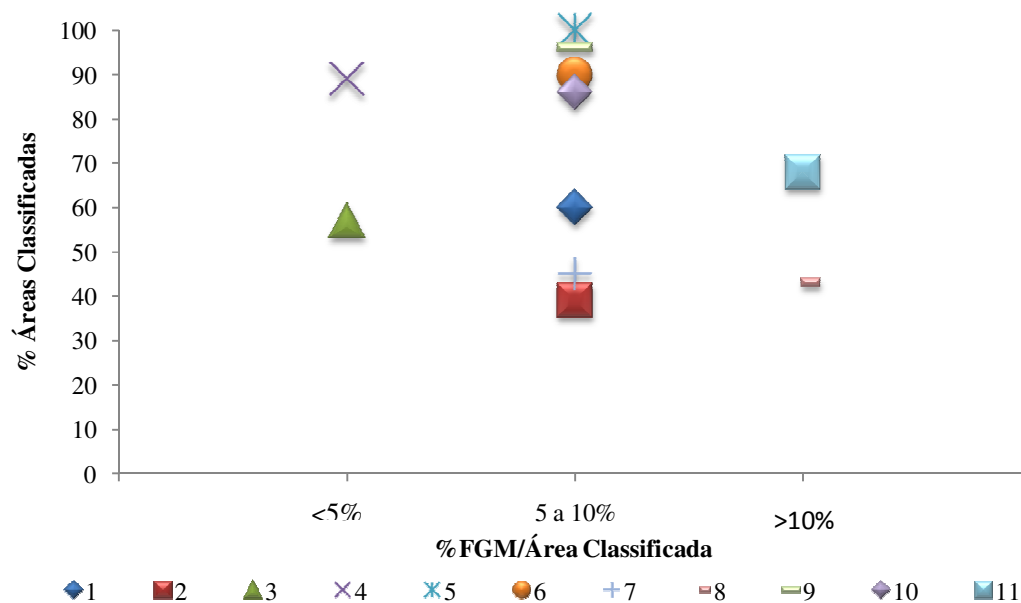


Figura 4.22. Correlação entre a % do FGM que deve ser distribuído de acordo com as áreas classificadas e a % de áreas classificadas em cada município

De acordo com as poucas respostas sobre este item conclui-se que a maioria acha que 5 a 10% do FGM deve ser distribuído de acordo com as áreas classificadas que cada município compreende.

Quadro 4.8. Respostas dos inquiridos

%	Justificação obtida
5 a 10%	Esta afectação deve ter em conta a importância que a Área Classificada representa nos sistemas locais e nacionais. As situações são manifestamente diferenciadas e diferenciáveis, não devendo ser tratadas uniformemente.
Variável	Em função do valor do encargo estabelecido em protocolo de colaboração entre estado e autarquia, destinado à conservação efectiva da área
5%	A percentagem que se sugere manter deverá também considerar, para além das áreas protegidas e Rede Natura, a REN.
5 a 10%	Quando se fala de fórmulas a aplicar universalmente a todo o território, torna-se difícil analisar particularmente cada situação, na generalidade e do ponto de vista teórico a actual fórmula é aceitável.
10%	Para que tais áreas fossem consideradas uma mais-valia, contrariando a posição dominante sobre as mesmas.
50%	Para equiparar os investimentos nestes locais.
> 10%	O concelho tem cerca de metade da área incluída numa área classificada, pelo que se justifica uma percentagem superior aos 10 %.
0%	O FGM visa assegurar aos municípios as receitas necessárias ao cumprimento das atribuições definidas legalmente, não se deverá pormenorizar para as áreas classificadas.
10%	É fundamental melhorar e aprofundar os critérios. Deste modo será possível aplicar maior % à valorização do ambiente e ordenamento do território.

- Considera que os proprietários de terrenos localizados em áreas classificadas devem ser beneficiados em sede de IMI ou IRS?

87,5% dos inquiridos acha pertinente que os proprietários de terrenos localizados em áreas classificadas, obtenham benefícios em sede de IMI ou IRS, enquanto os restantes 12,5% discordem desta medida, não apresentando justificação para tal.

Relativamente aos inquiridos que concordam com esta medida, apresenta-se abaixo, em percentagem, em quanto estes devem ser beneficiados.

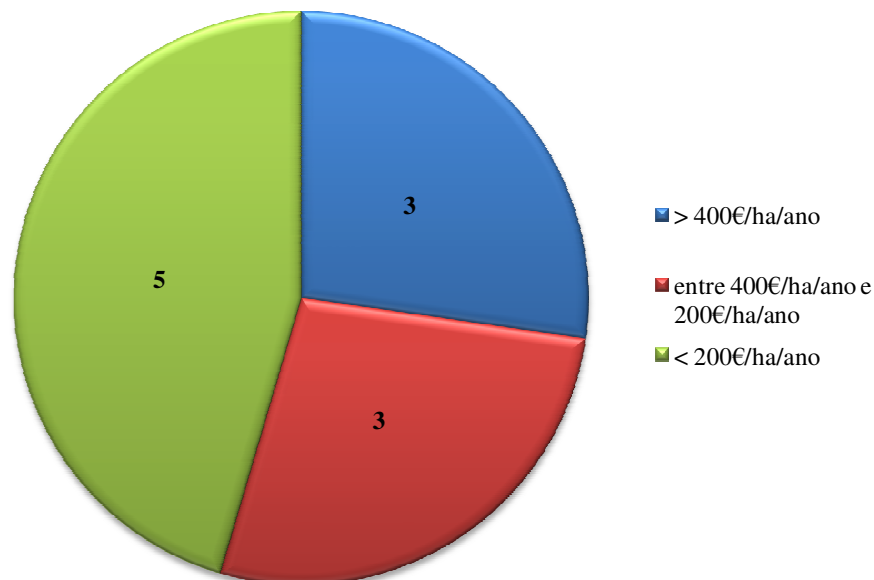


Figura 4.23. Número de respostas relativamente ao valor que os proprietários devem beneficiar, por possuírem terrenos em áreas classificadas

Ao serem recompensados, os proprietários, deverão sê-lo com um valor inferior a 200€/ha/ano. Se se correlacionar este valor com a dimensão do concelho verifica-se que se trata de um valor bastante elevado, como se analisa no gráfico seguinte.

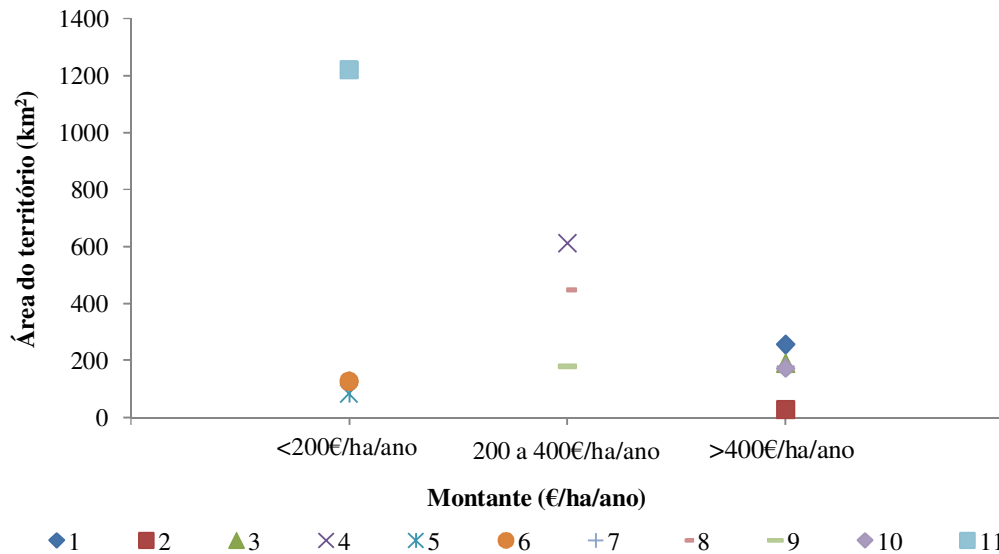


Figura 4.24. Correlação entre o montante que os proprietários de terrenos m AC relativamente à área do concelho

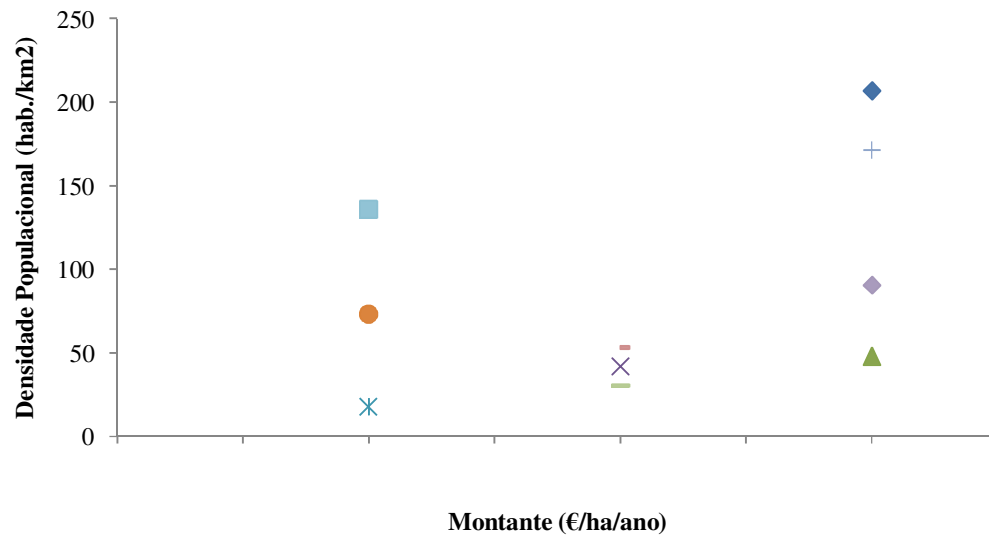


Figura 4.25. Correlação entre o montante que os proprietários de terrenos em AC poderiam beneficiar relativamente à densidade populacional

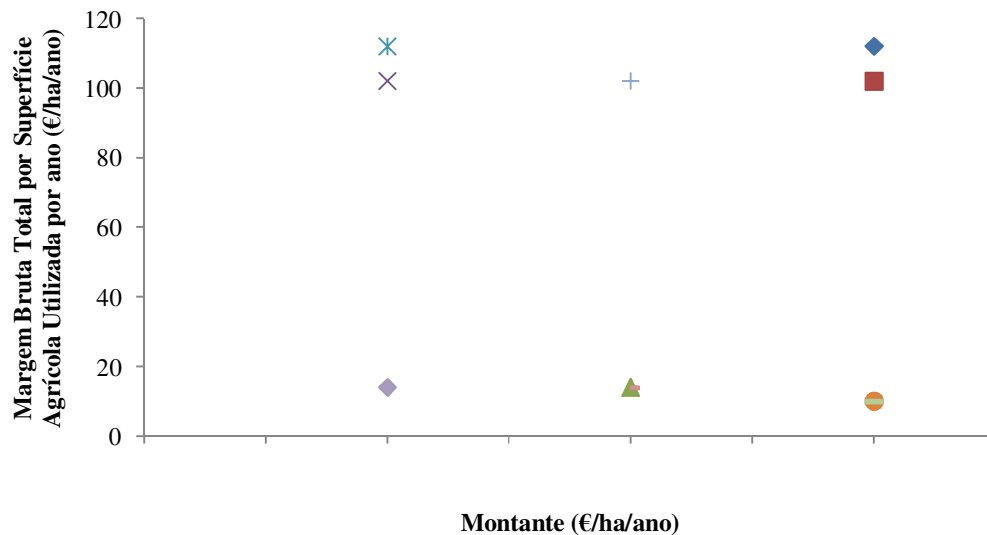


Figura 4.26. Comparação entre o montante que os proprietários de terrenos em AC poderiam beneficiar relativamente à margem bruta total por superfície agrícola utilizada (INE, 2010 e INE, 2009)

As três comparações não permitiram esclarecer nada em concreto uma vez que o que se esperava seria:

- ✓ Quanto maior a área menor o montante;
- ✓ Quanto maior a densidade populacional maior o montante; e
- ✓ Quanto maior o MBT por SAU maior o montante.

O que fomenta a pouca preocupação e ou conhecimento com o tema em discussão, por parte dos responsáveis pelo preenchimento do questionário.

- Onde considera que devem ter origem os benefícios para os municípios e/ou proprietários que possuem terrenos em áreas classificadas?

Nesta situação os inquiridos poderiam escolher o número de respostas que achassem pertinentes, daí a soma das percentagens da figura abaixo, ser superior a 100%, mas apenas foram consideradas como válidas as respostas de 12 municípios.

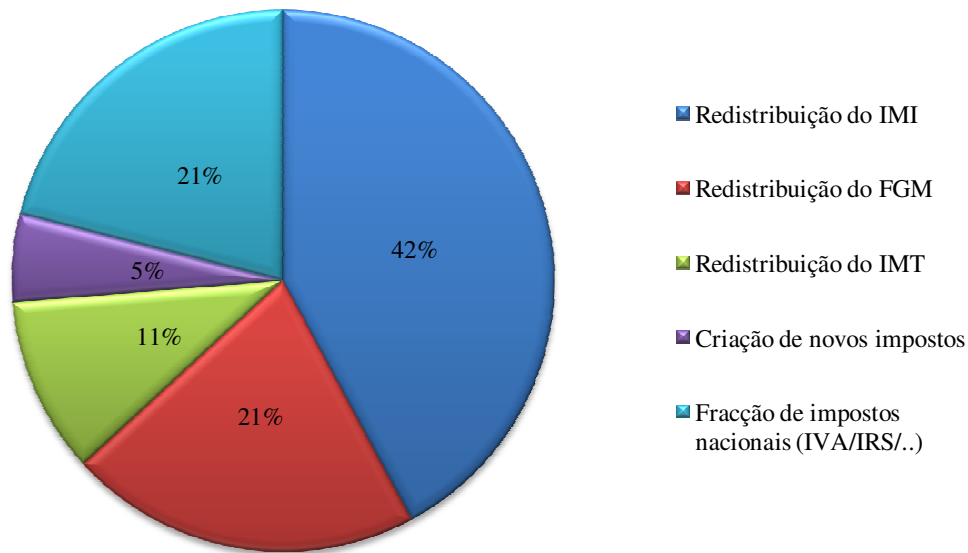


Figura 4.27. % da origem dos benefícios para os municípios e/ou proprietários, por possuírem terrenos em áreas classificadas, de acordo com as respostas aos inquéritos

De acordo com as repostas, a maioria concorda com a redistribuição do IMI, e seguindo em percentagem igual a redistribuição do FGM e por fracções de impostos nacionais, como o IRS e o IVA. Seguidamente serão apresentadas as respostas justificativas das escolhas efectuadas pelos inquiridos.

Quadro 4.9. Respostas dos inquiridos

Justificações obtidas

Esta distribuição deve estar ligada aos impostos que já existem que se relacionam (directa ou indirectamente) com o processo de urbanização, uma vez que estas áreas prestam serviços, que são usufruídos pelas pessoas (que como é obvio vivem em áreas urbanizadas) nas quais se geram avultadas mais-valias.

Em função do valor do encargo estabelecido em protocolo de colaboração entre estado e autarquia, destinado à conservação efectiva da área

Redução no IMI para os proprietários e Ponderação do FGM para os Municípios.

O IMI é o factor mais directamente relacionado com a questão colocada.

Correcção generalizada do valor patrimonial tributário dos imóveis, nomeadamente daqueles que estando situados em espaço urbano ou urbanizável mantêm a classificação de prédios rústicos com valores tributáveis desajustados.

Faz sentido que a redistribuição seja proveniente do IMI, constituindo-se como uma compensação paga por quem possui terrenos ou prédios em locais mais privilegiados.

Porque a preservação do Ambiente é um problema de âmbito nacional.

Por se tratar de um imposto relacionado com o valor do próprio imóvel

Forma de compensação por parte do Estado, aos municípios ou populações por estarem em áreas protegidas.

Sobretudo pelos impostos com impacto directo nos proprietários

Na generalidade os inquiridos seleccionam a redistribuição do IMI como a medida compensatória dos proprietários e/ou municípios que possuem terrenos em áreas classificadas.

Há uma resposta que parece pertinente, pois aborda a questão do desajustamento do valor patrimonial dos prédios, havendo prédios localizados em espaços urbanos ou urbanizáveis que se mantêm classificados como rústicos.

- **Concorda que os proprietários de espaços verdes privados em áreas urbanas devem ser beneficiados em sede de IMI ou IRS?**

Os espaços verdes têm um papel fundamental no ecossistema, especialmente os inseridos em áreas urbanas, onde este tipo de espaços é cada vez mais escasso. Muitas vezes o facto de se possuir um prédio que tenha um belo jardim com uma área de logradouro considerável é significado da sua tributação ser aumentada, pois trata-se de um “luxo”. Na realidade não foram consideradas as mais-valias daquele espaço, pois estes espaços prestam serviços ao nível dos ecossistemas (de suporte, de aprovisionamento, de regulação e culturais) e dão um aspecto de beleza, mesmo sendo privado.

A opinião não é consensual pois a maioria dos municípios alega que se tratam de espaços privados e que só os proprietários têm usufruto destes espaços, descartando as suas funções na qualidade ambiental.

Quadro 4.10. Respostas dos inquiridos

Sim/Não	Justificações obtidas
Sim (43%)	Porque é indiscutível que qualificam o espaço urbano e porque seria um sinal para os particulares contribuírem mais neste sentido. Cumulativamente retirar-se-ia alguma carga especulativa que incide sobre estes espaços no sentido de os urbanizar/impermeabilizar. Existem exemplos, noutros países em que a Administração local “aluga”, por períodos de tempo contratados, os espaços devolutos (vazios urbanos) e constrói espaços verdes. Deste modo, estes tornam-se rentáveis para os particulares e servem a comunidade.
	Por questões de mais elementar justiça, deverá ser encontrada uma forma de minimizar os encargos dos proprietários detentores de espaços legalmente vedados a outros tipos de actividade de maior rendimento.
	Faz sentido que a redistribuição seja proveniente do IMI, constituindo-se como uma compensação paga por quem possui terrenos ou prédios em locais mais privilegiados.
	Porque os espaços Verdes vão contribuir para a melhoria Ambiental.
	A sua existência contribui para a melhoria da qualidade ambiental nos aglomerados urbanos.
	Salvaguardando a equidade e proporcionalidade dos espaços verdes públicos em solo urbano devidamente programado
Não (57%)	Porque são os únicos beneficiários desses espaços
	A capacidade construtiva não é alterada por essa circunstância e valoriza a propriedade
	Os proprietários dos espaços verdes a afectar ao domínio público não são penalizados em sede de IMI ou IMT. No entanto, a dinâmica dos planos deve ser tal que obrigue à aquisição desses espaços pelos municípios para serem afectados ao fim a que se destinam num prazo razoável.
	Concordaria se estivéssemos a falar de espaço verdes públicos.
	Porque são de uso privado
	Pelo princípio da proporcionalidade, também teria de se beneficiar quem se encontre em RAN ou REN, bem como qualquer zona em que fosse restrita a construção.
	Porque ao adquirir estes espaços, estão a usufruir de um bem próprio

Como se afirmou antes as respostas não são consensuais, pois uns consideram as funções destes espaços nos ecossistemas enquanto outros alegam a apenas privacidade dos mesmos.

- **Considera que o IMT é um imposto apropriado à boa gestão do território?**

Este imposto é bastante discutido pelos diversos intervenientes no assunto, pois trata-se de um imposto que incide apenas sobre as transmissões onerosas do direito de propriedade, ou de figuras parcelares desse direito, sobre bens imóveis, situados no território nacional, não tendo qualquer tipo de influência na correcta gestão do território.

Quadro 4.11. Respostas dos inquiridos

Sim/Não	Justificações obtidas
Não (69,2%)	<p>Primeiramente, importa ressaltar que o IMT é apenas um instrumento, num conjunto bastante alargado de outros, que influem na gestão do território. De todo o modo, este não contribui positivamente para a boa gestão do território na medida em desencadeia no mercado imobiliário uma dinâmica de aumento incessante de construção nova sendo o Estado indutor desses mecanismos, porque quando maior a "instabilidade" maior é a receita.</p> <p>É mais correlacionado com os valores de mercado do que com a qualidade ambiental e com a prestação de serviços à população</p> <p>O IMT deveria ser indexado ao IDS (Imposto de Desenvolvimento Social)</p> <p>Em nada beneficia a boa gestão do território, havendo medidas melhores para tal, sem perda de rendimento tributário, mas mais justas e que evitariam uma sobrecarga de tributação como é o caso do IMT.</p> <p>A diferenciação nas tabelas de pagamento faz-se apenas no âmbito do uso final do imóvel, não havendo lugar a qualquer diferenciação de âmbito territorial, esta sim já existente no IMI</p> <p>Apenas é aplicado nas transacções. O IMI pode ser mais apropriado pois as diferentes taxas a aplicar, dependendo do espaço de conservação dos edifícios, podem colocar em prática, opções políticas de gestão do território.</p> <p>Por se tratar de um imposto sobre transmissão</p> <p>É um imposto que por si só não implica qualquer mais-valia à boa gestão do território.</p> <p>O IMT é um imposto que tem grandes oscilações, não permitindo uma boa gestão do território, por depender do sector imobiliário.</p>
Sim (15,4%)	<p>É uma forma de tributar como outra qualquer, não é o único imposto afecto à gestão do território.</p> <p>A Gestão de Território implica grandes recursos logísticos e financeiros. A única forma do sistema subsistir é através dos impostos.</p>
Ambos (7,7%)	<p>É necessária uma maior adequação entre os custos públicos associados à edificação, em conformidade com a qualificação do solo. Esta alteração poderá traduzir-se noutros impostos, mas também neste. É necessário introduzir impostos que traduzam o factor distância / localização em relação aos equipamentos, infra-estruturas e serviços.</p>
Não interfere (7,7%)	<p>Este imposto não tem qualquer relação directa ou indirecta com esta questão, pela localização ou outra razão substantiva, ao contrário do que pode ter o IMI (coeficientes de localização, etc)</p>




Este imposto pode acabar por provocar um aumento da construção nova em vez da aquisição de um prédio urbanos que se encontre ou não em estado degradado.




Outros defendem a continuidade deste imposto pois trata-se de mais uma fonte de receita para os municípios, essencialmente nos que possuem menos fontes de rendimento.

4.3.3. Síntese

Para uma melhor interpretação dos resultados obtidos, quanto à posição dos municípios relativamente à hipótese de alteração do regime de finanças locais elaborou-se o quadro a baixo.

Quadro 4.12. Quadro síntese das hipóteses de alteração do regime das finanças locais

			
% do FGM que deve ser distribuída segundo as áreas classificadas		✓	
Os proprietários de terrenos localizados em áreas classificadas devem ser beneficiados em sede de IMI ou IRS	✓		
Origem dos benefícios para os município e/ou proprietários que possuem terrenos em áreas classificadas	(redistribuição de IMI, FGM e fracção de impostos nacionais)		
Os proprietários de espaços verdes privados em áreas urbanas devem ser beneficiados em sede de IMI ou IRS			✓
O IMT é um imposto apropriado à boa gestão do território	✓		

Legenda:  - Aceite;  - Aceite com cláusulas;  - Não aceite

4.4. Aplicação aos casos-estudo

No cumprimento de um dos objectivos, realizaram-se três estudos sobre este tema, de forma a avaliar o potencial do IMI, em três municípios diferentes (sub-região e partido), para promover melhores práticas de gestão urbanística, requalificação urbana e de ordenamento do território.

Para uma melhor percepção de como este modelo seria aceite e aplicado pelo município e pelos munícipes, realizaram-se entrevistas a todos os municípios. Ao longo destas entrevistas foram colocadas questões sobre a situação em que se encontra o município relativamente a este assunto.

Estes também responderam aos inquéritos nacionais, realizados neste estudo.

4.4.1. Barreiro

O Barreiro é uma cidade portuguesa do Distrito de Setúbal, região de Lisboa e sub-região da Península de Setúbal. É sede de um pequeno município com 33,81 km² de área e oito freguesias. O município é limitado a este pelo município da Moita, a Sudeste por Palmela, a Sul por Setúbal e por Sesimbra, a Oeste pelo Seixal e a Norte pelo rio Tejo e o seu estuário. O Barreiro foi elevado a cidade a 28 de Junho de 1984.

O actual Presidente da Câmara Municipal do Barreiro, eleito desde 2005, é Carlos Humberto Carvalho (PCP).

Quadro 4.13. Dados gerais do município do Barreiro

Dados Gerais	
Pop. Residente no município	79012
Pop. Residente em núcleos urbanos	78384
Área total do concelho (ha)	3640
Área total abrangida pelos perímetros urbanos (ha)	1931
PDM em vigor	-
Data da entrada em vigor	1994
Em revisão?	Sim

Taxas

De seguida efectua-se uma análise às taxas de IMI aplicadas aos prédios urbanos do município do Barreiro.

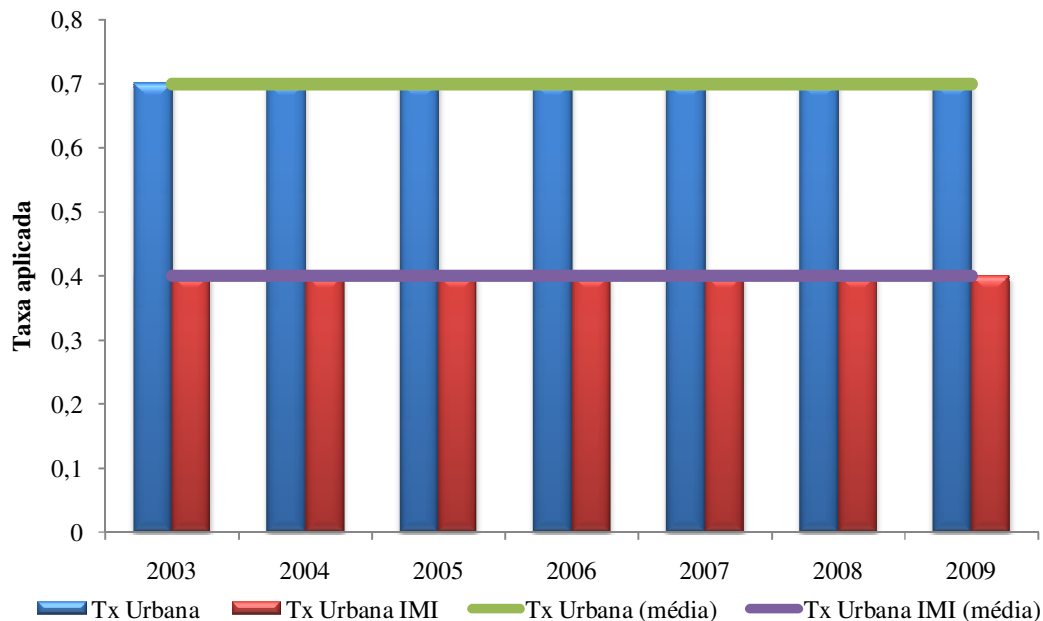


Figura 4.28. Taxas de IMI aplicadas aos prédios urbanos pelo município do Barreiro entre 2003 e 2009
(Adaptado: DGCI, 2009)

Pela figura anterior verifica-se que as taxas de IMI aplicadas aos prédios urbanos avaliados, nos termos do CIMI, mantiveram-se nos 0,4% desde 2003, o mesmo se verificou para as taxas de IMI aplicadas aos prédios urbanos não avaliados, nos termos do CIMI, permaneceram desde 2003 em 0,7%.

Valor patrimonial tributário

Para analisar o peso do valor patrimonial no município do Barreiro, optou-se pelo mesmo esquema das NUT, efectua-se uma análise do seu valor bruto, uma do seu valor por habitante e outra do seu valor por km².

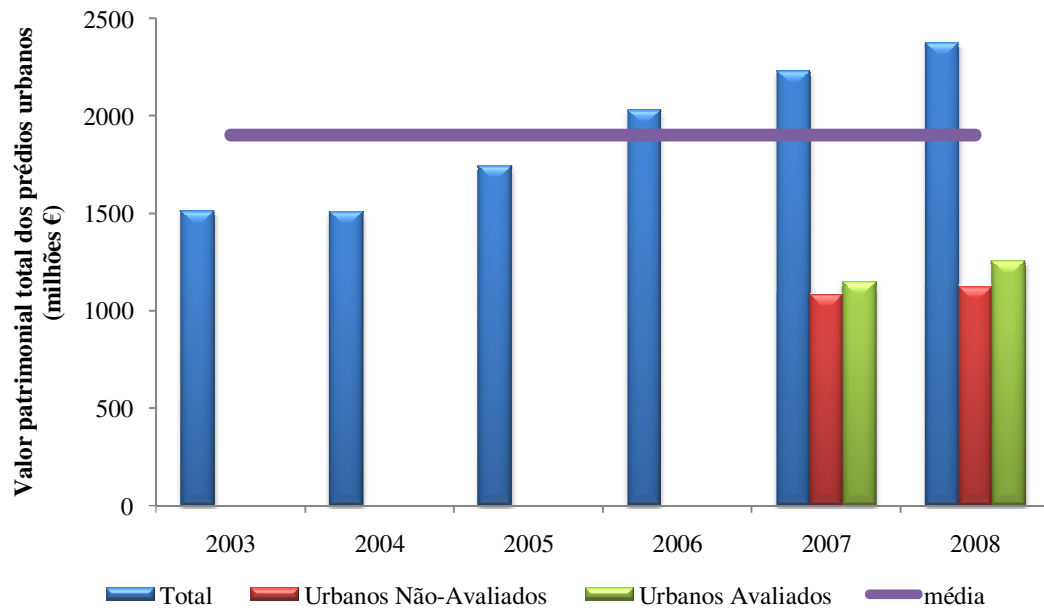


Figura 4.29. Total do valor Patrimonial, dos prédios urbanos, apurado pelo município do Barreiro entre 2003 e 2008 (Adaptado: DGCI, 2009)

Aos longos dos anos analisados, verifica-se uma tendência de crescimento do valor patrimonial dos prédios urbanos no município do Barreiro, com um valor médio de 1900 milhões de euros. A partir de 2007, ano em que há diferenciação de prédios urbanos avaliados e não avaliados, nos termos do CIMI, certifica-se que os prédios urbanos avaliados têm uma fatia ligeiramente superior à dos prédios urbanos não avaliados.

A baixo, figura 3.30, apresenta-se o valor patrimonial dos prédios urbanos que cabe a cada habitante do Barreiro.

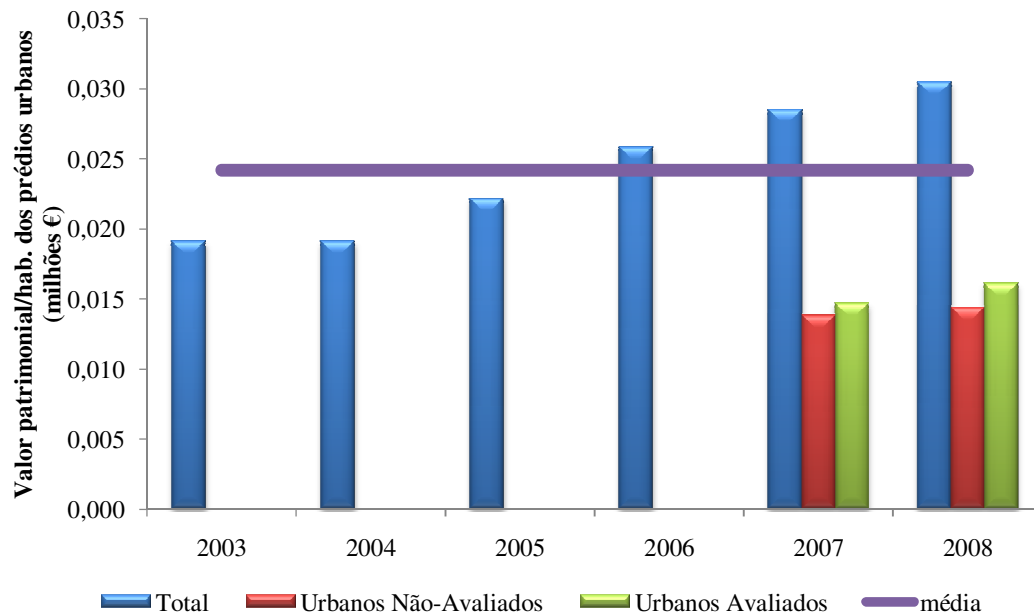


Figura 4.30. Valor patrimonial dos prédios urbanos, apurado por habitante entre 2003 e 2008, no município do Barreiro (Adaptado: DGCI, 2009)

Os valores obtidos entre 2003 e 2008, apresentam uma orientação crescente, o que acompanha os valores patrimoniais brutos. Sendo o seu valor médio de 0,024 milhões de euros por habitante.

A seguir efectua-se a mesma análise mas agora para o valor que cada km² do município do Barreiro suporta.

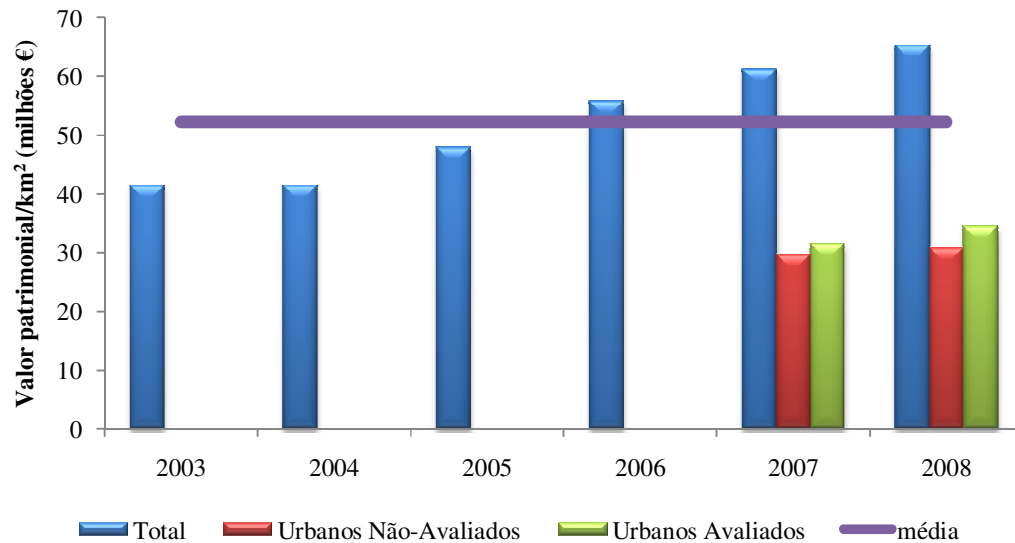


Figura 4.31. Valor patrimonial, dos prédios urbanos, por km² apurado entre 2003 e 2008, no município do Barreiro (Adaptado: DGCI, 2009)

A cada unidade de área (km²), está associado em média um valor de 52,2 milhões de euros. Entre 2003 e 2008 este valor sofreu um aumento de aproximadamente 24 milhões de euros (quase 5 milhões de euros/ano).

Contribuição do IMI

De seguida avaliam-se os valores de colecta do imposto municipal sobre imóveis urbanos apurados pelo município do Barreiro entre os anos de 2003 a 2008.

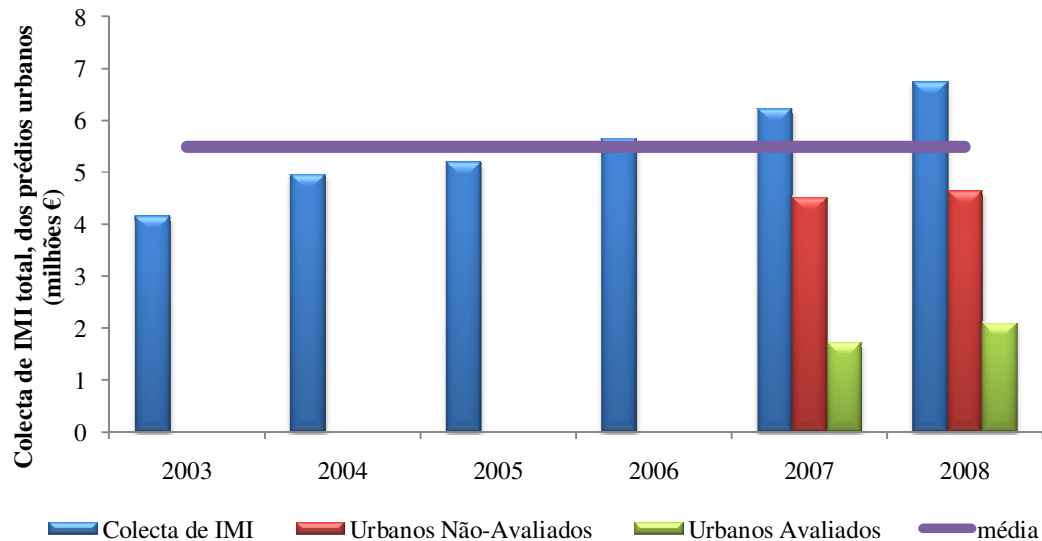


Figura 4.32. Colecta de IMI dos prédios urbanos, apurada entre 2003 e 2008, pelo município do Barreiro (Adaptado: DGCI, 2009)

Através da ilustração 3.32 verifica-se que a colecta de IMI com origem nos prédios urbanos apresenta um crescimento semelhante ao do valor patrimonial. O que não se verifica após 2007, quando se dividem os valores apurados por prédio avaliado ou não avaliado nos termos do CIMI. Pois aqui a colecta de IMI dos prédios urbanos avaliados, nos termos do CIMI, é menor, o que não se verifica quando se olha para o seu valor patrimonial.

Isto deve-se à taxa de IMI que lhe está associada ser inferior em 0,3% e o seu valor patrimonial não ter assim uma diferença tão grande que disfarce esta variável.

Na figura 3.33, avalia-se o valor de colecta de IMI que cabe a cada habitante e na figura 3.34 o valor por km².

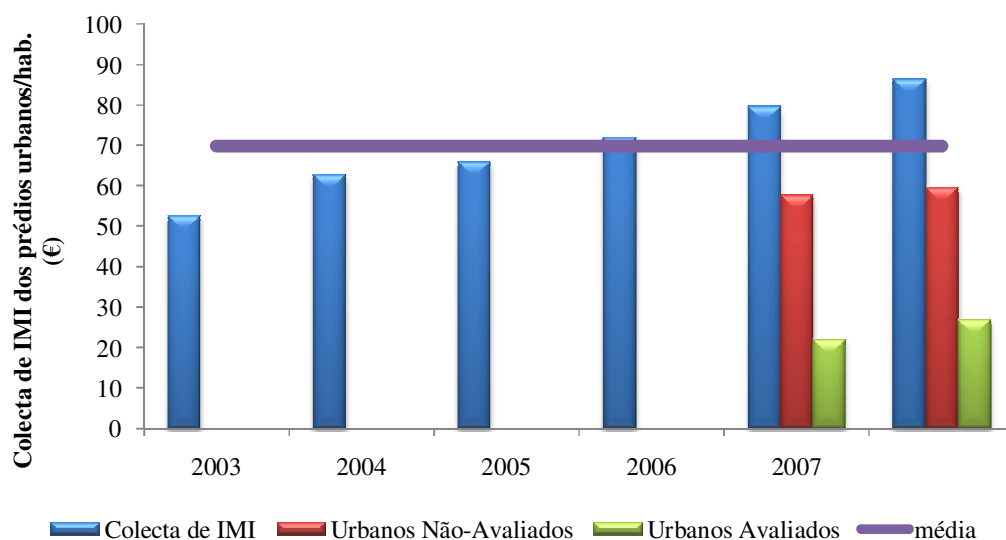


Figura 4.33. Colecta de IMI dos prédios urbanos por habitante, apurada entre 2003 e 2008, pelo município do Barreiro (Adaptado: DGCI, 2009)

Aqui os valores foram reduzidos a euros, em vez de milhões de euros, para se ter uma melhor percepção dos números.

O salto do valor colectado de IMI entre 2003 e 2004 é o mais acentuado, cerca de 10 euros. Em 2008 verifica-se um valor de 86 euros por habitante. O valor médio 2003-2008 de colecta de IMI dos prédios urbanos é de 70 euros.

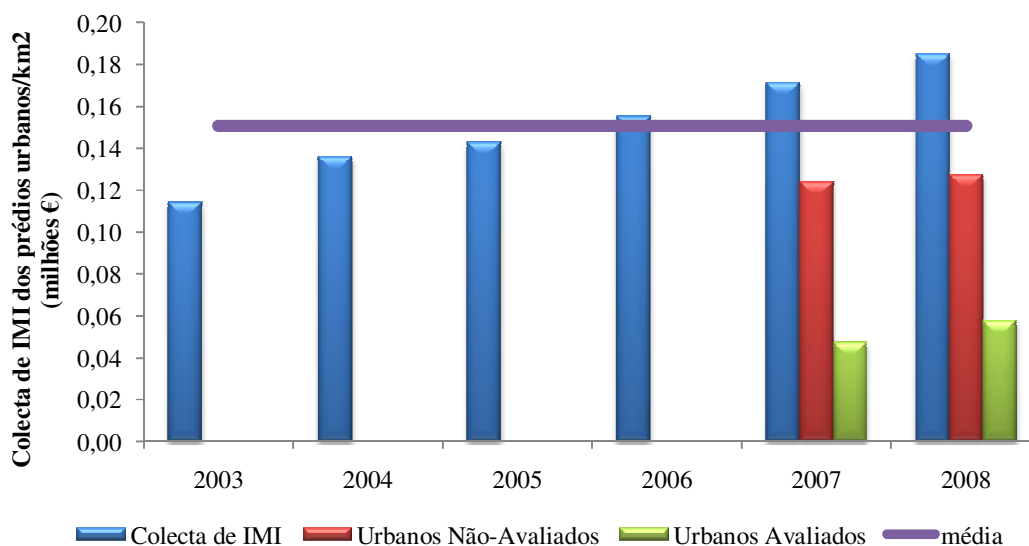


Figura 4.34. Colecta de IMI dos prédios urbanos por km², apurado entre 2003 e 2008, pelo município do Barreiro (Adaptado: DGCI, 2009)

Na figura anterior, avaliam-se os valores colectados de IMI dos prédios urbanos por km². O seu valor médio dos anos analisados é de aproximadamente 0,15 milhões de euros.

Discussão do inquérito

Para a discussão do inquérito realizou-se uma reunião, que decorreu no dia 4 de Março de 2010, pelas 11h30 no departamento de urbanismo da Câmara Municipal do Barreiro, com a Dra. Ausenda Nunes e com o Arq. João Paulo Lopes.

Quando questionados quanto à perda de população que se tem verificado ao longo dos anos, justificam com os movimentos pendulares. Pois nos anos 60 houve muitas pessoas que se deslocaram essencialmente da região do Alentejo para o Barreiro, mas com o encerramento de muitas indústrias estas pessoas retomaram as suas origens, outra justificação foi a de que as pessoas deslocaram-se para os municípios vizinhos (Almada e Montijo), para se aproximarem mais dos acessos viários a Lisboa (ponte 25 de Abril e ponte Vasco da Gama, respectivamente). Alertam também que os valores disponíveis pelo INE são meras estimativas, pois os valores reais serão conhecidos em 2011, com os novos censos.

Actualmente não existe uma base informática que lhes permita saber a ocupação do espaço urbanizável, o que acontece é que cada vez que lhes é solicitada uma licença, o departamento elabora uma ficha daquele artigo e actualiza manualmente no mapa do

PDM os dados do prédio (área, estado de ocupação, nº de área construída, nº de pisos), mas essa informação não se encontra compilada.

No que se refere à adequação da área urbanizável, de acordo com as necessidades do concelho acham-na adequada, de acordo com o PDM em vigor. Mas não possuem mecanismo que lhes permita programar a construção da área urbanizável, apenas lhes é possível ordenar.

Quanto ao planeamento essa informação é conhecida e é traduzida no quadro a seguir.

Quadro 4.14. Dados relativos às áreas classificadas e à área urbana abrangida por PP e PU

		Valor
Área urbana abrangida por PU e PP (%)		1
Áreas Classificadas	RAN (ha)	176
	REN (ha)	1736
	RNAP ou Rede Natura 2000 (ha)	0

Não possuem áreas de RNAP ou Rede Natura 2000, mas têm 1 736 ha de REN, o que corresponde a 47,7% da área total do concelho.

No que respeita aos restantes campos (Taxas de IMI: aplicação do art. 112º do CIMI; e hipótese de alteração do regime das finanças locais), não possuem dados para responder correctamente.

Relativamente à alteração do regime das finanças locais, direccionam para um departamento mais político, alegando que não é da competência do departamento. Não sendo possível obter qualquer posição da câmara quanto a este ponto.

4.4.2. Odivelas

Odivelas é uma cidade portuguesa do Distrito de Lisboa, região de Lisboa e sub-região da Grande Lisboa. É sede de um município muito pequeno com 26,60 km² de área e subdividido em sete freguesias. O município é limitado a nordeste pelo município de Loures, a sudeste por Lisboa e a oeste por Amadora e Sintra. Foi criado em 1998 por desmembramento de Loures.

A actual Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, eleita em 2005 e 2009, é Susana de Carvalho Amador (PS).

De seguida apresentam-se os dados mais gerais do município.

Quadro 4.15. Dados gerais do município de Odivelas

Dados Gerais	
Pop. Residente no município	133847
Pop. Residente em núcleos urbanos	-
Área total do concelho (ha)	2660
Área total abrangida pelos perímetros urbanos (ha)	2106
PDM em vigor	
Data da entrada em vigor	1994
Em revisão?	Sim

Taxas

De seguida efectua-se uma análise às taxas de IMI aplicadas aos prédios urbanos do município de Odivelas.

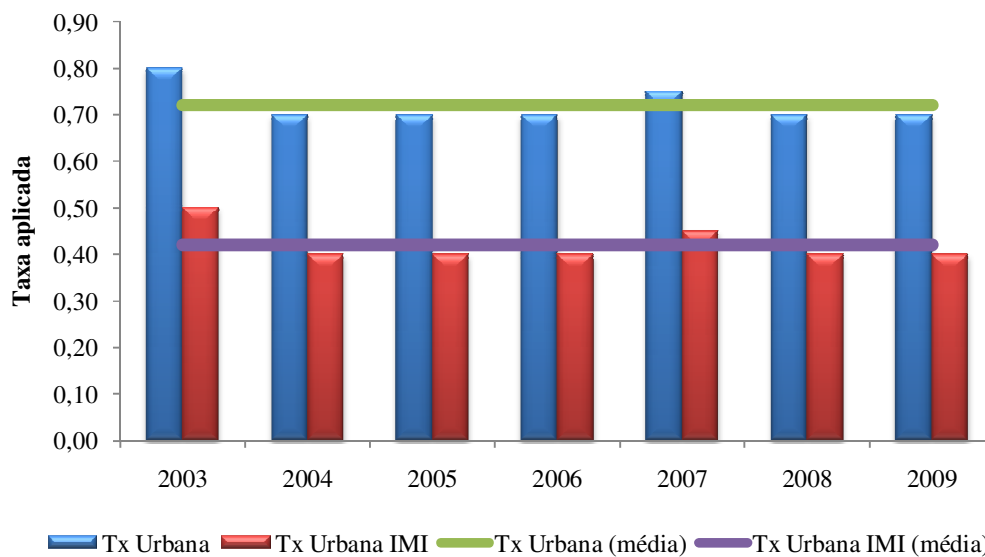


Figura 4.35. Taxas de IMI aplicadas aos prédios urbanos pelo município de Odivelas entre 2003 e 2009
(Adaptado: DGCI, 2009)

Verifica-se uma tendência de estabilizar as taxas após 2003, excepto 2007 que sofreram um ligeiro aumento, quer as que se aplicam aos prédios urbanos avaliados, nos termos do CIMI, quer os não avaliados segundo estes termos.

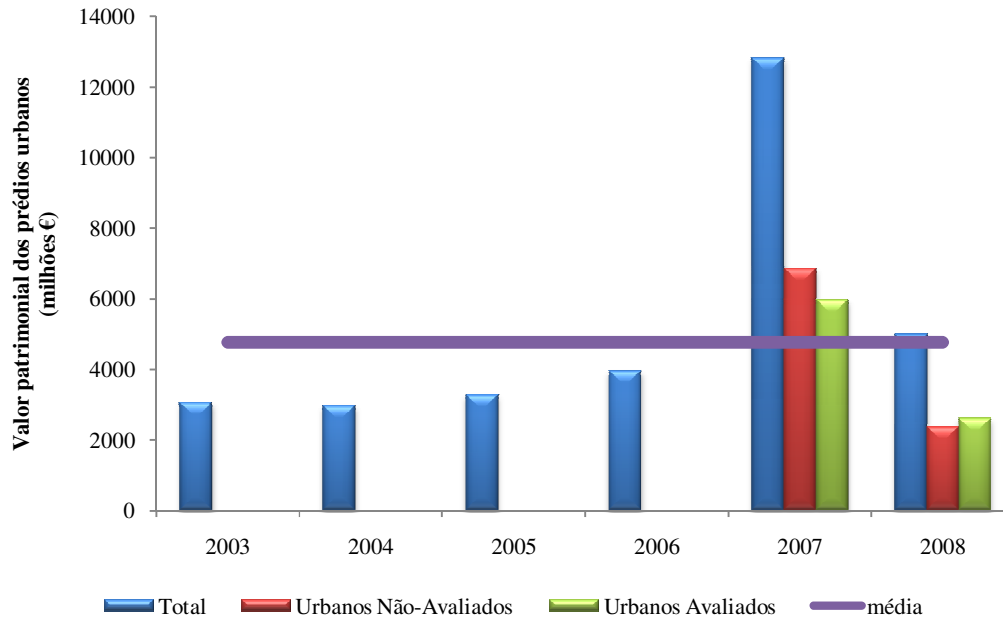
Valor patrimonial tributário

Figura 4.36. Total do valor Patrimonial, dos prédios urbanos, apurado pelo município de Odivelas entre 2003 e 2008 (Adaptado: DGCI, 2009)

Na figura anterior observa-se um valor extraordinariamente elevado face aos anos homólogos, como já foi referido no início do capítulo os dados de 2007, têm a mesma fonte (DGCI) mas o formato em que esses dados foram fornecidos é que foi diferente, essa pode ser uma explicação a outra explicação pode mesmo tratar-se de um erro da informação.

Exceptuando-se essa diferença verifica-se uma tendência crescente do valor patrimonial total ao longo dos anos, essa tendência é mais ou menos constante ao longo do tempo.

Há mais uma outra situação que merece atenção é o caso do valor patrimonial dos prédios urbanos avaliados e não avaliados sofreu uma inversão de 2007 para 2008, ou seja em 2007 os prédios urbanos não avaliados eram os que apresentavam o valor patrimonial superior verificando-se o contrário em 2008.

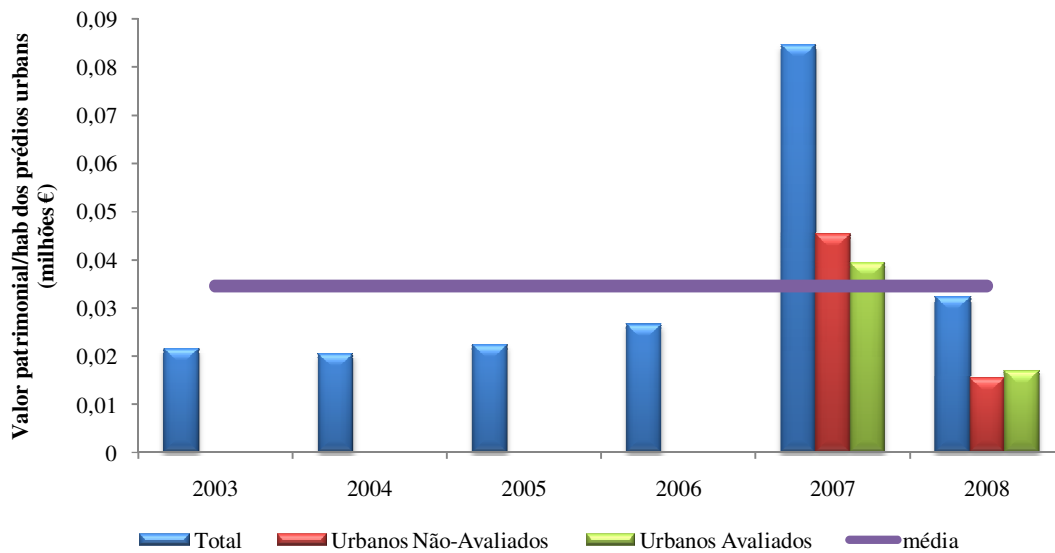


Figura 4.37. Total do valor patrimonial, dos prédios urbanos, apurado por habitante entre 2003 e 2008, no município de Odivelas (Adaptado: DGCI, 2009)

Na figura 4.38, avalia-se o valor patrimonial dos prédios urbanos por km^2 , que Odivelas apurou entre 2003 e 2008.

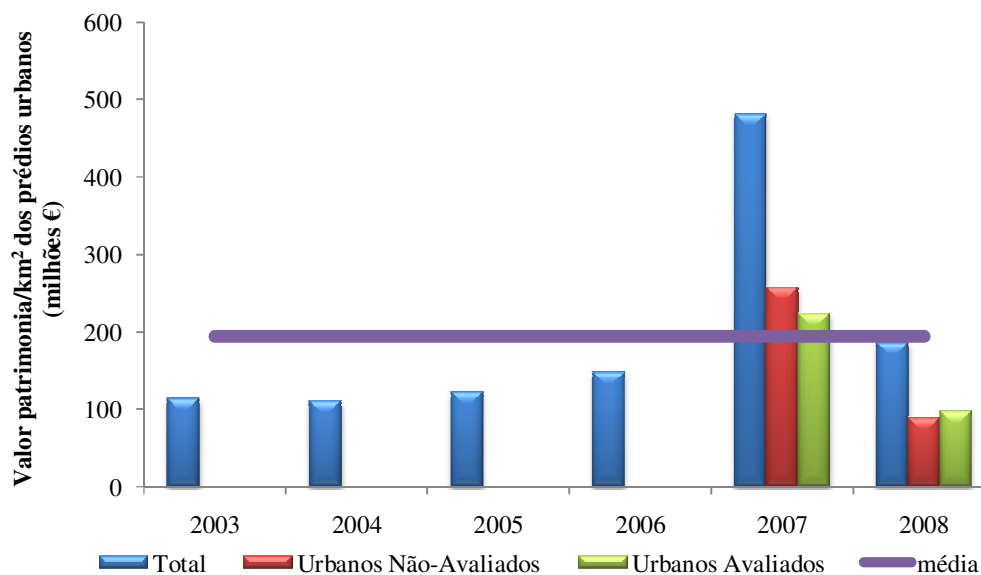


Figura 4.38. Total do valor patrimonial, dos prédios urbanos, apurado por km^2 apurado entre 2003 e 2008, no município de Odivelas (Adaptado: DGCI, 2009)

De acordo com os dados estes valores vão de encontro a tudo o que se avaliou anteriormente. Verificando-se um valor anómalo em 2007, e um aumento pouco acentuado entre 2003 e 2008.

Contribuição do IMI

De seguida avaliam-se os valores de colecta do imposto municipal sobre imóveis urbanos apurados pelo município de Odivelas entre os anos de 2003 e 2008.

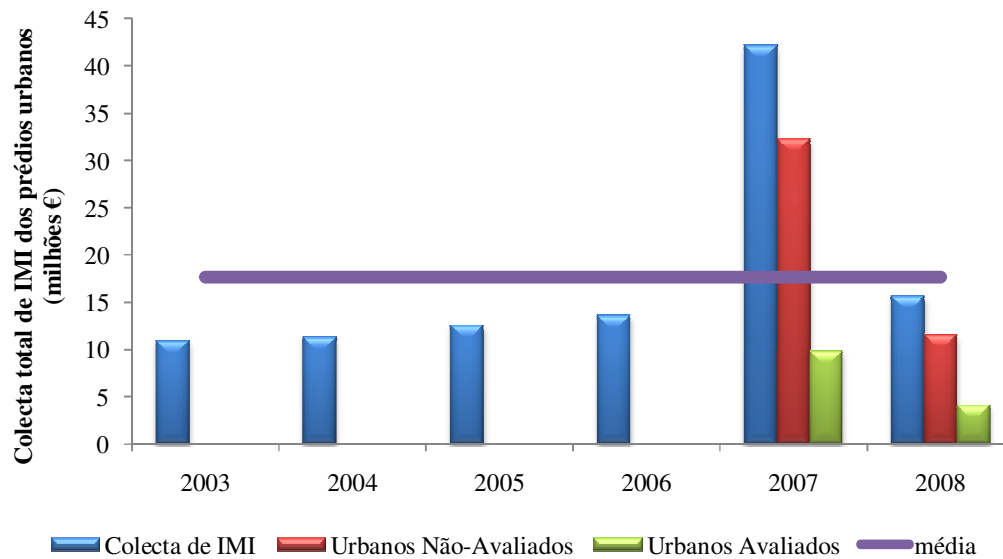


Figura 4.39. Colecta total de IMI, dos prédios urbanos, apurada entre 2003 e 2008, pelo município de Odivelas (Adaptado: DGCI, 2009)

Os valores de colecta de IMI mais uma vez aparecem com um valor absurdo em 2007, isto porque a fonte é a mesma, logo os erros serão os mesmos.

Já no que se refere aos restantes valores estes apresentam um crescimento pouco acentuado entre 2003 e 2008, o crescimento for de 5 milhões de euros.

Nas duas figuras que se seguem, figura 4.40 e 4.41, avalia-se o valor colectado de IMI por habitante e por área (km²), entre 2003 e 2008.

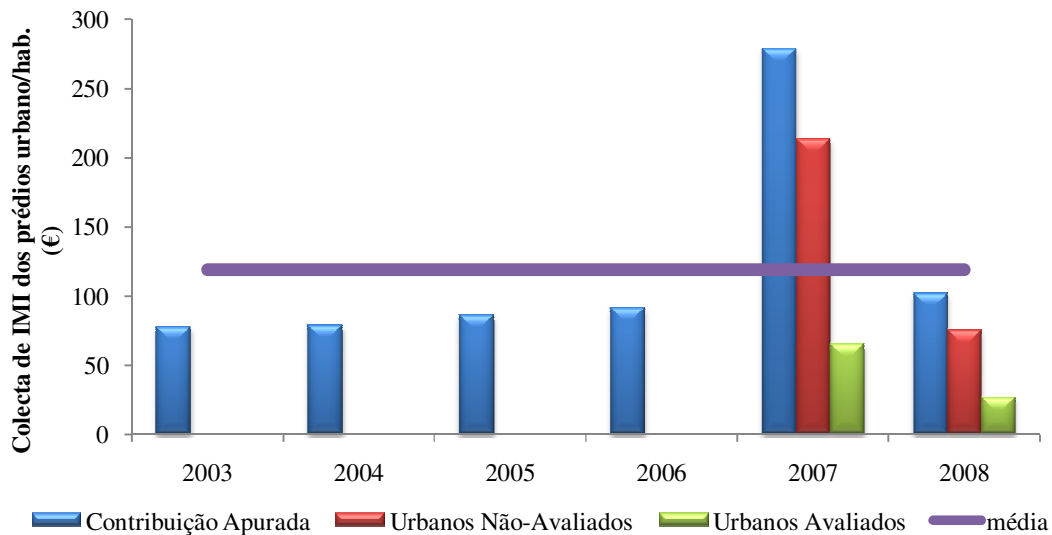


Figura 4.40. Colecta de IMI dos prédios urbanos por habitante, apurada entre 2003 e 2008, no município de Odivelas (Adaptado: DGCI, 2009)

Desprezando os valores de 2007, observa-se um ligeiro aumento no valor colectado de IMI entre 2003 e 2008, crescendo cerca de 24 euros.

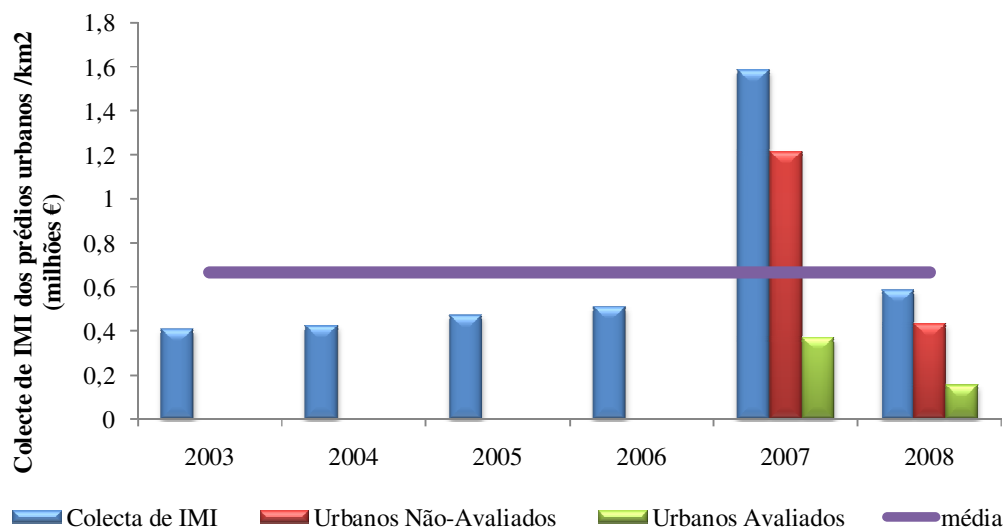


Figura 4.41. Colecta de IMI dos prédios urbanos por km², apurado entre 2003 e 2008, no município de Odivelas (Adaptado: DGCI, 2009)

Segue a linha tendencial do valor colectado por habitante mas com unidades em milhões de euros, sofrendo um aumento de 0,18 milhões de euros/km², entre 2003 e 2008.

Discussão do inquérito

Para a discussão do inquérito realizou-se uma reunião, que decorreu no dia 26 de Janeiro de 2010, pelas 11h00 na Câmara Municipal de Odivelas, com o Dr. Sérgio Pipa e a técnica Carla Gabriel.

Quando questionados quanto aos critérios e motivações que estão na base da proposta de taxas de IMI, respondem que são essencialmente factores económicos que viabilizem investimentos na autarquia sem contudo, prejudicar os munícipes.

De acordo com as necessidades do concelho, Odivelas considera que a sua área urbanizável é pequena, porque ficam com pouco espaço de manobra para o imenso processo de requalificação territorial a implementar no município.

No que se refere às áreas classificadas e à área urbana abrangida por PP e PU eles respondem:

Quadro 4.16. Dados relativos às áreas classificadas e à área urbana abrangida por PP e PU

		Valor
Área urbana abrangida por PU e PP (%)		5,2
Áreas Classificadas	RAN (ha)	221
	REN (ha)	817
	RNAP ou Rede Natura 2000 (ha)	0

Relativamente à aplicação do artigo 112º do CIMI, encontram-se no quadro 3.17 as taxas e majorações praticadas pelo município.

Quadro 4.17. Taxas de IMI: aplicação do art. 112º do CIMI

Regime do Artº 112º do CIMI	Desig.	2006		2007		2008	
		Taxa aplicada	Área abrangida (ha)	Taxa aplicada	Área abrangida (ha)	Taxa aplicada	Área abrangida (ha)
Nº 4	PUnA	0,7	-	0,75	-	0,7	-
	PUA	0,4	-	0,45	-	0,4	-
Nº 5	PUnA	0,7	-	1,5	-	1,4	-
	PUA	0,4	-	0,9	-	0,8	-
Nº 6	PUnA	0,7	-	0,75	-	0,7	-
	PUA	0,4	-	0,45	-	0,4	-
Nº 7	PUnA	0,7	-	0,75+Maj. 30%	-	0,7+Maj. 30%	-
	PUA	0,4	-	0,45+Maj. 30%	-	0,4+Maj. 30%	-

(Fonte: CMO, 2010)

Legenda: PUA – Prédios Urbanos Avaliados; PUnA – Prédios Urbanos não avaliados

Observa-se que em 2007 as taxas sofreram um ligeiro aumento, diminuindo novamente no ano seguinte. Verifica-se também que relativamente aos prédios devolutos (Nº 7) é colocada em prática a legislação, isto é, são majorados em 30%, os prédios urbanos que se encontram em estado de degradação.

A divisão Financeira da Câmara Municipal de Odivelas não reunia condições para prestar informação referente às áreas abrangida pelas respectivas taxas de IMI.

A seguir apresenta-se uma figura onde se podem observar o número de prédios urbanos avaliados e não avaliados, nos termos do CIMI em 2006, 2007 e 2008. Efectuou-se uma análise com as taxas aplicadas.

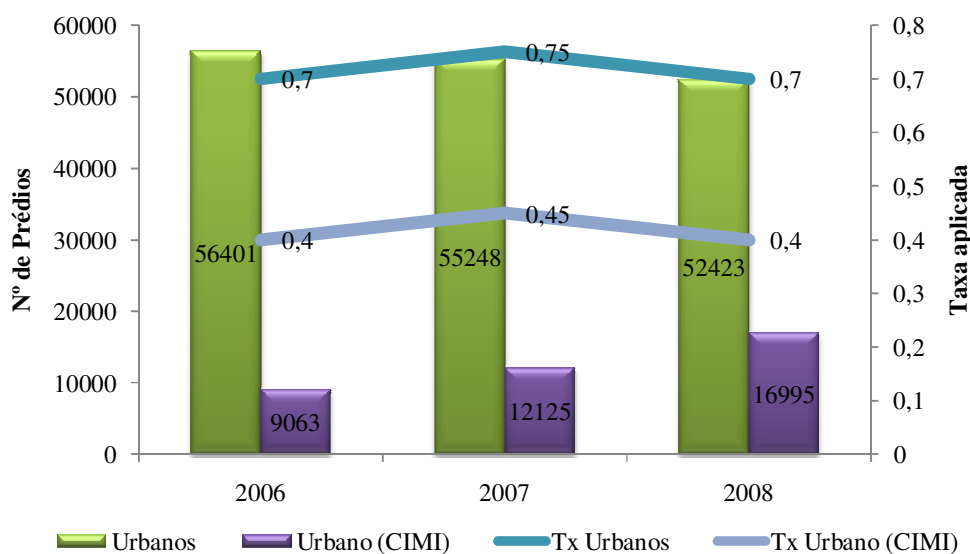


Figura 4.42. Número de prédios e taxa aplicada ao município de Odivelas entre 2006 e 2008 (CMO, 2010)

Quanto à questão da alteração do regime de finanças locais, o município de Odivelas concorda parcialmente com o princípio.

Quando se aborda a questão de qual a % do FGM que deveria ser distribuído pelas áreas classificadas eles respondem variável, justificando que deveria ser estabelecido entre o estado e a autarquia um valor de encargo destinado à conservação efectiva destas áreas.

Concordam também que os proprietários de terrenos localizados em áreas classificadas deveriam beneficiar em sede de IMI ou IRS, porque prestam um serviço ao estado e à própria autarquia, mas o valor de recompensa deveria ser estabelecido pelo estado e pela autarquia.

Consideram que os benefícios tanto para os municípios como para os proprietários, por possuírem terrenos em áreas classificadas devem ter origem na redistribuição do IMI e do FGM.

Relativamente aos proprietários de espaços verdes privados em áreas urbanas serem beneficiados em sede de IRS ou de IMI, discordam alegando que estes são os únicos beneficiários desses espaços. Não contemplam os serviços que fazem ao ecossistema e à própria cidade.

Quando questionados quanto à influência do IMT na boa gestão do território estes dizem que este imposto está mais correlacionado com valores de mercado do que com a qualidade ambiental e com a prestação de serviços à população. Não sendo portanto um imposto apropriado a este fim.

Não apresentam contudo resultados, até à data, quanto à interacção com outros interessados, como é o caso dos proprietários dos prédios.

4.4.3. Viseu

Viseu é uma cidade portuguesa, capital do distrito de Viseu, na região Centro e sub-região de Dão-Lafões. É sede de um município com 507,10 km² de área, com 34 freguesias. O município é limitado a norte pelo município de Castro Daire, a nordeste por Vila Nova de Paiva, a este por Sátão e Penalva do Castelo, a sudeste por Mangualde e Nelas, a sul por Carregal do Sal, a sudoeste por Tondela, a oeste por Vouzela e a noroeste por São Pedro do Sul.

O actual presidente da Câmara Municipal de Viseu, eleito desde 1990, é o Dr. Fernando de Carvalho Ruas (PSD)

Segundo um estudo da DECO de 2007, Viseu é a 17^a melhor cidade europeia, entre as 76 do estudo, sendo ainda a melhor das 18 cidades capitais de distrito portuguesas com melhor qualidade de vida, quando inquiridas as populações destas cidades (Deco, 2007).

Quadro 4.18. Dados gerais do município de Viseu

Dados Gerais	
Pop. Residente no município	99016
Pop. Residente em núcleos urbanos	-
Área total do concelho (ha)	50710
Área total abrangida pelos perímetros urbanos (ha)	8637
PDM em vigor	-
Data da entrada em vigor	1994
Em revisão?	Sim

Dos três casos-estudo, Viseu é o que apresenta maior área total de concelho o que não se traduz na população. Trata-se um concelho do interior de Portugal Continental, com características diferentes dos outros dois.

Taxas

De seguida efectua-se uma análise às taxas de IMI aplicadas aos prédios urbanos do município de Viseu.

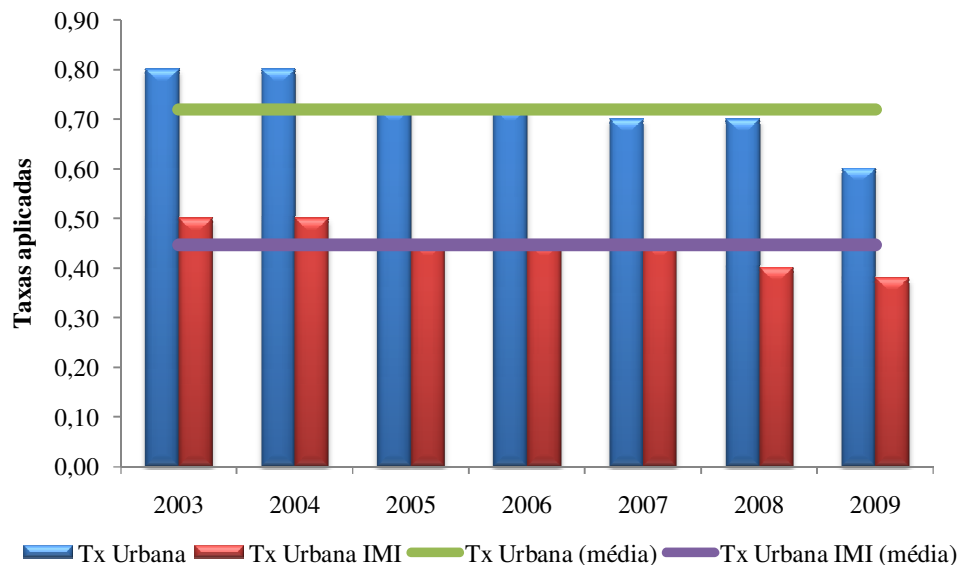


Figura 4.43. Taxas de IMI aplicadas aos prédios urbanos pelo município de Viseu entre 2003 e 2009
(Adaptado: DGCI, 2009)

As taxas de IMI aplicadas aos prédios urbanos diminuíram 0,2% em 2005 e em 2007 desceram mais 0,2%. Os valores das taxas aplicadas aos prédios urbanos não avaliados em 2009 encontram-se bastante mais baixas que nos restantes anos e até mesmo que os restantes casos-estudo.

Valor patrimonial tributário

De seguida efectua-se uma análise do valor patrimonial bruto dos prédios urbanos.

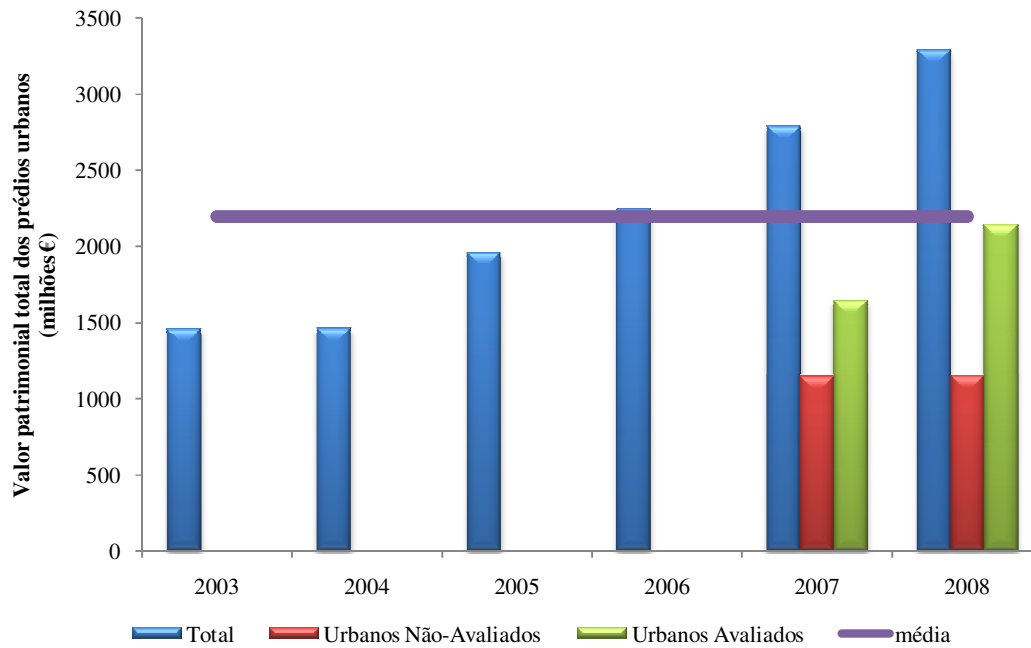


Figura 4.44. Total do valor Patrimonial, dos prédios urbanos, apurado pelo município de Viseu entre 2003 e 2008 (Adaptado: DGCI, 2009)

Pela análise da figura 4.44 verifica-se um crescimento acentuado do valor patrimonial dos prédios urbanos, especialmente a partir do ano de 2005. Entre 2003 e 2008, observou-se um aumento de 1835 milhões de euros. Após a distinção entre prédios urbanos não avaliados e avaliados, nos termos do CIMI o peso maior é dos prédios urbanos avaliados, nos termos do CIMI.

De seguida efectua-se uma análise do valor patrimonial que cabe a cada habitante e a cada km².

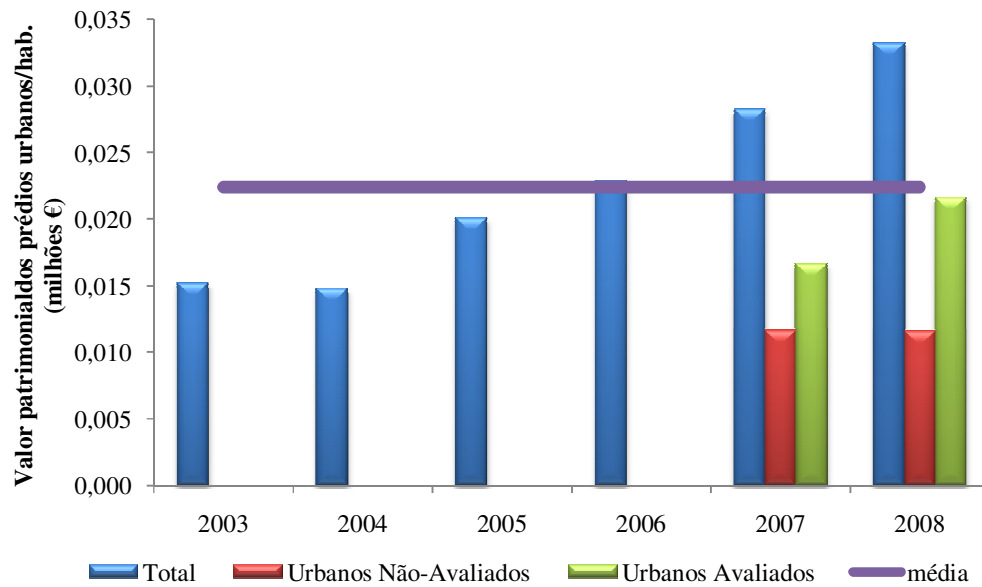


Figura 4.45. Total do valor patrimonial, dos prédios urbanos, apurado por habitante entre 2003 e 2008, no município de Viseu (Adaptado: DGCI, 2009)

Entre 2003 e 2008 cada habitante teria que suportar um valor patrimonial apenas de prédios urbanos, de 0,02 milhões de euros.

De seguida efectua-se a análise do valor patrimonial por área.

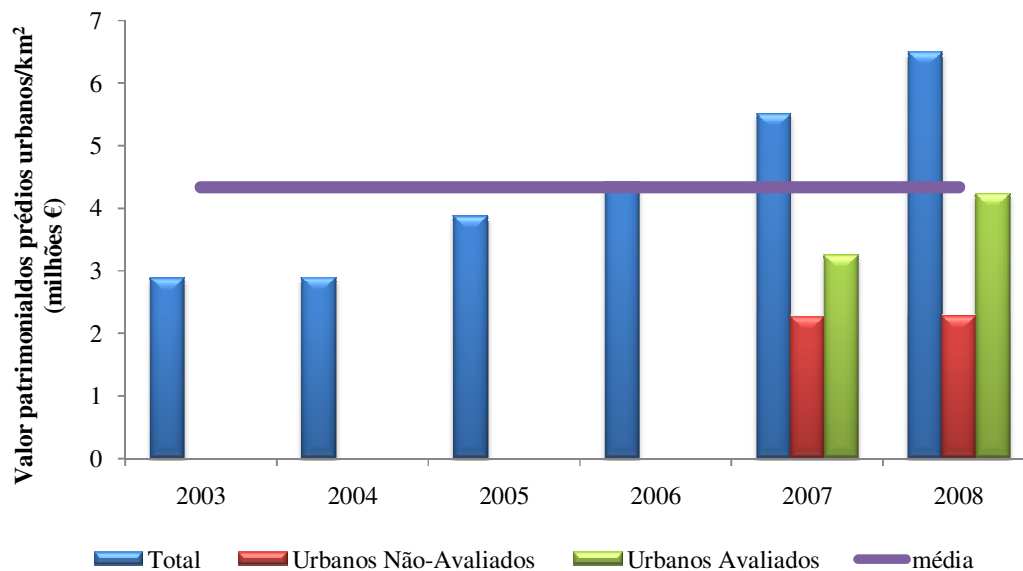


Figura 4.46. Total do valor patrimonial, dos prédios urbanos, apurado por km² apurado entre 2003 e 2008, no município de Viseu (Adaptado: DGCI, 2009)

Pela decomposição da figura 3.37, entre 2003 e 2008 a cada km² caberia em média um valor de 4,3 milhões de euros. No ano de 2008 esse valor era de 6,5 milhões de euros/km².

Contribuição do IMI

Como seria de esperar as colectas de IMI são bastante inferiores aos valores patrimoniais. Nas figuras que se seguem avalia-se a evolução da colecta de IMI entre 2003 e 2008. Na próxima (figura 3.38), avalia-se o valor bruto de IMI colectado, pelo município, seguindo-se o valor/habitante (figura 4.47) e finalmente o valor/km² (figura 4.48).

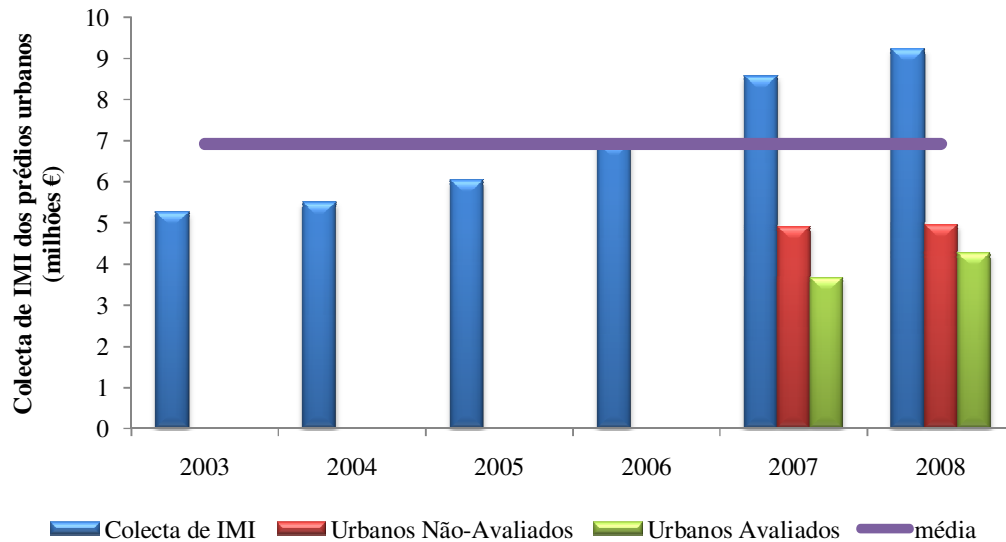


Figura 4.47. Colecta total dos prédios urbanos, apurada entre 2003 e 2008, pelo município de Viseu (Adaptado: DGCI, 2009)

O valor colectado apresenta uma tendência crescente entre os anos avaliados. O valor médio verificado entre 2003 e 2008 foi de 7 milhões de euros colectados pelo município. Tal como se verificou no município do Barreiro aqui também o valor colectado dos prédios urbanos avaliados, nos termos do CIMI apresentam uma colecta inferior quando o seu valor patrimonial é superior.

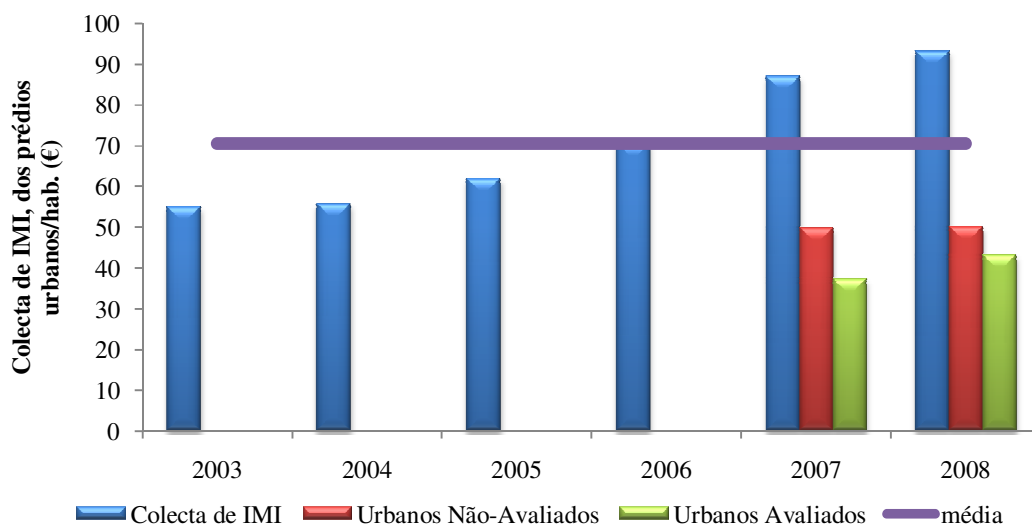


Figura 4.48. Colecta de IMI dos prédios urbanos por habitante, apurada entre 2003 e 2008, pelo município de Viseu (Adaptado: DGCI, 2009)

O valor colectado por habitante segue a tendência do valor bruto uma vez que a população também aumenta. O valor médio verificado entre 2003 e 2008 é de, aproximadamente, 71 euros por habitante, causando um valor de 93 euros em 2008.

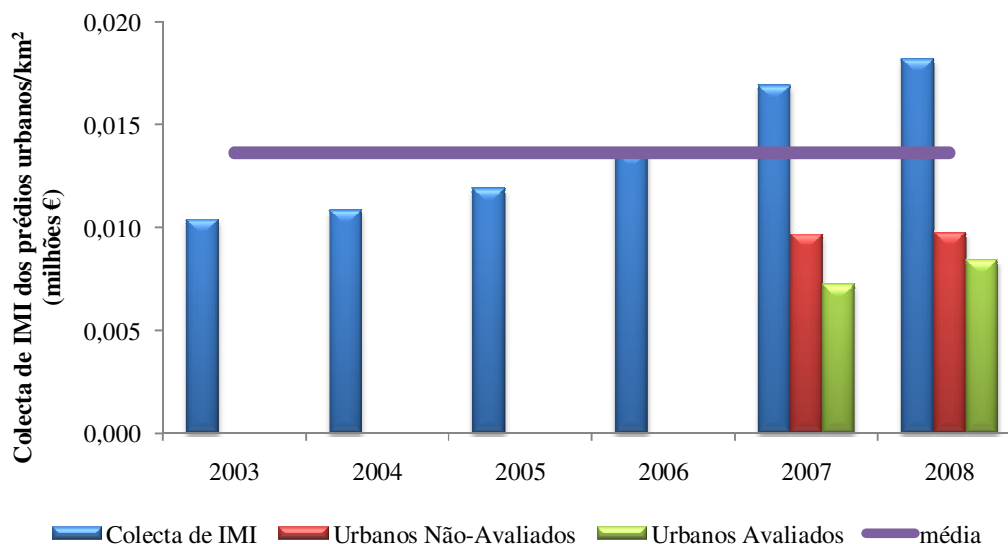


Figura 4.49. Colecta de IMI dos prédios urbanos por km², apurada entre 2003 e 2008, pelo Município de Viseu (Adaptado: DGCI, 2009)

Cada km² suportou em média um valor de 0,01 milhões de euros, entre 2003 e 2008. Este valor é bastante reduzido quando comparado com os outros dois casos porque se está perante um município bastante grande.

Discussão do inquérito

Para a discussão do inquérito realizou-se uma reunião, que decorreu no dia 29 de Janeiro de 2010, pelas 11h00 na Câmara Municipal de Viseu, com o Eng. José Figueiredo.

Alegaram que o inquérito era bastante difícil de preencher porque teria de passar por bastantes departamentos da câmara o que impossibilitou o seu completo preenchimento.

Um dos principais obstáculos para a implementação de algumas das medidas propostas por este inquérito passa pela falta de uma Lei de Solos actualizada. Quando se fala na situação actual da consolidação do espaço urbanizado não têm dados porque não há cruzamento dos dados da câmara municipal com as Finanças o que provoca situações antagónicas.

Relativamente às necessidades do concelho quanto à área urbanizável no PDM em vigor, acham-na excessiva, porque foi assim definida. O PDM em vigor é muito específico, nada pode ser licenciado sem PP elaborado, de modo a haver um controlo da expansão da cidade. Estavam previstos 39 planos mas apenas 5 foram elaborados. No que se refere aos mecanismos de programação da construção das áreas urbanizáveis, dispõem de planos (PP e PU), muito em parte pela necessidade sentida das manifestações dos habitantes.

Quanto ao planeamento das áreas classificadas e da percentagem de área urbana abrangida por PU e PP, respondem o seguinte:

Quadro 4.19. Dados relativos às áreas classificadas e à área urbana abrangida por PP e PU

		Valor
Área urbana abrangida por PU e PP (%)		*
Áreas Classificadas	RAN (ha)	10431
	REN (ha)	23722
	RNAP ou Rede Natura 2000 (ha)	50

* Todo o núcleo histórico se encontra abrangido por PP.

Afirma que “continuamos a não poder decidir a nível dos concelhos as alterações às Reservas Agrícolas e Ecológicas Nacionais (RAN e REN)”, acrescentando que por vezes estas reservas são as grandes responsáveis por dificuldades nos investimentos.

No que se refere às taxas de IMI, aplicadas de acordo com o artigo 112º do CIMI, não têm dados disponíveis, dizendo também que 80% do IMI é de especulação do mercado. E que ninguém tem culpa pela localização dos prédios, tratando-se de uma vinculação situacional. As majorações e minorações previstas na legislação não são aplicadas.

Afirma que enquanto o prédio não estiver definido como vai ser licenciado não deveria ser taxado, porque existe um desfasamento nos valores.

Quanto à alteração do regime das finanças locais, diz que se houver benefícios para o município deve estar associado ao regime periquativo. O que segundo sidónio Pardal, este regime só é aplicado com base em PP e em unidades de execução deixando de fora todo o processo de gestão urbanística feito com base em operações de loteamento avulsas, sem plano de pormenor (Pardal, 2009).

Acha que mais de 10% do FGM deveria ser distribuído proporcionalmente às áreas classificadas de cada município, devido à requalificação do Polis.

Concorda com os pontos principais em que assenta esta alteração, achando que os proprietários de terrenos localizados em áreas classificadas deveriam ser beneficiados, com redistribuição do IMI essencialmente, porque estão incluídos em domínio público.

Admite que o IMT é um imposto ridículo, porque não apresenta qualquer cruzamento com o ordenamento do território, só tem em linha de conta os dividendos. Não considera benefícios de sustentabilidade.

Acha que perante todos os esforços que o município tem feito para alterar muitas disparidades no território os proprietários não podem reclamar.

4.4.4. Síntese

De modo a poder comparar-se o posicionamento dos três casos-estudo, elaborou-se o seguinte quadro síntese.

Quadro 4.20. Quadro síntese da posição dos casos-estudo, em 2009

	Barreiro	Odivelas	Viseu
População	79012	133847	99016
Espaço urbanizável (ha)	665	717	8637
Área urbanizável do concelho	Adequada	Pequena	Excessiva
Possui mecanismos para a programar a construção da AU	Não	Não	Sim
Áreas classificadas (%)	52,5	39	67,4
Aplicação do artigo 112º do CIMI	Em parte	Aplica	Em parte
Majorações/minorações	Não	Sim	Não
Taxas de IMI dos prédios urbanos avaliados, nos termos do CIMI/não avaliados	0,4/0,7	0,4/0,7	0,4/0,6
Valor patrimonial tributários dos prédios urbanos (M €)	2376	4971	3290
Colecta de IMI dos prédios urbanos (M €)	7	16	9
% do FGM a distribuir, segundo as áreas classificadas	●	●	●
Os proprietários de terrenos localizados em áreas classificadas devem ser beneficiados em sede de IMI ou IRS?	●	●	●
Onde devem ter origem os benefícios para os municípios e/ou proprietários que possuem terrenos em áreas classificadas?	n.r.	Redistribuição do IMI e do FGM	Redistribuição do IMI
Os proprietários de espaços verdes privados em áreas urbanas devem ser beneficiados em sede de IMI ou IRS?	●	●	n.r.
O IMT é um imposto apropriado à boa gestão do território?	●	●	●

Legenda: ● - Difícil aplicação; ● - Aplicação possível; ● - Aplicação fácil; n.r. – Não responde

5. Discussão e recomendações

5.1. Discussão

O espaço territorial é uma necessidade básica, não apenas para o alojamento directo de famílias e empresas, mas também para a sobrevivência da sociedade, numa perspectiva ecossistémica.

Uma das principais finalidades do planeamento urbanístico é regular o mercado imobiliário. Surpreendentemente, não se conhece um PDM que se tenha debruçado sobre a caracterização e análise do mercado imobiliário do seu concelho, observando e ajuizando sobre a dinâmica dos preços e equacionando estratégias, no sentido de assegurar comportamentos normais e preços razoáveis para todos os segmentos da procura.

Não obstante as mais-valias geradas pela alteração dos usos do solo de rústico para urbano serem uma das questões-chave da administração urbanística, a legislação urbanística e os planos territoriais são omissos sobre o assunto. Pois uma expansão urbana desajustada face às necessidades reais de habitação associada à especulação imobiliária leva ao caos do ordenamento. Estas situações oferecem as condições necessárias para que os lobbies económicos e as situações de corrupção sejam criadas no sector.

O excesso de áreas urbanizáveis e expectantes associado com as construções em áreas sensíveis promovem a má gestão do território levando a consequências ambientais e sociais graves.

A análise desenvolvida sobre o sistema fiscal português passou pela caracterização da nova LFL e dos procedimentos de financiamento autárquico. A aplicação de critérios ambientais e ecológicos no financiamento autárquico, promovido pela LFL, é um exemplo de como os objectivos da política sectorial de preservação da natureza podem ser alcançados.

Os conceitos introduzidos pela nova LFL devem ser interpretados como um aperfeiçoamento na correcção de assimetrias entre as autarquias locais, no que se refere à gestão das áreas classificadas.

São os stakeholders locais que mediante o seu comportamento, face às actividades que desenvolvem nas áreas protegidas, podem criar garantias de continuidade e de protecção à qualidade destas áreas.

Através do estudo realizado e da pesquisa internacional, foi possível inventariar um conjunto de medidas de protecção ambiental das áreas classificadas e das zonas agrícolas incentivando o melhoramento do ordenamento urbano.

- i. As taxas aplicadas a áreas verdes, a áreas edificadas e a áreas industriais têm que ser diferentes adicionando-lhes um coeficiente de afectação do valor patrimonial tributário do imóvel, ou seja criar ecotaxas.

- ii. Impostos municipais sobre o património como o IMI e o IMT deveriam ser aplicados mais equitativamente.
- iii. A distribuição das mais-valias urbanas entre os proprietários como estabelecido na legislação (DL n° 310/2003 de 10 de Dezembro) devia ser uma prioridade.
- iv. Criar associações regionais ou inter-municipais para desenvolverem incentivos financeiros para fins agrícolas e florestais.
- v. Criação de benefícios económicos e fiscais aos utilizadores directos (proprietários dos terrenos e/ou responsáveis pela conservação e gestão), como a redução do IMI ou a redistribuição de outros impostos.
- vi. Criar incentivos aos proprietários de áreas classificadas (Rede Natura 2000 e áreas protegidas e REN) para promover a sua preservação.

A principal fonte de receitas autárquicas foca-se essencialmente nos impostos sobre o património, sobretudo do IMI (tratando-se de um imposto mais ou menos estável). Para além do IMI e do IMT, os municípios obtêm receitas fiscais através da cobrança de “impostos urbanísticos”, o que faz aumentar a tributação sobre o património predial urbano. Esta situação origina uma sobre-tributação sobre os imóveis urbanos, podendo acarretar efeitos económicos sobre o respectivo sector de actividade.

O IMI tem a sua justificação no princípio do benefício. Segundo este princípio, cada um deve ser tributado consoante o benefício que auferir dos bens públicos. Ao cobrarem “impostos sobre o urbanismo”, os municípios também estão a aplicar e a fazer uso do princípio do benefício.

A tipologia da proposta aqui desenvolvida traduz-se na complementaridade entre a LFL e potenciais mecanismos de compensação e incentivo dos proprietários de terrenos em áreas classificadas e ou espaços verdes privados, mediante a adopção de acções, medidas e práticas promotoras compatíveis com a política de conservação dessas mesmas áreas.

Incentivando os políticos locais a pensarem em estratégias de longo prazo e não em benefícios imediatos. Devendo promover as zonas estratégicas (verdes) em volta dos aglomerados urbanos, seleccionando de forma criteriosa os espaços afectados pela urbanização programada. Deste modo o município, além de poder disciplinar a configuração e os tempos de execução das urbanizações neutraliza interesses especulativos associados ao processo de alteração dos usos do solo.

Devendo os instrumentos económicos ser aplicados com o objectivo de obedecer a um conjunto de características (e.g. aceitação política e pública, simplicidade de aplicação, conformidade com os princípios de precaução e de equidade, eficiência económica) que maximizem a sua eficácia perante os objectivos a que se propõem.

Já a utilização dos instrumentos fiscais seria efectuada com base num raciocínio orientador: compensar quem não pode construir, desmotivar a ocupação das áreas não prioritárias e criar incentivos para ocupação das áreas prioritárias. Onde o sistema tributário incidente sobre o património imobiliário não pode ser entendido como simples

fonte de receitas substituta da redução das transferências financeiras provenientes do Orçamento de Estado, mas sim deverá revestir uma função reguladora e correctora das insuficiências próprias do mercado imobiliário.

Para que esta articulação seja possível será estritamente necessário realizar e utilizar uma base cartográfica comum entre os vários organismos públicos e ainda uniformizar conceitos. Este é o pressuposto base, sem o qual não será possível a aplicação dos instrumentos fiscais ao planeamento.

As taxas de IMI aplicadas aos prédios urbanos são definidas pelas Assembleias Municipais, obedecendo apenas aos limites aplicados pelo Ministério das Finanças. Esta situação leva a desigualdades ao longo do país, portanto estas deveriam considerar muitas variáveis (especialmente sociais) e não apenas as económicas.

Pelos resultados obtidos da análise regional, as taxas mais baixas são aplicadas nas sub-regiões mais interiores de Portugal Continental e nas Regiões Autónomas, o que pode não ser a medida mais prudente. Por um lado as sub-regiões do interior, com menor densidade populacional e com menor acesso a serviços, deviam ostentar as taxas mais baixas para atrair mais população e mais indústria, promovendo o crescimento da região, mas por outro estas sub-regiões deveriam praticar as taxas mais elevadas porque em muitas situações são a principal fonte de receitas do município. Relativamente às grandes cidades, estas também se deparam com duas situações, elas praticam as taxas mais elevadas de modo a obedecer ao princípio do benefício, mas depois confrontam-se com o abandono e degradação dos seus centros históricos.

Nos centros históricos das cidades deveriam praticar-se as taxas mais baixas relativamente ao restante espaço urbanizável do município, proporcionando maior atracção habitacional, essencialmente aos jovens, e de serviços, contribuindo para a redução dos consumos (essencialmente energéticos, nos transportes) e para a promoção de cada vez menor alteração do uso do solo.

Relativamente à alteração proposta ao regime das finanças locais as opiniões, quando dadas, são pouco uniformes. De seguida apresentam-se os resultados obtidos de uma forma sintetizada:

- 8/11 dos respondentes refere que a % do FGM a distribuir proporcionalmente às áreas classificadas de cada município deve estar entre 5% e 10%;
- 87,5% (dos 16 respondentes) concorda que os proprietários de terrenos localizados em áreas classificadas obtenham benefícios em sede de IMI ou IRS. 5/11 admitem que devam ser beneficiados com um valor inferior a 200 €/ha.ano).
- 8/12 dos respondentes (42%) admite que a redistribuição do IMI é a origem mais correcta dos benefícios para os municípios e/ou proprietários que possuem terrenos em áreas classificadas.
- 57% (dos 13 respondentes) não aceita que os proprietários de espaços verdes privados em áreas urbanas sejam beneficiados em sede de IMI ou IRS, porque são os únicos utilizadores do espaço.

- 69% (dos 13 respondentes) concorda que o IMT não é um imposto apropriado à boa gestão do território.

Embora estas respostas não sejam muito significativas e não abranjam todo o território, ou seja ter pelo menos uma ou duas respostas de cada sub-região, pode-se concluir que algumas destas propostas são possíveis de serem aplicadas e com possibilidade de alcançar sucessos.

5.2. Interpretação dos sucessos e insucessos

Ao longo deste estudo foram encontradas algumas barreiras principalmente quando se pretendia recolher informação técnica junto das Câmaras Municipais. Apesar de não terem acesso fácil à informação relativa ao município, onde muitas vezes nem havia conhecimento de alguns dos termos utilizados.

A participação por parte dos municípios foi muito reduzida o que não permite conclusões nacionais, dificultando assim definir posições quanto à aplicabilidade deste projecto. Muita da informação recolhida junto dos inquiridos não foi considerada válida, porque não permitia comparações ou conclusões credíveis.

Apesar de todos os obstáculos políticos e partidários que se colocam neste tipo de estudos, podem retirar-se algumas lições para estudos futuros, sendo o principal elaborar questionários com respostas directas (evitar respostas abertas). Verifica-se também que os poucos interessados são municípios que pelo menos já contemplam este tema nas suas agendas.

5.3. Recomendações

No sentido de repensar toda a tributação local sobre os prédios urbanos, quer à luz do princípio do benefício, quer à luz do princípio da legalidade tributária, a lei deveria ampliar os poderes tributários dos municípios em matéria de criação, liquidação e cobrança de impostos que obedecessem à regra “deve ser tributado quem beneficia do bem público municipal”, em detrimento do conjunto de taxas que a Lei das Finanças Locais permite aos municípios lançarem. Desta forma, ficariam devidamente salvaguardadas, quer as receitas dos municípios, quer as garantias dos contribuintes, protegidas com o princípio da legalidade tributária.

Para a implementação de um tipo de proposta como a apresentada, é necessário existir uma forte componente de informação. A falta de um levantamento fidedigno de ocupação do solo e a falta de informação georreferenciada são factores que impossibilitam a correcta aplicação de instrumentos económicos com estas características.

A participação pública é outro procedimento absolutamente fundamental para o sucesso da sua implementação. O facto de se compensar financeiramente os proprietários de espaços verdes privados ou de terrenos em áreas classificadas, pela adopção de orientações de gestão que contribuam para a conservação da natureza é um factor de peso da proposta apresentada.

Na óptica das autarquias a quantificação dos benefícios deve passar, sobretudo, pela análise das oportunidades que surgem na sequência da qualificação ambiental e ecológica destes espaços, que relacionam os serviços que estes espaços prestam com a qualidade paisagística, passando também pela atractividade de população residente e de empresas investidoras e que representam um incremento fiscal para riqueza pública e para a participação dos municípios no orçamento de estado.

O facto da grande maioria, dos inquiridos, não aplicar as majorações/minorações ao valor das taxas de IMI fixadas. Com efeito, os prédios urbanos classificados nos termos do CIMI como “comerciais, industriais ou para serviços”, deveriam ser objecto de uma minoração, em contrapartida, deveriam ser majorados os valores das taxas de IMI dos prédios urbanos que se encontram devolutos, ou seja, cujas benfeitorias se encontrem inacabadas e/ou ao abandono.

O IMT é, tal como o IMI, um imposto local com influência no OT e na CN e, tal como descrito, pouco benéfico para o financiamento local, em termos de desenvolvimento sustentável das autarquias. Subscree-se a sugestão de Rui Baleiras sobre a eliminação progressiva deste imposto mas não se avança, por agora, nenhuma medida para a sua concretização.

A dinamização do mercado do arrendamento urbano e a reabilitação e renovação urbanas só podem ser alcançadas se resultarem de uma estratégia concertada de um conjunto de iniciativas legislativas, que permitam responsabilizar os proprietários que não asseguram qualquer função social ao seu património, permitindo a sua degradação, através da penalização em sede fiscal dos proprietários que mantêm os prédios devolutos.

Deveria também ser criado um sistema informático com a informação do prédio, que funcionasse como um BI do prédio, com informação do género: área, tipologia, localização, o seu valor patrimonial tributário actualizado. Essa informação deveria resultar de um cruzamento de dados entre as Câmaras Municipais e as repartições das Finanças, Conservatória do Registo Predial e o Cadastro. Envolvendo os quatro organismos responsáveis, Câmaras Municipais, Ministério das Finanças, Ministério da Justiça e IGP – Ministério do Ambiente, respectivamente.

Seria fundamental dar um passo importante, no que concerne à valorização dos espaços naturais e áreas verdes privadas, pelas mais-valias que proporcionam à sociedade e para o “combate” à necessidade que as autarquias manifestam em valorizarem o seu território em função de processos de urbanização.

6. Conclusões

6.1. Síntese de resultados

O planeamento como instrumento regulador do ordenamento do território é insuficiente para resolver os problemas sociais e ambientais que lhe estão associados. A falta de articulação entre os vários planos de ordenamento do território, a falta de flexibilidade dos mesmos, a cultura de irresponsabilidade dos cidadãos e a sua falta de participação na elaboração dos planos, a má política do Estado (por exemplo no que diz respeito à concentração de poderes na Administração Central ou a falta de articulação das várias entidades públicas competentes) constituem outros tantos obstáculos para o eficaz cumprimento dos instrumentos de planeamento do ordenamento do território.

Relativamente aos impostos locais, os recursos próprios que as autarquias têm para o financiamento da sua actividade estão demasiado dependentes da actividade económica de um único sector, o sector imobiliário (através do Fundo Geral Municipal, do Imposto Municipal sobre Imóveis e do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas). Os inconvenientes desta dependência são vários, nomeadamente o aumento da especulação imobiliária e a fraca aplicação dos princípios do utilizador-pagador e poluidor-pagador.

Apesar de todos os inconvenientes existem potencialidades nas taxas e impostos municipais com incidência no território e património edificado que estão por explorar. A diferenciação de taxas nas áreas verdes, edificadas e industriais, como resultado da introdução de critérios ambientais no coeficiente de afectação do valor patrimonial do imóvel, é exemplo disso, bem como alterações pontuais no regime das finanças locais.

Os governantes locais não assumem uma posição bem definida relativamente a assuntos que relacionem finanças e ordenamento do território, porque se trata de um tema que exige tomar decisões radicais muitas vezes controversas e pouco consensuais.

6.2. Cumprimento dos objectivos

O principal objectivo não foi alcançado com o sucesso que se desejaria, mas considerando que decorreu num ano de grande agitação política e numa preocupante conjuntura económica o objectivo até foi concretizado.

Não se pode desprezar o facto de se estar a abordar um tema que não é prioritário na agenda política e essencialmente que não é assumida uma posição pelos presidentes camarários. Portanto, os responsáveis de departamento não podem eles tomar a liberdade de opinar relativamente ao assunto mesmo tendo muito boa vontade.

A falta de informação actualizada ou de fácil acesso foi um grande problema com que os municípios se depararam, essencialmente os entrevistados. Muitas vezes, nem eles próprios entendem porque é que este tipo de informação não se encontra numa base de dados, concordando que é informação fundamental para a boa gestão camarária.

Verificou-se também que apesar da vontade em ajudar (preenchendo os inquéritos) e em prestar esclarecimento, não se tratava de pessoas qualificadas e conhecedoras do tema

em discussão, dificultando portanto o correcto preenchimento do inquérito ou simplesmente não respondiam.

6.3. Recomendações

A participação pública é outro procedimento absolutamente fundamental para o sucesso da sua implementação. O facto de se compensar financeiramente os proprietários de espaços verdes privados ou de terrenos em áreas classificadas, pela adopção de orientações de gestão que contribuam para a conservação da natureza é um factor de peso da proposta apresentada.

Na óptica das autarquias a quantificação dos benefícios deve passar, sobretudo, pela análise das oportunidades que surgem na sequência da qualificação ambiental e ecológica destes espaços, que relacionam os serviços que estes espaços prestam com a qualidade paisagística, passando também pela atractividade de população residente e de empresas investidoras e que representam um incremento fiscal para a riqueza pública e para a participação dos municípios no orçamento de estado.

O facto da grande maioria, dos inquiridos, não aplicar as majorações/minorações ao valor das taxas de IMI fixadas. Com efeito, os prédios urbanos classificados nos termos do CIMI como “comerciais, industriais ou para serviços”, deveriam ser objecto de uma minoração, em contrapartida, deveriam ser majorados os valores das taxas de IMI dos prédios urbanos que se encontram devolutos, ou seja, cujas benfeitorias se encontrem inacabadas e/ou ao abandono.

A dinamização do mercado do arrendamento urbano e a reabilitação e renovação urbanas só podem ser alcançadas se resultarem de uma estratégia concertada de um conjunto de iniciativas legislativas, que permitam responsabilizar os proprietários que não asseguram qualquer função social ao seu património, permitindo a sua degradação, através da penalização em sede fiscal dos proprietários que mantêm os prédios devolutos.

Deveria também ser criado um sistema informático com a informação do prédio, que funcionasse como um BI do prédio, com informação do género: área, tipologia, localização, o seu valor patrimonial tributário actualizado. Essa informação deveria resultar de um cruzamento de dados entre as Câmaras Municipais e as repartições das Finanças, Conservatória do Registo Predial e o Cadastro. Envolvendo os quatro organismos responsáveis, Câmaras Municipais, Ministério das Finanças, Ministério da Justiça e IGP – Ministério do Ambiente, respectivamente.

Seria fundamental dar um passo importante, no que concerne à valorização dos espaços naturais e áreas verdes privadas, pelas mais-valias que proporcionam à sociedade e para o “combate” à necessidade que as autarquias manifestam em valorizarem o seu território em função de processos de urbanização.

6.4. Desenvolvimentos futuros

No âmbito da LFL, base do presente trabalho, deve ser estudada a possibilidade desta vir a integrar critérios ecológicos que contribuam para a diferenciação da qualidade dos espaços protegidos na base de cálculo do FGM, de modo a aumentar a competitividade das autarquias em matéria de conservação da natureza. Para tal torna-se necessário desenvolver esforços para a identificação e análise de indicadores e índices com potencial para integrar o cálculo do FGM, sendo que a sua aplicação deverá ser posteriormente testada a nível nacional, de forma a serem analisadas as suas influências sobre a repartição de recursos financeiros entre o Estado e as autarquias.

Contudo é essencial desenvolver mecanismos (entrevistas e inquéritos) que permitam avaliar a predisposição dos proprietários e governantes locais para aderirem a este tipo de instrumento, pois neste estudo apenas se desenvolveram entrevistas e inquéritos aos municípios.

Deveria ser ainda considerada uma minoração do IMI (ou redistribuição do IRS) no caso dos imóveis submetidos a investimentos para melhorar a sua eficiência energética, este deveria ser estudado determinando a melhor forma dos proprietários serem beneficiados e durante quanto tempo.

Referências bibliográficas

- Adene. (2009). *Adene - Agência para a Energia*. Obtido em 15 de Novembro de 2009, de <http://www.adene.pt/ADENE.Portal>
- AEA. (2009). *Sinais da AEA 2009: Questões ambientais chave para a Europa*. Copenhaga: Agência Europeia do Ambiente.
- AEA. (2010). *Taxas Ambientais: Implementação e eficácia ambiental*. Obtido em 24 de Janeiro de 2010, de <http://www.eea.europa.eu/pt/publications/92-9167-000-6-sum/page001.html>
- Agencia de energía de Barcelona. (2009). *Plan de Mejora Energética de Barcelona (PMEB)*. Obtido em 15 de Novembro de 2009, de Plan de Millora Energètica de Barcelona: <http://www.barcelonaenergia.cat/cas/actuaciones/proyectos/estudio01.htm>
- Andrade, V. (19 de Setembro de 2009). Cadastro Territorial. *Expresso*, 1; 16 e 17.
- ANMP. (2007). *Competências Municipais: Ambiente e Ordenamento do território - posição e propostas aprovadas no XVII congresso da ANMP em Ponta Delgada a 15 e 16 de Junho de 2007*. Ponta Delgada: ANMP.
- APA. (Dezembro 2008). *REA07*. Amadora: Agência Portuguesa do Ambiente.
- Brøset. (2009). *Brøset - Towards a carbon neutral housing settlement*. Obtido em 15 de Novembro de 2009, de BoO1 Malmö: <http://brozed.wordpress.com/project-examples/boo1-malmo/>
- Câmara Municipal de Coimbra. (s.d.). *rescer em Equilíbrio*. Obtido em 06 de Novembro de 2009, de Conservação de Imóveis - Levantamento do estado de conservação de Imóveis da Alta: http://www.cm-coimbra.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=581&Itemid=452
- Campos, V. (2000). A formalização do processo de elaboração dos planos municipais: garantia de defesa dos direitos dos cidadãos. *Pensar o Ordenamento do Território: Ideias, Planos, Estratégias (Actas do Seminário)*. (p. 73 a 77). Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Instituto Pluridisciplinar de História das Ideias.
- Campos, V. (Janeiro/Fevereiro 2009 de 2009). Cadastro Predial o Ordenamento do Território. *Cadastro e Ordenamento do Território*, p. 26 e 27.
- Carvalho, J., Fernandes, M. J., Camões, P., & Jorge, S. (2008). *Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2007*. Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas. Lisboa: Pré&press.
- Carvalho, J., Fernandes, M. J., Camões, P., & Jorge, S. (2008). *Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2007*. (C. d. Contas, Ed.) Lisboa: pré&press.
- Casalta Nabais, J. (2007). *A Autonomia Financeira das Autarquias Locais*. ISBN 9789724033082: Almedina.
- CIA. (05 de Outubro de 2009). *Central Intelligence Agency*. Obtido em 15 de Setembro de 2009, de The world factbook: "Europe: Portugal": <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/po.html>

- CMO (2010). *Câmara Municipal de Odivelas*. Informação fornecida em reunião a 26 de Janeiro de 2010.
- Comissão de Reforma da Tributação do Património. (1999). *Projecto de Reforma da Tributação do Património*, in *Cadernos de CTF*, nº 182. Ministério das Finanças.
- Comissão Europeia. (13 de Julho de 2006). *A política de coesão e as cidades: contribuição das cidades e das aglomerações para o crescimento e o emprego nas regiões*. Bruxelas: Comissão das Comunidades Europeias.
- Comissão Europeia. (2000). *A UE e a Gestão dos Resíduos*. Bruxelas: Centro de documentação da DG do Ambiente.
- Comissão Europeia. (1999). *ESDP European Spatial Development Perspective: Towards Balanced and Sustainable Development of the Territory of the European Union*. Luxembourg: European Communities.
- Comissão Europeia. (2005). *Estratégia temática sobre a poluição atmosférica SEC(2005) 1132 e SEC(2005) 1133*. Bruxelas: Comissão Europeia.
- Comissão Europeia. (2007). *Livro Verde: Por uma nova cultura de mobilidade urbana*. Bruxelas: Comissão das Comunidades Europeias.
- Comissão Europeia. (Maio de 2008). Política Regional: O que está previsto para a Política de Coesão da UE? *inforegio News* , p. Nº 168.
- Comissão Europeia. (Janeiro de 1999). *Relatório Geral 1998* . Obtido em 06 de Novembro de 2009, de A União Europeia em 1998: <http://europa.eu/generalreport/pt/1998/x0000.htm>
- Comissão Europeia. (1997). *Taxas impostos no mercado interno*. Luxemburgo: Comissão Europeia.
- Correia, P. V. (2000). Dos planos urbanísticos ao ordenamento do Território. *Pensar o ordenamento do Território: Ideias, Planos, Estratégias (Actas do Seminário)*. (p. 155 a 157). Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Instituto Pluridisciplinar de História das Ideias.
- Cunha, A. C. (2005). *Ordenamento do Território e Finanças Locais. Tese de Mestrado em Gestão e Políticas Ambientais*. Caparica, Lisboa: Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Nova de Lisboa.
- Cunha, A. C., & Melo, J. J. (2007a). Economia do Ambiente: Ordenamento do Território e Finanças Locais. 9ª Conferência Nacional do Ambiente. 9ª Conferência Nacional do Ambiente. Aveiro: Universidade de Aveiro.
- Cunha, A. C., & Melo, J. J. (4º Trimestre de 2007b). Ordenamento do território e finanças locais. *Industria e Ambiente* , p. 34 a 40.
- Deco. (Julho de 2007). *Deco proteste*. Obtido em 27 de Fevereiro de 2010, de Qualidade de vida: inquérito em 76 cidades : <http://www.deco.proteste.pt/direitos/qualidade-de-vida-inquerito-em-76-cidades-s487991.htm>
- DGAA. (1995). *Manual de Financiamento Autárquico e de Engenharia Financeira* (Vol. 1º Volume). Lisboa: Direcção-Geral da Administração Autárquica .

- EEA. (2007). *Air pollution in Europe 1990–2004*. Copenhagen: European Environment Agency.
- EEA. (2009). *Ensuring quality of life in Europe's cities and towns: Tackling the environmental challenges driven by European and global change*. Copenhagen: European Environment Agency.
- EEA. (2002). *Environmental signals 2002 - Benchmarking the millennium*. Copenhagen: European Environment Agency.
- EEA. (2009). *European Environmenstal Agency*. Obtido em 29 de Agosto de 2009, de <http://www.eea.europa.eu/>
- EEA. (2009). *Sinais da AEA 2009: Questões ambientais chave para a Europa*. Copenhagen: Environmental European Agency.
- EEA. (15 de Junho de 2009). *Urban frontrunners — cities and the fight against global warming*. Obtido em 12 de Setembro de 2009, de European Environment Agency: <http://www.eea.europa.eu/articles/urban-frontrunners-2013-cities-and-the-fight-against-global-warming>
- EEA. (2006). *Urban sprawl in Europe - The ignored challenge*. Copenhagen, ISBN 92-9167-887-2: EEA.
- EUKN. (Outubro de 2007). *European Urban Knowledge Network*. Obtido em 27 de Outubro de 2009, de Globalisation and Regional Economies: Can OECD Regions Compete in Global Industries?: http://www.eukn.org/eukn/themes/Urban_Policy/Economy_knowledge_and_employment/Urban_economy/Competitiveness/regional-economies_1189.html
- European Commission. (2008). *2008 ENVIRONMENT POLICY REVIEW*. Brussels: European Commission.
- European Communities. (2000). *Inventory of taxes*. Luxemburgo: European Communities.
- European Communities. (2009). *Taxation trends in the European Union - Data for the EU Member States and Norway*. Luxemburgo: European Communities.
- European Environmental Bureau. (2010). *Sustainability EU 2020 (Lisbon Strategy)*. Obtido em 09 de Fevereiro de 2010, de <http://www.eeb.org/index.cfm/activities/sustainability/eu-2020-lisbon-strategy/>
- FAO. (2009). *Comunicação, diálogo, conciliação: DTPN mais um método, uma estratégia de integração e interacção*. FAO.
- FCSH, U. , & IPHI. (2000). *Pensar o ordenamento territorial : ideias, planos, estratégias : actas do seminário / Instituto Pluridisciplinar de História das Ideias - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa*. Lisboa: Instituto Pluridisciplinar de História das Ideias - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa.
- Ferreira, F. (2008). *Apontamentos da disciplina de Poluição e Gestão do Ar 2007/2008 do 4º ano de Engenharia do Ambiente*. Monte da Caparica: Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.
- Franco, A. L. (1993). *Dicionário Ilustradode História de Portugal*. Publicações Alfa.

Garcia, M. (Maio de 2008). *Globalização, Implicações no Desenvolvimento Urbano*. Departamento de Estudos Políticos, Mestrado em CP/RI – Globalização e Ambiente. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.

GEOTA. (2009). *Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente*. Obtido em 30 de Dezembro de 2009, de Reforma Fiscal Ambiental: <http://www.geota.pt/rfa/index.html>

GEOTA. (2003). Instrumentos económicos para a sustentabilidade. *Agenda de Política de Ambiente do GEOTA*.

Global Footprint Network. (2009). *Ecological Footprint*. Obtido em 13 de Novembro de 2009, de Ecological Sustainability: <http://www.footprintnetwork.org/en/index.php/GFN/>

Gomes, N. S. (2006). *Inconstitucionalidade do novo imposto do selo sobre transmissões gratuitas de bens. Estudos jurídicos e económicos em homenagem ao Prof. Dr. António de Sousa Franco. Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa* (Vol. 3º). Lisboa: Faculdade de Direito. Universidade de Lisboa.

Gomes, N. S. (2000). *Manual de Direito Fiscal, Vol. II*. Coimbra: Rei dos Livros.

Gomes, N. S. (2005). *Tributação do Património - Lições Proferidas no 1º Curso de Pós-Graduação em Direito Fiscal na Faculdade de Direito da Universidade do Porti*. Coimbra: Almedina.

IA. (2005). *Alterações da ocupação do solo em Portugal Continental: 1985 - 2000*. Lisboa: Instituto do Ambiente.

IA. (2006). *Cartografia de ocupação do solo Portugal continental 1985-2000 CORINE Land Cover 2000*. Amadora, Lisboa: Instituto do Ambiente.

IEA. (2008). *World Energy Outlook 2008 - Executive Summary*. France: International Energy Agency.

IGP. (2009). *Direcção de Serviços de Informação Cadastral*. Obtido em 20 de Setembro de 2009, de <http://www.igeo.pt/instituto/organizacao/DSIC.htm#fun>

INE. (s.d.). *Instituto Nacional de Estatística*. Obtido em 30 de Outubro de 2009, de http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_base_dados&menuBOUI=13707095&contexto=bd&selTab=tab2

INE. (2010). *Instituto Nacional de Estatística*. Obtido em 12 de Fevereiro de 2010, de http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0000611&contexto=pi&selTab=tab0

LiderA. (2009). *LiderA - Sistema de Avaliação da sustentabilidade*. Obtido em 02 de Dezembro de 2009, de <http://www.lidera.info/index.aspx>

Lobo, G., Videira, N., Santos, R., Vaz, S. G., Fernandes, T., & Ramos, T. *Relatório Ambiental: Avaliação Ambiental Estratégica*. Universidade Nova de Lisboa, Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente. Monte da Caparica: Faculdade de Ciências e Tecnologia.

Madruga, L. M. (Julho 2008). *Avaliação dos serviços ambientais da propriedade rústica – modelo EcoTerra. Caso-estudo: Tavira*. IMAR- Instituto do Mar. Fundação para a Ciência e Tecnologia / M. Tavira .

- MAOTDR. (2009). *Balanço da Legislatura do XVII Governo Constitucional (2005–2009): Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional*. Portugal: Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.
- Martínez, P. S. (2003). *Direito Fiscal*. ISBN 9789724009612: Almedina.
- Martins, A., & Pinto, H. (2009). Reflexions on "The Evaluation of the Regional Fiscal Framework": Implications for the Algarve. *MPAR: Munich Personal RePEc ARchive*. Munich.
- Melo, J. J., Furtado, C., Antunes, P., & Rosado, L. (1998). Instrumentos financeiros com influência no ordenamento do território. *Economista 10ª Edição*, p. 159 a 163.
- MF. (2002). *Relatório da Comissão para o Desenvolvimento da Reforma Fiscal*. Ministério das Finanças – Centro de Estudos Fiscais.
- MFAP. (Janeiro 2010). *Orçamento de Estado para 2010 - Relatório*. Lisboa: Ministério das Finanças e da Administração Pública.
- MFAP. (Outubro 2009). *Orçamento do Estado de 2009: Relatório*. Lisboa: Ministério das Finanças e da Administração Pública.
- MFAP. (Janeiro 2005). *Orçamento do Estado para 2005: Relatório*. Lisboa: Ministério das Finanças e da Administração Pública.
- MFAP. (Outubro 2005). *Orçamento do Estado para 2006: Relatório*. Lisboa: Ministério das Finanças e da Administração Pública.
- MFAP. (Outubro 2006). *Orçamento do Estado para 2007: Relatório*. Lisboa: Ministério das Finanças e da Administração Pública.
- MFAP. (Outubro 2007). *Orçamento do Estado para 2008: Relatório*. Lisboa: Ministério das Finanças e da Administração Pública.
- MFAP. (2009). *Programa de Estabilidade e Crescimento 2008-2011*. Ministério das Finanças e Administração pública. Lisboa: República Portuguesa.
- OMS . (2004). *Health Aspects of air pollution: Results from the who project "Systems review of health aspects of air pollution in Europe"*. Dinamarca: World Health Organization.
- Pardal, S. (2009). *Apontamentos sobre o actual regime jurídico dos planos territoriais — Comentários ao Decreto-Lei n.º 310/2003, de 10 de Dezembro*. Lisboa.
- Pardal, S. (2009). *Os interesses, os poderes e os direitos no planeamento do território: complexidade, rsponsabilidade e descentralização*.
- Pereira, L. V. (2000). A Cultura do Plano: Algumas das suas contradições e lacunas. *Pensar o Ordenamento do Território: Ideias, Planos, Estratégias (Actas do Seminário)*. (p. 67 a 72). Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. Faculdade de Ciências Sociais e HUmanas. Instituto Pluridisciplinar de História das Ideias.
- Pinheiro, M. D. (2009). LiderA: Enquadramento (apoiar o desenvolvimento e certificar). *Congresso LiderA 09: Oportunidades da Construção Sustentável. 27 e 28 de MAio*. Centro de Congressos, IST: LiderA.

- Poeira, L. (2006). O país socioeconómico - Políticas do Território. In IGP, *Atlas de Portugal* (p. 198 a 209). Lisboa: IGP.
- Ponce Dentinho, T. (3º quadrimestre de 2007). Potencial demográfico e área de pressão urbana como critérios de distribuição de fundos pelas autarquias locais. *Revista Portuguesa de Estudos Regionais* N.º 16, p. 61 a 73.
- Prates, J. C. (2008). *As Finanças Locais e a promoção da Conservação da Natureza. Tese de Mestrado em Engenharia do Ambiente, perfil Gestão e Sistemas Ambientais. Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Nova de Lisboa*. Lisboa: Faculdade de Ciências e Tecnologia - Universidade Nova de Lisboa.
- Prates, J. C., & Melo, J. J. (2009). EcoTerra - Application of Environmental Fiscal Reform in local government financing in Portugal. In: J. Cottrell, J. Milne, H. Ashiabor, L. Kreiser & K. Deketelaere (Eds.), *Critical Issues in Environmental Taxation: International and Comparative Perspectives*, Volume VI, p. 699 a 715.
- Prates, J. C., & Melo, J. J. (2006). *O Modelo EcoTerra – Instrumentos económicos para melhorar o ordenamento do território*. Dezembro, 2006: Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.
- QREN 2007-2013. (Setembro de 2007). *Quadro de Referência - Portugal 2007-2013*. Lisboa: Observatório do QCA III - Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.
- Redefining Progress. (s.d.). *Redefining Progress The Nature of Economics*. Obtido em 30 de Setembro de 2009, de This quiz estimates the size of your ecological footprint: <http://www.rprogress.org/index.htm>
- Reigado, F. M. (1999). *Estratégias de Inovação para a Região Centro: o caso da Beira Interior*. Covilhã, Portugal: UBI – Núcleo de Economia.
- Reigado, F. M., & Matos, A. d. (4 e 5 de Maio 2001). O ordenamento do território numa perspectiva transfronteiriça. *IV Conferência sobre Economia Portuguesa organizada pelo CISEP/ISEG*. Covilhã.
- Ribeiro Teles, G. (2000). A Paisagem do futuro e o Ordenamento do Território. *Pensar o Ordenamento do Território: Ideias, Planos, Estratégias (Actas do Seminário)*. (p. 82 a 86). Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Instituto Pluridisciplinar de História das Ideias.
- Ribeiro, J. J. (1991). *Lições de Finanças Públicas 4ª Edição*. Coimbra: Coimbra Editora Lda.
- Saldanha Sanches, J. L. (Abril 2001). Poderes tributários dos municípios e legislação ordinária. *Fiscalidade* 6, 117.
- Saldanha Sanches, J. L., & Taborda da Gama, J. (Julho-Dezembro de 2004). Taxas municipais pela ocupação do subsolo. *Fiscalidade* N.º 19/20 - *Revista de Direito e Gestão Fiscal*, p. 5 a 43.
- santandertotta. (2009). *santandertotta*. Obtido em 01 de Agosto de 2009, de mapa de portugal: http://www.santandertotta.pt/images/maps/mapa_portugal.gif

Santo, F. (Janeiro/Fevereiro 2009 de 2009). Cadastro e Ordenamento do Território. *Ingenium* , p. 16 a 20.

SECURE. (2009). *MALMÖ*. Obtido em 15 de Novembro de 2009, de Sustainable Energy Communities in Urban Areas in Europe: <http://www.secureproject.org/stader/malmo.4.4a4d22a41128e56161b80004145.html>

Shapes of Portugal. (2008). *Shapes of Portugal*. (M. Lima, Editor) Obtido em 04 de Novembro de 2009, de Divisões Administrativas de Portugal - Um olhar pela diversidade da divisão territorial portuguesa : <http://www.shapesofportugal.com/sop/divisoies/>

Tavares, J. A. (05 de Maio de 2000). Cidades para quê? *Expresso* .

Tavares, J. (1929). *Princípios Fundamentais de Direito Civil, Vol. I*. Coimbra: Coimbra Editora.

Teixeira, C. S. (2006). *A repercussão do poder tributário dos municípios na tributação do património predial. II Curso de Pós-Graduação em Direito Fiscal da Faculdade de Direito da Universidade do Porto*. Porto: Faculdade de Direito. Universidade do Porto.

The living Earth. (2009). Obtido em 16 de Setembro de 2009, de The living Earth.com: http://livingearth.com/search.php?search=europe&match_type=all&gid_search=&gid=&sgid=&startat=0&perpage=15&page_num=1

UNEP (2004). United Nations Environment Programme. *Economic Instruments in Biodiversity-Related Multilateral Environmental Agreements*. UNEP Publications. UNFCCC. (1997). Obtido em 1 de Março de 2010, de Kyoto Protocol: http://unfccc.int/kyoto_protocol/items/2830.php

United Nations. (2001). *Cities in a globalizing world: Global report on human settlements*. Kenya: United Nations Centre for Human Settlements (Habitat).

United Nations. (February 2008). *World Urbanization Prospects: The 2007 Revision - Economic & Social Affairs*. New York: United Nations.

United Nations. (Fevereiro de 2008). *World Urbanization Prospects: The 2007 Revision*. Department of Economic and Social Affairs/Population Division. New York: United Nations.

Vaz, L., & Sacadura, F. C. (2000). Ideias e cultura dos planos. Que influência no processo de planeamento? *Pensar o Ordenamento do Território: Ideias, Planos; Estratégias (Actas do Seminário)*. (p. 96 a 109). Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Instituto Pluridisciplinar de História das Ideias.

Wilson, E. O. (2002). *The Future of Life*. New York.

Apêndices

Apêndice 1

Descrição das NUT I, NUT II e NUT III

NUT I	NUT II	NUT III
Portugal Continental	Norte	Minho-Lima
		Cávado
		Alto Trás-os-Montes
		Ave
		Tâmega
		Grande Porto
		Douro
		Entre o Douro e Vouga
	Centro	Baixo Vouga
		Dão-Lafões
		Beira Interior Norte
		Serra da Estrela
		Cova da Beira
		Baixo Mondego
		Pinhal Interior Norte
		Beira Interior Sul
		Pinhal Litoral
		Pinhal Interior Sul
		Médio Tejo
		Oeste
	Lisboa	Grande Lisboa
		Península de Setúbal
	Alentejo	Lezíria do Tejo
		Alto Alentejo
		Alentejo Central
		Alentejo Litoral
		Baixo Alentejo
	Algarve	Algarve
Região Autónoma dos Açores (RAA)	Açores	Açores
Região Autónoma da Madeira (RAM)	Madeira	Madeira

Definições de termos utilizados no CIMI

Questão	Definição
O que é um prédio?	<p>Para efeitos do CIMI, prédio é toda a fracção de território, abrangendo as águas, plantações, edifícios e construções de qualquer natureza nela incorporados ou assentes, com carácter de permanência, desde que faça parte do património de uma pessoa singular ou colectiva e, em circunstâncias normais, tenha valor económico.</p> <p>Também se considera prédio as águas, plantações, edifícios ou construções que façam parte do património de uma pessoa singular ou colectiva, desde que tenham autonomia económica em relação ao terreno onde se encontram implantados, embora situados numa fracção de território que constitua parte integrante de um património diverso ou não tenha natureza patrimonial. Para efeitos do IMI, cada fracção autónoma, no regime de propriedade horizontal, é havida como constituindo um prédio.</p>
O que é um prédio rústico?	<p>São prédios rústicos os terrenos situados fora de um aglomerado urbano que não sejam de classificar como terrenos para construção, desde que estejam afectos ou, na falta de concreta afectação, tenham como destino normal uma utilização geradora de rendimentos agrícolas, tais como são considerados para efeitos IRS, ou, não tendo aquela afectação, não se encontrem construídos ou disponham apenas de edifícios ou construções de carácter acessório, sem autonomia económica e de reduzido valor. São também prédios rústicos os terrenos situados dentro de um aglomerado urbano, desde que, por força de disposição legalmente aprovada, não possam ter utilização geradora de quaisquer rendimentos ou só possam ter utilização geradora de rendimentos agrícolas e estejam a ter, de facto, esta afectação. São ainda prédios rústicos os edifícios e construções directamente afectos à produção de rendimentos agrícolas, quando situados nos terrenos referidos e as águas e plantações.</p>
O que é um prédio urbano?	Prédios urbanos são todos aqueles que não devam ser classificados como rústicos, nem mistos. Os prédios urbanos dividem-se em habitacionais, comerciais, industriais ou para serviços, terrenos para construção e outros.
O que é um prédio misto?	Prédio misto é aquele em que nem a parte rústica nem a urbana pode ser classificada como principal. Este conceito só existe para efeitos fiscais.
O que são “Offshores”?	Os prédios que sejam propriedade de entidades com domicílio fiscal em país, território ou região sujeitos a um regime fiscal claramente mais favorável, constante da lista aprovada pela Portaria 150/2004, de 13 de Fevereiro, rectificada pela declaração de rectificação nº 31/2004, de 23 de Março, vulgarmente designadas como “offshores”.
O que é o valor patrimonial tributário em IMI?	O valor patrimonial tributário dos prédios é o seu valor determinado por avaliação feita, a partir de 12.11.2003, de acordo com as regras do Código do IMI ou de acordo com as regras do Código da Contribuição Predial, nos restantes casos. Este valor está registado na matriz predial.
Como é apurado o valor patrimonial tributário dos prédios urbanos?	<p>O VPT dos prédios urbanos novos ou cuja avaliação seja efectuada ou pedida após a entrada em vigor das regras de avaliação do Código do IMI, resulta da seguinte expressão: $V_t = V_c \times A \times C_a \times C_l \times C_q \times C_v$ em que:</p> <ul style="list-style-type: none"> • V_t = valor patrimonial tributário • V_c = valor base dos prédios edificados • A = área bruta de construção mais a área excedente à área de implantação • C_a = coeficiente de afectação • C_l = coeficiente de localização • C_q = coeficiente de qualidade e conforto • C_v = coeficiente de vetustez <p>O VPT apurado é arredondado para a dezena de euros imediatamente superior. A determinação do valor patrimonial tributário dos prédios urbanos, destinados a habitação, comércio, indústria e serviços, já inscritos na matriz anteriormente à entrada em vigor do CIMI, é efectuada mediante aplicação de coeficientes de actualização fixados na Portaria nº 1337/2003, de 5 de Dezembro. O VPT dos prédios urbanos é actualizado trienalmente com base em factores correspondentes a 75% dos coeficientes de desvalorização da moeda fixados anualmente por portaria do Ministro das Finanças para efeitos dos impostos sobre o rendimento.</p>

(Adaptado DGCI, 2009; CIMI)

Apêndice 2

Estrutura do inquérito sobre práticas de ordenamento e fiscalidade sobre o território, dirigido a todos os municípios Portugueses.

Inquérito sobre práticas de Ordenamento e Fiscalidade sobre o Território

O presente inquérito é realizado a todos os municípios portugueses no âmbito de uma tese do Mestrado em Engenharia do Ambiente, FCT-UNL. Os dados originais serão tratados sob reserva de confidencialidade, devendo ser publicadas apenas sínteses estatísticas.

Instruções de envio: A resposta ao inquérito deverá ser preenchida no ficheiro Excel, salvo como "nome do município". Devendo ser enviado via e-mail para: <ana17461@fct.unl.pt>

Município			
Pessoa responsável pelo preenchimento			
Telefone		E-mail	
		Cargo	

A. DADOS GERAIS

A.1. Pop. residente município		A.2. Pop. residente em núcleos urbanos	
A.3. Área total do concelho (ha)			
A.4. Área total abrangida pelos perímetros urbanos (ha)			
A1. PDM em vigor			
A1.1. Data da entrada em vigor		A1.2. Em revisão? (Sim/Não)	
A2. Caso o PDM actual tenha entrado em vigor depois de 1 de Janeiro de 2008, indicar:			
A2.1. Início da vigência do PDM anterior (ano)			

B. CONSOLIDAÇÃO DO ESPAÇO URBANO

ATENÇÃO: Período de referência dos dados:

Dados relativos ao PDM actual se este entrou em vigor em 2007 ou antes

Dados relativos ao PDM anterior se o actual entrou em vigor em 2008 ou depois

B1. ESPAÇO URBANIZÁVEL (no início do período de referência) (ha)		
B2. OCUPAÇÃO DO ESPAÇO URBANIZÁVEL (no fim do período de referência)		
B2.1. Edificado e com licença de utilização (ha)		
B2.2. Em construção ou com licença de construção emitida (ha)		
B2.3. Espaço urbanizável programado por licenciar (ha)		
B2.4. Não programado nem licenciado (ha)		
B3. LOCALIZAÇÃO DA CONSTRUÇÃO NOVA (no período de referência)	Nº de fogos	Área bruta (m²)
B3.0. Total de novos fogos construídos		
B3.1. Fogos construídos em espaço urbano consolidado		
B3.2. Fogos construídos em espaço urbano não consolidado		
B3.3. Fogos construídos em área urbanizável		
B3.4. Fogos construídos fora do perímetro urbano		

C. ADEQUAÇÃO DA ÁREA URBANIZÁVEL

C1. TENDO EM CONSIDERAÇÃO AS NECESSIDADES DO CONCELHO, CONSIDERA A ÁREA URBANIZÁVEL (no PDM em vigor)

C1.1. Pequena		C1.2. Adequada		C1.3. Excessiva	
C1.4. Por favor justifique					

C2. O MUNICÍPIO TEM MECANISMOS PARA PROGRAMAR A CONSTRUÇÃO DA ÁREA URBANIZÁVEL?

C2.1. Sim/Não	
C2.2. Se sim quais?	
C2.3. Se não porquê?	

D. PLANEAMENTO (instrumentos em vigor à data presente)

D.1. Percentagem de área urbana abrangida por PU e PP	
D1. ÁREAS CLASSIFICADAS	
D1.1. Área de Reserva Agrícola Nacional (RAN) (ha)	
D1.2. Área da Reserva Ecológica Nacional (REN) (ha)	
D1.3. Área em Rede Nacional de Áreas Protegidas ou Rede Natura 2000 (ha)	

E. TAXAS DE IMI: APLICAÇÃO DO ARTIGO 112º DO CÓDIGO DO IMI

		2006		2007		2008	
Regime do Artº 112º do CIMI	Designação	Taxa aplicável	Área abrangida (ha)	Taxa aplicável	Área abrangida (ha)	Taxa aplicável	Área abrangida (ha)
Geral (nº4)	Prédios Urbanos não avaliados						
	Prédios Urbanos avaliados						
Reabilitação urbana ou combate à desertificação (nº5)	Prédios Urbanos não avaliados						
	Prédios Urbanos avaliados						
Prédios urbanos arrendados (nº6)	Prédios Urbanos não avaliados						
	Prédios Urbanos avaliados						
Prédios urbanos degradados (nº7)	Prédios Urbanos não avaliados						
	Prédios Urbanos avaliados						

F. HIPÓTESES DE ALTERAÇÃO DO REGIME DE FINANÇAS LOCAIS

Diferentes entidades e especialistas têm sugerido alterações ao regime das finanças locais, no sentido de valorizar o ambiente e o ordenamento do território. Como encara as seguintes hipóteses de alteração?

F1. SEGUNDO A LEI, PARTE DO FGM DEVE SER DISTRIBUÍDA PROPORCIONALMENTE ÀS ÁREAS CLASSIFICADAS DE CADA MUNICÍPIO. NA VOSSA OPINIÃO, QUAL A % DO FGM QUE DEVE SER DISTRIBUÍDA DESTA FORMA? (A actual LFL prevê 5% a 10%)

F1.1. % do FGM a distribuir segundo as áreas classificadas:	
F1.2. Por favor justifique	

F2. CONSIDERA QUE OS PROPRIETÁRIOS DE TERRENOS LOCALIZADOS EM ÁREAS CLASSIFICADAS DEVEM SER BENEFICIADOS EM SEDE DE IMI OU IRS?

F2.1. Sim/Não					
F2.2. Se sim indique com X o montante que considera mais justo:					
a) >400 €/ha/ano		b) entre 400 €/ha/ano e 200 €/ha/ano		c) <200 €/ha/ano	

F3. ONDE CONSIDERA QUE DEVAM TER ORIGEM OS BENEFÍCIOS PARA OS MUNICÍPIOS E/OU PROPRIETÁRIOS QUE POSSUAM TERRENOS EM ÁREAS CLASSIFICADAS (assinalar com X uma ou mais opções):

- a) Redistribuição do IMI ☐ b) Redistribuição do FGM ☐ c) Redistribuição do IMT ☐
 d) Criação de novos impostos ☐ e) Fracção de impostos nacionais (IVA/IRS/...) ☐

F3.2. Por favor justifique

F4. CONCORDA QUE OS PROPRIETÁRIOS DE ESPAÇOS VERDES PRIVADOS EM ÁREAS URBANAS DEVAM SER BENEFICIADOS EM SEDE DE IMI OU IRS?

F4.1 Sim/Não ☐

F4.2. Por favor justifique

F5. CONSIDERA QUE O IMT É UM IMPOSTO APROPRIADO À BOA GESTÃO DO TERRITÓRIO?

F5.1. Sim/Não ☐

F5.2. Por favor justifique

Apêndice 3

Síntese de respostas dos municípios aos inquéritos.

Grupo A. Dados gerais

Dados gerais		
	Responderam	Não responderam
Dados Gerais	32	2
Pop. Residente município	32	-
Pop. Residente em núcleos urbanos	12	-
Área total do concelho (ha)	29	-
Área total abrangida pelos perímetros urbanos (ha)	29	-
PDM em vigor	31	1
Data da entrada em vigor	31	-
Em revisão?	31	1
Sim	26	-
Não	3	-
Caso o PDM actual tenha entrado em vigor depois de 1 de janeiro de 2008, indicar:	3	0
Início da vigência anterior (ano)	3	-

Grupo B. Consolidação do espaço urbano

Consolidação do espaço urbano		
	Responderam	Não Responderam
Espaço urbanizável (ha)	26	8
Ocupação do espaço urbanizável	12	20
Edificado e com licença de utilização (ha)	11	-
Em construção ou com licença de construção emitida (ha)	8	-
Espaço urbanizável programado por licenciar (ha)	7	-
Não programado nem licenciado (ha)	7	-
Localização da construção nova	16	16
Total de fogos construídos (nº)	14	-
Fogos construídos em espaço urbano consolidado (nº)	9	-
Fogos construídos em espaço urbano não consolidado (nº)	6	-
Fogos construídos em área urbanizável (nº)	6	-
Fogos construídos fora do perímetro urbano (nº)	8	-

Grupo C. Adequação da área urbanizável**Adequação da área urbanizável**

	Responderam	Não responderam
Tendo em consideração as necessidades do Concelho, considera a área urbanizável (no PDM)	27	5
N.D.	5	-
Pequena	3	-
Adequada	10	-
Excessiva	9	-
Porquê	25	7
O município tem mecanismos para programar a construção da área urbanizável	27	5
Sim	14	-
Porquê	14	-
Não	13	-
Porquê	12	1

Grupo D. Planeamento (instrumentos em vigor à data presente)**Planeamento: Áreas classificadas**

	Responderam	Não responderam
Área urbana abrangida por PU e PP (%)	28	4
Áreas Classificadas	30	2
RAN (ha)	30	2
REN (ha)	30	2
RNAP ou Rede Natura 2000 (ha)	26	6

Grupo E. Taxas de IMI: aplicação do Artº 112º do código do IMI**Taxas de IMI: artº 112º do CIMI**

Artº 112º do CIMI	Desig	2006				2007				2008			
		Tx aplicável		Área abrangida (ha)		Tx aplicável		Área abrangida (ha)		Tx aplicável		Área abrangida (ha)	
		Res	Não Res	Res	Não Res	Res	Não Res	Res	Não Res	Res	Não Res	Res	Não Res
Nº4	PUnA	17	15	6	26	17	15	6	26	18	14	6	26
	PUA	17	15	6	26	17	15	6	26	18	14	6	26
Nº5	PUnA	7	25	5	27	8	24	5	27	9	23	5	27
	PUA	7	25	5	27	8	24	5	27	9	23	5	27
Nº6	PUnA	7	25	5	27	7	25	5	27	8	24	5	27
	PUA	7	25	5	27	7	25	5	27	8	24	5	27
Nº7	PUnA	8	24	7	25	8	24	7	25	11	21	7	25
	PUA	8	24	7	25	8	24	7	25	11	21	7	25

Legenda: PUnA- Prédios Urbanos não-Avaliados; PUA- Prédios Urbanos Avaliados; Res- Responderam; Não Res- Não Responderam

Grupo F. Hipóteses de alteração do regime de finanças locais**Alteração do regime das finanças locais**

	Responderam	Não responderam
Segundo a lei, parte do FGM deve ser distribuída proporcionalmente às áreas classificadas de cada município. Na vossa opinião, qual a % do FGM que deve ser distribuída desra forma) (A actual LFL prevê 5% a 10%)	11	21
% do FGM a distribuir segundo as áreas classificadas	10	-
Por favor justifique	9	-
Considera que os proprietários de terrenos localizados em áreas classificadas devem ser beneficiados em sede de IMI ou IRS?	16	16
Sim	14	-
Não	2	-
Se sim indique com X o montante que considera mais justo:	11	3
> 400€/ha/ano	3	-
entre 400€/ha/ano e 200€/ha/ano	3	-
< 200€/ha/ano	5	-
Onde considera que deam ter origem os benefícios para os municípios e/ou proprietários que possuam terrenos em áreas classificadas (assinalar com X uma ou mais opções):	12	20
Redistribuição do IMI	8	-
Redistribuição do FGM	4	-
Redistribuição do IMT	2	-
Criação de novos impostos	1	-
Fracção de impostos nacionais (IVA/IRS/..)	4	-
Por favor justifique	10	-
Concorda que os proprietários de espaços verdes privados em áreas urbanas devam ser beneficiados em sede de IMI ou IRS?	14	18
Sim	6	-
Não	8	-
Por favor justifique	12	-
Considera que o IMT é um impostos apropriado à boa gestão do território?	14	18
Sim	3	-
Não	12	-
Por favor justifique	13	-

Apêndice 4

Taxas de IMI aplicadas aos prédios urbanos avaliados (e não avaliados), nos termos do CIMI, entre 2003 e 2009

NUT III	Concelho	2003		2004		2005		2006		2007		2008		2009	
		Tx Urbana	Tx Urbana IMI	Tx Urbana	Tx Urbana IMI	Tx Urbana	Tx Urbana IMI	Tx Urbana	Tx Urbana IMI	Tx Urbana	Tx Urbana IMI	Tx Urbana	Tx Urbana IMI	Tx Urbana	Tx Urbana IMI
Minho-Lima	Arco de Valdevez	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,70	0,40	0,70	0,40
	Caminha	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,40	0,80	0,40	0,80	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40
	Melgaço	0,80	0,30	0,80	0,30	0,80	0,30	0,80	0,30	0,80	0,30	0,70	0,20	0,70	0,20
	Monção	0,80	0,30	0,80	0,30	0,80	0,30	0,80	0,30	0,80	0,30	0,70	0,30	0,60	0,30
	Paredes de Coura	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,45	0,80	0,45	0,80	0,35	0,70	0,30	0,70	0,30
	Ponte da Barca	0,80	0,50	0,80	0,50	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40
	Ponte de Lima	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,45	0,80	0,43	0,70	0,40	0,70	0,35
	Valença	0,80	0,30	0,80	0,30	0,80	0,30	0,60	0,20	0,60	0,20	0,60	0,20	0,60	0,20
	Viana do Castelo	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,70	0,40	0,70	0,40
	Vila Nova de Cerveira	0,80	0,50	0,80	0,40	0,80	0,35	0,80	0,35	0,80	0,35	0,70	0,30	0,70	0,30
Cávado	Amares	0,40	0,20	0,40	0,20	0,40	0,20	0,60	0,20	0,60	0,20	0,60	0,20	0,60	0,20
	Barcelos	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,75	0,45	0,70	0,40	0,70	0,35
	Braga	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,46	0,70	0,40	0,70	0,40
	Esposende	0,80	0,50	0,80	0,50	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40
	Terras de Bouro	0,60	0,40	0,60	0,40	0,60	0,40	0,60	0,30	0,60	0,30	0,70	0,40	0,50	0,30
	Vila Verde	0,70	0,30	0,70	0,30	0,70	0,30	0,70	0,30	0,70	0,30	0,70	0,30	0,70	0,30
Alto Trás-os-Montes	Alfândega da Fé	0,80	0,40	0,50	0,30	0,50	0,30	0,50	0,30	0,50	0,30	0,50	0,30	0,70	0,40
	Boticas	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,35	0,80	0,35	0,80	0,30	0,70	0,30	-	-
	Bragança	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40	0,60	0,40	0,60	0,38
	Chaves	0,80	0,50	0,75	0,50	0,75	0,35	0,75	0,35	0,75	0,35	0,70	0,30	0,70	0,30
	Macedo de Cavaleiros	0,60	0,35	0,60	0,35	0,60	0,35	0,60	0,35	0,60	0,35	0,60	0,35	0,60	0,35
	Miranda do Douro	0,40	0,20	0,40	0,20	0,40	0,20	0,40	0,20	0,40	0,20	0,40	0,20	0,40	0,20

(continuação)

NUT III	Concelho	2003		2004		2005		2006		2007		2008		2009	
		Tx Urbana	Tx Urbana IMI	Tx Urbana	Tx Urbana IMI	Tx Urbana	Tx Urbana IMI	Tx Urbana	Tx Urbana IMI	Tx Urbana	Tx Urbana IMI	Tx Urbana	Tx Urbana IMI	Tx Urbana	Tx Urbana IMI
Alto Trás-os-Mosntes	Mirandela	0,80	0,40	0,40	0,20	0,40	0,20	0,40	0,20	0,60	0,30	0,60	0,20	-	-
	Mogadouro	0,40	0,20	0,40	0,20	0,40	0,20	0,40	0,20	0,40	0,20	0,40	0,20	-	-
	Montalegre	0,70	0,20	0,80	0,30	0,80	0,30	0,80	0,30	0,80	0,30	0,70	0,30	0,70	0,30
	Murça	0,80	0,40	0,40	0,20	0,80	0,30	0,80	0,30	0,80	0,30	0,70	0,30	0,70	0,30
	Valpaços	0,80	0,40	0,80	0,50	0,75	0,35	0,75	0,35	0,75	0,35	0,70	0,30	0,70	0,30
	Vila Pouca de Aguiar	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,35	0,80	0,35	0,80	0,30	0,70	0,30	0,70	0,30
	Vimioso	0,40	0,20	0,40	0,20	0,40	0,20	0,40	0,20	0,40	0,20	0,40	0,20	0,40	0,20
	Vinhais	0,80	0,50	0,60	0,40	0,40	0,20	0,60	0,40	0,60	0,40	0,50	0,25	0,40	0,20
Ave	Fafe	0,60	0,40	0,60	0,40	0,60	0,40	0,60	0,40	0,60	0,40	0,57	0,39	0,70	0,40
	Guimarães	0,70	0,40	0,70	0,38	0,70	0,38	0,70	0,36	0,70	0,36	0,70	0,38	0,70	0,40
	Povoa de Lanhoso	0,60	0,30	0,60	0,30	0,60	0,30	0,60	0,30	0,60	0,30	0,66	0,36	0,65	0,30
	Santo Tirso	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40	0,73	0,43	0,70	0,40
	Trofa	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,70	0,40	0,70	0,40	0,77	0,47	0,70	0,35
	Vieira do Minho	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,70	0,40	0,70	0,40	0,77	0,47	0,60	0,30
	Vila Nova de Famalicão	0,72	0,45	0,72	0,45	0,70	0,45	0,70	0,40	0,60	0,38	0,72	0,45	0,70	0,40
	Vizela	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,60	0,35
Tâmega	Amarante	0,80	0,40	0,80	0,40	0,80	0,30	0,80	0,30	0,80	0,30	0,70	0,20	0,70	0,20
	Baião	0,80	0,50	0,80	0,50	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40
	Cabeceiras de Basto	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,45	0,70	0,40	0,70	0,35
	Castelo de Paiva	0,80	0,50	0,60	0,30	0,60	0,30	0,60	0,30	0,60	0,30	0,60	0,30	0,40	0,20
	Celorico de Basto	0,80	0,50	0,60	0,40	0,60	0,40	0,60	0,40	0,60	0,40	0,60	0,40	0,60	0,40
	Cinfães	0,80	0,50	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40	0,55	0,25	0,55	0,25
	Felgueiras	0,80	0,50	0,70	0,50	0,80	0,50	0,70	0,40	0,70	0,40	0,65	0,35	0,65	0,35

(continuação)

NUT III	Concelho	2003		2004		2005		2006		2007		2008		2009	
		Tx Urbana	Tx Urbana IMI	Tx Urbana	Tx Urbana IMI	Tx Urbana	Tx Urbana IMI	Tx Urbana	Tx Urbana IMI	Tx Urbana	Tx Urbana IMI	Tx Urbana	Tx Urbana IMI	Tx Urbana	Tx Urbana IMI
Tâmega	Lousada	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,70	0,40	0,70	0,40
	Marco de Canaveses	0,80	0,50	0,40	0,20	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,70	0,40	0,70	0,40
	Mondim de Basto	0,80	0,30	0,40	0,20	0,60	0,30	0,60	0,30	0,60	0,30	0,60	0,30	0,60	0,30
	Paços de Ferreira	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,76	0,47	0,68	0,39	0,65	0,35
	Paredes	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,70	0,40	0,70	0,40
	Penafiel	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,40	0,60	0,40	0,60	0,40
	Resende	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,70	0,40	0,70	0,40
	Ribeira da Pena	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,35	0,80	0,35	0,80	0,35	0,70	0,30	0,70	0,30
Grande Porto	Espinho	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,70	0,40	0,70	0,40
	Gondomar	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,70	0,40	0,70	0,40
	Maia	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,70	0,40	0,70	0,40
	Matosinhos	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,43	0,80	0,43	0,75	0,43	0,70	0,40	0,70	0,40
	Porto	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,70	0,40	0,70	0,40
	Povoa de Varzim	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,40	0,80	0,40	0,80	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40
	Valongo	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,45	0,80	0,45	0,70	0,40	0,70	0,36
	Vila do Conde	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,70	0,40	0,70	0,40
	Vila Nova de Gaia	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,70	0,40	0,70	0,40
Douro	Alijó	0,80	0,50	0,80	0,50	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40	0,60	0,30	0,50	0,20
	Armamar	0,80	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40	-	-
	Carraceda de Ansiães	0,80	0,50	0,80	0,50	0,70	0,40	0,80	0,50	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40
	Freixo de Espada à Cinta	0,40	0,20	0,40	0,20	0,40	0,20	0,40	0,20	0,40	0,20	0,40	0,20	0,40	0,20
	Lamego	0,80	0,50	0,60	0,40	0,60	0,40	0,80	0,40	0,80	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40
	Mesão Frio	0,80	0,20	0,80	0,20	0,80	0,30	0,80	0,40	0,80	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40

(continuação)

NUT III	Concelho	2003		2004		2005		2006		2007		2008		2009	
		Tx Urbana	Tx Urbana IMI	Tx Urbana	Tx Urbana IMI	Tx Urbana	Tx Urbana IMI	Tx Urbana	Tx Urbana IMI	Tx Urbana	Tx Urbana IMI	Tx Urbana	Tx Urbana IMI	Tx Urbana	Tx Urbana IMI
Douro	Moimenta da Beira	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40	0,80	0,40	0,80	0,40	0,70	0,30	0,70	0,30
	Penedono	0,40	0,20	0,40	0,20	0,40	0,20	0,40	0,20	0,40	0,20	0,40	0,20	-	-
	Peso da Régua	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40
	Sabrosa	0,80	0,50	0,80	0,20	0,40	0,20	0,80	0,30	0,80	0,30	0,40	0,20	0,50	0,30
	S ^a Marta de Penaguião	0,70	0,40	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40
	São João da Pesqueira	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40
	Sernancelhe	0,40	0,20	0,40	0,20	0,70	0,40	0,70	0,30	0,70	0,30	0,70	0,30	0,70	0,30
	Tabuaço	0,80	0,50	0,80	0,50	0,70	0,50	0,70	0,50	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40
	Tarouca	0,60	0,25	0,40	0,20	0,80	0,30	0,60	0,30	0,60	0,30	0,60	0,30	0,60	0,30
	Torre de Moncorvo	0,60	0,40	0,60	0,40	0,60	0,40	0,80	0,40	0,80	0,40	0,70	0,30	0,70	0,30
	Vila Flor	0,80	0,30	0,50	0,30	0,40	0,20	0,40	0,20	0,40	0,20	0,40	0,20	0,40	0,20
	Vila Nova de Foz Côa	0,40	0,20	0,40	0,20	0,40	0,20	0,40	0,20	0,40	0,20	0,40	0,20	-	-
	Vila Real	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,40	0,80	0,45	0,70	0,40	0,70	0,40
Entre o Douro e Vouga	Arouca	0,60	0,35	0,60	0,35	0,60	0,35	0,60	0,35	0,60	0,35	0,60	0,35	0,60	0,35
	Oliveira de Azeméis	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,70	0,40	0,70	0,40
	Santa Maria da Feira	0,70	0,40	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,70	0,40	0,70	0,40
	São João da Madeira	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,76	0,48	0,70	0,40	0,67	0,38
	Vale de Cambra	0,70	0,20	0,70	0,35	0,70	0,35	0,70	0,35	0,70	0,35	0,70	0,30	0,70	0,30
Baixo Vouga	Águeda	0,80	0,50	0,80	0,50	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40
	Albergaria-a-Velha	0,80	0,50	0,80	0,50	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40
	Anadia	0,50	0,20	0,50	0,20	0,40	0,20	0,40	0,20	0,40	0,20	0,40	0,20	0,40	0,20
	Aveiro	0,80	0,50	0,80	0,50	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40	0,65	0,30	0,65	0,30
	Estarreja	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,72	0,50	0,72	0,50	0,70	0,40	0,70	0,40

(continuação)

NUT III	Concelho	2003		2004		2005		2006		2007		2008		2009	
		Tx Urbana	Tx Urbana IMI	Tx Urbana	Tx Urbana IMI	Tx Urbana	Tx Urbana IMI	Tx Urbana	Tx Urbana IMI	Tx Urbana	Tx Urbana IMI	Tx Urbana	Tx Urbana IMI	Tx Urbana	Tx Urbana IMI
Baixo Vouga	Ílhavo	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,70	0,40	0,70	0,40
	Mealhada	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,30	0,70	0,25	0,60	0,20
	Murtosa	0,40	0,20	0,60	0,40	0,60	0,40	0,70	0,38	0,70	0,38	0,66	0,36	0,66	0,36
	Oliveira do Bairro	0,80	0,50	0,75	0,45	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40
	Ovar	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,76	0,48	0,74	0,46	0,70	0,40	0,70	0,40
	Sever do Vouga	0,80	0,50	0,80	0,40	0,80	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40
	Vagos	0,80	0,50	0,80	0,50	0,70	0,30	0,70	0,30	0,70	0,30	0,70	0,30	0,70	0,30
Dão-Lafões	Aguiar da Beira	0,60	0,30	0,60	0,30	0,60	0,30	0,60	0,30	0,60	0,30	0,60	0,30	0,60	0,30
	Carregal do Sal	0,50	0,30	0,50	0,30	0,50	0,30	0,50	0,30	0,50	0,30	0,50	0,30	0,50	0,30
	Castro Daire	0,70	0,20	0,70	0,30	0,70	0,30	0,70	0,30	0,70	0,30	0,70	0,30	0,70	0,20
	Mangualde	0,80	0,50	0,80	0,40	0,80	0,40	0,80	0,40	0,80	0,40	0,70	0,40	0,50	0,40
	Mortágua	0,70	0,30	0,70	0,30	0,70	0,30	0,70	0,30	0,60	0,25	0,60	0,25	0,60	0,25
	Nelas	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40
	Oliveira de Frades	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,20	0,80	0,30	0,80	0,30	0,70	0,30	0,70	0,30
	Penalva do Castelo	0,70	0,30	0,70	0,30	0,70	0,20	0,80	0,20	0,80	0,20	0,70	0,20	0,70	0,20
	Santa Comba Dão	0,70	0,40	0,70	0,40	0,60	0,40	0,80	0,40	0,80	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40
	São Pedro do Sul	0,80	0,50	0,80	0,50	0,60	0,30	0,60	0,30	0,60	0,30	0,60	0,30	0,60	0,30
	Sátão	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,35	0,70	0,35
	Tondela	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,45	0,70	0,40	0,70	0,40
	Vila Nova de Paiva	0,70	0,40	0,70	0,40	0,60	0,30	0,60	0,30	0,60	0,30	0,60	0,30	0,60	0,30
	Viseu	0,80	0,50	0,80	0,50	0,72	0,45	0,72	0,45	0,70	0,45	0,70	0,40	0,60	0,38
	Vouzela	0,80	0,50	0,80	0,50	0,60	0,30	0,60	0,30	0,60	0,30	0,60	0,30	0,60	0,30

(continuação)

NUT III	Concelho	2003		2004		2005		2006		2007		2008		2009	
		Tx Urbana	Tx Urbana IMI	Tx Urbana	Tx Urbana IMI	Tx Urbana	Tx Urbana IMI	Tx Urbana	Tx Urbana IMI	Tx Urbana	Tx Urbana IMI	Tx Urbana	Tx Urbana IMI	Tx Urbana	Tx Urbana IMI
Beira Interior Norte	Almeida	0,40	0,20	0,40	0,20	0,40	0,20	0,40	0,20	0,40	0,20	0,40	0,20	-	-
	Celorico da Beira	0,80	0,50	0,60	0,30	0,40	0,20	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40
	Fig. ^a de Castelo Rodrigo	0,80	0,50	0,80	0,50	0,40	0,20	0,40	0,20	0,40	0,20	0,40	0,20	0,40	0,20
	Guarda	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,70	0,40	0,70	0,40
	Manteigas	0,40	0,20	0,40	0,20	0,40	0,20	0,40	0,20	0,40	0,20	0,40	0,20	-	-
	Mêda	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40
	Pinhel	0,60	0,30	0,40	0,20	0,60	0,30	0,60	0,30	0,60	0,30	0,60	0,30	0,60	0,30
	Sabugal	0,40	0,20	0,40	0,20	0,40	0,20	0,40	0,20	0,40	0,20	0,40	0,20	0,40	0,20
	Trancoso	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40	0,50	0,30	0,50	0,30	0,50	0,30	0,50	0,30
Serra da Estrela	Fornos de Algodres	0,60	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40	0,80	0,50	0,70	0,40	0,70	0,40
	Gouveia	0,50	0,30	0,50	0,30	0,50	0,30	0,80	0,50	0,80	0,50	0,70	0,40	0,70	0,40
	Seia	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,78	0,47	0,77	0,45	0,70	0,40	0,70	0,40
Cova da Beira	Belmonte	0,80	0,50	0,80	0,40	0,60	0,30	0,60	0,30	0,60	0,30	0,60	0,30	0,60	0,30
	Covilhã	0,80	0,50	0,80	0,50	0,75	0,45	0,75	0,45	0,70	0,45	0,70	0,40	0,70	0,40
	Fundão	0,80	0,50	0,80	0,50	0,75	0,50	0,75	0,50	0,75	0,50	0,70	0,40	0,70	0,40
Baixo Mondego	Cantanhede	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,40	0,80	0,40	0,80	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40
	Coimbra	0,80	0,50	0,60	0,35	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40
	Condeixa-a-Nova	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40
	Figueira da Foz	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,40	0,80	0,40	0,80	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40
	Mira	0,80	0,50	0,80	0,30	0,80	0,30	0,80	0,40	0,80	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40
	Montemor-o-Velho	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40
	Penacova	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,30	0,80	0,30	0,80	0,30	0,70	0,25	0,70	0,25
	Soure	0,80	0,50	0,80	0,50	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40

(continuação)

NUT III	Concelho	2003		2004		2005		2006		2007		2008		2009	
		Tx Urbana	Tx Urbana IMI	Tx Urbana	Tx Urbana IMI	Tx Urbana	Tx Urbana IMI	Tx Urbana	Tx Urbana IMI	Tx Urbana	Tx Urbana IMI	Tx Urbana	Tx Urbana IMI	Tx Urbana	Tx Urbana IMI
Pinhal Interior Norte	Alvaiázere	0,80	0,50	0,70	0,40	0,70	0,40	0,80	0,50	0,80	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40
	Ansião	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,70	0,40	0,60	0,30
	Arganil	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40
	Castanheira de Pêra	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,70	0,45	0,70	0,40	0,70	0,40
	Figueiró dos Vinhos	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,70	0,45	0,65	0,40	0,65	0,40	0,65	0,40
	Góis	0,40	0,20	0,60	0,50	0,60	0,40	0,60	0,40	0,60	0,40	0,60	0,40	0,60	0,40
	Lousã	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,74	0,46	0,70	0,40	0,70	0,40
	Miranda do Corvo	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40
	Oliveira do Hospital	0,80	0,50	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40	0,65	0,35	0,65	0,35	0,65	0,35
	Pampilhosa da Serra	0,60	0,40	0,40	0,20	0,60	0,40	0,60	0,40	0,60	0,40	0,60	0,40	0,60	0,40
	Pedrógão Grande	0,80	0,50	0,40	0,20	0,60	0,40	0,60	0,40	0,60	0,40	0,60	0,40	0,60	0,40
	Penela	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40
	Tábua	0,60	0,30	0,60	0,30	0,60	0,30	0,60	0,30	0,60	0,30	0,60	0,30	0,50	0,30
	Vila Nova de Poiares	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,70	0,40	0,70	0,40
Beira Interior Sul	Castelo Branco	0,80	0,50	0,70	0,50	0,70	0,50	0,70	0,50	0,70	0,50	0,70	0,40	0,70	0,40
	Idanha-a-Nova	0,40	0,20	0,40	0,20	0,40	0,20	0,55	0,35	0,60	0,35	0,40	0,20	0,40	0,20
	Penamacor	0,80	0,50	0,60	0,50	0,60	0,50	0,50	0,40	0,55	0,35	0,55	0,30	0,50	0,30
	Vila Velha de Ródão	0,70	0,40	0,70	0,40	0,60	0,40	0,60	0,40	0,60	0,30	0,60	0,30	0,60	0,30
Pinhal Litoral	Batalha	0,80	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,35	0,70	0,35
	Leiria	0,80	0,50	0,80	0,50	0,78	0,48	0,78	0,48	0,78	0,48	0,70	0,40	0,68	0,38
	Marinha Grande	0,80	0,40	0,80	0,40	0,80	0,40	0,80	0,40	0,80	0,40	0,70	0,35	0,70	0,35
	Pombal	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,45	0,80	0,43	0,70	0,38	0,70	0,37
	Porto de Mós	0,80	0,40	0,80	0,40	0,80	0,20	0,80	0,20	-	-	0,70	0,20	0,70	0,20

(continuação)

NUT III	Concelho	2003		2004		2005		2006		2007		2008		2009	
		Tx Urbana	Tx Urbana IMI	Tx Urbana	Tx Urbana IMI	Tx Urbana	Tx Urbana IMI	Tx Urbana	Tx Urbana IMI	Tx Urbana	Tx Urbana IMI	Tx Urbana	Tx Urbana IMI	Tx Urbana	Tx Urbana IMI
Pinhal Interior Sul	Mação	0,80	0,50	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40	0,60	0,30	0,60	0,30
	Oleiros	0,60	0,40	0,60	0,40	0,60	0,40	0,60	0,40	0,60	0,40	0,60	0,40	0,60	0,30
	Proença-a-Nova	0,60	0,40	0,60	0,40	0,40	0,20	0,60	0,40	0,60	0,40	0,60	0,30	0,60	0,30
	Sertã	0,40	0,20	0,60	0,40	0,60	0,40	0,60	0,40	0,60	0,40	0,60	0,40	0,60	0,25
	Vila de Rei	0,40	0,20	0,40	0,20	0,40	0,20	0,40	0,20	0,40	0,20	0,40	0,20	0,40	0,20
Médio Tejo	Abrantes	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,70	0,40	0,70	0,40
	Alcanena	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,30
	Constância	0,80	0,50	0,80	0,50	0,72	0,45	0,72	0,45	0,72	0,45	0,70	0,40	0,70	0,40
	Entroncamento	0,80	0,50	0,60	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,70	0,40	0,70	0,40
	Ferreira do Zêzere	0,50	0,20	0,40	0,20	0,40	0,20	0,50	0,20	0,70	0,20	0,70	0,20	0,70	0,20
	Ourém	0,80	0,40	0,80	0,40	0,80	0,30	0,80	0,30	0,80	0,30	0,70	0,30	0,70	0,35
	Sardoal	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,70	0,40	0,70	0,40
	Tomar	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,35
	Torres Novas	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,70	0,40	0,70	0,40
	Vila Nova da Barquinha	0,80	0,50	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,35	0,70	0,35
Oeste	Alcobaça	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,70	0,40	0,70	0,40
	Alenquer	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,70	0,45	0,80	0,50	0,70	0,40	0,70	0,40
	Arruda dos Vinhos	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,70	0,40	0,70	0,40
	Bombarral	0,80	0,50	0,60	0,30	0,60	0,35	0,60	0,35	0,60	0,35	0,60	0,30	0,60	0,35
	Cadaval	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,40	0,80	0,40	0,80	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40
	Caldas da Rainha	0,60	0,35	0,65	0,40	0,60	0,35	0,60	0,35	0,60	0,35	0,60	0,35	0,60	0,35
	Lourinha	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,38	0,70	0,38	0,70	0,36	0,70	0,36
	Nazaré	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,70	0,45	0,70	0,40	0,70	0,40

(continuação)

NUT III	Concelho	2003		2004		2005		2006		2007		2008		2009	
		Tx Urbana	Tx Urbana IMI	Tx Urbana	Tx Urbana IMI	Tx Urbana	Tx Urbana IMI	Tx Urbana	Tx Urbana IMI	Tx Urbana	Tx Urbana IMI	Tx Urbana	Tx Urbana IMI	Tx Urbana	Tx Urbana IMI
Oeste	Óbidos	0,80	0,50	0,80	0,50	0,70	0,45	0,70	0,45	0,65	0,40	0,65	0,40	0,65	0,40
	Peniche	0,80	0,50	0,75	0,50	0,75	0,50	0,73	0,45	0,73	0,45	0,70	0,40	0,70	0,40
	Sobral de Monte Agraço	0,80	0,50	0,80	0,50	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40
	Torres Vedras	0,80	0,50	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40	0,65	0,35	0,65	0,35
Grande Lisboa	Amadora	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,70	0,50	0,75	0,50	0,70	0,40	0,68	0,38
	Cascais	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,70	0,40	0,70	0,40
	Lisboa	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,35	0,70	0,35
	Loures	0,75	0,50	0,70	0,45	0,70	0,45	0,75	0,50	0,80	0,45	0,70	0,40	0,70	0,40
	Mafra	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,70	0,40	0,70	0,40
	Odivelas	0,80	0,50	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40	0,75	0,45	0,70	0,40	0,70	0,40
	Oeiras	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,70	0,50	0,70	0,45	0,70	0,38	0,70	0,38
	Sintra	0,80	0,50	0,70	0,40	0,80	0,50	0,80	0,50	0,72	0,45	0,70	0,40	0,70	0,40
	Vila Franca de Xira	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,75	0,45	0,75	0,45	0,68	0,38	0,68	0,35
Península de Setúbal	Alcochete	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,70	0,40	0,70	0,40
	Almada	0,80	0,50	0,70	0,50	0,70	0,50	0,70	0,50	0,70	0,50	0,70	0,40	0,70	0,40
	Barreiro	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40
	Moita	0,70	0,50	0,70	0,50	0,70	0,50	0,70	0,50	0,70	0,50	0,70	0,40	0,70	0,40
	Montijo	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,70	0,40	0,70	0,40
	Palmela	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,70	0,40	0,70	0,40
	Seixal	0,80	0,50	0,70	0,50	0,70	0,50	0,70	0,50	0,70	0,50	0,70	0,40	0,70	0,40
	Sesimbra	0,80	0,50	0,80	0,50	0,76	0,48	0,76	0,48	0,76	0,48	0,70	0,40	0,70	0,40
	Setúbal	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,70	0,40	0,70	0,40

(continuação)

NUT III	Concelho	2003		2004		2005		2006		2007		2008		2009	
		Tx Urbana	Tx Urbana IMI	Tx Urbana	Tx Urbana IMI	Tx Urbana	Tx Urbana IMI	Tx Urbana	Tx Urbana IMI	Tx Urbana	Tx Urbana IMI	Tx Urbana	Tx Urbana IMI	Tx Urbana	Tx Urbana IMI
Lezíria do Tejo	Almeirim	0,80	0,50	0,80	0,50	0,70	0,50	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40
	Alpiarça	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,70	0,40	0,70	0,40
	Azambuja	0,80	0,50	0,80	0,50	0,65	0,40	0,65	0,40	0,65	0,40	0,65	0,40	0,70	0,40
	Benavente	0,80	0,40	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,70	0,40	0,70	0,40
	Cartaxo	0,80	0,40	0,60	0,40	0,50	0,40	0,50	0,40	0,50	0,40	0,40	0,40	0,40	0,40
	Chamusca	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40	0,60	0,30	0,58	0,28
	Coruche	0,80	0,50	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40
	Golegã	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40
	Rio Maior	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,70	0,40	0,70	0,40
	Salvaterra de Magos	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,70	0,40	0,70	0,40	0,60	0,30	0,60	0,30
	Santarém	0,80	0,50	0,60	0,40	0,60	0,40	0,60	0,40	0,60	0,40	0,60	0,40	0,60	0,40
Alto Alentejo	Alter do Chão	0,60	0,35	0,60	0,35	0,60	0,35	0,60	0,35	0,60	0,35	0,60	0,35	0,60	0,35
	Arronches	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,70	0,40	0,70	0,40	0,60	0,30
	Avis	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40	0,67	0,38	0,60	0,35
	Campo Maior	0,60	0,40	0,60	0,40	0,60	0,40	0,60	0,40	0,60	0,40	0,60	0,40	0,40	0,20
	Castelo de Vide	0,80	0,50	0,40	0,20	0,80	0,50	0,80	0,50	0,70	0,30	0,70	0,30	0,70	0,30
	Crato	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,60	0,40	0,50	0,30
	Elvas	0,60	0,50	0,60	0,50	0,60	0,50	0,60	0,50	0,60	0,50	0,60	0,40	0,60	0,40
	Fronteira	0,60	0,30	0,60	0,30	0,60	0,30	0,80	0,30	0,80	0,30	0,70	0,30	0,70	0,30
	Gavião	0,60	0,40	0,60	0,40	0,60	0,40	0,60	0,40	0,60	0,40	0,60	0,40	0,60	0,40
	Marvão	0,70	0,30	0,70	0,30	0,70	0,30	0,70	0,30	0,70	0,30	0,70	0,30	0,70	0,30
	Monforte	0,60	0,40	0,60	0,40	0,60	0,40	0,60	0,40	0,40	0,20	0,40	0,20	0,40	0,20
	Mora	0,80	0,30	0,80	0,30	0,80	0,20	0,80	0,20	0,80	0,20	0,70	0,20	0,70	0,20

(continuação)

NUT III	Concelho	2003		2004		2005		2006		2007		2008		2009	
		Tx Urbana	Tx Urbana IMI	Tx Urbana	Tx Urbana IMI	Tx Urbana	Tx Urbana IMI	Tx Urbana	Tx Urbana IMI	Tx Urbana	Tx Urbana IMI	Tx Urbana	Tx Urbana IMI	Tx Urbana	Tx Urbana IMI
Alto Alentejo	Nisa	0,60	0,30	0,60	0,30	0,60	0,30	0,60	0,30	0,60	0,30	0,70	0,20	0,70	0,20
	Ponte de Sôr	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,70	0,40	0,60	0,40
	Portalegre	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,70	0,40	0,70	0,40
Alentejo Central	Alandroal	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,70	0,40	0,70	0,40
	Arroios	0,70	0,50	0,70	0,50	0,70	0,30	0,70	0,30	0,70	0,30	0,70	0,30	0,60	0,30
	Borba	0,80	0,50	0,80	0,50	0,70	0,40	0,80	0,40	0,80	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40
	Estremoz	0,60	0,40	0,60	0,40	0,60	0,40	0,60	0,40	0,60	0,40	0,60	0,40	0,55	0,35
	Évora	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,70	0,40	0,60	0,30
	Montemor-o-Novo	0,75	0,45	0,75	0,45	0,75	0,45	0,75	0,45	0,75	0,45	0,70	0,40	0,65	0,40
	Mourão	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,60	0,30	0,60	0,30
	Portel	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,75	0,45	0,75	0,45	0,70	0,40	0,60	0,35
	Redondo	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,40	0,80	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40
	Reguengos de Monsaraz	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,70	0,40	0,70	0,40
	Sousel	0,80	0,50	0,80	0,50	0,72	0,45	0,72	0,45	0,72	0,45	0,70	0,40	0,70	0,40
	Vendas Novas	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40	0,60	0,30
	Viana do Alentejo	0,80	0,50	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40	0,60	0,30	0,60	0,30	0,60	0,30
	Vila Viçosa	0,80	0,50	0,60	0,30	0,60	0,30	0,60	0,30	0,70	0,35	0,70	0,35	0,65	0,33
Alentejo Litoral	Alcácer do Sal	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40
	Grândola	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,70	0,40	0,70	0,40
	Odemira	0,80	0,50	0,80	0,50	0,76	0,48	0,76	0,48	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40
	Santiago do Cacém	0,70	0,50	0,70	0,50	0,70	0,50	0,70	0,50	0,70	0,50	0,70	0,40	0,70	0,40
	Sines	0,80	0,50	0,70	0,40	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,70	0,40	0,70	0,40

(continuação)

NUT III	Concelho	2003		2004		2005		2006		2007		2008		2009	
		Tx Urbana	Tx Urbana IMI	Tx Urbana	Tx Urbana IMI	Tx Urbana	Tx Urbana IMI	Tx Urbana	Tx Urbana IMI	Tx Urbana	Tx Urbana IMI	Tx Urbana	Tx Urbana IMI	Tx Urbana	Tx Urbana IMI
Baixo Alentejo	Aljustrel	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40
	Almodôvar	0,40	0,20	0,40	0,20	0,60	0,30	0,60	0,30	0,60	0,35	0,60	0,35	0,60	0,35
	Alvito	0,80	0,50	0,80	0,20	0,80	0,20	0,80	0,25	0,80	0,25	0,70	0,25	0,70	0,25
	Barrancos	0,70	0,40	0,70	0,30	0,40	0,20	0,70	0,30	0,70	0,30	0,70	0,30	0,60	0,20
	Beja	0,60	0,50	0,60	0,50	0,60	0,50	0,60	0,45	0,60	0,40	0,60	0,40	0,60	0,40
	Castro Verde	0,80	0,50	0,80	0,50	0,60	0,30	0,60	0,30	0,60	0,30	0,60	0,30	0,60	0,30
	Cuba	0,80	0,50	0,80	0,50	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40
	Ferreira do Alentejo	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40
	Mértola	0,70	0,50	0,70	0,50	0,70	0,50	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40
	Moura	0,60	0,40	0,40	0,20	0,60	0,40	0,60	0,40	0,60	0,40	0,60	0,30	0,60	0,40
	Ourique	0,70	0,50	0,40	0,20	0,40	0,40	0,60	0,40	0,60	0,40	0,60	0,40	0,60	0,40
	Serpa	0,70	0,50	0,70	0,50	0,70	0,50	0,70	0,50	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,30
	Vidigueira	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40
Algarve	Albufeira	0,70	0,50	0,70	0,50	0,70	0,50	0,70	0,47	0,60	0,47	0,60	0,40	0,60	0,40
	Alcoutim	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,70	0,40	0,70	0,40
	Aljezur	0,60	0,30	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40
	Castro Marim	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,70	0,40	0,70	0,40
	Faro	0,60	0,40	0,60	0,40	0,60	0,40	0,60	0,40	0,60	0,40	0,60	0,40	0,60	0,40
	Lagoa	0,70	0,50	0,70	0,50	0,70	0,43	0,70	0,43	0,70	0,40	0,68	0,38	0,68	0,38
	Lagos	0,80	0,50	0,70	0,40	0,80	0,50	0,75	0,35	0,75	0,35	0,65	0,35	0,65	0,35
	Loulé	0,72	0,45	0,72	0,45	0,72	0,45	0,70	0,43	0,70	0,40	0,68	0,36	0,68	0,36
	Monchique	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,60	0,30	0,60	0,30	0,60	0,30
	Olhão	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,70	0,40	0,70	0,40

(continuação)

NUT III	Concelho	2003		2004		2005		2006		2007		2008		2009	
		Tx Urbana	Tx Urbana IMI	Tx Urbana	Tx Urbana IMI	Tx Urbana	Tx Urbana IMI	Tx Urbana	Tx Urbana IMI	Tx Urbana	Tx Urbana IMI	Tx Urbana	Tx Urbana IMI	Tx Urbana	Tx Urbana IMI
Algarve	Portimão	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,65	0,35	0,65	0,35
	São Brás de Alportel	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,70	0,40	0,70	0,40
	Silves	0,70	0,40	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,45	0,80	0,45	0,70	0,38	0,65	0,35
	Tavira	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,70	0,40	0,70	0,40
	Vila do Bispo	0,60	0,30	0,60	0,30	0,60	0,30	0,60	0,30	0,60	0,30	0,50	0,27	0,60	0,30
	V. Real de Santo António	0,80	0,50	0,80	0,50	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40
Açores	Angra do Heroísmo	0,60	0,40	0,60	0,40	0,40	0,20	0,40	0,20	0,40	0,20	0,40	0,20	0,40	0,20
	Calheta (RAA)	0,80	0,20	0,80	0,50	0,40	0,20	0,80	0,50	0,80	0,30	0,70	0,40	0,70	0,40
	Corvo	0,40	0,20	0,40	0,20	0,40	0,20	0,40	0,20	0,40	0,20	0,40	0,20	-	-
	Horta	0,80	0,50	0,80	0,50	0,60	0,30	0,60	0,30	0,60	0,30	0,60	0,25	0,60	0,25
	Lagoa (RAA)	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,30	0,80	0,30	0,80	0,30	0,70	0,30	0,70	0,30
	Lajes das Flores	0,40	0,20	0,40	0,20	0,40	0,20	0,40	0,20	0,40	0,20	0,40	0,20	-	-
	Lajes do Pico	0,80	0,50	0,80	0,50	0,40	0,20	0,40	0,20	0,40	0,20	0,40	0,20	-	-
	Madalena	0,60	0,40	0,40	0,20	0,40	0,20	0,40	0,20	0,40	0,20	0,40	0,20	0,40	0,20
	Nordeste	0,50	0,50	0,80	0,50	0,40	0,20	0,40	0,20	0,40	0,20	0,40	0,20	0,40	0,20
	Ponta Delgada	0,80	0,50	0,80	0,50	0,40	0,20	0,80	0,30	0,80	0,30	0,70	0,30	0,70	0,35
	Povoação	0,80	0,50	0,80	0,50	0,40	0,20	0,60	0,20	0,60	0,20	0,60	0,20	0,60	0,20
	Ribeira Grande	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,20	0,70	0,20	0,70	0,20	0,70	0,20	0,70	0,20
	Santa Cruz da Graciosa	0,40	0,20	0,40	0,20	0,40	0,20	0,40	0,20	0,40	0,20	0,40	0,20	-	-
	Santa Cruz das Flores	0,60	0,35	0,60	0,35	0,40	0,20	0,40	0,20	0,40	0,20	0,40	0,20	0,40	0,20
	São Roque do Pico	0,80	0,50	0,80	0,50	0,40	0,20	0,60	0,30	0,60	0,30	0,60	0,30	0,40	0,20
	Velas	0,70	0,40	0,40	0,20	0,70	0,40	0,70	0,40	0,60	0,30	0,60	0,30	0,40	0,20
	Vila Praia da Vitória	0,60	0,35	0,60	0,35	0,60	0,35	0,40	0,20	0,40	0,20	0,40	0,20	0,40	0,20

(continuação)

NUT III	Concelho	2003		2004		2005		2006		2007		2008		2009	
		Tx Urbana	Tx Urbana IMI	Tx Urbana	Tx Urbana IMI	Tx Urbana	Tx Urbana IMI	Tx Urbana	Tx Urbana IMI	Tx Urbana	Tx Urbana IMI	Tx Urbana	Tx Urbana IMI	Tx Urbana	Tx Urbana IMI
Açores	Vila do Porto	0,40	0,20	0,40	0,20	0,40	0,20	0,40	0,20	0,60	0,30	0,60	0,30	0,50	0,20
	Vila Franca do Campo	0,80	0,50	0,80	0,50	0,40	0,20	0,80	0,30	0,80	0,30	0,70	0,20	0,70	0,20
Madeira	Calheta (RAM)	0,70	0,40	0,70	0,40	0,70	0,40	0,60	0,30	0,60	0,30	0,60	0,30	0,60	0,30
	Câmara de Lobos	0,70	0,50	0,70	0,50	0,70	0,50	0,70	0,45	0,70	0,45	0,70	0,40	0,70	0,40
	Funchal	0,80	0,35	0,70	0,35	0,70	0,35	0,70	0,35	0,70	0,35	0,70	0,35	0,70	0,35
	Machico	0,55	0,35	0,65	0,40	0,65	0,40	0,65	0,40	0,65	0,35	0,65	0,35	0,65	0,35
	Ponta do sol	0,80	0,50	0,60	0,35	0,60	0,35	0,60	0,35	0,60	0,35	0,60	0,35	0,60	0,35
	Porto Moniz	0,40	0,20	0,40	0,20	0,40	0,20	0,40	0,20	0,40	0,20	0,40	0,20	0,40	0,20
	Porto Santo	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,80	0,50	0,70	0,40	0,70	0,40
	Ribeira Brava	0,80	0,35	0,80	0,35	0,80	0,35	0,80	0,35	0,80	0,35	0,70	0,35	0,70	0,35
	Santa Cruz	0,80	0,35	0,40	0,20	0,60	0,30	0,60	0,30	0,60	0,30	0,60	0,30	0,60	0,30
	Santana	0,50	0,30	0,50	0,30	0,50	0,30	0,70	0,30	0,70	0,30	0,70	0,30	0,70	0,30
	São Vicente	0,60	0,30	0,40	0,20	0,60	0,30	0,60	0,30	0,60	0,30	0,60	0,30	0,60	0,30

Apêndice 5

Siglas usadas para identificação dos países no quadro 2. 15

País	Sigla
Alemanha	DE
Áustria	AT
Bélgica	BG
Dinamarca	DK
Espanha	ES
Finlândia	FI
França	FR
Grécia	EL
Holanda	NL
Irlanda	IRL
Itália	IT
Luxemburgo	LU
Portugal	PT
Reino Unido	UK
Suécia	SE
Noruega	NOR
República Checa	CZ
Suíça	CH
Austrália	AU
USA	US
México	MEX
Canadá	CA
Japão	JP